

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

HERIC SANTOS HOSSOÉ

**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE FORNECEDORES DO ESTADO DO
MARANHÃO (PDF-MA): uma estratégia de sucesso?**

São Luís

2018

HERIC SANTOS HOSSOÉ

**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE FORNECEDORES DO ESTADO DO
MARANHÃO (PDF-MA): uma estratégia de sucesso?**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Salviana de Maria Pastor Santos Sousa.

São Luís

2018

Hossoé, Heric Santos.

Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Estado do Maranhão (PDF-MA): uma estratégia de sucesso? / Heric Santos Hossoé – São Luís - MA, 2018.

226f.il.

Impresso por computador (fotocópia).

Coorientador: Prof. Dr. Ricardo Zimbrão Affonso de Paula.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Salviana de Maria Pastor Santos Sousa.

Tese (Doutorado em Políticas Públicas - CCSO) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2018.

1. Reestruturação Produtiva. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3. Trabalho. 4. Avaliação de Impacto. I. Título.

HERIC SANTOS HOSSOÉ

**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE FORNECEDORES DO ESTADO DO
MARANHÃO (PDF-MA): uma estratégia de sucesso?**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas.

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Salviana de Maria Pastor Santos Sousa (Orientadora)
Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Ricardo Zimbrão Affonso de Paula (Coorientador)
Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Alexsandro Sousa Brito (Membro Externo)
Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Cesar Augustus Labre Lemos de Freitas (Membro Externo)
Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Nilson Araújo de Souza (Membro Externo)
Doutor em Ciência Econômica pela Universidad Nacional Autónoma de México

Aos meus pais, Haymir e Cassandra, que sempre foram o alicerce da minha vida e que me deram o impulso para buscar, por meio do trabalho, do conhecimento e da honestidade, as condições para ir além das minhas próprias expectativas.

Ao meu irmão, Hayleno, pelo seu companheirismo, incentivo e orientação que tanto contribuiu na minha vida acadêmica e pessoal, bem como sua irrestrita confiança em mim depositada.

À minha querida esposa Lilian, por ser a fonte de amor, carinho e dedicação que me permitiu a superação dos obstáculos, em todos os dias, deste árduo e gratificante caminho percorrido.

Aos meus queridos filhos Cleiton e Alice, que todos os dias renovam a minha esperança no futuro e me ensinam as maiores lições da minha vida.

A todos, que de alguma maneira, dedicaram preciosos momentos de sua atenção a esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por nos conceder a oportunidade de contribuir, por meio desta breve reflexão, para com a ininterrupta inquietação humana que se projeta sobre a eterna e sempre renovadora busca pelo conhecimento.

Ao CNPq por ter me concedido a Bolsa de Doutorado, que foi fundamental para que eu pudesse desenvolver o curso com tranquilidade e total dedicação, incentivando assim a pesquisa desenvolvida nesse período.

À professora Doutora Salviana de Maria Pastor Santos Sousa, por ter me aceitado como seu orientando, por sua disponibilidade, pela sua confiança em mim, pela sua amizade, pelo seu estímulo intelectual, pelas suas valiosas contribuições e pertinentes encaminhamentos, no decurso de sua orientação, durante a qual acolheu minhas limitações ao conduzir-me pelos sinuosos caminhos da pesquisa, vistos, somente, por intermédio de sua grande experiência docente, pela qual serei eternamente grato diante de sua valiosa contribuição.

Ao professor Doutor Ricardo Zimbrão Affonso de Paula, que durante toda a minha trajetória acadêmica, desde a graduação, sempre com sua dedicação e conhecimento, contribuiu decisivamente para que eu fosse exitoso, em caminhar no sentido da pesquisa e da docência. Cabe destacar, sua importante participação neste trabalho, desde a dissertação, com seus valiosos ensinamentos, nas diversas oportunidades em que clarificou minha visão, com sua sólida experiência.

Ao professor Doutor Alexsandro Sousa Brito, por acompanhar meu trabalho de pesquisa, dando valorosas contribuições, com o auxílio fundamental do GRAMMA, pelas quais sou muito grato. Também por sua convivência acadêmica respeitosa e incentivadora, como mestre e professor.

Ao professor Doutor Cesar Augustus Labre Lemos de Freitas, por sua vontade em estar junto nessa jornada, participando da qualificação e defesa da tese e dando importantes contribuições, prontamente incorporados ao trabalho. Vale ressaltar, sua disponibilidade, seus conselhos e seus ensinamentos, aos quais serei eternamente grato. Tenho profunda admiração, respeito e amizade pelo professor, que ao longo da minha jornada, de forma voluntária, contribuiu para minha evolução.

Ao professor Doutor Nilson Araújo de Souza, que foi e continua sendo meu grande mentor e incentivador. Lembro-me que desde muito jovem, em suas andanças pelo Maranhão, divulgando seus trabalhos acadêmicos, despertou em mim uma

vontade de entender e estudar a economia, por isso não tenho nem palavras para agradecer. Só posso dizer que sou seu admirador e que pretendo trilhar o caminho do conhecimento, para que possa contribuir assim como você, para que outros possam também se apaixonar pela ciência econômica.

A todos os demais professores e professoras do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, verdadeiros mestres, que com suas luzes, sabedorias e ensinamentos, contribuíram indubitavelmente para minha formação acadêmica e pessoal.

A Durval Vieira de Freitas e Lucas Moreira Minete, pelo envio de sua obra e pela entrevista que muito contribuiu para minha reflexão e meu trabalho, trazendo inestimáveis elementos que me ajudaram no caminho percorrido.

Aos meus pais, Haymir Santos Hossoé e Cassandra Maria Pereira Hossoé, bem como ao meu irmão, Hayleno Santos Hossoé, pelo apoio irrestrito à carreira acadêmica, que busco edificar a partir do incentivo familiar incondicional, que sempre me oportunizou a confiança necessária à superação de todas as dificuldades interpostas no percurso das mais importantes etapas da minha vida.

À minha querida esposa, Lilian Nascimento Hossoé, que com sua imensa dedicação, amor e carinho, me impulsionou a transformar os desafios acadêmicos e pessoais em degraus, para que eu pudesse chegar a mais esta vitória, dentre as muitas outras que com certeza virão, desta união abençoada por Deus.

Aos meus queridos filhos, Cleiton Oliveira dos Santos Filho e Alice Nascimento Hossoé, com quem estou sempre aprendendo a me tornar um ser humano melhor, observando na renovação da vida, a esperança em um novo futuro. É importante destacar que vocês todos os dias me oferecem verdadeiras lições de vida, o verdadeiro conhecimento, que eu jamais poderia aprender de outra forma.

Ao meu irmão Thiago Diaz, um ser humano de um coração enorme, que sempre soube me ouvir, dialogar, ensinar, amar e contribuir na minha jornada, contribuições estas que me levaram até mais essa conquista, que para mim não é individual mais do esforço conjunto de cada um como você meu irmão.

Aos meus amigos, que para mim são verdadeiros irmãos que a vida me permitiu escolher: Rosana Galvão, Diego Eceiza, Laura Martins, Junior Baima, Tiago Arruda, Tiago Quevedo, Ugo Costa, Max Robertt, Celso Matos, Marcos Guillen, Raimundo Filho, Cione Freitas, Paulo Lopes, Liliane Melo, Dihêgo Henrique, David Júnior, Francisco Júnior, Jadson Pessoa, Kamila Mesquita, Marco Simões, Antônio

Neto, Thiago Giusti, Marcony Alisson, Hélio Dourado, Herberth Dourado, Walter Gama, Robson Gama, Henrique Helder, por me aguentarem e por estarem sempre dispostos a me ajudar, também pelo carinho e pela compreensão.

Aos meus colegas de turma, em especial, por me acompanharem nessa jornada, Osmar Gomes, Amanda Madureira, Maria do Carmo, Fabricio Amaral, Richard Christian, Sergiane Maciel, Josie Bastos, Talita Neulls, Andressa Vieira, Camila Souza, Kamila Campos, Adriana Jardim, Duarte Junior, Edvan Wilson, Nilma Angelica, Margarete Cutrim, Priscilla Ribeiro, Thales Lopes, Angela Roberta, Ricardo Cavalcante, Campos Júnior, Júnior Vieira, Lucilene Guimarães, Arnaldo Vieira, Antônio Lisboa, Talita Nascimento, Maria Anadete, Tereza D'Ávila, José Edson, Ramon Santana, Felipe de Holanda, Amilton Camargo, Tiago Pereira, Raimundo Edson, Christian Burle, e, todos os demais amigos da faculdade que, me ajudaram em maior ou menor grau, e contribuíram muito com a minha formação, tanto acadêmica, como pessoal e por isso sou profundamente grato.

Aos técnicos do programa de pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, Dona Izabel, Edson e Júlio, grandes amigos aos quais reitero, individualmente, minha gratidão pelo apoio a mim dedicado.

Aos meus companheiros de trabalho do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão e da Tory Brindes, por suas enormes contribuições profissionais e pessoais.

Aos amigos e amigas do CORECON-MA, em especial ao Frednan, Marlene, Gil e Rodrigo, por partilharem experiências únicas em minha vida, por me darem força e acreditarem no meu potencial, meu muito obrigado. Aproveito para destacar a generosidade do Frednan ao disponibilizar os dados sobre o volume de negócios da SEFAZ, que permitiram que eu pudesse fazer uma análise completa e deixou mais rico o trabalho desenvolvido.

Aos amigos e amigas do GRAMMA, em especial Aloisio e Rafael, que foram implacáveis em me auxiliar na obtenção e tratamento dos dados sobre criação, destruição e resultado líquido de empregos, ação essa que permitiu um olhar mais humano e social, meu muito obrigado.

E, a todos e a todas, que aqui não citei nominalmente mais que com certeza contribuíram e muito para a realização da pesquisa, e para que eu pudesse me torna a cada dia uma pessoa melhor. Só tenho a agradecer, gratidão é uma palavra que carrego no coração.

As ideias dominantes são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são essas as relações materiais dominantes compreendidas sob a forma de ideias; são, portanto, a manifestação das relações que transformam uma classe em classe dominante; são dessa forma as ideias de sua dominação. [...] cada nova classe que ocupa o lugar da que dominava anteriormente vê-se obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade.

Marx e Engels

RESUMO

Na presente tese, busca-se através de uma pesquisa minuciosa avaliar os impactos, principalmente no que tange ao volume de negócios e geração de empregos, da adoção do Programa de Fornecedores do Estado do Maranhão (PDF-MA). Para isso realiza-se desde a contextualização histórica indo do mais geral ao mais específico, contemplando da reestruturação produtiva à formulação e implementação do programa. Em seguida aborda-se o referencial teórico e as categorias desenvolvidas na pesquisa, notadamente o desenvolvimento sustentável e o trabalho. Por fim, realiza-se a pesquisa de campo, na qual, com base em técnicas quali-quantitativas, exploram-se três dimensões, em seis vertentes, para que seja possível aferir a efetividade do PDF-MA, trazendo à tona além da aparência e do que é propagandeado, buscando em síntese a essência do fenômeno, agora visto por um novo prisma.

Palavras-chave: Reestruturação Produtiva. Desenvolvimento Sustentável. Trabalho. Avaliação de Impacto.

ABSTRACT

In this thesis, a thorough research is aimed at evaluating the impacts of the adoption of the Supplier Program of the State of Maranhão (PDF-MA), especially in terms of turnover and job creation. For this it is carried out from the historical contextualization going from the most general to the most specific, contemplating from the productive restructuring to the formulation and implementation of the program. Next, the theoretical framework and the categories developed in the research are discussed, notably sustainable development and work. Finally, the field research is carried out, in which, based on qualitative-quantitative techniques, three dimensions are explored, in six strands, so that it is possible to evaluate the effectiveness of the PDF-MA, bringing the surface beyond the appearance and of what is propagandized, seeking in synthesis the essence of the phenomenon, now seen by a new prism.

Keywords: Productive Restructuring. Sustainable development. Job. Impact Assessment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa.....	54
Figura 2 – PDF – Filosofia de relacionamento.....	69
Figura 3 – Foco Estratégico do PDF.....	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distâncias entre portos nacionais e internacionais.....	55
Quadro 2 – Número de Empresas formais no Maranhão de 2000 a 2016.....	121
Quadro 3 – Entrevistas semiestruturadas realizadas (2017)	177

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Participação do PIB do Maranhão para o PIB do Brasil (2000-2016).....	119
Gráfico 2	– Participação do PIB do Maranhão no PIB do Nordeste (2000-2016)	120
Gráfico 3	– Número de Empresas Formalizadas no Estado do Maranhão (2000-2016)	122
Gráfico 4	– Variação percentual de Empresas Adicionadas no Maranhão (2000-2016)	122
Gráfico 5	– Número de Empresas na Construção Civil no Maranhão (2000-2016)	124
Gráfico 6	– Variação % de Empresas na Construção Civil no Maranhão (2000-2016)	124
Gráfico 7	– Número de Empresas no Comércio no Maranhão (2000-2016)....	125
Gráfico 8	– Variação percentual de Empresas no Comércio no Maranhão (2000-2016)	126
Gráfico 9	– Número de Empresas cadastradas acumulado no PDF-MA (2000-2016)	128
Gráfico 10	– Número de Empresas adicionadas no cadastro do PDF-MA (2000-2016)	128
Gráfico 11	– Variação percentual de Empresas adicionadas no PDF-MA (2000-2016)	130
Gráfico 12	– Percentual de Empresas MA x Empresas do PDF-MA (2000-2016)	131
Gráfico 13	– Volume de negócio entre as empresas mantenedoras e o total de empresas fornecedoras (2010-2016)	135
Gráfico 14	– Volume de negócio acumulado entre o Total de Fornecedoras e as Mantenedoras (2010-2016)	136
Gráfico 15	– Volume de negócio entre as empresas mantenedoras e as empresas maranhenses (2010-2016)	138
Gráfico 16	– Volume de negócio acumulado entre as Empresas Maranhenses e as Mantenedoras (2010-2016)	139

Gráfico 17 – Participação percentual das Empresas Maranhenses no volume de negócios em relação ao fornecimento total (2010-2016).....	140
Gráfico 18 – Volume de negócio entre as Empresas do PDF-MA e as Empresas Mantenedoras (2010-2016).....	142
Gráfico 19 – Volume de negócio acumulado entre as Empresas do PDF-MA e as Mantenedoras (2010-2016).....	143
Gráfico 20 – Comparação das Variações percentuais do PDF-MA no Maranhão e no Total (2010-2016).....	144
Gráfico 21 – Volume de negócio entre o Total de Fornecedoras, as Empresas Maranhenses, o PDF-MA e as Mantenedoras (2010-2016).....	145
Gráfico 22 – Volume de negócio acumulado entre o Total de Empresas Fornecedoras, as Empresas Maranhenses, as Empresas do PDF-MA e as Empresas Mantenedoras (2010-2016).....	146
Gráfico 23 – Aumento percentual do Volume de Negócios Acumulado (2010-2016)	147
Gráfico 24 – Número de declarantes da RAIS no Maranhão (2012-2015).....	149
Gráfico 25 – Estoque de Empregados da RAIS no Maranhão (2012-2015).....	150
Gráfico 26 – Número de declarantes da RAIS no PDF-MA (2012-2015).....	152
Gráfico 27 – Estoque de Empregados da RAIS no PDF-MA (2012-2015).....	153
Gráfico 28 – Porcentagem de Empresas cadastrada no PDF-MA que declaram a RAIS (2012-2015).....	154
Gráfico 29 – Relação percentual do total de declarantes no Estado do Maranhão x o total de declarantes do PDF-MA (2012-2015).....	155
Gráfico 30 – Relação percentual do estoque total de empregos no Estado do Maranhão, com o estoque total de empregos no PDF-MA (2012-2015)	156
Gráfico 31 – Taxa de Criação, Destruição e Resultado Líquido das empresas maranhenses (Estoque Médio Maranhão) (2012-2015).....	157
Gráfico 32 – Taxa de Criação, Destruição e Resultado Líquido das empresas do PDF-MA (Estoque Médio Maranhão) (2012-2015).....	158
Gráfico 33 – Aumento no valor do salário mínimo nominal (1995-2016).....	162

Gráfico 34 – Aumento no valor do salário mínimo nominal (1995-2016)	163
Gráfico 35 – Relação entre o valor do salário mínimo nominal x salário mínimo necessário (1995-2016)	164
Gráfico 36 – Relação entre o valor do salário mínimo nominal x o valor da cesta básica (1995-2016)	165
Gráfico 37 – Relação entre o valor do salário mínimo nominal x cotação do dólar na sua vigência (1995-2016).....	166
Gráfico 38 – Rendimentos médio mensal de todos os trabalhadores, considerando os 50% da população com os menores rendimentos (2016).....	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	–	Dimensões e Indicadores propostos na pesquisa.....	117
Tabela 2	–	Brasil, Nordeste e Maranhão: Evolução do Produto Interno Bruto do Brasil a preço de mercado corrente, Ano Base 2010.....	118
Tabela 3	–	Empresas que se cadastraram no PDF-MA (2000-2016).....	127
Tabela 4	–	Volume de negócios entre as mantenedoras e o total de empresas do Brasil e do Maranhão (2010-2016).....	132
Tabela 5	–	Valor do Produto total nas operações de compra das mantenedoras do PDF-MA (2010-2016).....	134
Tabela 6	–	Volume de negócios das empresas mantedoras com as empresas maranhenses (2010-2016).....	137
Tabela 7	–	Volume de negócios das empresas mantedoras com as empresas participantes do PDF-MA (2010-2016).....	141
Tabela 8	–	Número de empresas Totais, Empresas Declarantes e Estoque Total de empregos do Maranhão (2012 – 2015).....	149
Tabela 9	–	Número de empresas Totais, Empresas Declarantes e Estoque Total de empregos do PDF-MA (2012 – 2015).....	151
Tabela 10	–	Valor do Salário Mínimo Nacional em várias dimensões (1995-2016).....	161
Tabela 11	–	Arranjos domiciliares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar per capita, com indicação do coeficiente de variação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação (2015).....	169

LISTA DE SIGLAS

PDF-MA	– Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Estado do Maranhão
FIEMA	– Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
PIB	– Produto Interno Bruto
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SEFAZ-MA	– Secretária de Fazenda do Estado do Maranhão
MTE	– Ministério do Trabalho e Emprego
RAIS	– Relação Anual de Informações Sociais
FMI	– Fundo Monetário Internacional
CVRD	– Companhia Vale do Rio Doce
PFC	– Projeto Ferro Carajás
EFC	– Estrada de Ferro Carajás
CST	– Companhia Siderúrgica de Tubarão
FINDES	– Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo
MOCA	– Mão de Obra Capixaba
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ONU	– Organização das Nações Unidas
ICMS	– Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
FUNCAMP	– Fundação de Desenvolvimento da Unicamp
SUFRAMA	– Superintendência da Zona Franca de Manaus
CORECON-MA	– Conselho Regional de Economia do Maranhão - 15 ^o Região
CNPJ	– Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CAGED	– Cadastro Geral de Empregado e Desempregados
RAIS	– Relação Anual de Informações Sociais
GRAMMA	– Grupo de Estudos e Pesquisas em Macroeconomia
JC	– <i>Job Creation</i>
JD	– <i>Job Destruction,</i>
NEG	– <i>Net Employment Growth</i>

FHC	– Fernando Henrique Cardoso
LULA	– Luiz Inácio Lula da Silva
DIEESE	– Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
ACM-MA	– Associação Comercial do Maranhão
SEINC-MA	– Secretaria de Indústria e Comércio do Maranhão
CEMAR	– Companhia Energética do Maranhão
ME	– Microempresa
PROCEM	– Programa de Certificação de Empresas Maranhenses

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	34
1.1 Reestruturação Produtiva do Capital: um breve debate	34
1.1.1 Reestruturação Produtiva e as mudanças no mundo do trabalho	35
1.1.2 Desintegração vertical das cadeias produtivas como estratégia capitalista.....	40
1.2 Desdobramentos nacionais da Reestruturação Produtiva	44
1.2.1 A estratégia de produção regionalizada das grandes empresas	45
1.2.2 A solução dos impactos regionais seletivos da “globalização”.....	48
1.3 Elementos para entender a Economia Maranhense	51
1.4 Formulação e Implementação do PDF-MA	56
1.4.1 Inserção do PDF-MA na agenda governamental.....	58
1.4.2 Os sujeitos, interesses e racionalidades envolvidas.....	63
1.4.3 Explicando o modo de atuação do PDF-MA.....	68
1.4.4 Metodologia de realização do PDF-MA	75
CAPÍTULO II – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TRABALHO, PREMISSAS PARA ENTENDER A GÊNESE DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO FORNECEDORES DO MARANHÃO (PDF-MA)	78
2.1 Crescimento, Desenvolvimento e Sustentabilidade	78
2.2 Pilares do Desenvolvimento Sustentável	85
2.2.1 Equilíbrio econômico	86
2.2.2 Responsabilidade social.....	89
2.2.3 Proteção ambiental	96
2.3 Crítica a adoção do Desenvolvimento Sustentável	99
2.4 Trabalho como velha forma de experiência humana	106
CAPÍTULO III – O IMPACTO DA ADOÇÃO DO PROGRAMA DE FORNECEDORES DO ESTADO DO MARANHÃO (PDF-MA) PARA SOCIEDADE MARANHENSE .	114
3.1 Identificação dos impactos previstos na elaboração do programa	114
3.2 Elaboração do quadro de dimensões e vertentes de análise	116
3.2.1 Considerações sobre a evolução do PIB do BR, NE e MA.....	117
3.2.2 Evolução das empresas pertencentes e não pertencentes ao PDF-MA	120
3.2.3 Aferição e análise do volume de negócios realizados no PDF-MA	132
3.2.4 Definição das taxas de criação, destruição e resultado líquido de empregos	148

3.2.5 Ponderações sobre a evolução da renda no Brasil e no Maranhão	160
3.3 Capturando a visão dos sujeitos envolvidos: entrevistas semiestruturadas	170
3.4 Avaliação crítica dos impactos previstos ou não do PDF-MA	203
CONCLUSÃO	207
REFERÊNCIAS	218
APÊNDICES	225
ANEXOS	226

INTRODUÇÃO

O presente documento apresentado ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) constitui-se em uma tese, cujo objeto de estudo é o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Estado do Maranhão (PDF-MA).

O PDF-MA, criado em 1999, é um programa gerido atualmente pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) cujo escopo é oferecer, segundo Freitas (2009), “capacitação, apoio aos negócios, promoção e consultoria às empresas locais, com a finalidade de torná-las mais competitivas e propiciar-lhes a busca de excelência para atender à crescente demanda por serviços e produtos no Maranhão”. É tido, portanto, como instrumento estratégico capaz de fazer articulação virtuosa entre o Estado, o mercado e a sociedade.

Sem qualquer pretensão de esgotar o tema, o propósito do estudo que deu suporte a esta tese foi avaliar os impactos do PDF-MA, tanto do ponto de vista quantitativo, considerando se houve aumento do volume de negócios no Maranhão e se este movimento provocou também aumento de empregos; quanto do ponto de vista qualitativo, verificando se houve melhoria da renda dos trabalhadores e das suas condições de trabalho, além da busca por um desenvolvimento de caráter sustentável, aqui entendido como aquele que exige dos agentes econômicos um esforço no sentido da competitividade não perversa, portanto, baseada no trabalho, no respeito às normativas vigentes, na qualidade de vida das pessoas e no respeito ao meio ambiente natural.

A justificativa para a escolha do Maranhão como campo socioespacial e do PDF-MA como área de intervenção governamental, deu-se no primeiro caso, pelo fato de que o Estado do Maranhão, apesar de congrega reconhecidas riquezas naturais e potencialidades diversas, não ter sido capaz de sobressair-se nacionalmente com resultados palpáveis no que tange à categoria desenvolvimento. No segundo caso, os dados expostos pelo PDF-MA entusiasmam seus formuladores e defensores justamente pelos pretensos resultados.

De acordo com o próprio PDF-MA, no contexto histórico em que se situa o programa, particularmente no ano de 2013, foi gerado R\$ 3,38 bilhões¹ em negócios

¹ Os valores aqui citados estão descritos nominalmente, não tendo sido deflacionados, pois são apenas ilustrativos nesse momento do trabalho.

locais. “Este montante representa 6,47% do Produto Interno Bruto (PIB) do Maranhão, calculado a partir dos resultados da última pesquisa de contas regionais divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao ano de 2011” (MACIEL, 2014, não paginado).

O volume de negócios gerado pelas seis grandes empresas mantenedoras do programa teve o crescimento de 17,36% em negócios na cadeia produtiva em relação ao ano anterior e foi suficiente para que o volume de compras locais de produtos e serviços alcançasse os R\$ 18,79 bilhões no acumulado, ou seja, desde que se iniciou o acompanhamento da geração de negócios entre as empresas fornecedoras e as empresas mantenedoras, em 2000 (MACIEL, 2014); percebe-se então, que esses dados indicam um aparente sucesso do PDF-MA, sem, no entanto, se aprofundar nas verdadeiras questões.

Por outro lado, um segundo ponto justifica-se a escolha desse programa como objeto de estudo. Os dados disponíveis não deixam claro sobre sua capacidade de impactar a sociedade, em termos de geração de emprego e de incremento da renda dos trabalhadores, embora seu discurso o situe como um propulsor do desenvolvimento. Para seus defensores, tais como as Mantenedoras, as Fornecedoras, o Estado, as Entidades de Classe, as consequências positivas para a sociedade, têm relação direta com os incentivos aos grandes empreendimentos, o que vem sendo questionado.

Desse modo, para os seus defensores o programa precisa ser incentivado e apoiado, já para os críticos, como os trabalhadores, acadêmicos e pessoas da sociedade, trata-se de apenas mais um programa voltado para ampliar o processo de acumulação do capital não comportando na categoria de desenvolvimento sustentável, como propagandeado, sendo que esse movimento contraditório de defesa e ataque do PDF-MA e a carência de estudos aprofundados sobre ele, o tornam um campo fértil para análises e avaliações como as que deram origem ao presente trabalho.

Entende-se que discutir a contribuição do PDF-MA para a economia maranhense implica, antes de tudo, em reconhecer a multiplicidade de posicionamentos que se entrelaçam e que envolvem sujeitos tão diversos como: o Estado, as grandes empresas nacionais e internacionais, os empresários locais, os trabalhadores, os sindicatos e a própria população. Tal movimento exigiu que o processo de pesquisa fosse além da simples identificação das características do PDF-

MA, devendo buscar a síntese de um processo que está voltado, prioritariamente, para o atendimento de uma relação produtiva envolvendo capital e trabalho.

Em razão dessa compreensão sobre o movimento do real, o estudo que permitiu o desenvolvimento da tese buscou destrinchar a aparente dualidade do programa, além dos conflitos e interesses subjacentes na sua dinâmica. É esse movimento que se procura através da avaliação em curso, pois segundo nos ensina Lima (2010):

Uma boa avaliação necessariamente implica em emitir um juízo de valor, a partir de informações suficientes e adequadas sobre o conteúdo, o desenvolvimento e/ou os resultados de um programa. Tal julgamento deve, além disso, se pautar em princípios éticos, políticos, teóricos e ideológicos nos quais se fundamenta o avaliador, não se constituindo, por conseguinte, em um ato neutro nem imune às relações de poder (LIMA, 2010, p. 56).

No campo da avaliação, a modalidade escolhida foi à avaliação de impactos aqui entendidos como resultado dos efeitos de um programa sobre um grupo ou uma população. No caso presente, avaliou-se quais os impactos previstos ou não emergiram com a implementação do PDF-MA. Para empreender a avaliação foram utilizadas duas técnicas centrais de coleta de dados: a pesquisa documental e a bibliográfica. De forma complementar, houve a promoção de entrevistas semiestruturadas e o tratamento de dados estatísticos de fontes oficiais, para que fosse possível investigar aspectos subjetivos e objetivos do PDF-MA.

Desse percurso metodológico, emergem duas categorias teóricas, que deram suporte à análise aqui desenvolvida: desenvolvimento sustentável e trabalho. Tais categorias ajudam a entender as questões motivadoras do estudo, trazendo à tona interesses e disputas em presença.

Sobre a categoria teórica desenvolvimento, esta tem sido refletida por várias correntes de pensamentos, comportando pontos de vista diferentes em relação ao seu conteúdo, além de muitas adjetivações, como: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento regional, desenvolvimento global, dentre outras. Tratando-se primeiramente da categoria desenvolvimento e fazendo um paralelo entre esta e o crescimento econômico, sem adentrar-se às especificidades do desenvolvimento sustentável, Oliveira (2002) advoga:

O debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico, principalmente quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, pois muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao

desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos. Deve-se acrescentar que 'apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, se completam' (OLIVEIRA, 2002, p. 38).

De acordo com Vasconcelos e Garcia (1998), o desenvolvimento de forma genérica, em qualquer concepção, deve derivar do crescimento econômico acompanhado da melhoria na qualidade de vida, devendo incluir, dentre outras coisas:

As alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação e educação) (VACONCELOS; GARCIA, 1998, p. 205).

Embora um possa ajudar a definir o outro, ambos os conceitos são bem distintos. A mensuração dos agregados econômicos², que nos remete ao conceito de crescimento, possibilita uma visão mais quantitativa³, em termos de valor do produto que uma economia foi capaz de gerar em um determinado período de tempo. Contudo, se a preocupação é com a qualidade de vida da população⁴, o produto agregado, que é a medida do crescimento econômico, mostra-se inadequado, pois, o crescimento por si só não garante o desenvolvimento, como define Paulani e Braga (2006):

O crescimento econômico diz respeito a elevação do produto agregado do país e pode ser avaliado a partir das contas nacionais. Desenvolvimento é um conceito bem mais amplo que leva em conta a elevação da qualidade de vida da sociedade e a redução das diferenças econômicas e sociais entre seus membros. Na ausência de informações sobre como o produto é verdadeiramente distribuído, o mero conhecimento do valor do produto per capita de um determinado país é insuficiente para que possamos tirar qualquer conclusão quanto ao estágio de desenvolvimento em que esse país se encontra (PAULANI; BRAGA, 2006, p. 236-239).

Sobre isso, se faz oportuno observar que Franco (2000 *apud* MARTINELLI; JOYAL, 2004, p. 15) é enfático ao afirmar que: "Não se pode mais aceitar a crença economicista de que o crescimento do PIB representa tudo e vai resolver por si só todos os problemas econômicos e sociais do país".

² A expressão agregados econômicos é utilizada para indicar, de forma geral, os resultados da mensuração da atividade econômica considerando o todo. Neste segmento da economia não são tratadas unidades econômicas isoladas como família, empresa ou unidade do governo. A referência básica é a soma de todas as transações realizadas por todos os agentes em todos os mercados.

³ A visão quantitativa tem como objetivo identificar a presença e medir a frequência e intensidade de comportamentos, atitudes e motivações de um determinado público-alvo.

⁴ Refere-se a um conjunto de indicadores que impactam diretamente sobre o bem-estar e o dia a dia da sociedade.

Além das disputas teóricas travadas entre crescimento e desenvolvimento econômico, é imprescindível esclarecer que o próprio conceito de desenvolvimento é abordado por diversas óticas. No entanto, pelas breves passagens alinhavadas a seguir, percebe-se o fato de que o desentendimento ou simplesmente não consenso sobre o conceito de desenvolvimento, seu significado e como pode ser mensurado, constitui-se como um dos grandes debates acadêmicos a serem explorados.

Neste momento inicial da tese, é imprescindível ater-se à breves considerações, pois a discussão mais densa sobre a categoria do desenvolvimento, em especial ao desenvolvimento sustentável, será bastante explorada no segundo capítulo, contudo, é importante citar um trecho explanado pelo grande mestre Furtado, tratando da natureza do desenvolvimento, em que este afirma:

O desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação, de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso às formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um futuro melhor para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza e efetiva a melhoria das condições de vida desta população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. Ora, essa metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política (FURTADO, 1961 *apud* CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO, 2006, p. 25).

Dada uma breve síntese sobre desenvolvimento, cabe ainda destacar os ensinamentos de Oliveira (2006) sobre a sustentabilidade como um novo paradigma de desenvolvimento, em que cita Guimarães (2001):

A partir do entendimento de que o homem está intrinsecamente ligado ao meio e dele não pode ser separado, e ainda, que os seres humanos constituem o centro e a razão do processo de desenvolvimento, significa advogar um novo estilo de desenvolvimento que seja *ambientalmente* sustentável no acesso e no uso dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade; *socialmente* sustentável na redução da pobreza e das desigualdades sociais e promotor da justiça e da equidade; *culturalmente* sustentável na conservação do sistema de valores, prática e símbolos de identidade; *politicamente* sustentável ao aprofundar a democracia e garantir o acesso e a participação de todos nas decisões de ordem pública (GUIMARÃES, 2001, p. 55).

Para resumir, o desenvolvimento deve ser visto na sua forma mais ampla possível, a partir do atendimento mínimo das necessidades básicas da população, uma vez que colocando em destaque Martinelli e Joyal (2004):

O desenvolvimento só poderá ser considerado efetivo [...] se este constituir-se em desenvolvimento humano, social e sustentável, pois, quando se fala em desenvolvimento, deve-se estar buscando a melhoria da vida das pessoas e da sociedade como um todo (MARTINELLI; JOYAL, 2004, p. 14).

Evidenciando o conceito e a categoria para a realidade local, e baseando-se nesse entendimento; pode-se supor, pelo discurso dos formuladores do PDF-MA, que estes visam e demonstram apenas a elevação do volume de negócios, variável esta que contribui somente para o aumento do produto do Estado do Maranhão, sem debater seus verdadeiros impactos.

Nessa lacuna, ganha força a questão central proposta no estudo: quais os impactos da adoção do PDF-MA, principalmente no que tange à elevação do volume de negócios e a geração de emprego e renda dos trabalhadores (salários)? Variáveis estas que nos mostraram se o programa tem influenciado não só o crescimento, mas, principalmente, o desenvolvimento sustentável do estado, contribuído para o bem-estar da população.

Tal questionamento faz-se pensar em várias questões secundárias, calcadas na relação do conceito de trabalho⁵. Nessa esteira, adota-se a visão marxiana, que embora reconheça o impacto das mudanças em curso, como a reestruturação produtiva do capital, entende que o trabalho permanece como velha forma de experiência humana que se renova em permanência, interpela também nosso modo de compreender e agir sobre o mundo.

Por isso, o debate da centralidade do trabalho torna-se preponderante, como se pode perceber no trecho escrito por Camargo (2012) que fala sobre:

O desafio de visualizar melhor as contradições atuais nos modos de produção capitalista, compreendendo que apesar da diminuição quantitativa dos trabalhadores no centro produtivo do capital, o trabalho permanece como categoria central na criação de valor nos modos de produção capitalista, e categoria fundante para compreender e explicar as relações sociais de produção na sociedade contemporânea (CAMARGO, 2012, p.2).

De acordo com Sanches (2008), as mudanças nas formas de organização e gestão do trabalho tende a vir sempre para melhor servir ao capital, por isso a relação social estabelecida pelo modo de produção capitalista, desde seu início, possibilitou que homens “livres”, despossuídos dos meios de produção, e os compradores de

⁵ Trabalho aqui é entendido como uma categoria, que como expõe Marx (2008): são formas de serem, características da existência. Outra definição para categorias é que estas são elementos constitutivos de processos sociais, como percebidos por uma teoria ou visão do mundo.

força de trabalho se encontrassem para “realizar seus negócios” no mercado de trabalho recém-constituído. Assim, diante da falta de opção, sem terras e instrumentos de trabalho, camponeses expulsos da terra e produtores diretos (artesãos) venderam a única coisa que lhes restara para poderem subsistir: sua força de trabalho.

Desse modo surge a gênese do sistema capitalista, que nas próprias palavras de Marx (1985) pode ser sintetizada assim:

A produção capitalista começa, como vimos, de fato apenas onde um mesmo capital individual ocupa simultaneamente um número maior de trabalhadores, onde o processo de trabalho, portanto, amplia sua extensão e fornece produtos numa escala quantitativa maior que antes. A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar, para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista (MARX, 1985, p. 257).

É evidente que, desde que o capitalismo emergiu enquanto sistema dominante, o trabalho sofreu profundas transformações, pois como ensina Sanches (2008):

Por necessidade, derivada do espírito de competição, o capitalismo revoluciona constantemente seus instrumentos de produção e, para tanto, promove mudanças organizacionais e tecnológicas. Os ganhos de produtividade nesse sistema se iniciaram com a *cooperação*, mas ocorreram, sobretudo, com a divisão do trabalho empreendida no período da *manufatura*. Já a maquinaria, introduzida posteriormente, possibilitou um novo aumento da produtividade, o que no conceito marxiano também se revelou como uma expressão da extração da *mais-valia relativa* (SANCHES, 2008, p. 3).

Vistos tais conceitos, Sanches (2008) sabiamente explica que o trabalho no capitalismo se tornou uma mercadoria denominada por Marx como força de trabalho e, em sentido figurado, pode-se afirmar que mais do que usar a mão-de-obra, ou as mãos dos trabalhadores, o capitalista também se apropria de todos os outros membros do seu corpo e mente, o que possibilita retirar desta força a mais-valia⁶, necessária para a manutenção de um sistema social que congrega dentro de si diferentes classes sociais, em que uma sobrepuja e explora a outra para manter seu padrão de consumo e riqueza, sem se importar com o acirramento da desigualdade.

Por outro lado, se no início do capitalismo o trabalho era marcado pela concentração espacial e pela clara e explícita luta de classes, nos tempos atuais os capitalistas tendem a querer cada vez mais esconder a essência do fenômeno, por

⁶ Mais-valia é o termo usado para designar a diferença entre o valor da força de trabalho e o valor produzido pelo trabalho. Existem muitos cientistas e pensadores sociais que desenvolveram diferentes vertentes para conceber uma explicação para surgimento e o funcionamento do sistema capitalista.

isso em seu livro de 1993 “Condição Pós-Moderna”, Harvey considera que a tendência atual dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins (HARVEY, 1993, p. 144).

Diante dessa percepção, tem-se a nítida impressão de que há de se buscar novos métodos de exploração do trabalho. É nesse contexto que aparece a terceirização, um novo método que também se revela na integração das cadeias produtivas, como no caso do programa avaliado o PDF-MA. E embora o discurso seja de que investir nos ganhos de produtividade fazendo com que os “fornecedores locais” possam se adequar às necessidades do mercado (aqui o mercado sendo as grandes empresas) faz com que se gerem benefícios, pretensamente impactando a sociedade. No entanto, só faz sentido essas premissas se elas se articularem à categoria do trabalho, trazendo uma forma de benefício à sociedade.

Essa visão remete à seguinte compreensão: sem a geração de empregos e o aumento da renda, os benefícios do PDF-MA não podem se propagar pelo restante da economia maranhense. Partindo dessa premissa, têm-se como questões secundárias: Existem efeitos multiplicadores da geração de emprego e o aumento de renda derivado do PDF-MA? Quais as condições estabelecidas para as novas formas de trabalho terceirizadas? Existe preocupação da equipe gestora do programa em cobrar das empresas cuidados com o meio ambiente e com a sociedade, promovendo qualidade de vida para os trabalhadores e a população em geral?

É evidente que tais questões fazem com que seja possível a pavimentação de um caminho rumo à estrada da avaliação em curso, que trata sobre os impactos desse programa. Mesmo que se possa achar que se entende o fenômeno da implementação do PDF-MA, é necessário pôr em dúvida seus preceitos (aumento do volume de negócios e elevação de emprego e renda), à luz das categorias que podem revelar uma nova face, evidenciando suas consequências.

Para tanto, juntar todos esses elementos, a categoria do desenvolvimento sustentável e do trabalho, o próprio programa o PDF-MA, em um só estudo, possibilita descortinar um novo olhar, uma nova forma de organização social, entendida como as relações de produção, que se referem às relações entre classes sociais. Vendo por esse prisma, as relações de produção, conjuntamente com as forças produtivas, são os componentes básicos do modo de produção, a base material da sociedade.

Esta forma de raciocinar, sobre a base material da sociedade, está alicerçada no sentido inicial dado por Marx às relações entre estrutura econômica e produção social da existência humana, como ele explica no prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política:

Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta toda a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. (MARX; ENGELS, 1988, p.301)

Tendo em vista a relevância do modo de produção para a organização social, torna-se mais nítida a centralidade dos sujeitos envolvidos no processo, de um lado os grandes empreendimentos e os empresários locais, responsáveis pela promoção do PDF-MA, do outro a situação dos trabalhadores, configurando-se em uma clara distinção entre proprietários e não proprietários. Dessa forma, não basta identificar os sujeitos do processo, antes é preciso construir o objeto.

E para construir o objeto, é necessário identificar quais os condicionantes que existem para moldar o processo da vida social, política e espiritual, que tomaram forma a partir do PDF-MA. A princípio, através do processo de implementação do PDF-MA, é possível acessar sua aparência ou o que é propagandeado, das falas e veiculações que os idealizadores e operadores do programa emanam e também da percepção dos receptores, para que, através de repetidas aproximações da realidade, seja possível contemplar sua essência, uma vez que “o fenômeno indica a essência e a esconde; e sem a compreensão do fenômeno em suas manifestações, a essência seria inatingível” (KOSIK, 1986, p. 12).

Voltando da teoria ao trabalho de pesquisa que deu origem à tese aqui apresentada. Foi desenvolvido através de uma relação dinâmica entre sujeito e objeto, considerando o movimento dialético da realidade social. Desse modo, o processo metodológico comportou mudanças de estratégias visando o alcance dos objetivos propostos, particularmente em relação à identificação dos determinantes conjunturais e matrizes de interesses envolvidos na política pública em questão, como as dimensões, que são definidas como elementos importantes de determinada

realidade e ajudam na sua visão diagnóstica. Nas dimensões⁷ institucionais do PDF-MA, apresenta-se um roteiro, que permite avaliar três partes: econômica, social e ambiental.

As dimensões são os aspectos mais gerais, que fazem a integração das esferas institucionais macro e micro, cuja ênfase são as grandes características ou traços institucionais que, no seu conjunto, organizam uma identidade que será avaliada. Cada dimensão é composta por vertentes, que revelam algum aspecto peculiar daquela dimensão. Portanto, as vertentes são a expressão das situações da realidade a ser observada, avaliada e analisada.

Na primeira dimensão avaliada, a econômica, leva-se em consideração que a análise e o tratamento dos dados coletados foram encaminhados no sentido de responder às questões levantadas, buscando-se identificar e compreender os fatores que contribuíram para os impactos do PDF-MA, na perspectiva de aprofundar o conhecimento da realidade estudada.

Para isso, utilizou-se desde dados do IBGE e IMESC referentes ao PIB do Brasil, do Nordeste e do Maranhão, com a intenção de medir e comparar o crescimento econômico, expresso por essa vertente, desde o âmbito nacional ao local. Na sequência aferiu-se, com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), fornecidos pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), as empresas que são cadastradas e as que não são cadastradas no PDF-MA.

Por fim, ainda na dimensão econômica, utilizou-se dados da Secretária de Fazenda do Estado do Maranhão (SEFAZ-MA) sobre o valor adicionado das empresas participantes do programa, comparando ao das empresas que estão fora do PDF-MA, para que seja possível mensurar o volume de negócios gerado na adoção deste, averiguando o impacto dessa integração produtiva entre as mantenedoras, as apoiadoras, os fornecedores locais e as entidades de classe.

Em seguida, na segunda dimensão avaliada, a social, com base nos dados do MTE, fornecidos pela RAIS, fez-se a relação entre criação e destruição de empregos, aferindo o resultado líquido dos empregos gerados no Estado do Maranhão, no que tange às empresas que participam do programa.

⁷ Vale destacar que as dimensões traçadas na pesquisa se devem ao fato da escolha da categoria de trabalho “Desenvolvimento Sustentável”, visto que para os defensores dessa categoria o desenvolvimento teria três áreas, que seria: Econômica, Social e Ambiental.

E para operacionalizar a aferição dessa vertente ora mencionada, deve-se destacar que todos os dados utilizados nesse momento da tese foram obtidos através de um convênio firmado entre o Grupo de Estudos e Pesquisas em Macroeconomia (GRAMMA), vinculado ao Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão e o MTE, que disponibilizou a informação por estabelecimento, o que permitiu utilizar de forma agregada as empresas pertencentes ou não ao PDF-MA, sendo assim possível a aplicação da metodologia que é explicada a seguir, comparando com os dados do Estado do Maranhão.

Feito o registro, deve-se citar que, segundo Corseuil e Servo (2006, p. 12), “a análise da criação e destruição de postos de trabalho permite, portanto, buscar um melhor entendimento da conexão entre a dinâmica do emprego nas firmas e a dinâmica do emprego agregado”.

Portanto, o caminho a ser seguido deve ser a apresentação e clarificação dos conceitos e medidas empregados. Para isso, são necessários os conceitos básicos, que servirão como ponto de partida. A análise dos fluxos de empregos é uma base de dados que deve acompanhar as empresas ao longo do tempo, registrando o número de pessoas empregadas em um dado momento.

Além disso, revisa-se a metodologia e a taxa de criação de empregos utilizada por Corseuil e Servo (2006, p. 17), em que os autores expõem o seguinte:

É conveniente medir a mudança de oportunidades de emprego em termos de empresas que expandem ou que reduzem o emprego, ou seja, considerando o efeito líquido da mudança no emprego para cada empresa i , agregando posteriormente. Essa metodologia é proposta por Davis e Haltiwanger (1992). Representando por n o estoque de empregados de uma empresa ou estabelecimento no fim de um período, a variação líquida de emprego entre o período $t-1$ e t , isto é, a diferença entre o número de empregos criados ou destruídos, de modo líquido, em cada empresa, é definida como: $\Delta nit = nit - nit-1$. (1) A taxa de criação de empregos (Job Creation, JC) na economia é definida como a soma das variações do emprego daquelas firmas que tiveram crescimento (ou não-redução) do emprego, em porcentagem do emprego médio da economia. Baseia-se no número de oportunidades de emprego ou, grosso modo, o número de postos de trabalho criados entre $t-1$ e t para todas as empresas que expandiram o total de emprego no período considerado: $JC_t = \sum_{Mi=1} (\Delta nit / Et) I(\Delta nit \geq 0) \times 100$, (2) que $I(\)$ é a função indicador, que toma valor 1, se o critério é verdadeiro, e 0, se falso; Et é o número médio de pessoas empregadas nos períodos $t-1$ e t ($Et = \sum_{Mi=1} (nit + nit-1) / 2$); e $i=1, \dots, M$ é o número de empresas (ou de estabelecimentos) na economia.

Nessa passagem, os autores definiram como calcular a taxa de criação de empregos na economia, e foi esse cálculo que se aplicou no caso específico do PDF-MA. Da mesma forma como é importante definir o *Job Creation* (JC), precisa-se definir

a taxa de destruição, que segundo Corseuil e Servo (2006, p. 18) pode ser explicada desse modo:

De modo simétrico, a taxa de destruição de emprego (Job Destruction, JD) pode ser definida como a soma das variações de emprego negativas das firmas em porcentagem do emprego médio. Ou seja, o número de oportunidades de emprego destruídas entre t-1 e t, em relação ao emprego total, agregadas para todas as empresas que diminuíram o número de empregados no período considerado: $JDt = \sum_{M=1} (|\Delta nit| / Et) I(\Delta nit < 0) \times 100$, (3) em que I() é definido como anteriormente mencionado. Observe que JDt expressão valor absoluto da soma, sendo, portanto, sempre positivo. O uso do emprego médio entre dois períodos para calcular a taxa de criação (destruição) de emprego torna a medida simétrica para aumentos ou reduções do emprego. A medida tradicional de taxa de variação, ao contrário, que tem no denominador apenas o emprego no período anterior (t-1), varia de -1 a infinito, é assimétrica e igual o infinito para as empresas que nascem.

Assim, define-se a taxa de destruição de empregos (Job Destruction, JD) em uma dada economia. No entanto, não basta traçar essas duas medidas para se chegar a uma conclusão; é preciso então cruzar essas medidas para se chegar ao resultado líquido, que, conforme o pensamento de Corseuil e Servo (2006, p. 19), pode ser definido assim:

A terceira medida empregada na análise é a taxa de variação líquida de emprego de uma economia ou setor (Net Employment Growth, NEG), definida como: $NEGt = \sum_{M=1} \Delta nit / Et = Jct - Jdt$; (6) A taxa de variação líquida de emprego (NEGt) é a diferença entre as taxas de criação e de destruição bruta de emprego. Observe que NEGt pode ser zero e ainda assim a criação e a destruição de emprego serem positivas e significativas. Com efeito, qualquer variação em NEGt pode resultar de altas, moderadas ou baixas taxas de criação e destruição de emprego. Essa observação é importante por salientar que a variação líquida de emprego (NEGt) é um indicador incompleto das mudanças no mercado de trabalho, principalmente quando essas mudanças implicam custos de ajustamento tanto para as empresas como para os trabalhadores.

Diante da aplicação dessa metodologia, desenvolvida por pesquisadores do IPEA, chega-se à dinâmica do mercado de trabalho, tanto maranhense, quanto das empresas que compõem o PDF-MA, para entender se essas empresas participantes do programa têm tido um resultado melhor, visto que esse é o pretensão resultado que se pretende alcançar.

Com essas vertentes aferidas, foi elaborado um esforço para correlacionar essas variáveis, demonstrando a causa e o efeito, estabelecendo o impacto do programa, que pode gerar ou não efeitos multiplicadores, pois, como já explicitado, se o programa tiver êxito, terá caminhado no sentido do desenvolvimento sustentável, isso caso ele tenha conseguido gerar empregos e elevar a renda dos trabalhadores.

No tocante à parte qualitativa da pesquisa, serão realizadas entrevistas semiestruturadas, no sentido de avaliar de forma complementar a segunda e terceira dimensão: ambiental e social. E para que fosse possível operacionalizar a coleta de dados, foram selecionados os entrevistados, com a preocupação de obter uma quantidade suficiente que abrangeu todos os sujeitos envolvidos no processo de constituição e operação do programa.

Vencido esse percurso, passa-se à fase da exposição, que se inicia pela sistematização do estudo através da presente tese e isso inclui, além da introdução, um primeiro capítulo em que se abordará a contextualização histórica. Sendo este o alicerce que a pesquisa está fundamentada, analisando o ambiente que o PDF-MA vem se desenvolvendo.

Para desenvolver o primeiro capítulo, foi imprescindível a compreensão da reestruturação produtiva do capital, uma nova ordem mundial, que com o advento da tecnologia têm se implantado, gerando grandes transformações tanto no setor público, quanto no setor privado. Em seguida, colocaram-se em tela os desdobramentos nacionais do fenômeno da reestruturação produtiva, pois, as aplicabilidades dessas ações mais gerais foram diferentes nos diversos espaços de implementação. Após o entendimento do âmbito internacional e nacional, deve-se passar à Economia Maranhense, fortemente impactada por esses movimentos mais gerais do capital. Dando continuidade, é essencial revisitar a formulação e implementação do PDF-MA, programa alvo dessa investigação, visto que muito dos impactos gerados têm a ver com a forma com que o programa foi pensado, desenhado e posto em prática.

No segundo capítulo, tratar-se-á da fundamentação teórica, começando pela dualidade entre crescimento e desenvolvimento, velha disputa teórica, de onde nasce o conceito de desenvolvimento sustentável, categoria adotada pelo programa e por grande parte de uma nova corrente econômica, que vão além das questões situacionais, preocupando-se com o futuro, sendo que esta perspectiva deve se colocar através de uma análise crítica, visto que muitas vezes o que é propagandeado não é o que se entrega. Enfim, tratando-se de um programa voltado ao desenvolvimento, cabe analisar em profundidade a categoria trabalho, pois, esta se faz imprescindível visto que em última instância ela está imbricada na gênese do desenvolvimento, além de ser a base material da sociedade e é por meio do trabalho que os trabalhadores obtêm renda e por consequência seu sustento, tendo desdobramentos no mercado de consumo local.

Por fim, no terceiro e último capítulo, aborda-se o trabalho de campo realizado, uma avaliação de impacto, com técnicas quali-quantitativas, que irão responder à questão central levantada por este estudo. Essas técnicas irão aferir por meio científico os dados empíricos dispostos pelos sujeitos defensores do programa em análise.

E, finalizando, apresentam-se as conclusões pertinentes acerca do assunto abordado, tecendo as considerações finais, expondo os resultados a que se pode chegar, encerrando, assim, o presente estudo.

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O escopo do presente capítulo é fazer uma contextualização histórica do PDF-MA, visto que o objeto de estudo está imerso numa realidade e numa lógica que vem desde as mudanças estruturais do capital no mundo: passando pela realidade brasileira, até chegar ao Estado do Maranhão, local de realização da pesquisa. Nesse sentido, como pano de fundo, no primeiro item faz-se um breve debate sobre a reestruturação produtiva, destacando como se efetivam as mudanças no mundo do trabalho e a desintegração vertical das cadeias produtivas como estratégia capitalista.

No segundo item, são apresentados os desdobramentos nacionais da reestruturação produtiva, demonstrando como esse modelo foi aplicado no Brasil, já que em cada lugar ele assumiu uma determinada proporção. Para isso, reflete sobre a estratégia de produção regionalizada das grandes empresas e sobre a solução dos impactos regionais seletivos da “globalização”. No terceiro item, discutem-se elementos da economia maranhense, abordando os impactos do capitalismo na realidade local. O quarto revisita a formulação e implementação do PDF-MA.

1.1 Reestruturação produtiva do capital: um breve debate

Reflete-se, nesse item, sobre o processo de reestruturação produtiva tomando como referência os anos 70 do século XX, pois, segundo Harvey (2010): foi a partir desse tempo histórico que houve uma mudança de paradigma, em que possibilitou a ocorrência de profundas mudanças na economia política do capitalismo e alteraram a própria dinâmica desse modo de produção.

Por isso, em sua visão, Harvey (2010) expõe com propriedade que a mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação, ou seja, com produtos cada vez mais baratos.

Colaborando com essa visão, Antunes (1995) leciona que a resposta à crise do padrão de acumulação então vigente iniciou-se com a reestruturação produtiva do capital, sob o domínio do Neoliberalismo, com a transferência sistemática de capitais ao mercado financeiro, e baseou-se na Revolução Tecnológica.

Seguindo essa lógica, Harvey (2010) é enfático em dizer que a linguagem (e, portanto, a hipótese) que ele trabalha é a existência de eventos, como uma transição no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política a ele associada. Ainda, em seus ensinamentos, o autor citado teoriza sobre o regime de acumulação:

Descrever a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução de assalariados (HARVEY, 2010, p. 141).

É justamente por entender que o fenômeno da reestruturação produtiva é complexo e difícil de ser compreendido que didaticamente dividem-se em duas vertentes principais: as mudanças no mundo do trabalho e a desverticalização das cadeias produtivas, observando as consequências dessas profundas transformações que ocorreram. Atentando sempre para o fato de que ambas as vertentes fazem parte do mesmo fenômeno e por isso são integradas, uma variável depende da outra e por isso faz-se imprescindível analisá-las, para que se possa ter uma dimensão dialética ligada ao movimento em curso.

1.1.1 Reestruturação produtiva e as mudanças no mundo do trabalho

A reestruturação produtiva provocou transformações que foram desastrosas para a classe trabalhadora. Segundo Antunes (1999), houve perda da centralidade do trabalho por parte da classe proletária⁸, além da precarização das relações de trabalho, que tornaram a classe trabalhadora mais complexa e, portanto, enfraqueceram a sua unidade.

Esse enfraquecimento, na visão de Antunes (1999), acontece tanto pelo avanço das tecnologias, quanto pelo processo de terceirização a ele associado; assim como pela busca incessante dos capitalistas em aumentar a taxa de retorno do capital. O certo é que essas mudanças possibilitaram que fossem retirados direitos conquistados, o que enfraqueceu o movimento sindical e passou parte do seu controle para o “sindicato da empresa”, termo utilizado por Antunes (1999).

⁸ Esse termo refere-se a classe social formada pelos proletários, que se chama proletariado. Os proletários são os operários, os trabalhadores que só dispõem da força de trabalho para garantir sua sobrevivência e que para isso recebem remuneração pelo seu trabalho.

Para Harvey (2010) a influência da reestruturação produtiva não se deteve ao mundo do trabalho, seu aparato ideológico atacou incansavelmente o Estado, culpando-o por todas as mazelas da exclusão capitalista. De forma paralela a essa ofensiva ideológica, iniciou-se o que se faz presente nos dias atuais, a redução do Estado em relação às questões sociais e econômicas. Além da redução do Estado, este apontava para o surgimento do mercado como redentor das mazelas sociais, acabando por particularizar as questões sociais e as políticas sociais.

É importante deixar claro que concomitante à mudança de paradigma do Estado houve também uma “crise do sistema capitalista”; com uma mudança de paradigma também no sistema de produção e acumulação vigente no capitalismo. Sabe-se que o sistema anterior era ancorado no modelo keynesiano-fordista, que se caracterizava pela produção e consumo em massa, firmado no “compromisso” capital e trabalho, fixado pela regulação do Estado (HARVEY, 2010).

No entanto, esse “compromisso” e essa “regulação” do pacto do Estado Keynesiano mostraram sinais de colapso, seja pela crise de produção e de arrecadação, ou pelo fim da canalização dos conflitos entre capital e trabalho, e também devido à eclosão dos movimentos operários a partir da década de 1960. Esse conjunto de crises que os teóricos marxistas, como Harvey (2010), dizem ser a reprodução da crise estrutural do capital aliada à crise do petróleo, fez-se com que surgisse um novo paradigma de dominação e acumulação, caracterizado como “Acumulação Flexível”.

Percebe-se, então, que para Harvey (2010) o assim chamado “capitalismo flexível” emergiu como resposta à crise estrutural do capital e do modelo keynesiano-fordista e que se firmou pela prática da retirada de capitais do setor produtivo para aplicação no mercado financeiro; devido à associação, à informatização e pela enorme redução da mão de obra empregada, que fez aumentar o exército industrial de reserva, além da retirada sistemática de direitos sociais, colocando ênfase no legado neoliberal cuja dupla Thatcher-Reagan foram pioneiros.

Cabe, portanto, destacar que embora complexo, como se pode observar, o colapso do modelo keynesiano-fordista, ocorreu a emergência do fenômeno da reestruturação produtiva, que está estreitamente ligada à ascensão da chamada “Acumulação Flexível” e do Neoliberalismo. Essa nova forma de organização da produção, segundo Harvey (2010), pode ser definida da seguinte forma:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimentos de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2010, p. 140).

Com base nessa visão, entende-se que a acumulação flexível envolve rápidas mudanças, referentes aos padrões do desenvolvimento desigual. Isso diz respeito, segundo Harvey (2010, p. 140), tanto aos setores, quanto “entre as regiões geográficas, dando origem, por exemplo, a um grande deslocamento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como diversas indústrias novas em regiões até então consideradas subdesenvolvidas”.

Torna-se particularmente relevante o horizonte de tempo que leva para serem tomadas as decisões, tanto de caráter privado, quanto público. Portanto, para que seja possível reduzir o tempo de decisão, deve haver o avanço no desenvolvimento da comunicação e a queda nos custos em relação aos transportes, tornando real a propagação imediata das decisões em um espaço cada vez mais amplo e variado.

Tratando-se ainda da questão geográfica, Harvey (2010) destaca que as primeiras experiências desse modelo, denominado toyotismo, se deram na Suécia, na Itália e no Japão, sendo depois aplicado pelas demais nações capitalistas, como forma de superar a crise existente. Vale ressaltar que esse sistema de produção flexível permitiu acelerar o ritmo de inovação dos produtos, ao lado da exploração de nichos de mercado especializados e de pequena escala, ao mesmo tempo em que dependiam dela.

Aproveitando-se desse novo modelo da acumulação flexível, Antunes (1999) nos ensina que os capitalistas acabaram por lucrar, por ser mais fácil o controle, já que os trabalhadores se encontravam enfraquecidos. Redução da mão de obra empregada, retirada sistemática de direitos sociais, dessindicalização consequente, dentre outros. Esse fenômeno, com raras exceções, se amplia nos países capitalistas, principalmente nos considerados desenvolvidos.

Dessas explicações, pode-se aferir que o mercado de trabalho passou por uma reestruturação; isso foi possível graças a vários fatores, dentre os quais: volatilidade do mercado, aumento da competição e estreitamento das margens de lucro. Como consequência dos fatores citados, os capitalistas, aproveitaram para tirar proveito, propondo regimes e contratos de trabalho mais flexíveis.

Sobre as consequências citadas anteriormente, Harvey (2010) faz algumas considerações relevantes:

É difícil esboçar um quadro geral claro, visto que o propósito dessa flexibilidade é satisfazer as necessidades com frequência muito específicas de cada empresa. Mesmo para os empregados regulares, sistemas como 'nove dias corridos' ou jornadas de trabalho têm em média quarenta horas semanais ao longo do ano, mas obrigam o empregado a trabalhar bem mais em períodos de pico de demanda, compensando com menos horas em períodos de redução da demanda, vêm se tornando muito mais comuns. Mais importante do que isso é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontrato (HARVEY, 2010, p.143).

Analisando, especificamente, o desaparecimento do que Harvey (2010) denomina de "emprego regular", pode-se afirmar que as formas alternativas de emprego flexível não criaram por elas mesmas uma insatisfação forte em relação a essa forma de organização do trabalho, visto que a flexibilidade pode, às vezes, ser benéfica para os dois lados, tanto do empregador, quanto do empregado. No entanto, de uma forma macro, essas mudanças no mundo do trabalho não se apresentam, sob o ponto de vista dos trabalhadores, positivas.

Nesse sentido, a dinâmica produtiva toyotista, de característica flexível e fragmentada, termina por ampliar a exploração do trabalhador, conforme a seguinte explicação de Antunes (1999, p. 56):

O processo de produção do tipo toyotista, por meio dos *teamwork*, supõe, portanto, uma intensificação da exploração do trabalho, quer pelo fato de os operários trabalharem simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer pelo ritmo e a velocidade da cadeia produtiva dada pelo sistema de luzes. Ou seja, presencia-se uma intensificação do ritmo produtivo dentro do mesmo tempo de trabalho ou até mesmo quando este se reduz.

Portanto, ao contrário do modelo fordista, que envolvia operários e produção, que se caracterizavam por certa rigidez⁹ no processo produtivo, os operários e a produção toyotista se caracterizam pela multifuncionalidade do trabalhador, pela sua flexibilidade, pois este opera até cinco máquinas e tem a produção voltada para atender às necessidades individualizadas, fazendo com que o trabalhador seja mais produtivo, podendo assim haver um avanço da mais valia.

⁹ Termo utilizado por Harvey (2010, p.135), quando ele coloca "De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez".

As consequências dessas mutações para o mundo do trabalho e para a classe trabalhadora são, com certeza, importantes. Por isso, para um sistema de trabalho flexível tem que haver uma readequação do sistema de regulação que também deve se tornar flexível, com novas formas de estruturação. Consequentemente, as relações de trabalho, síntese do pacto até então vigente, se encontrariam em desacordo com a nova dinâmica de acumulação e precisariam ser deixadas a cargo do mercado, com práticas de negociação direta, logo, sem interferência do Estado, é o que se concretiza atualmente, na passagem do modo de produção fordista para o modelo japonês.

Com esse entendimento, para Antunes (1999) presencia-se um ataque frontal aos direitos do trabalhador. Surge, então, o trabalho precarizado em suas mais diversas formas (terceirizados, temporários, trabalho feminino, dupla jornada, entre outras), fundamentado pela desconcentração fabril e pela imposição psicológica gerada pela ideologia da produção flexível, caracterizado pelo “Toyotismo”.

Esse novo desenho do fazer produtivo levou a uma redução drástica do proletariado devido, sobretudo, à revolução tecnológica, que operou segundo Harvey (2010) a troca do “trabalho vivo” pelo “trabalho morto”, e, operou a retirada de capitais da esfera produtiva, deslocando do processo produtivo em si para a esfera da especulação financeira, criando um verdadeiro paradoxo.

Esse fenômeno da redução do proletariado levou a classe trabalhadora a ficar mais complexa e para ser entendida na sua heterogeneidade e totalidade, Antunes (1999) usa o termo “classe-que-vive-do-trabalho”, sendo este termo o paradigma de assalariamento, e não de emprego, para se entender a classe trabalhadora. De acordo com Antunes (1999), a classe-que-vive-do-trabalho vive sua “crise mais intensa”, pois vê afetadas não só a sua materialidade (devido a sua forma heterogenia), mas também a sua subjetividade e consciência.

E essa “crise mais intensa” permite o avanço dos Estados neoliberais, materializada através das suas políticas, que retiram o fôlego das lutas sindicais e buscam uma nova trajetória societária, levando a cooptação dos sindicatos, ao individualizar as lutas, buscando enfraquecê-las em suas realidades universais, já que a ação fragmentada do sindicalismo de empresa torna-se ainda mais latente a competição e o individualismo dentro da classe.

Dentro dessa lógica, conforme nos ensina Harvey (2010), o Neoliberalismo se propõe a dar suporte ideológico-político à reestruturação produtiva e à acumulação flexível. Por isso, concentrou esforços em um forte ataque ao Estado e às políticas

sociais de âmbitos universais. Esse ataque se concentrou na reorganização da estrutura estatal e de seu papel. Nesse sentido, a investida neoliberal qualificou a “satanização” do Estado, pondo-o como o responsável por todas as mazelas sociais. Como é possível perceber, para os neoliberais, a alternativa é a busca do mercado, para que todas as esferas da vida social tenham caráter privado; isso torna a procura pelos fundos públicos cada vez mais consistentes, operando-se na prática a socialização dos custos e a privatização dos lucros.

1.1.2 Desintegração vertical das cadeias produtivas como estratégia capitalista

Diante de todas as transformações que o fenômeno da reestruturação produtiva causou, torna-se essencial para o setor privado, principalmente as multinacionais, conseguir se adaptar a esse novo cenário; por isso, para a corrente neoliberal, a desintegração vertical das cadeias produtivas é mais do que natural, é o caminho a ser seguido. Vale salientar que, como uma forma de manter sempre crescente e positiva a relação entre dinheiro ganho por unidade de tempo por uma determinada empresa, a desintegração vertical de processos deve ser entendida com fundamento em um processo decisório que leve ao resultado de que comprar de fornecedores permite à empresa ter um lucro maior.

Baseados nessa concepção, Moura (2009, p. 21) diz que as empresas de grande porte estão sempre inseridas em um contexto de transação com outras empresas, seja para vender ou para comprar, e é nessa esteira que as organizações empresariais de todo mundo, independentemente de sua área de atuação, estão enfrentando uma nova realidade. Conforme o pensamento de Oliveira (2005), os cenários cada vez mais competitivos as pressionam a reestruturarem-se e munirem-se de novos instrumentos e técnicas para sobreviverem.

Portanto, segundo Moura (2009, p. 21), de um modelo no qual se integrava toda a cadeia produtiva, em que praticamente faziam tudo, passa-se a outra forma, na qual as grandes empresas buscam envolver outras na realização de suas atividades, sendo que esse processo ocorre por diversos mecanismos. Amato Neto (1995, p. 25) pondera que: “a concentração no negócio principal implica a redução do tamanho da cadeia interna de suas atividades, o que se denomina desintegração vertical ou terceirização de atividades”. Estratégia agora utilizada principalmente pelas grandes empresas.

Conforme se pode entender, para que essa desintegração ou terceirização possa acontecer, ela precisa estabelecer uma cadeia de fornecedores constituída por empresas competentes e capazes de atender às condições e níveis de qualidade de bens e serviços definidos pelas grandes empresas. Por isso, Moura (2009, p. 22) expõe a visão de Krugman (1991) que ensina que a atuação das empresas em cadeia é imprescindível para o sucesso delas, conforme o trecho abaixo:

Parece que o sucesso de uma indústria é em grande parte uma construção social – que empresas individuais não permanecem ou desaparecem como resultado de seus próprios esforços, mas depende dos efeitos mutuamente fortalecedores do sucesso de cada uma (KRUGMAN, 1991, p. 51).

Havendo essa interdependência das empresas, Moura (2009, p. 22) diz que surge a importância de se estabelecerem relações harmoniosas entre elas. Por isso a atuação entre empresas compradoras e seus fornecedores deve ocorrer de forma próxima, estabelecendo uma atuação marcada pela parceria.

No entanto, Bowersox e Closs (1996) explica que, para serem cada vez mais competitivas, é importante que as empresas possam contar com fornecedores locais competentes, que atuem em sintonia com as estratégias estabelecidas pelos grandes empreendimentos, visando alcançar melhores resultados. Fornecedores bem preparados e confiáveis podem representar um importante fator de sucesso, em especial, para as grandes empresas, como no caso maranhense do PDF-MA.

Tratando especificamente de fatores reais, Moura (2009, p. 36) ensina que as expressões “desintegração vertical de processos”, ou simplesmente “desintegração vertical”, fazem referência a um movimento de redução do tamanho das atividades desenvolvidas pela empresa, concentra-se no negócio principal, deixando a cargo de terceiros tarefas que podem ser desmembradas, reduzindo ou eliminando alguns processos produtivos.

Abstrai-se daí segundo Moura (2009, p. 37) o elemento central que representa o conceito de desintegração vertical, que está na expressão “redução do tamanho da cadeia de atividades” de uma determinada empresa. Com essa visão do elemento central, percebe-se que ele deixa o conceito de desintegração vertical em aberto e se passa ter clareza maior de que é preciso analisar tanto em ações precedentes, quanto em ações consequentes.

Nesse sentido, para Amato (1995) a eliminação de postos de trabalho, por exemplo, pode ser identificada de duas formas: como ação consequente de medidas

de melhoria de métodos e processos, sem ser obrigatoriamente redução do tamanho da cadeia de atividades de uma determinada empresa ou, por outro lado, como ação precedente e determinante de outras ações que levarão a esta redução.

Por essa conceituação, Antunes (1999) constata que, de alguma forma, as empresas irão possuir menos funcionários, o que, somando à perda de trabalho por questões tecnológicas, vai gerar um alargamento do número de pessoas que fazem parte do exército industrial de reserva e, como consequência, deduz-se que os salários ou remunerações dos trabalhadores irão declinar.

Para fins desta pesquisa, leva-se em consideração um conceito abrangente, pois surgem várias denominações para essa situação. Enfim, pode-se destacar que para se efetivar essa estratégia, pensada pelos formuladores da reestruturação produtiva, deve-se levar em consideração que uma cadeia de fornecedores necessita de uma coordenação, que faça dessa junção de empresas um processo unificado.

Por esse motivo, Moura (2009, p. 29) explica que o processo deve levar todos a um pensamento ganha-ganha, em que ao final deste processo todos lucrem; essa é a finalidade maior. Caso essa associação não aumentasse o lucro, não haveria sentido em existir. Assim, as empresas têm que criar uma base sólida, desenvolvendo em seus colaboradores padrões de qualidade, pontualidade, habilidades e conhecimentos, o que irá colocar essas empresas em uma posição favorável, com uma estabilidade que gere agregação de valor.

Outro acontecimento que se deve dar importância tem a ver com a questão legal, pois as bases contratuais da relação também têm que ser reestruturadas, buscando a máxima segurança possível para a empresa contratante, conforme pensamento de Moura (2009). Por isso, a priori, a desintegração vertical de uma cadeia produtiva é uma ação de âmbito geral que reconfigura as fronteiras entre as estruturas internas de uma determinada empresa e seu ambiente externo.

Pelo até aqui exposto, pode-se concluir que a relação entre os empresários necessita de cooperação. Esse conceito segundo Abramczuk (2001, p. 19) leva à interação que constrói valor, sendo, portanto, um mecanismo de integração social; nesse sentido, a desintegração vertical pode ou não trazer benefícios mútuos para os sujeitos envolvidos no processo.

Esses pensamentos, evidentemente, fazem parte do discurso da corrente neoliberal, levando-se a acreditar, pelo pensamento de Abramczuk (2001, p. 19), que, na organização de uma empresa, os vínculos entre os elementos constituintes de sua

estrutura interna são denominados “cooperação hegemônica”. Estes são subordinados à vontade de uma direção central e, por consequência, para essa corrente, os vínculos de cooperação entre empresas serão de cooperação contratual, subordinados à lei e ao direito.

Importa ressaltar que existem duas perspectivas do mesmo fenômeno, uma para as empresas que já existiam e as que ainda vão se constituir. Então, Moura (2009) preceitua que para as já existentes pode-se utilizar o termo desintegração vertical, porque nessa ocorre um processo de mudança de status, já que antes suas cadeias eram integradas. Mas, para as outras que ainda vão se constituir, é possível que elas sejam criadas com certas atividades logicamente necessárias; voltadas para a produção eficiente dos seus lucros e, portanto, engajadas no novo modelo de negócio enxuto, devido aos seus fornecedores, sem que ela mesma tenha alguma vez tido a propriedade e nem o controle dos recursos e dos processos necessários para levar adiante essas atividades.

É necessário esclarecer que a expressão ‘desintegração vertical’ apresentada por Abramczuk (2001, p. 20-21) possui um defeito intrínseco em seu conceito, pois pressupõe a existência de uma “integração vertical”, caracterizada por vínculos de cooperação hegemônica, que são deixados de lado, para ceder lugar a um novo momento caracterizado por vínculos de cooperação do tipo contratual. Este é o significado histórico da expressão, designando uma ação geral pela qual a empresa deixa de executar determinadas atividades logicamente necessárias, transferindo-as para a responsabilidade de fornecedores.

Por fim, começa-se a desvendar o caminho pelo qual o PDF-MA irá percorrer. A ideia é que a reestruturação na produção das grandes empresas, que ocorreu em grande medida em virtude da desverticalização das cadeias produtivas, necessite para se materializar do ambiente local a ser explorado.

Traçado esse percurso histórico, explicam-se os três itens subsequentes do capítulo em curso. A partir dos acontecimentos expostos, virão no próximo item os desdobramentos nacionais da reestruturação produtiva, visto que no Brasil esse fenômeno ganha contornos peculiares. Em seguida terá o item que nos conduzirá ao entendimento dos elementos da economia maranhense, ambiente em que será explorado o PDF-MA, sendo que vale destacar a influência direta desses movimentos mais gerais do capital. E o último item tratará a formulação e implementação do PDF-MA, que se coloca como esteio de realização local dessa lógica mais geral.

1.2 Desdobramentos nacionais da Reestruturação Produtiva

O presente item reflete sobre os condicionantes da reestruturação produtiva e, em especial, a forma como ocorre a inserção internacional do Brasil, principalmente no que diz respeito às estratégias das grandes empresas frente ao cenário da globalização da economia.

Destarte, destaca que, no Brasil, por ser considerada uma economia em desenvolvimento, os movimentos mais gerais do capital ocorrem com algum atraso, já que nossa realidade é marcada por certo subdesenvolvimento e subordinação aos interesses hegemônicos dos países centrais como expressa a teoria da dependência.

Segundo a corrente, capitaneada por vários pensadores e intelectuais¹⁰, como, por exemplo: Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Celso Furtado, Vania Bambirra, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, dentre outros, preconizam que a dependência pode ser compreendida como uma situação na qual a economia de certos países, como o Brasil e a América Latina, esteja condicionada ao desenvolvimento e expansão de outras economias.

Dessa forma, para esses pensadores os países centrais teriam uma dinâmica econômica livre, enquanto que os países periféricos, como o Brasil, só poderiam expandir suas economias como um reflexo da expansão dos primeiros, ou seja, uma dinâmica determinada por países hegemônicos. Nas palavras de Marini (2000):

A dependência é entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe (MARINI, 2000, p. 109).

No entanto, como fruto desse movimento, constata-se que, ao contrário do que se poderia esperar, a globalização reforça as estratégias de especialização regional; por isso, a nova organização dos espaços nacionais tende a resultar, de um lado, da “estratégia de produção regionalizada das grandes empresas” e do outro a “solução dos impactos regionais seletivos da “globalização”.

¹⁰ Vale destacar que embora esteja-se citando esses diversos autores, como parte de uma escola voltada a explicar a dependência, suas formulações têm linhas de argumentação e postulados diferentes, fazendo com que de um lado Celso Furtado represente a teoria estruturalista – Cepalina – da dependência e, de outro, Marini, Theotônio, Vânia e Caputo desenvolveram a teoria marxista da dependência, que teve Gunder Frank como percussor.

1.2.1 A estratégia de produção regionalizada das grandes empresas

Conforme visto anteriormente, aconteceram algumas transformações no mundo, tanto no setor privado, quanto no público. Sendo que, em todo o sistema capitalista, ocorreram mudanças, que desencadearam transformações na questão regional de diversos países. No Brasil, em especial, reforçou as estratégias do setor privado de especialização local e, é nesse contexto, marcado por transformações importantes, que se chega à década de 1990.

Nessa década, Araújo (1999) afirma que o ambiente econômico brasileiro sofre grandes mudanças. Dentre essas mudanças, devem-se destacar: a política de abertura comercial rápida e intensa, a prioridade para integração competitiva, as reformas profundas na ação do Estado, a implantação de um programa de estabilização da economia (Plano Real) e, por fim, de forma concomitante a essas mudanças, a promoção do setor privado como garantidor de uma reestruturação produtiva rápida e muito intensa.

Diante desse cenário, Araújo (1999) menciona que novas forças atuam para determinar a questão regional, umas priorizando a concentração, outras atuando no sentido inverso de desconcentração, em um movimento dialético. Baseando-se nessa dinâmica, a seguir demonstram-se os elementos de cada um desses movimentos, para que se possam compreender suas nuances e determinações. E dentre as forças que atuam no sentido de conduzir a desconcentração espacial, Araújo (1999) cita:

A abertura comercial que tende a favorecer “focos exportadores” e mudanças tecnológicas que reduzem custos de investimento. Aumenta, também, a importância da proximidade do cliente final para diversas atividades e merece destaque a ação ativa de governos locais oferecendo incentivos e atuando no sentido da desconcentração (ARAÚJO, 1999, p.15)

Contrário a esse primeiro movimento, Araújo (1999) mostra que existem outras forças que atuam no sentido da concentração de investimentos nas áreas, cujo há mais dinamismo e são mais competitivas dentro do país. Dentre elas para Araújo (1999) cabe destacar, em especial, os novos requisitos locacionais exigidos pelo setor privado para obter a acumulação flexível, como tendo por modelo:

Como a melhor oferta de recursos humanos qualificados, maior proximidade dos centros de produção de conhecimento e tecnologia, maior e mais eficiente infraestrutura econômica, proximidade dos mercados consumidores de mais alta renda (ARAÚJO, 1999, p.15).

Outro fator importante, conforme ensinamentos de Pacheco (1998), são os condicionantes da reestruturação produtiva no Brasil, em especial, a forma como o País está se inserindo na economia mundial; principalmente no que diz respeito às estratégias das grandes empresas frente ao cenário da assim denominada “globalização” da economia mundial. Essas estratégias, segundo Oman (1994), se resumem, ao contrário do que se poderia esperar, em reforçar a especialização regional, visto que a nova organização dos espaços nacionais tende a resultar da dinâmica da produção regionalizada das grandes empresas e também da resposta dos Estados Nacionais para enfrentar os impactos regionais seletivos da globalização.

Portanto, há uma tendência segundo Araújo (1999) a romper com o padrão predominante no Brasil das últimas décadas, em que a prioridade era dada à montagem de uma base econômica que operava essencialmente no espaço nacional, embora fortemente permeada por sujeitos econômicos transnacionais e leva lentamente ao processo de desconcentração das atividades em espaços periféricos do País. Nessa época, o Estado Nacional jogava um papel ativo nesse processo, através de seu planejamento, tanto por suas políticas explicitamente regionais, quanto por suas políticas ditas de corte setorial, ou pela ação de suas empresas estatais.

Na atualidade, as decisões sobre concentração ou desconcentração tendem a ser as do mercado, diante da crise do Estado e as novas orientações governamentais. Por isso, diversos autores destacam o lado da evidente indefinição e atomização que têm marcado a política de desenvolvimento regional no Brasil. Embora as tendências ainda sejam muito recentes, estudos têm convergido para sinalizar, no mínimo, a interrupção do movimento de desconcentração do desenvolvimento na direção das regiões menos desenvolvidas. (ARAÚJO, 1999)

Segundo Araújo (1999), alguns autores vão adiante e falam em reconcentração, como é o caso de Diniz e Crocco (1996):

No caso da indústria, estudos recentes permitem falar de tendência a concentração do dinamismo em determinados espaços do território brasileiro. Também identificando uma forte tendência à concentração espacial do dinamismo industrial recente, trabalho elaborado pelo mesmo Clélio Campolina, localizou os atuais centros urbanos dinâmicos do país, em termos de crescimento industrial. Constatou que a grande maioria deles se encontra num polígono que começa em Belo Horizonte, vai a Uberlândia (MG), desce na direção de Maringá (PR) até Porto Alegre (RS) e retorna a Belo Horizonte via Florianópolis (SC), Curitiba (PR), e São José dos Campos (SP). Das 68 aglomerações urbanas com intenso dinamismo industrial recente, 79 % estão situadas nas regiões Sul/Sudeste, 15% no Nordeste e apenas 6% no Norte e Centro Oeste (ARAÚJO, 1999, p. 6 apud CAMPOLINA DINIZ, 1996). Na sua maioria, são capitais ou cidades de porte médio, muitas delas bases

dinâmicas recentes, como Sete Lagoas, Divinópolis, Pouso Alegre e Ubá, em Minas Gerais; Araçatuba Pirassununga, Jau e Tatui, em São Paulo; ou Pato Branco e Ponta Grossa, no Paraná; entre outras (DINIZ; CROCCO, 1996 *apud* ARAÚJO, 1999, p. 6).

Tratando do processo de “deseconomias” de aglomeração, Araújo (1999, p. 6) preceitua que se devem excluir as maiores regiões metropolitanas (Rio de Janeiro e São Paulo) dessa concentração de dinâmica industrial, mas esta (São Paulo) concentra, cada vez mais, o domínio financeiro da economia nacional.

Esse fenômeno tem a aparência de um paradoxo, mas o certo é que, em uma conjuntura em que o mercado está sempre ganhando mais relevância, deixa consequências especiais nas políticas públicas de destaque como: a abertura comercial e a integração competitiva; aliadas a aspectos relevantes da política de estabilização da economia (como câmbio valorizado, juros elevados e prazos curtos de financiamento). Tais medidas tiveram impactos negativos em vários segmentos da indústria instalada no Brasil, como era de se esperar e afetaram de forma mais contundente o Estado de São Paulo.

Araújo (1999, p. 7) destaca que algumas empresas de gêneros industriais que fazem grande uso de mão de obra (calçados e confecções, por exemplo) têm buscado mudar suas fábricas e se realocar no interior do Nordeste, para competir com concorrentes externos, atraídas pela grande oferta de mão de obra, baixos salários e pela possibilidade de flexibilizar as relações de trabalho ao se mudarem.

Colaborando com a visão anterior, Araújo (1999, p. 7) expõe a ideia de Haddad (1996) e Clélio Campolina Diniz (1994) que destaca:

Mas esses fatos não alteram significativamente as tendências e as preferências locacionais identificadas pelos estudos de Campolina Diniz. Tendências e preferências que beneficiam as regiões mais ricas e industrializadas do país (o Sudeste e o Sul). Por sua vez, o Prof. Paulo HADDAD tem chamado a atenção para o reforço dado pelo Mercosul a essa tendência de arrastar o crescimento industrial para o espaço que fica abaixo de Belo Horizonte [...]. No que se refere às atividades do setor primário, constatava-se que, em décadas anteriores, a fronteira agrícola avançara na direção do Norte e, sobretudo o Centro Oeste. Essa última região passara de 11%, em 1968/70, para 23% em 1989/91, seu peso na produção nacional, face ao dinamismo intenso da produção de grãos (especialmente soja). No período mais recente (1991/94), a agricultura ganha presença na região Sul, que passa a responder por 52% da produção brasileira de grãos, contra 48% observados no triênio 1989/91. Vale destacar que, sozinho, o Rio Grande do Sul produz $\frac{1}{4}$ do total nacional, quantidade que representa quatro vezes a produção de grãos de todo o Nordeste e 10% a mais do que toda a produção da região Centro Oeste (HADDAD, 1996; CAMPOLINA DINIZ, 1994 *apud* ARAÚJO, 1999, p. 7).

No tocante à fronteira mineral, Araújo (1999) referindo-se ao seu dinamismo recente explica com propriedade que:

Seu dinamismo recente buscou áreas como o Pará, que já disputa com Minas Gerais o primeiro lugar como produtor brasileiro de minérios, Goiás (rico em amianto, estanho, fosfato e nióbio) e Bahia (com ocorrências diversificadas). No Nordeste, começa-se a investir na construção de gasodutos, aparecendo com reservas importantes de gás natural Estados como Bahia, Alagoas e Rio Grande do Norte. Sua tendência espacial recente foi, portanto, descentralizadora. Mas, as explorações recentes não foram industrializantes, como em Minas Gerais, onde se desenvolveu, associado à mineração, um complexo siderúrgico-metalúrgico-mecânico e de produção de material de transportes. Isso porque as novas áreas de exploração mineral (como Carajás) tenderam a especializar-se na produção para exportação, tendendo a constituir modelo tipo enclave. No que se refere à agroindústria, a atividade açucareira tem ampliado presença no Centro-Oeste e Sul. A agroindústria de processamento de produtos da agricultura irrigada avança também no Nordeste, mas a de suco de laranja continua mais dinâmica no Sudeste e de processamento de produtos da avicultura e suinocultura permanece mais forte no Sul. Percebem-se, assim, a dinamização de diversos focos dinâmicos em diferentes subespaços das macrorregiões, contrabalançando a tendência à concentração do dinamismo industrial. Vale lembrar, no entanto, que a agricultura, a extração mineral e a agroindústria não têm peso dominante na composição do PIB brasileiro (ARAÚJO, 1999, p. 7).

Por fim, para este estudo, é imprescindível destacar a vertente espacial descentralizadora, que busca especializações locais, principalmente de multinacionais focadas na produção para exportação, que foi palco de intensas batalhas de inúmeros governos; para atrair essas empresas, achando que elas iriam trazer o tão sonhado desenvolvimento sustentável para suas localidades.

1.2.2 A Solução dos impactos regionais seletivos da “globalização”

Neste item reflete-se sobre a forma como ocorreu a nova dinâmica de produção regionalizada das grandes empresas e a inserção do Estado para amenizar os impactos regionais negativos da globalização. No Brasil, ressalta-se que, em certa medida, este navegou ao sabor das diretrizes políticas e econômicas preconizadas pelos organismos internacionais multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), seguindo um receituário mais ligado ao neoliberalismo.

Por isso, para Brito e Mendes (2004), nesse período após a década de 1990, ocorreu o seguinte:

Uma sucessão de políticas econômicas inconsistentes com os desejos constantemente anunciados pelo governo em promover a prosperidade econômica, principalmente a partir de empreendimentos privados. Essa

estratégia de responsabilizar o setor privado pelo investimento produtivo mostrava-se contraditória com a condução da política econômica em toda a década de 90 (BRITO; MENDES, 2004, p. 8).

Contrário a esse movimento, Brito e Mendes (2004) explicam que surgiram as altas taxas de juros, praticadas no período que beneficiaram os rentistas em detrimento do setor público e do setor privado produtivo, em vez de financiar o investimento produtivo privado. Essa distorção implicou em escassez de crédito para o setor produtivo, bem como na mudança do próprio direcionamento das atividades, como, por exemplo, de empresas aplicando no mercado financeiro, ao em invés de investir nas suas atividades, por conta de retornos financeiros altamente atraentes, com certa segurança, o que desestimula o investimento produtivo.

No entanto, não é propósito desta tese chegar a uma conclusão sobre de que forma se deu a implementação do neoliberalismo no Brasil. Segundo Brito e Mendes (2004) não se pode discordar, ou mesmo abrir uma discussão a respeito do fato de o Estado brasileiro encontrar-se em apuros e de necessitar de urgentes reformas em todos os seus setores (fiscal, tributário, previdenciário, dentre outros), ou mesmo, concordar com a supremacia presumida do setor privado sobre o público, visto que este não se apresenta capaz de realizar os investimentos necessários, a exemplo do que ocorreu em décadas passadas. No entanto, em nenhum período da história da pátria observou-se tamanho "entreguismo" e dependência, com enormes retrocessos.

Nesse movimento dialético, para Brito e Mendes (2004) abriu-se a economia de maneira indiscriminada e privatizaram-se os principais ativos do Estado e justamente, por isso os autores argumentam e fazem os seguintes questionamentos:

Pode-se argumentar que algumas estradas melhoraram e vários serviços públicos foram ampliados, dentre outros, mas cabem aqui diversas indagações: todos os brasileiros podem pagar ou mesmo dispor dos mesmos? Para quem irá a conta quando os contra efeitos tornarem-se evidentes e de difícil controle, como aparentemente caminham?

Nessa mesma sintonia, Tavares (1996, p. 2) vai além, e diz:

Além dos desempregados e dos sem-terra, o que fará a maioria da população que vive de serviços onde se acotovelam desde a elite dos trabalhadores da infraestrutura decadente, dos setores financeiros falidos e de alta tecnologia sucateada, até a maioria esmagadora dos trabalhadores braçais, das classes médias, dos funcionários públicos desmoralizados e dos miseráveis deste país? Devem devorar-se uns aos outros, com a bênção do mercado flexível e desregulado enquanto não chega o Admirável Mundo Novo?

Ademais, Brito e Mendes (2004) lecionam que o sucesso inequívoco da estabilização se tornou meio e fim, a despeito de qualquer outro mal econômico ou social que pudesse justificar o seu elevadíssimo custo, o tripé macroeconômico baseado em metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário, jamais pode ser questionado.

A "conta" do fim da inflação, passada a euforia dos primeiros anos do Plano Real, recaiu sobre os salários, sobre o crescimento, sobre o desemprego e outros males que uma moeda mais estável não foi capaz de resolver; além disso, o câmbio apreciado massacrou a indústria nacional e os superávits primários estrangularam a capacidade do estado de promover bem-estar social e realizar investimentos.

Por esses e outros fatores, a década de 1990 parece ter estacionado, ou mesmo, conforme alguns critérios, "andado para trás". Permanece o desafio de refletir intensamente sobre esse período, tentando entender o que nele se passou, para que talvez a economia brasileira encontre melhores caminhos. (BRITO; MENDES, 2004).

É nesse sentido que vale destacar, dada a conjuntura econômica nacional, os caminhos que os estados utilizaram para poder "remediar" alguns desses efeitos colaterais. Sem dúvidas um dos caminhos adotados foi a atração de grandes investimentos focados para exportação, ação essa que pretensamente iria garantir o desenvolvimento social e econômico.

No entanto, percebe-se que só esse caminho não iria conseguir mitigar as mazelas, em alguns casos até acentuaria, o que faria com que a população se voltasse contra a estratégia dos estados e as grandes empresas. Esse processo se torna bastante evidente, porque esses grandes investimentos não geram tantos empregos, nem aumenta significativamente a renda dos trabalhadores envolvidos, ademais recebem enormes benefícios como doação de terrenos, alocação de infraestrutura, como luz e estradas, incentivos fiscais, capacitação de mão de obra, dentre outros. No entanto, o retorno é bastante questionável, já que não gera impostos, porque são isentos com a lei de desoneração de exportações, fazendo com que se configurem mais como "economias de enclave".

Diante desta situação e dos acirramentos e das tensões sociais, o Estado e as grandes empresas se acham obrigados a resolver a situação; como isso não é possível em sua totalidade, então miram pelo menos em mitigar os efeitos. Por isso, se deve olhar o PDF-MA, pois, em sua origem o Estado tenta dar resposta à queda do seu produto e de sua arrecadação e tenta supostamente amenizar a questão do

desemprego. Finaliza-se, assim, a análise das configurações nacionais na qual surgiu e tomou forma a política pública estudada.

1.3 Elementos para entender a Economia Maranhense

Se a lógica no mundo é uma profunda transformação, na economia e nas relações sociais, a partir da década de 1970 do século XX, conforme foi explicado nos itens anteriores, percebe-se, claramente, que esse movimento se instala no Brasil por volta da década de 1990¹¹ do mesmo século, indicando que, mesmo de forma retardatária, tais preceitos irão ganhar forma e se materializar através das políticas públicas propostas a partir desse período.

Quando se passa essa reflexão para o âmbito local, torna-se perceptível que no estado do Maranhão não seria diferente, até porque, embora o capitalismo e a dinâmica social sejam combinados e desiguais em sua essência, em algum momento, há de chegar os desdobramentos desses movimentos mais gerais do capital no âmbito local.

Vale destacar que o estado do Maranhão nunca teve uma política de industrialização e adensamento das cadeias produtivas, principalmente voltadas para o mercado interno. Muito pelo contrário, a nossa lógica econômica está bastante atrelada ao mercado internacional, ao rápido crescimento, a um modelo de crescimento denominado de “Economia de Enclave”.

Não obstante ao modelo adotado, é importante perceber, conforme preceitua Pessoa (1996), o potencial de crescimento extraordinário da nossa economia, como ele demonstra no trecho abaixo:

Nos últimos vinte anos, a Economia maranhense vem experimentando modificações significativas em sua base econômico-produtiva, o que lhe tem resultado numa dinâmica econômica substantivamente diferenciada da verificada para os demais Estados da região. O desempenho da Economia maranhense no período 1970/90, se avaliado pelo critério da evolução do Produto Interno Bruto (PIB), pode ser considerado bastante satisfatório. Dentre os Estados do Nordeste, o Maranhão foi o que apresentou a maior taxa anual de crescimento do PIB (8,88% a.a.), seguido dos Estados do Rio Grande do Norte e Piauí [...]. Ressalte-se ainda o maior dinamismo da Economia maranhense no período de crise dos anos oitenta, quando cresce a um ritmo consideravelmente mais intenso que o verificado para as demais economias da região Nordeste (PESSOA, 1996, p. 3).

¹¹ Não é que a história tenha um caráter cronológico e etapistas, mas as coincidências de períodos, nos diversos espaços (Mundo, Brasil e Maranhão), não são uma mera coincidência, na verdade esse fenômeno acontece, porque uma nova corrente dominante na economia toma forma, o neoliberalismo.

Observa-se que o Maranhão possui grande dinamismo, no entanto, cabe explicar algumas características do estado em que se desenvolve a política pública em foco, com a finalidade de se ter uma dimensão real da economia maranhense, que deu suporte ao desenvolvimento do PDF-MA.

Nesse sentido, Paula e Holanda (2011) começam a traçar as linhas gerais do processo histórico da formação da economia maranhense pela divisão elaborada por Arcangeli (1987, p. 92-106), que propõe quatro fases distintas para a economia maranhense, sendo elas: “a) conquista e povoamento inicial; b) inserção na divisão internacional do trabalho; c) ‘involução’ econômica; d) inserção na divisão nacional do trabalho”. É importante destacar que a história não é feita por etapas, no entanto, didaticamente se separam os períodos, para que possa ficar mais fácil e simples a compreensão de suas principais características.

Para o estudo, torna-se oportuno focar na última divisão, que trata da inserção maranhense na divisão nacional do trabalho. De forma mais precisa, a partir da segunda metade da década de 1970, pois como ensina Holanda (2009) é nesse período que começa a fase dos grandes projetos, que irão sobrepondo-se à base da pecuária extensiva e da economia camponesa tradicional, fixar os contornos socioeconômicos atuais do estado.

Sobre esse ponto de partida vale a pena verificar as afirmações de Holanda (2009), quando o mesmo indaga que:

A partir da segunda metade da década de 1970 começa no Maranhão a fase dos grandes projetos, que irão sobrepondo-se à base da pecuária extensiva e da economia camponesa tradicional, fixar os contornos socioeconômicos atuais do estado. Os grandes projetos foram desenhados a partir do II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento – Governo Geisel, 1974-1978), sob a bandeira do Projeto Grande Carajás, com a instalação da Companhia Vale do Rio Doce na Ilha do Maranhão, o aproveitamento da estrada de ferro existente e a instalação da Alumar (consórcio multinacional voltado à produção e exportação de alumínio em lingotes), além da expansão, com incentivos e subsídios federais e estaduais de projetos agroindustriais tais como eucalipto e bambu para celulose, pecuária bovina, cana de açúcar e álcool (HOLANDA, 2009, p. 12).

Cabe ressaltar que todos os projetos citados foram impulsionados por obras de infraestrutura, com um grande aporte de investimentos governamentais, tendo como exemplo um trecho da obra de Paula e Holanda (2011) que retratam:

A construção de rodovias, em especial a BR-135 que associada a BR-316 interliga São Luís ao Nordeste, e Linhas de Transmissão de energia elétrica - “Linhão” Tucuruí (PA) - São Luís (MA), dentre outras, determinando a expansão da atividade portuário-industrial e das outras indústrias ali instaladas (PAULA; HOLANDA, 2011, p. 7).

A partir do início da década de 1980, ocorre a instalação de guserias no Maranhão e no Pará, que segundo Paula e Holanda (2011) levaram também à expansão da atividade de desmatamento voltado à produção de carvão, que impactou de forma significativa as regiões, central e leste, do Estado.

Em um período mais recente, ganha relevância a diminuição da oferta de madeira proveniente de matas nativas do Pará e Maranhão, e as crescentes restrições interpostas pela legislação ambiental estão trazendo investimentos no estado com vistas à produção de carvão a partir de reflorestamento de eucalipto.

Tendo observado as considerações anteriores sobre a economia maranhense, Paula e Holanda (2011) chegam ao panorama da situação econômica das décadas de 1970 e 1980. Para eles ao final da década de 1970 uma nova frente de ocupação econômica se delineava, com o avanço da agricultura graneleira mecanizada (principalmente soja, mas também milho, arroz e algodão) no sul do estado, a partir da região de Balsas, e no final da década de 1980, teve um novo avanço de um segundo polo de agricultura graneleira mecanizada, agora na região leste do estado.

Paula e Holanda (2011) relatam, ainda, que a dinâmica econômica do Maranhão passa a ser determinada pela chegada dos chamados grandes projetos mineiro-metalúrgicos¹²; com destaque para a ALUMAR – indústria de base operando no beneficiamento da bauxita oriunda do Pará, produzindo alumina e alumínio; e Projeto Grande Carajás envolvendo três estados: Pará, Maranhão e Tocantins – extração de minérios, principalmente de ferro da Serra dos Carajás (PA), sendo

¹² Segundo o artigo de Policarpo Lima, intitulado “Economia do Nordeste: Tendências recentes das áreas dinâmicas” publicado na Revista Análise Econômica, ano 12, março a setembro 1994, Nº 21 e 22, ele nos explica na página 69 que: “Algumas implicações desses projetos na estrutura produtiva do Maranhão, ao longo dos anos 80, podem ser evidenciadas o PIB total do Estado, por exemplo, aumentou de US\$ 2.059,2 milhões em 1980 para US\$ 3.045,7 milhões em 1987, tendo o produto da indústria ampliado sua participação no total de 14,3% para 20,8% (Dados do Governo do Estado do Maranhão) [...] Como já comentamos, a CVRD tem tido uma participação das maiores nessas mudanças. Seus dispêndios no Projeto Ferro Carajás (PFC) situam-se em US\$ 2,9 bilhões, sendo destes 14% investidos nas instalações do porto de Ponta da Madeira, 20% nas minas, 10% na infraestrutura e 56% na Estrada de Ferro Carajás (EFC). Daí resultou a criação, apenas no Maranhão, de 1300 empregos diretos e 1200 empregos indiretos e importantes impactos sobre o nível de renda e consumo de São Luís (os menores salários do Vale situavam-se em torno de U\$ 300,00 em maio de 1992), sobre a construção civil e setor imobiliário e etc.”

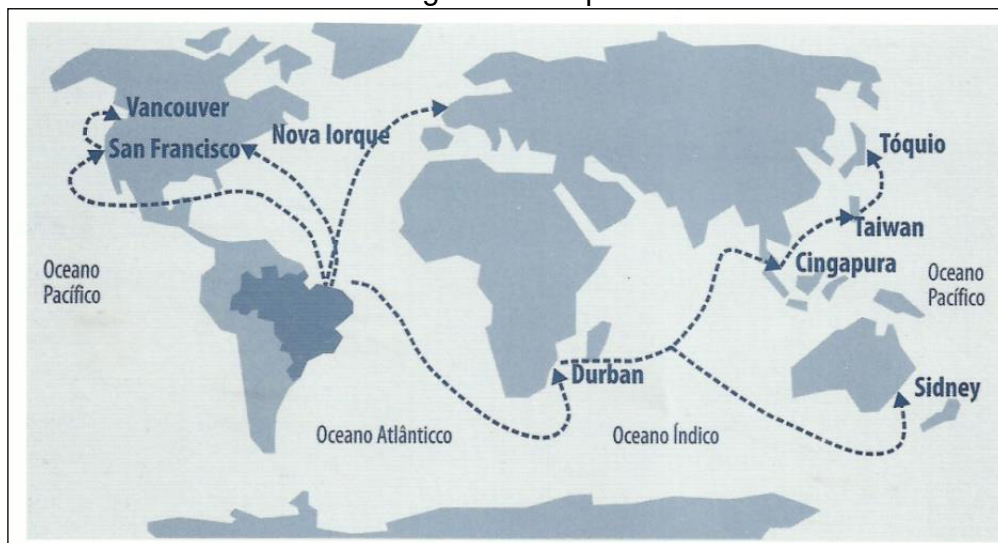
transportadas por trem da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), através da Estrada de Ferro Carajás até o Porto da Ponta da Madeira, em São Luís, para exportação. Entende-se, então, que os produtos do complexo minero-metalúrgico e a soja constituem, então, os responsáveis pela reinserção do Maranhão no mercado externo.

Vistas essas primeiras impressões sobre o desenvolvimento socioeconômico, cumpre destacar algumas características essenciais do estado do Maranhão, para que seja possível uma associação com a dinâmica do desenvolvimento, chegando então ao panorama que deve ser levado em consideração, para implantação do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores - PDF-MA.

Faz-se relevante antes por em evidência o fato de que o estado do Maranhão é muito rico, quando diz respeito às suas características naturais, pois, como vamos explicar adiante, são poucos os estados no Brasil e também se comparado a outros países do mundo, que possuem tantos atributos essenciais como o nosso estado.

A primeira dessas características é a posição geográfica maranhense¹³, pois foi justamente esse fator que levou o Estado a ser privilegiado em termos de logística, visto que ele apresenta vantagens consideráveis em relação ao comércio internacional, pela facilidade de ligação da capital, São Luís, aos grandes mercados consumidores e exportadores dos Estados Unidos, da Europa, da Ásia e da África, conforme apontado na Figura 1, a seguir.

Figura 1 - Mapa



Fonte: NATRONTEC (apud FREITAS, 2009).

¹³ O Estado do Maranhão localiza-se no extremo oeste da Região Nordeste. Limita-se com três estados brasileiros: Piauí (leste), Tocantins (sul e sudoeste) e Pará (oeste), além do Oceano Atlântico (norte). Sua área é de 331 937,450 km², possuindo 217 municípios, sendo o segundo maior estado da Região Nordeste do Brasil e o oitavo maior estado do Brasil, tendo o segundo maior litoral da costa brasileira.

Em se tratando de canal de escoamento da produção, verifica-se a posição privilegiada do Porto de Itaqui, na capital maranhense, em relação a alguns portos do mundo. Para fazer um comparativo simples, enquanto que do Porto de Itaqui para o São Francisco (USA), a distância chega a 5.767 milhas náuticas, partindo do Porto de Santos em São Paulo, para este mesmo destino, percorrem-se 8.126 milhas náuticas. A seguir coloca-se o Quadro 1, fornecido pelo Governo do Estado do Maranhão que expõe as principais distâncias entre portos nacionais e internacionais.

Quadro 1 – Distâncias entre portos nacionais e internacionais

	Itaqui (MA)	Tubarão (ES)	Rio de Janeiro (RJ)	Santos (SP)	Rio Grande (RS)
Rotterdan (Holanda)	4.143	5.393	5.673	5.893	6.499
Hamburgo (Alemanha)	4.419	5.669	5.949	6.169	6.775
Nova Orleans (EUA)	3.355	5.215	5.495	5.715	6.321
São Francisco (EUA)	5.767	7.626	7.906	8.126	8.732
Canal do Panamá	2.483	4.342	4.622	4.842	5.448
Tóquio (Japão)	12.524	11.831	11.862	11.982	12.034

Fonte: Governo do Estado do Maranhão (2009).

Deve-se ressaltar que o Porto de Itaqui¹⁴, em São Luís, atualmente é o segundo em profundidade no mundo, ficando atrás apenas do de Roterdã, na Holanda, e um dos mais movimentados do País, servindo para escoar a produção industrial e de minério de ferro vinda de trem da Serra dos Carajás, atividade explorada pela “Vale”. A estratégica proximidade com os mercados europeus e norte-americanos fez do Porto uma atraente opção de exportação, mas padece de maior navegação de cabotagem.

¹⁴ O Porto do Itaqui é um porto brasileiro localizado na cidade de São Luís, no estado do Maranhão, sendo conhecido nacionalmente por ter uma das maiores amplitudes de maré do Brasil, chegando a aproximadamente oito metros. Ele está localizado no interior da Baía de São Marcos e seu acesso hidroviário não conta com a formação de barra, sendo que o canal de acesso possui profundidade natural mínima de 27 metros e largura aproximada de 1,8 quilômetros.

Percebe-se, por essas explicações, da formação da economia maranhense e das características do Estado, principalmente no tocante a posição geográfica, que o Maranhão tem um enorme potencial e, portanto, apresenta-se como um importante vetor de desenvolvimento nacional, além de propício ao desenvolvimento de negócios.

Foi a partir dessa visão do potencial maranhense e do cenário que se desenhava que se institucionalizou o ambiente propício para implementação do PDF-MA no Estado, ressaltando-se que, no Maranhão, muitos acadêmicos e estudiosos criticam a falta de industrialização¹⁵ do estado, além de salientarem que os grandes empreendimentos se tornaram, como no caso do Espírito Santo, grandes enclaves.

1.4 Formulação e Implementação do PDF-MA

Nesse contexto, explanados nos itens e subitens anteriores, pode-se notar que tal problema se deu desde a década de 1980¹⁶, quando iniciou a vinda dos primeiros empreendimentos de grande porte para o Estado do Maranhão, ou seja, a situação problema, que era o fato de os grandes projetos acabarem por se transformar em enclaves, demandando a infraestrutura local, mas deixando muito pouco, no final, para o Estado e para sua economia.

Esta situação problema se tornou uma questão social, pois, a população começou a não ver com bons olhos a vinda desses grandes empreendimentos, questionando o Estado e pressionando-o no sentido do custo benefício para o mesmo, sendo que o Estado gastava muitos recursos, como doação de terrenos, isenção de impostos, gastos com infraestrutura, e outros, para poucos benefícios gerados para a sociedade maranhense.

Percebendo esta situação, Freitas (2009) expõe que o Governo do Estado do Maranhão no ano de 1999 procurou a Companhia Vale do Rio Doce, que sugeriu a implantação de um Programa similar ao implantado supostamente com êxito nos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, objetivando, principalmente, o

¹⁵ Segundo dados do IMESC o Estado do Maranhão possuía em 2014 o PIB de R\$ 76,843 bilhões, sendo que ocupava 17º colocação no ranking dos PIBs dos estados brasileiros. A participação da distribuição setorial no Valor Adicionado Bruto do Estado do Maranhão, por atividades econômicas, no ano de 2014, ficou assim distribuída: Agropecuária 10,8%, Indústria 17,9% e Serviços 71,3%. Com esses dados identifica-se que a participação da indústria poderia ser muito maior, visto seu potencial.

¹⁶ Percebe-se aqui a correspondência temporal entre os períodos de implantação dos grandes empreendimentos no Estado do Maranhão e do Espírito Santos, se alinhando com as mudanças mais gerais do capital. Grandes empreendimentos, em regiões de logística privilegiadas, voltados para atender o mercado externo.

desenvolvimento tecnológico e a geração de emprego e renda, mediante a realização e o aumento dos negócios dentro do Estado do Maranhão.

Por isso, no âmbito da avaliação em curso, o último item propõe um olhar crítico sobre os elementos contextuais do universo do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Estado do Maranhão, considerando-se os seguintes aspectos, que se evidenciaram no decorrer da pesquisa desenvolvida.

No primeiro subitem, inicia-se o texto com uma breve reflexão sobre a inserção do PDF-MA na agenda governamental. Este subitem traz uma percepção valiosa, pois ajudará a desvendar a origem, a forma e a materialização das nuances e determinantes que foram importantes para que o PDF-MA pudesse adentrar na agenda do governo maranhense.

Dado o exposto, no segundo subitem, faz-se uma reconstituição dos sujeitos, interesses e racionalidades envolvidas no PDF-MA, cujas relações serão observadas de vários pontos de vista diferentes, para que se possa ter uma visão de como se estruturaram as dimensões da avaliação política da política.

Em seguida, no terceiro e quarto subitem, explica-se a metodologia de atuação do PDF-MA, em que se mostra o modo de operação do programa, sendo então explicada a base de sustentação cujo programa se ancora, determinando a sua filosofia e metodologia. Por isso, estes subitens tornam-se fundamentais, pois é a partir deles que será possível analisar as demais considerações abordadas posteriormente.

Com esse panorama traçado, têm-se todos os elementos indispensáveis para que seja possível visualizar os elementos contextuais e que são partes constitutivas dos impactos gerados pelo PDF-MA, fazendo com que se possa ter uma real noção de como se constituiu o programa estudado. Vale salientar que, como toda política pública, o PDF-MA, pretensamente, visa contribuir para o bem da sociedade, mas, para que seja possível aferir isso são necessários estudos que possam se aprofundar nos resultados trazidos pela ação direta do programa.

1.4.1 Inserção do PDF-MA na agenda governamental

A formação da agenda política é uma etapa importante do processo de formulação das políticas públicas, porque segundo Silva (2008) permeia e define os problemas a serem levados a cabo por políticas e programas, na ação governamental.

No entanto, os processos pré-decisórios de definição da agenda permanecem como uma questão ainda pouco explorada no campo das políticas públicas.

Busca-se, então, neste subitem, identificar quais são os fatores desencadeadores da inserção do PDF-MA na agenda do governo maranhense e qual o problema a ser resolvido, para que o programa obtenha o *status* de agenda formal, em detrimento de alternativas viáveis. Portanto, considera-se que o problema seria, nesse sentido, a origem da inserção na agenda e deve-se elaborar uma sucinta retrospectiva dos condicionantes históricos que moldaram o PDF-MA.

Dessa forma, explanar-se-á sobre a trajetória percorrida pelo programa, desde o contexto em que ele se originou no estado do Espírito Santo até a sua adoção pelo Governo do Estado do Maranhão, destacando à luz da teoria no campo das políticas públicas como se definiu o limiar de intensidade a partir do qual a política pública em questão foi desencadeada.

Percebe-se, então, que para falar do programa em questão, é imprescindível voltar ao ano de 1995 e ao estado do Espírito Santo, em que se deu o início dos moldes da política pública mencionada. Antes, contudo, de relatar o seu nascimento, os primeiros passos e a metodologia em que foi baseado, Freitas (2009) nos ensina que é preciso, para entendê-lo de forma aprofundada e compreender como ele entrou na agenda, traçar uma situação do momento específico, ligando-a ao próprio desenvolvimento da economia do Espírito Santo, que, diga-se de passagem, tem muitas semelhanças com a economia do estado do Maranhão, como será demonstrado posteriormente.

Conforme expõe Freitas (2009), a economia do Espírito Santo sempre foi marcada pela área agrícola. Desde o início da colonização, com Vasco Fernandes Coutinho, a agricultura foi a mola que moveu a economia local, com o café obtendo absoluta prevalência entre as culturas, de tal modo que um pequeno estado, como o Espírito Santo, transformou-se no segundo maior produtor brasileiro do produto.

A industrialização ou a tentativa de mudar o perfil econômico local segundo Freitas (2009) é bem mais recente e ocorre, para usar uma analogia apropriada, aos soluços. Primeiro, no início do século XX, com o governo Jerônimo Monteiro, que patrocinou e incentivou a implantação de algumas indústrias principalmente em Cachoeiro de Itapemirim, e, mais tarde, com o governo Jones dos Santos Neves, um dos primeiros a refletir e pensar o Espírito Santo de modo diferente, já em meados daquele século.

Portanto, a alteração do perfil se deu a partir dos anos 1970 do século passado¹⁷, e o responsável por ela foi o governador Christiano Dias Lopes Filho. Freitas (2009) coloca que foi dele a iniciativa da criação de organismos destinados ao planejamento estadual e à adoção de incentivos fiscais, visando, exclusivamente, à ampliação do parque industrial do estado e o que foi feito pelo Governo do estado teve muito a ver com alguns passos dados inicialmente pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Como primeiro passo, Freitas (2009) explica que a Vale decidiu construir o Porto de Tubarão e, por ele, fazer toda a exportação de minério de ferro para o exterior, o que significou um grande investimento¹⁸. O porto, na verdade, foi o primeiro grande projeto que o Estado recebeu e representou uma ótima oportunidade de crescimento da economia local, mas a visão do governo, no entanto, não se volta ainda para grandes projetos.

Estavam postas duas visões antagônicas, como exemplifica Freitas (2009, p.24) no trecho narrado a seguir:

A do Governador Dias Lopes que achava que era preciso construir uma economia sólida baseada nas pequenas empresas, com indústrias locais de porte não tão grande, sustentáveis pelas vendas internas¹⁹, ressaltando-se que no seu Governo, no entanto, houve uma forte política industrial, disponibilizando recursos de incentivos fiscais para a criação de várias indústrias capixabas. Oposto a essa corrente de pensamento e tendo como seu principal expoente o engenheiro Arthur Carlos Gerhardt Santos, havia vários defensores de que devido à sua localização estratégica, o Espírito Santo deveria lutar por grandes empreendimentos. Na visão desse grupo, estes seriam os investimentos que alavancariam o crescimento e o desenvolvimento do Estado do Espírito Santo.

Como destaca Freitas (2009), essa era uma época de um duro regime militar e do estreitamento da política. Arthur Santos foi escolhido para governar o Espírito Santo, sucedendo o político Dias Lopes, e, no governo ele adotou a política dos grandes projetos, mas os incentivos para os projetos locais continuaram²⁰, porém, ele começou a lutar para atrair os grandes empreendimentos para o Estado.

¹⁷Vale destacar que há correspondência temporal entre as mudanças específicas nos estados, com os movimentos mais gerais do capital, especificamente quando o modelo Keynesiano-Fordista entra em declínio e a Acumulação Flexível com Neoliberalismo começa a ganhar força.

¹⁸ Em outras palavras, estratégias de especialização local, reforçando os movimentos globalizantes da economia, visando grandes investimentos voltados para exportação.

¹⁹ Principal diferença em relação à situação maranhense, pois no Maranhão não houve desenvolvimento de uma indústria complementar a esses grandes projetos.

²⁰ Estratégia acertada, já que apenas os grandes projetos de forma isolada, dificilmente conseguirá trazer o tão esperado desenvolvimento para sociedade.

Nesta mesma linha de pensamento, Freitas (2009, p. 24) narra em seu livro a sequência histórica em que se deu o desenvolvimento industrial do Espírito Santo:

Primeiro, foi o projeto da Aracruz Celulose, que se implantaria no município de Aracruz e que estava destinado a produzir celulose para o mercado externo. Depois, veio a luta para se ter a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e, ao lado dela, os projetos da Vale para as usinas de pelotização no porto de Tubarão. Em um momento em que o país era fechado, o Espírito Santo procurava empresas que vendessem para o mundo. E dentro dessa visão é que se vendeu como um Estado de invejável logística – portos, ferrovias, rodovias, etc. –, o que o tornava propício a esses investimentos. Com eles, acreditavam o Governo e seus defensores, o Estado garantiria o seu desenvolvimento, já que o volume de investimentos era enorme, o de empregos, também. E tudo isso contribuiria para o desenvolvimento local. O foco no grande, que era voltado para fora, continuou nos governos seguintes de Élcio Álvares e de Eurico Rezende, ainda escolhidos e nomeados pelos governos militares. Neles, os grandes projetos foram consolidados e entraram, efetivamente, em funcionamento. De um lado, e mais antigo, o porto de Tubarão, exportando minério, fosse ele bruto ou em *pellets*. De outro, a CST e a Aracruz produzindo para o exterior. E, ao lado, uma pequena indústria capixaba, sobretudo a indústria de base, voltada para atender as necessidades locais e eventual fornecedora dos grandes projetos.

Segundo Freitas (2009), é nesse ambiente de grandes projetos, voltados para exportação e uma indústria local pequena, incipiente e fraca, que se chega aos anos 1990²¹ e às proximidades do nascimento do programa, que inicialmente teve o nome de “Potencialização do Fornecimento Local”, o que mais tarde viria a ser o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores.

O que se possuía nas palavras de Freitas (2009), era um círculo vicioso em que as indústrias não compravam de fornecedores locais porque não tinham capacidade de fornecimento, e estes não cresciam porque não conseguiam vender para essas indústrias²². Concretizava-se, de certo modo, a visão dos anos 1970, a possibilidade de os grandes projetos acabarem por se transformar em enclaves.

Apesar de todos os esforços feitos pelo governo do Estado do Espírito Santo, incluindo-se neles a implantação dos chamados grandes projetos, nesse cenário, uma realidade, o perfil econômico do Estado no início da década de 1990 continuava baseado nos serviços e o perfil do emprego mostrava que a agricultura, embora com menor participação no PIB, era o grande empregador.

²¹ Deve-se destacar novamente a coincidência de datas, se no mundo a Reestruturação Produtiva começa em meados dos anos 70, no Brasil ela toma forma em meados dos anos 90, motivo pelo qual em sua fase áurea de implementação do Neoliberalismo e da Reestruturação produtiva os estados e governos tentam mitigar os impactos negativos derivados da adoção dessa agenda.

²² Essa é a situação problema que deu origem ao movimento de construção da agenda pública referente ao PDF-MA.

Conforme Freitas (2009) mostra em seus escritos, as potencialidades para o fornecimento existiam. Afinal, as grandes empresas compravam e necessitavam de fornecedores. Mas do montante previsto para investimento em 1995, segundo dados consolidados pelo PDF, os empresários locais da indústria de base participavam apenas com 1,0% do total²³. Todos concordavam que era pouco e também todos queriam ver essa participação aumentar. O que fazer então? Perguntavam-se todos. A resposta ainda estava por vir, mas em uma coisa todos concordavam: era preciso mudar a situação, pois da forma que estava não poderia continuar.

A mudança para Freitas (2009) começou então com a Aracruz Celulose, decidida a contratar empresas locais²⁴, ampliando os benefícios de seus investimentos para a comunidade do Espírito Santo, nos anos 1980, e a partir de um estudo feito por Roberto Figueiredo, para a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes), teve início um programa de compras de empresas locais.

Vale destacar que o programa esbarrou na falta de qualificação das empresas, que, na verdade, não estavam preparadas para garantir esse fornecimento, como nos ensina Freitas (2009, p.25):

A situação não era diferente em relação à CST e com um agravante: vários dos seus processos exigiam tecnologia de ponta. E o que se aplicava aos fornecedores, também, era verdade para a mão de obra capixaba. Os postos qualificados eram ocupados, nas grandes empresas, por gente trazida de fora, já que o Estado não dispunha do tipo de mão de obra desejado. E havia, até um certo menosprezo pelo trabalhador local, chamado de MOCA (mão de obra capixaba) e visto como não-capacitado e não-adequado aos postos de maior responsabilidade.

Nesse contexto, destaca-se a visão de Freitas (2009), de que havia um encontro de desejos dos grandes empreendimentos e de fornecedores locais²⁵. Por isso, convergiram ações que, desestruturadas no início, centraram-se nas necessidades de cada empresa e acabaram se unindo no programa “Potencialização do Fornecimento Local”, o primeiro passo efetivo para o nascimento do PDF e o

²³ Dado de referência, fornecido por Freitas (2009), que serve para verificarmos a eficácia do programa, visto que para ser eficaz o programa tem que aumentar a participação das empresas locais na cadeia produtiva dos grandes empreendimentos.

²⁴ Nesse momento, torna-se evidente que essa política pública emergiu do interesse dos grandes empreendimentos, e que pelo momento histórico coincide com os movimentos gerais do capital, pois os grandes capitalistas necessitavam implementar a desverticalização das cadeias produtivas.

²⁵ Interesses eminentemente capitalista e com o foco voltado para ampliação do volume de negócios, o que pretensamente, mas não necessariamente, poderia elevar a geração de emprego e elevação da renda dos trabalhadores locais. Sendo que só neste último caso iria gerar efeitos multiplicadores na economia local.

programa citado acima foi o centro que propulsionou a convergência de interesses de fornecedores e compradores, com os primeiros querendo vender para os grandes projetos, e estes querendo comprar de fornecedores locais.

Portanto, chega-se no ano de 1995, ou volta-se a ele, e ao nascimento do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores. Conforme leciona Freitas (2009), a metodologia desse programa foi desenvolvida na prática, testada e re-testada, construída empiricamente. Ela evoluiu, ficou mais abrangente, começou a trabalhar uma visão sistêmica, envolvendo todos os sujeitos do processo econômico, ao descobrir pontos que os levavam à convergência; e por fim estimulando outros estados a adotarem tal política pública, como é o caso do estado do Maranhão.

Logo após o surgimento da metodologia desse programa no Espírito Santo, o estado do Maranhão, que, como mencionado anteriormente, tinha muitas semelhanças econômicas, decidiu também implantar tal medida²⁶. É necessário também no caso maranhense explicar algumas características do estado em que se desenvolve a política pública em foco, com a finalidade de se ter uma dimensão do potencial econômico maranhense. Tendo uma ideia do panorama econômico que o PDF-MA encontrou e que justamente deu suporte ao seu desenvolvimento.

Pensando especificamente no estado do Maranhão, pode-se notar que o problema se deu na mesma época do estado do Espírito Santos, ou seja, desde a década de 1980²⁷, quando iniciou a vinda dos primeiros empreendimentos de grande porte para o nosso estado. Identifica-se nesse período a situação problema: o fato de os grandes projetos acabarem por se transformar em enclaves, demandando a infraestrutura local, mas deixando muito pouco, no final, para o Maranhão e sua economia.

Nesse sentido, entende-se que essa política pública (Programa de Desenvolvimento de Fornecedores) entrou na agenda formal por via dos grupos com maiores poderes. Por isso, começa-se então a desconfiar que, embora o Estado invista fortemente em propaganda para demonstrar as vantagens do programa e por

²⁶ É importante destacar que essa política pública não foi desenvolvida ou pensada no Estado do Maranhão, ela foi importada do Espírito Santo. Nota-se também que é fundamental explicar sobre o Estado do Espírito Santo para compreendermos de onde surge o programa, pois caso tomássemos como referência o Estado do Maranhão, essa percepção não seria tão clara.

²⁷ Percebe-se aqui a correspondência temporal entre os períodos de implantação dos grandes empreendimentos no Estado do Maranhão e do Espírito Santos, se alinhando com as mudanças mais gerais do capital. Grandes empreendimentos, em regiões de logística privilegiadas, voltados para atender o mercado externo.

consequência tente convencer a população de que ter o modelo de grandes empreendimentos é bom, nota-se que os interesses que estão por trás não são tão bons, pelo menos, para a maioria. Levando-nos a observar que esta política pública veio de cima para baixo conforme definição de Dye (2005) exposta por Silva (2008).

Para reforçar mais ainda, utiliza-se a definição de Favre (1992), que distingue quatro formas principais de emergência de determinados problemas à agenda política. Dentre estas formas, percebe-se que o PDF-MA se enquadraria na última, que, como foi visto, trata sobre a emergência capturada, quando uma instituição exterior ao campo político se apropria do problema. Foi justamente isso que fez a Companhia Vale do Rio Doce ao sugerir a implantação do PDF-MA.

Entendido que o PDF-MA é um programa que foi sugerido pelos grandes capitalistas e que tem sua gestão e coordenação fortemente atrelada ao setor empresarial; avança-se para que no próximo subitem sejam identificados os sujeitos, interesses e racionalidades envolvidos no processo, com a finalidade de esclarecer a participação de cada um na construção no PDF-MA.

1.4.2 Os sujeitos, interesses e racionalidades envolvidas

Dentre os elementos da formulação do PDF-MA, faz-se necessário elucidar fatores de ordem socioeconômico, cultural e política, que interagem de modo a constituir a conjuntura favorável para que determinada política pública, dentre tantas outras, ganhe destaque na agenda governamental. Por outro lado, as condições históricas em que ocorre o planejamento e a criação do programa são igualmente importantes, na medida em que forjam características para sua formulação.

Nesse percurso, invariavelmente, o embate de diferentes sujeitos, interesses e racionalidades do processo modelam características únicas, que, de outro modo, poderiam resultar em um programa inteiramente distinto do que outra conjuntura histórica seria capaz de produzir. Pode-se afirmar ainda que uma complexa teia de fatos históricos convirja a favor ou contra a emergência de determinado tema na agenda governamental; assim, essa busca se restringe àqueles fatos históricos que se apresentam relevantes para exercer influência estrutural no programa em questão.

Dessa forma, por meio de documentos oficiais, material propagandístico e livros, procede-se à análise que se segue, costurada a partir do recorte de fragmentos das falas dos sujeitos. Por isso a seguir apresenta-se os sujeitos do PDF-MA.

Os fornecedores locais (empresas e trabalhadores) e as entidades de classe seriam os grupos de pressão. Os movimentos sociais e as outras organizações da sociedade seriam os beneficiários do programa estudado. Estes colocariam em questão os incentivos dados pelo governo às grandes empresas; por isso, é possível perceber que eles são orientados pela lógica das necessidades e dos resultados.

O governo seria o próprio executivo e os partidos políticos, que, individualmente, aprovaram o programa mencionado, sendo responsáveis por tomar decisões e fixar prioridades e seus objetivos. Neste sentido, o governo é orientado pela lógica política, e passa a centrar-se mais nas demandas do que nas necessidades; sendo sensível a pressões de grupos organizados para defender seus interesses. Em tese move-se pelo interesse da sociedade, mirando seu bem-estar, já que é seu dever do Estado mediar disputas que se impõem entre os diversos sujeitos.

Os compradores (grandes empresas), que se enquadrariam na lógica dos administradores e burocratas, propõem e são responsáveis pela condução do PDF-MA; orientados por uma racionalidade baseada nos procedimentos, na aplicação de normas e na competência legal que se expressam pela lógica legal; ancorados então pela lógica jurídica. Também têm interesse em maximizar seus lucros já que a finalidade de suas existências é trazer retorno aos seus acionistas.

Compreendidos os sujeitos que participam do processo, resta investigar as racionalidades de cada um no programa (PDF-MA). Fica evidente que esta não será uma tarefa simples, visto que as explicações e visões são muito divergentes. Contudo, cabe esclarecer que existem duas correntes distintas que emergem da solução encontrada pelo Governo Maranhense, descritas a seguir.

A primeira corrente, liberal, argumenta que a implementação desse programa pelo governo vem no sentido de corrigir uma deficiência que se instalou junto com a implantação dos primeiros grandes empreendimentos no Estado; fazendo com que se reverta o ciclo de negócios considerados negativos para as empresas locais, e porque não dizer, para toda a população maranhense.

Já a segunda corrente, marxiana: como preconiza Sanches (2008), defende que, na contemporaneidade, a terceirização assume um papel de destaque, assim, a novidade estaria em quem realiza e onde se realiza o trabalho coletivo, uma vez que em qualquer um dos métodos de organização do trabalho, os ganhos com a redução de custos (oriundos da intensificação da produtividade) são sempre apropriados pela classe burguesa.

Justamente por serem essas correntes de pensamento essencialmente divergentes é que, dependendo do ponto de vista adotado, têm-se explicações diversas sobre as racionalidades envolvidas no PDF-MA. Deve-se, a partir de agora, evocar algumas categorias já expostas anteriormente: a primeira é o da reestruturação produtiva, com sua desverticalização das cadeias produtivas, que serve de base para a primeira corrente de pensamento.

Neste contexto, para Moura (2009, p. 21) as empresas de grande porte estão sempre inseridas em um ambiente de transação com outras empresas, seja para vender ou para comprar, e é nessa esteira que as organizações empresariais de todo mundo, independentemente de sua área de atuação, enfrentam uma nova realidade, na qual devem reestruturar-se e munirem-se de novos instrumentos e técnicas para sobreviverem. Essa estratégia vem dos movimentos mais gerais do capital e cabe às grandes empresas adaptarem-se.

Portanto, de uma posição altamente verticalizada segundo Moura (2009, p. 21), em que praticamente faziam tudo, essas empresas passam, cada vez mais, a envolver outras na realização de suas atividades. Nesse sentido, irão praticar a desverticalização das cadeias produtivas, para se concentrarem em seu negócio principal. Para que essa desverticalização possa acontecer, é preciso que se estabeleça uma cadeia de fornecedores constituída por empresas capazes de atender as condições e níveis de qualidade definidos pelas grandes empresas.

Por esta razão, Moura (2009, p. 21) nos ensina que, para haver competitividade, é necessário que as empresas possam contar com fornecedores locais competentes que atuem em parceria com as estratégias estabelecidas pelos grandes empreendimentos, visando alcançar melhores resultados. Fornecedores bem preparados e confiáveis podem representar um importante fator de sucesso, em especial, para grandes empresas, como no caso maranhense.

Por conta da busca da ampliação da parceria entre as empresas, pressuposto da corrente de pensamento em questão, é que surgiria o ciclo virtuoso do desenvolvimento sustentável tão esperado pelos governos, motivo pelo qual o governo estadual criou o PDF-MA. Desta forma, duas racionalidades são envolvidas, sendo elas: administrativa e política.

A primeira é própria dos administradores e da burocracia e representa os grandes empresários, cujo foco é na administração, como mecanismo para executar o PDF-MA. Orienta-se pelo valor da eficiência, entendida como a relação entre os

grandes e pequenos, além da economia das ações governamentais. Por isso, focaliza sua ação no processo de implementação do PDF, objetivando apenas no processo de resultados e impactos.

A segunda centraliza a atenção em funções governamentais no campo da constituição da agenda e da formulação da política. Os valores que orientam essa racionalidade são os da representatividade (impacto) e o da responsabilidade nas ações do governo. Tende a ver os indivíduos como membros de grupos econômicos, sociais e políticos (trabalhadores, minorias, pequenos produtores, dentre outros) e tem preferência por uma estrutura governamental pluralista.

Vistas tais racionalidades, o programa em questão atuaria, portanto, junto às grandes empresas, oferecendo-lhes uma ação conjunta para colocar em prática a terceirização de suas atividades, com a perspectiva de que essas empresas contratassem os fornecedores locais.

Desse modo, demonstram-se os interesses e as racionalidades dos sujeitos envolvidos, como coloca a primeira corrente de pensamento, pois, para eles todos os sujeitos envolvidos sairiam ganhando. Por essa visão, a política pública em avaliação contribuiria para a tão esperada integração das cadeias produtivas. Mas será que esse programa conseguiu efetivamente promover tal nível de integração?

Além da questão levantada, cabe indagar, como forma de descobrir qual corrente permeia o programa, a seguinte questão: seria, portanto, a implementação de tal programa apenas mais um modo de institucionalizar a exploração capitalista? Esta pergunta tem como fundamento questionar o discurso da primeira corrente, que demonstra, preferencialmente, as vantagens do programa em questão.

Mas, como mostra Harvey (1993), não é bem assim, há uma tendência atual dos mercados de trabalho em reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho que é absorvida facilmente, porém, é demitida sem custos quando o cenário econômico piora.

Portanto, para Harvey (1993), essas são as verdadeiras bases da reestruturação produtiva, iniciada na década de 1970, concomitante à ideologia neoliberal, que interferiu em grande medida na organização da produção, bem como nas esferas do Estado e nas políticas públicas. O redimensionamento do processo de trabalho fabril contemporâneo à informática e os procedimentos do capitalismo flexível, exige um trabalhador de estilo multifuncional, que saiba se adaptar às mudanças, o que é justificado inclusive pela variedade de produtos fabricados na

indústria, fazendo dessa multifuncionalidade uma estratégia fundamental.

A queda no nível de emprego e o crescimento do setor de serviços e da informalidade fragmentaram a classe trabalhadora, devido às diversas formas de serviço, tendo grande impacto nas entidades sindicais, que não conseguiram unificar as lutas e “abraçar” as diversas formas de manifestação de assalariamento, essa é uma nova forma de leitura para entendimento da classe trabalhadora.

Assim, as políticas públicas e programas, executados sob a agenda neoliberal, desviaram a discussão do direito ao trabalho para o empreendedorismo individual e a terceirização. Isso é o que se vê, por exemplo, nas políticas de emprego e renda no Brasil e no Maranhão. Isto é, o enfoque na “empregabilidade”, que, além do enfoque particularizado, suscita a competição e o individualismo entre os trabalhadores, deixando estes fragmentados e expostos.

Diante do exposto, para Sanches (2008) pode-se pressupor que o fundamento do empreendedorismo individual e da terceirização são ideologias da classe dominante e que provavelmente esta classe pode se utilizar desse instrumento para aprimorar sua busca incessante pelo lucro, e os traduzem como “fenômenos inevitáveis”, dentro do processo de crescimento econômico a que o Brasil e, em especial, o Estado do Maranhão precisariam estar inseridos.

Mas, essas ideias espalhadas pela classe burguesa, vestidas pelo manto dos grandes investimentos, em última análise, configuram-se fundamentos do neoliberalismo, porém esses fundamentos não são premissas e, por isso mesmo, devem ser questionadas em sua essência.

Por isso, para a segunda corrente de pensamentos, os verdadeiros interesses e as racionalidades são totalmente diversos dos apresentados anteriormente. Para eles, essa política pública ou ação governamental só apresenta resultado positivo quando o cenário econômico é positivo e serve para atender aos interesses dos grandes empreendimentos.

Portanto, a visão dos interesses e das racionalidades para a segunda corrente seriam as seguintes:

- a) Os grandes empreendedores estariam buscando uma forma de legalmente ter uma mão de obra sem direitos, pois, estes estariam regidos apenas por contratos, que a qualquer hora poderiam ser rompidos;
- b) O Estado, nesse caso, intermediaria esses interesses com a finalidade de apaziguar os ânimos sociais, para que a população não se volte mais contra

os grandes empreendimentos e, com isso, o Estado também ganharia, além de aproveitar a imagem de que ele estaria atuando em prol do desenvolvimento social;

- c) Já os sindicatos teriam mais representatividade, podendo, assim, obter mais vantagens dos grandes empreendimentos e do Estado;
- d) E, por fim, o trabalhador que teria a ilusão de mais empregos, sem, contudo, perceber que se o cenário econômico piora, essa lógica não se confirma.

Vistos os interesses e racionalidades, os sujeitos e a inserção do PDF-MA na agenda do governo maranhense, para que seja possível completar a contextualização feita, serão descritos nos próximos subitens o modo de atuação e a metodologia de realização, completando, desta maneira, a Formulação e Implementação do PDF-MA, em suas múltiplas determinações. O que permitirá compreender as bases da avaliação de impacto que vem a seguir.

1.4.3 Explicando o modo de atuação do PDF-MA

Após a explicação da forma como ocorre a inserção do PDF-MA na agenda governamental e dos sujeitos, interesses e racionalidades envolvidas, muda-se o interesse para o modo de atuação do programa, buscando entender seus vetores. Deste modo, deve-se compreender sua sistemática, para que se possa, a partir desse ponto, verificar os próximos capítulos a serem explorados. Com essa finalidade de atingir o entendimento sobre o modo de atuação do programa, expõem-se duas analogias colocadas por Freitas (2009).

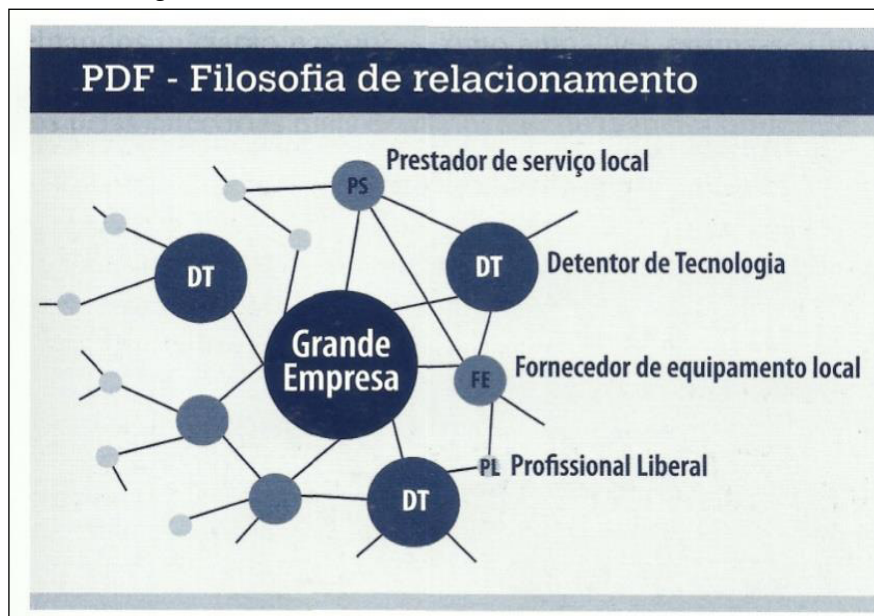
Na primeira analogia, Freitas (2009) nos incita a imaginar um lago tranquilo, em que se deve pegar uma pedra e atirá-la no meio desse lago. A partir do ponto de impacto, a primeira onda, produzida pelo choque da pedra com a água, irá se espalhando do centro para a borda e em seguida à primeira, outras ondas irão se espalhar. O autor complementa a linha de pensamento, quando expõe o seguinte:

Nessa analogia, o lago é a economia de um estado, de uma região. E a pedra, um grande empreendimento. A partir de sua implantação, por menor que seja sua integração à economia local, ele irá criando ondas que se ampliarão e se ampliarão, atingindo os mais variados setores da economia local. Aproveitá-las, maximizando o seu potencial de fornecimento, de geração de emprego e renda, de melhoria tecnológica, de preparação de dirigentes e de maior participação nos processos e compras dessas empresas é o que o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores – PDF – faz. (FREITAS, 2009, p.29)

Para mudar-se a perspectiva, nas palavras de Freitas (2009) tem-se uma segunda analogia e, ao invés do lago, pode-se falar em uma rede, o que pressupõe o entrelaçamento de vários interesses. É o que ocorre na cadeia de fornecimento de um grande projeto, e, é o que se tem, também, em uma determinada economia. Portanto, o que é feito em um ponto da rede reflete no outro. Desta maneira, ao ampliar o fornecimento local, se espera como consequência uma expectativa de aumento da mão de obra, maior circulação de riqueza e renda, o que atingirá outro ponto da rede, em outra atividade.

Com o objetivo de melhor visualizar essas explicações, a Figura a seguir demonstra como se materializam essas analogias. Valendo destacar que o PDF-MA mira a integração das cadeias produtivas, o que em si pode ser um vetor para impulsionar a economia. No entanto, para que se possa avaliar o impacto do programa, precisa-se antes conhecê-lo.

Figura 2 – PDF – Filosofia de relacionamento



Fonte: Freitas (2009).

Conforme as analogias analisadas, tem-se a percepção de que o PDF-MA tenta maximizar o efeito onda, que foi visto na primeira analogia e, por consequência, o programa vai se multiplicando e espalhando-se pela rede e no final, supostamente, todos saem ganhando, como afirma Freitas (2009, p. 29):

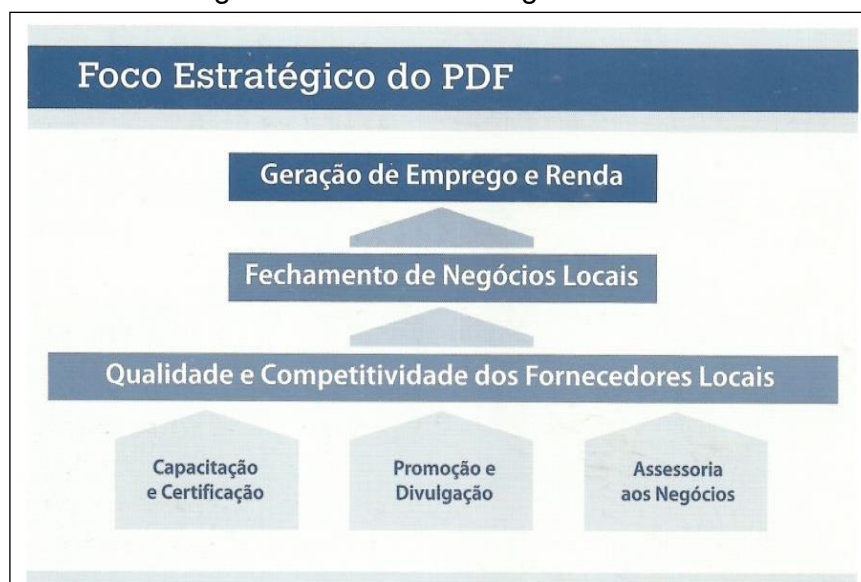
Os compradores por terem empresas locais, próximas e mais rápidas, lhes oferecendo o que precisam. Os fornecedores, por terem compras asseguradas o que vai lhes aumentar o movimento. Os Trabalhadores que terão mais emprego. A comunidade que será beneficiada pelo trabalho e pela economia dele decorrente. O estado, que, devido a maior movimento econômico terá ampliada a arrecadação de tributos. As entidades associativas, devido ao aumento no número de associados e à ampliação de sua representatividade.

Englobando tudo e visualizando a rede como um todo, Freitas (2009) diz que o Estado é o grande beneficiado, pois é formado por todos os pontos da rede PDF-MA. Esses ganhos podem ser medidos passo a passo, proporcionados pelo Programa de Desenvolvimento de Fornecedores, integrando às várias partes, fazendo com que conversem e descubram os pontos de convergência, despertando para a necessidade de cooperação, promovendo o treinamento, mostrando o essencial de estar integrado à comunidade, e, sendo dela partícipe em todos os sentidos. O PDF-MA pretende promover um salto qualitativo e quantitativo em todos os locais onde for empregado, segundo seus formuladores.

No entanto, seja visto como efeito onda, seja como uma rede, o PDF-MA, em sua base, segundo Freitas (2009) suporta-se em um tripé, com a seguinte constituição: capacitação e certificação; divulgação e promoção e assessoria para os negócios.

A Figura a seguir, demonstra como funciona esse foco estratégico do PDF-MA, para que se possa compreender melhor o seu desenvolvimento.

Figura 3 – Foco Estratégico do PDF



Fonte: Freitas (2009)

Desse tripé depreende-se que os formuladores do PDF-MA imaginam que o empresário deseja fazer negócio, às vezes, qualquer tipo de negócio, mas não possui definida uma visão de futuro da empresa, que garanta sua perenidade. Pensando, assim, Freitas (2009) relata que é preciso que o empresário tenha uma boa qualificação e se promova para alcançar um crescimento sustentável, dando segurança tanto a quem adquire seus produtos e/ou serviços, quanto aos seus colaboradores e, por fim, necessitam de assessoria para seus negócios.

Partindo desse ponto, tem início um ciclo, conforme Freitas (2009), no qual a base de sustentação do PDF-MA só pode ser construída a partir do envolvimento de todos os segmentos que o compõem; começando pelo interesse dos compradores pelo fornecimento local e passando pelo desejo das empresas de se transformarem em fornecedores qualificados e ampliarem sua participação no fornecimento; indo ao comprometimento das associações de classe dos vários segmentos envolvidos e chegando ao Estado, que também deve fornecer o seu suporte.

Forma-se aqui mais uma vez a rede, que é a partir dela e da construção de parcerias que os princípios básicos do PDF-MA podem ser colocados em andamento. Freitas (2009) ressalta que é importante o entendimento do fornecedor de que ele faz parte de uma cadeia em que a empresa dele é o elo entre o fornecedor e o cliente, que precisa de soluções, e ele deve dar resultado para garantir seu crescimento e sustentabilidade, por isso, o fornecedor dá a solução para o cliente e busca resultados para sua perenidade.

Pensando dessa forma, Freitas (2009) preceitua que, para os formuladores da política pública estudada, a Gestão Estratégica é a junção das vontades e dos esforços de cada um dos participantes, unidos e em conjunto, que irá permear o PDF-MA e permitir que sua metodologia seja bem aplicada. Diante disso, torna-se necessário comprovar os números de crescimento do volume de negócios, portanto, do volume de fornecimento, do crescimento do número de fornecedores e do crescimento da qualificação, tanto de trabalhadores, como de gestores.

Outro fator que se torna importante, e que se precisa olhar de perto, são essas parcerias, que são o espelho da comunidade em que se encontram e, no fim, representam os interesses dela. Esses interesses podem ser representados pela busca em ter maior desenvolvimento, melhor nível de vida, ampliação do emprego e da renda, geração de mais impostos e distribuição mais igualitária da riqueza.

Deste modo, para Freitas (2009) supostamente cria-se uma rede de sustentabilidade, oferecendo ao Estado e aos segmentos que o integram uma nova visão do desenvolvimento sustentável, que passa a ser partilhado pela sociedade, a beneficiária final das ações empreendidas pelo PDF-MA. Entendendo que o entrelaçamento dessas relações que formam o tripé que constitui o PDF-MA deve ser observado para que se possa detalhar passo a passo qual o foco estratégico desse programa, e expor o funcionamento de cada um de seus vetores.

Portanto, o primeiro vetor que se deve analisar na visão de Freitas (2009) é o da Capacitação e Certificação. Para isso, volta-se, então, à base do Programa. No primeiro caso, o da capacitação do trabalhador e da empresa, que precisa ser treinada e especializada e, após isso, certificada, garantindo-se que tenha, efetivamente, o conhecimento que afirma ter. Neste caso, o conhecimento não só existe, mas é atestado por alguém, uma certificadora, que garante a sua existência e, como consequência, a sua aplicabilidade nas tarefas que o profissional irá desempenhar. Garantindo assim a qualidade para as empresas que irão comparar desses fornecedores.

Freitas (2009) fala que é preciso capacitar o empresário: ele precisa, antes de tudo, adquirir uma nova visão, que leve em consideração a sua empresa, sua atividade, mas que tenha uma visão ampliada do negócio, do mercado, das perspectivas que lhe aparecem. Ainda segundo o autor, é tempo de interiorizar novas técnicas gerenciais, tomar conhecimento de novos tipos de controles, de novas tecnologias e, sobretudo, de abrir a visão empresarial, o que permitirá ao participante do programa ter uma nova dimensão, passando a agir de forma cooperativa, agregando esforços no seu setor para que, no final, ele fique mais competitivo. Ele precisa definir a estratégia de atuação da empresa, também quais os produtos e serviços que irá oferecer, os segmentos que atenderá, com que instalações, e qual o tipo de profissional de que necessita para atingir esses objetivos.

Freitas (2009, p. 32) relata ainda os seguintes objetivos indicados:

O objetivo, nesse caso, é o de atender à demanda dos compradores, que querem produtos com qualidade, preço e prazos de entregas que sejam competitivos. Se o forem, como se pretende com a aplicação do PDF no Maranhão, as empresas locais ganham mercado, ampliam sua participação nas compras das chamadas grandes empresas. Para isso, são oferecidos cursos de Gestão Empresarial, Gerenciamento de Obras, Orçamento e Custos, entre outros. [...] Em seguida, vem a qualificação do trabalhador, pois a maioria dos profissionais que se encontram no mercado, empregados ou desempregados, foi formada nas obras sem orientação técnica e com o mínimo de conhecimento sobre as condições de trabalho nas obras industriais. Portanto, é necessário fazer um levantamento da demanda de cada região,

para verificar as condições locais e definir que treinamento deve ser ministrado para cada tipo de profissional, utilizando-se os recursos disponíveis no SENAI, SENAC, SEBRAE, IFMA, entre outras entidades. Deve-se buscar o apoio do SINE, como órgão que realiza o cadastro e controle da mão-de-obra, no qual são oferecidos cursos de pedreiro, mecânico, eletricista, pintor, caldeireiro, soldador, torneiro e outros. [...] Por fim, é realizada a certificação dos processos de cada empresa. Estas precisam mostrar que cumprem os regulamentos, que respeitam normas de qualidade, segurança e meio ambiente, que estão seguindo os padrões de produção e isso é feito mediante a certificação, o que se dá no PDF-MA por meio do Programa de Certificação de Empresas (PROCEM). Nesse caso, os padrões adotados são os de *benchmarking*, referência no mercado e alinhados às exigências internacionais, exigências dos compradores. Aqui, como no caso do trabalhador, não basta a empresa dizer que tem *expertise*, ela precisa ser reconhecida e atestada e é isso o que o PROCEM tem como proposta.

O segundo vetor do tripé que Freitas (2009) preceitua é a promoção e divulgação. Ela é de fundamental importância para o PDF-MA, pois é a maneira como os fornecedores se fazem conhecer, se apresentam e dizem aos seus futuros clientes o que podem lhes oferecer. Para isso, as entidades setoriais têm um papel fundamental, pois servem de elo para o que seus filiados fazem, mostrando o papel do associativismo e a importância do trabalho coletivo. As entidades, nesse caso, tornam-se promotoras da disseminação de informação e, ao mesmo tempo, juntam sob o seu guarda-chuva o rol de empresas e empresários interessados no crescimento de suas empresas e da ampliação de sua participação no mercado de fornecimento.

Tão importante quanto as entidades são os fornecedores, pois estes devem estar atentos às oportunidades que lhe estão disponíveis, conforme Freitas (2009, p.33) expõe da seguinte forma:

O outro componente desse pilar são os próprios fornecedores. O PDF, que é feito para ampliar o seu mercado, precisa, para ser efetivo, contar com a participação das empresas dos vários segmentos envolvidos na cadeia de fornecimento. Elas vão se estruturar, incluindo-se na área de comunicação, de uma forma pela qual se façam conhecer, façam conhecer os seus produtos e as tecnologias adotadas. Passam, assim, de uma postura reativa a outra, proativa, levando informações aos fornecedores, divulgando-as por meio de suas associações e se promovendo e mostrando que fazem sempre amparada na *expertise* conquistada e atestada pelo PROCEM e por outras certificações que, em sua área, forem necessárias. A empresa, nesse caso, alia a excelência do que oferece à excelência de gestão e de divulgação. O PDF utiliza todos os tipos de ferramentas de comunicação, entre elas o *site* eletrônico, facilitando as consultas pelos clientes e divulgação dos dados e informações. Utiliza a edição de informativos, catálogos, entre outros.

O terceiro vetor do tripé é a assessoria para os negócios, que de acordo com Freitas (2009) ele tem sua justificativa no fato de que, se não houver negócios e negócios novos, não se concretizará o principal objetivo do PDF, que é o de ampliar o

mercado das empresas locais. Então, trabalha-se (e, nesse caso se juntam, novamente, empresas, entidades, governo e compradores) para que o volume de fornecimento seja ampliado.

Englobando-se segmentos ou áreas de atuação, para Freitas (2009) são feitas visitas dos fornecedores aos compradores coordenados pelo PDF-MA. Assim, essas visitas permitem às empresas fornecedoras tomar contato com os compradores, identificando oportunidades de fornecimento. Neste caso, há o contato direto entre quem vende e quem compra, descobrindo-se complementaridades e abrindo-se a oportunidade de preenchimento de espaços antes ocupados por fornecimentos de fora do estado do Maranhão nos quais o PDF está sendo realizado. Portanto, como já existe de ambas as partes uma predisposição de negócio, o entendimento fica mais fácil.

No entanto, para que se materialize o aumento do volume de negócios, são utilizadas diversas estratégias elencadas com sabedoria por Freitas (2009 p. 33 e 34), que fazem parte do dia a dia do programa:

Outra ação neste segmento é a realização de palestras, seminários, encontros e rodadas de negócios, em que se discutem questões específicas do setor, seu relacionamento com os compradores ou se mostra, mais uma vez, o que a indústria local oferece e como pode se inserir nos Programas de compras das grandes empresas. As palestras envolvem compradores e fornecedores, que irão dizer o que precisam e como precisam. Ou, então, trazem novas informações para o setor, de forma a ajudá-lo na alavancagem de negócios e no acompanhamento das tendências de mercado, de tecnologia, de gestão, etc. As palestras, nesse caso, não apenas servem para informação, mas também têm o caráter de formação, mantendo o empresário “antenado” com o que está acontecendo com o seu cliente, não deixando, entretanto, de ter um olho no mercado e no que ele está fazendo. Os encontros e rodadas de negócios permitem o acesso de todos os participantes do Programa, em igualdade de condições aos compradores, em locais e datas previamente agendados, sempre com apoio das entidades de classe. Aqui, como nas visitas técnicas, não existe polo ativo ou passivo, já que cada um representa um papel que é importante, e, graças ao conhecimento estabelecido, as partes se entendem e chegam ao objetivo comum, que é comprar e vender bens e serviços. Os negócios podem ser viabilizados, também, mediante a construção de parcerias por meio de formação de consórcios. E, quando se fala delas, no caso do PDF, fala-se das parcerias entre as empresas de um setor, que juntam sua *expertise* para o fornecimento de um produto ou serviço, unindo esforços, agregando tecnologia e conseguindo condições competitivas de fornecimento. Significa, ainda, a associação a detentores de tecnologia, de fora do Estado, com a aquisição de novos conhecimentos que ampliem o campo de negócio da empresa e estejam voltados para o fornecimento específico de um ou outro comprador. As visitas técnicas, monitorias realizadas pelos consultores do PDF, aos fornecedores permitem conhecê-los melhor e orientá-los sobre como proceder para alcançar melhores resultados. Importantes, também, são as viagens técnicas, que tanto podem se dar dentro do Estado, do País, quanto no exterior. Nelas, cria-se, mais uma vez, a oportunidade de o empresário ficar “antenado” com o seu mercado, vendo o que ele tem de mais atual e, ao lhe permitir o contato com novas tecnologias, novos

conhecimentos, agregá-los à sua empresa, aos seus produtos, estabelecer novas parcerias, adquirir nova tecnologia, planejar novos produtos. As viagens permitem uma interação entre os empresários, facilitando a criação de um relacionamento empresarial mais profundo com a realização de parcerias e negócios. Tal como no caso do suporte ao Programa, esses pilares funcionam como uma rede, com cada ação individual influenciando o todo e tornando a cultura empresarial circular, significando que, a exemplo do que ocorre no planejamento, quando uma tarefa é completada, volta-se ao início, recomeçando-se o ciclo. Assim, a empresa – de novo – se capacita e aos seus empregados, divulga-se e promove seus produtos e busca novos negócios. Estabelece-se o que poderíamos chamar de círculo virtuoso, um moto-perpétuo de aperfeiçoamento contínuo, de melhoria continuada, de crescimento e de agregação de novas técnicas, novos produtos e novos negócios.

Freitas (2009) explana ainda que, para os formuladores do PDF-MA, o programa e a metodologia têm supostamente “comprovado” o seu acerto e o de seus princípios e para eles isso não se deu apenas no Espírito Santo, onde foi criado, implantado, desenvolvido e aperfeiçoado. Afirma ainda que o programa foi testado com “sucesso” no Maranhão, no Pará, em Minas Gerais, na Bahia, no Amapá e na Bolívia. Contudo, deve-se ter cautela e com base em fatos e em dados do PDF-MA, buscar verificar se ele foi eficaz e, em seguida, observar se ele tem evoluído satisfatoriamente, para depois questionar os princípios em que foi formulado e as fórmulas e formas com que foi construído.

1.4.4 Metodologia de realização do PDF-MA

Por fim, para que seja possível iniciar o segundo momento da avaliação proposta, será preciso, antes de qualquer coisa, entender pelo ponto de vista dos formuladores do programa como é a metodologia de realização do PDF-MA. Para dar o primeiro passo, deve-se começar por explicar como é o seu funcionamento, entendendo as ações práticas que foram desenvolvidas e verificando sua logística.

Nesse sentido, Freitas (2009) fala que se deve começar por entender que, invariavelmente, todos os parâmetros indispensáveis ao seu funcionamento estavam presentes no início da construção e do desenvolvimento do PDF-MA quando ele foi lançado no Maranhão, em 1999. O que se buscava era o estabelecimento de um processo que, percorrido, levasse a determinados objetivos. Pensando nessa finalidade, o objetivo era ampliar o volume de fornecimento por parte dos fornecedores locais aos grandes projetos que já estavam implantados, os que estavam em expansão e os que iriam se implantar, tendo como referência a indústria de base no estado,

notadamente nos grandes empreendimentos voltados para a exportação, como ALUMAR e Vale. (FREITAS, 2009)

No início, no tocante à participação das empresas locais nesses grandes investimentos, se não era o nada, era quase isso segundo Freitas (2009). Quando o programa chegou ao estado do Maranhão, deparou-se com um quadro que não era nada animador, uma vez que a maioria das empresas instaladas não se utilizava de serviços ou fornecedores maranhenses, mas, sim, de outros estados ou países e se evitava a mão-de-obra local.

Foi a partir dessa constatação que surgiu o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Estado do Maranhão (PDF-MA). Esse programa no pensamento de Freitas (2009) tinha como um de seus objetivos iniciais: mudar a cultura empresarial local e ajudar a resolver os grandes problemas sociais que eram criados e materializados no crescimento dos grandes bolsões de pobreza e analfabetismo localizados no Maranhão.

Conforme explica Freitas (2009, p. 40), os vetores iniciais do PDF-MA compunham uma estrela de cinco pontas, cada uma apontava para um dos ângulos do problema, descritas a seguir: 1º capacitar às empresas fornecedoras; 2º qualificar trabalhadores regionais; 3º promover os fornecedores locais; 4º reduzir custos para os clientes; 5º propiciar a geração de emprego e renda. Portanto, no entender do autor citado, para se aplicar o método proposto para o PDF no estado do Maranhão; necessitou-se percorrer uma sequência lógica de cinco passos, que, além de ser aplicada à risca, dependia da existência de determinadas condições. Baseando-se nessa lógica, o programa pode se concretizar, sendo testado, permitindo, assim, a apuração dos seus resultados.

Dadas as explicações anteriores, percebe-se, conforme fala Freitas (2009), que no caso do PDF-MA, a metodologia só é possível porque havia as pré-condições, que moldaram um determinado ambiente que combina a existência de projetos industriais de grande porte com a existência de uma indústria local com baixa capacidade de fornecimento e com baixa inserção nesses mesmos projetos.

É imprescindível salientar que no pensamento de Freitas (2009 p. 40-41):

Para ter sucesso no programa, é necessário que os envolvidos tenham um melhor entendimento da situação, do objetivo final dos seus clientes, buscando o que eles comprem, como comprem, quando comprem e como o produto será utilizado. Por isso, é imprescindível colocar que essa metodologia pode ser utilizada em qualquer setor da economia, mas dentro

do PDF-MA está inserido, preponderantemente, no setor industrial e é por isso que é mostrado à empresa fornecedora o que é um projeto industrial, alvo principal do programa.

Com estas explicações, conclui-se o arcabouço histórico, que se fez necessário, para que o estudo tenha sentido, buscando salientar os momentos de contextualização do PDF-MA, elaborando-se um detalhado recorte que embasa os capítulos seguintes.

CAPÍTULO II – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TRABALHO, PREMISSAS PARA ENTENDER A GÊNESE DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE FORNECEDORES DO MARANHÃO (PDF-MA)

No presente capítulo, reflete-se sobre as principais categorias teóricas que dão suporte à análise aqui desenvolvida sobre o PDF-MA. A primeira é a categoria Desenvolvimento Sustentável que está relacionada a uma controversa articulação com a ideia de crescimento econômico e a uma perspectiva de superação dos limites postos pela relação que vem se estabelecendo historicamente entre o homem e a natureza. A segunda é a categoria trabalho que, além de ser a base material da sociedade, é justamente o meio pelo qual se estabelece essa relação do ser humano com a natureza conformando a ideia de desenvolvimento.

2.1 Crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade

Do ponto de vista teórico, o debate sobre a categoria desenvolvimento envolve uma polêmica entre diferentes pensadores sobre a relação que se pode estabelecer entre ela e a ideia de crescimento econômico. Essa divisão acontece, primordialmente, por uma diferença de interpretação sobre as perguntas básicas da ciência econômica que tratam da produção, dentre as quais: O que produzir? Como produzir? Quando produzir? Onde produzir? Como será repartida essa produção?

Para Lucht (2004), pensadores situados no campo do liberalismo clássico, tais como Adam Smith, afirmam que o crescimento econômico é sinônimo de desenvolvimento, algo previsível, “natural”, pois dadas as condições, tais como a redução da interferência do Estado na economia e a garantia de liberdade para as unidades produtoras, a produtividade aumentaria, majorando também a divisão do trabalho e, com o livre comércio, haveria uma “mão invisível” que proporcionaria o desenvolvimento social, a partir dos desejos e vontades individuais.

Trata-se na visão de Lucht (2004) de uma concepção que sofreu certa mudança nos autores que se situam no núcleo da chamada Economia do Desenvolvimento²⁸

²⁸ Após a Segunda Guerra, nos anos 1950, nasce a chamada Economia do Desenvolvimento, com o pensamento anglo-saxão e latino-americano. Entre os anglo-saxões destacam-se Rosenstein-Rodan, Nurkse, Rostow, Lewis, Myrdal e Hirschmann. O pensamento latino-americano, que tem em Raúl Prebisch o principal nome, é considerado por muitos autores como um pensamento econômico original, no entanto, na verdade trata-se de uma versão regional da Economia do Desenvolvimento, também

(Nurkse e Lewis) para os quais desenvolvimento envolve vários aspectos, não somente os econômicos. Na verdade, para esse grupo, variáveis não econômicas são vitais para o processo de desenvolvimento. De acordo com Lucht (2004), inclusive, o desenvolvimento econômico é considerado como uma mudança de atitude das pessoas, e por fim da própria sociedade, para melhorar a qualidade de vida.

Discordando que crescimento econômico é sinônimo de desenvolvimento, Oliveira (2006, p. 2) nos ensina que, já nos anos 1990, a UNESCO apontava que o que é produzido e as finalidades dadas a essa produção são duas variáveis igualmente relevantes, embora guardem diferenças fundamentais. Para esta entidade, “É evidente que o dólar que duplica a renda de uma pessoa pobre, cumpre papel diferente do dólar de acréscimo auferido por um milionário, para quem se trata de uma soma insignificante. Por isso, faz parte da mentalidade do século XX considerar que o meio é mais importante que o fim e o nível de atividade, mais importante do que os objetivos para os quais ela serve” (UNESCO, 1999, p. 28).

Na perspectiva do desenvolvimento no seu sentido mais amplo, para além do PIB, a UNESCO propôs a criação de instrumentos de mensuração²⁹ capazes de incorporar diferentes dimensões do bem-estar humano, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A ideia seria chamar a atenção para os “fins que o desenvolvimento deve servir, em vez de fazê-lo apenas sobre os meios, por exemplo, para o aumento da produção” (UNESCO, 1999, p. 28-29).

Na mesma linha de pensamento, Oliveira (2006, p. 2) citando Veiga (2005, p. 87) considera ainda que:

O PNUD admite que o IDH é um ponto de partida. Recorda que o processo de desenvolvimento é muito mais amplo e mais complexo do que qualquer medida sumária conseguiria captar, mesmo quando completada com outros índices. [...] O IDH não é uma medida compreensiva, pois não inclui, por exemplo, a capacidade de participar nas decisões que afetam a vida das pessoas e gozar do respeito dos outros na comunidade. (VEIGA, 2005, p. 87 *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 2).

baseada na hegemonia heterodoxa keynesiana na época. Além de Raúl Prebisch, a CEPAL vai aglutinar autores como Celso Furtado, Aldo Ferrer, Noyola Vásquez, Osvaldo Sunkel, Aníbal Pinto, e outros importantes pesquisadores da realidade latino-americana.

²⁹A distribuição de renda de um país pode ser avaliada a partir do índice de Gini e ele varia de zero a um. Quanto mais próximo da unidade, pior a concentração de renda. O Brasil, que detém o 70º produto per capita do mundo em 2015 segundo o FMI, apresenta, porém, uma das piores distribuições de renda do planeta (índice de Gini de 0,490 em 2014), disputando os últimos lugares no ranking mundial com os países como Guatemala e Serra Leoa. Mas, além do índice de Gini, existem outros indicadores que funcionam como proxy para avaliação da qualidade de vida propiciada pelo crescimento econômico de um país a sua população. Deve-se discutir com mais detalhes esses indicadores, particularmente o já bastante conhecido IDH (índice de desenvolvimento humano), um indicador de qualidade de vida calculado, desde 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Na mesma linha de raciocínio, Paulani (2006, p. 235) argumenta que:

O sistema de contas nacionais e a consequente mensuração dos agregados possibilitam uma avaliação quantitativa do produto que uma economia foi capaz de gerar num determinado período de tempo. Tal medida é considerada um importante indicador de desempenho econômico, uma vez que mostra a capacidade de geração de renda dessa economia e, com o auxílio de algumas outras informações, pode mostrar também o nível de utilização de sua capacidade produtiva. Entretanto, se a preocupação é com a qualidade de vida da população, o produto agregado mostra-se inadequado. Em primeiro lugar, mesmo se a intenção é pura e simplesmente mensurar o desempenho, é necessário confrontar o tamanho do produto com o tamanho da população, ou seja, a variável realmente importante não é o produto agregado, mas o produto per capita. Em segundo lugar, é necessário avaliar de que forma a renda gerada no país é distribuída pela população, pois se a geração de renda for substancial, mas sua divisão for muito desigual, a qualidade de vida da população em geral certamente não será boa. Por fim, é necessário avaliar até que ponto a renda produzida pelo país reverte-se em benefícios para a população sob a forma, por exemplo, de melhores níveis de educação, saúde e saneamento. A preocupação com o bem-estar da sociedade nos remete ao confronto de dois importantes conceitos: crescimento versus desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, pode-se concluir que uma elevação no produto agregado do país, não se converte de maneira automática em melhoria da qualidade de vida de todos os membros da sociedade, como seria esperado. Os indicadores então servem para guiar as conclusões, pois ainda que o crescimento econômico seja fundamental para o processo de desenvolvimento, o último não se reduz o primeiro.

Ao discutir desenvolvimento na perspectiva de que o produto de crescimento deve servir para ampliar o nível de bem-estar, uma questão tem se tornado cada vez mais relevante: como tornar o processo de produção sustentável para a vida humana no planeta?

Diante da indagação levantada, segundo Oliveira (2006, p. 4), se voltar-se a atenção para um relevante paradoxo existente no século XXI, tem-se que reparar que se por um lado o homem é capaz de feitos extraordinários, no que diz respeito ao seu desenvolvimento tecnológico, como robótica, microeletrônica, comunicação, dentre outros, gerando assim crescimento econômico, por outro, ainda parece incapaz de solucionar problemas básicos como distribuição de renda, pobreza e destruição do meio ambiente. Nesse sentido, faz-se necessária a busca por um equilíbrio, do contrário, prognósticos ruins, tais como desastres ambientais, guerras, epidemias, podem se confirmar.

No meio dessa dualidade, percebe-se a atuação de forças opostas, por um lado, como expôs Oliveira (2006, p. 4) “disseminou-se pelo planeta inteiro a imagem

de um estilo de vida ocidental de alto consumo, conforto material e permanente entretenimento”, como se este fosse o padrão a ser seguido; no entanto, essa realidade parece distante de muitos seres humanos que habitam o planeta. Por isso, Oliveira (2006, p. 4) também coloca que, “sem embargo, está disseminação cultural não tem sido acompanhada com a mesma intensidade pela difusão global dos valores democráticos e do respeito aos direitos humanos, que são a própria substância da civilização ocidental”.

É chocante perceber a naturalidade com que o capitalismo e suas benesses pode conviver pacificamente com situações de barbárie, como se pode observar em vários espaços em que situações de grande contraste podem estar presentes, por exemplo, nas cidades, em que existem bairros nobres ao lado de periferias, pessoas vulneráveis e sem lar nas calçadas de prédios luxuosos de trabalho, escolas públicas sem estrutura diante de centros educacionais privados de ponta, dentre outros.

Nesse sentido, Oliveira (2006, p. 4) destaca que “o desenvolvimento da ciência e da tecnologia não vem acompanhado do desenvolvimento de uma consciência ética que coloque a humanidade como prioridade”. Vista essa premissa, pode-se pensar que caminhos díspares são quase naturais, como coloca Oliveira (2006, p. 4):

O cenário está posto: de um lado, globalização provocada pelo vertiginoso avanço tecnológico, tendo como corolário a internacionalização da produção e expansão dos fluxos financeiros (isenção total de barreiras para o fluxo do capital); regionalização caracterizada pela formação de blocos econômicos; fragmentação dividindo globalizadores e globalizados, centro e periferia, os que morrem de fome e os que morrem pelo consumo excessivo de alimentos, rivalidades regionais, confrontos políticos, étnicos, terrorismo, além de outras dicotomias. Fica evidente, portanto, a total despreocupação com a harmonização entre resultados econômicos satisfatórios e qualidade de vida social, como forma alternativa à marginalização das necessidades humanas em detrimento do avanço tecnológico e índices financeiros “satisfatórios”, matéria-prima do capital especulativo e improdutivo.

Apreende-se dos postulados vistos que a globalização, como modelo hegemônico do desenvolvimento capitalista, que tenta minimizar o desenvolvimento humano a igualdade com o crescimento econômico, torna-se incompatível com o Desenvolvimento Sustentável porque causa desigualdade e concentração de poder.

Conforme Oliveira (2006, p. 3), o fato do desentendimento ou simplesmente não consenso sobre o conceito de desenvolvimento, seu significado e como pode ser mensurado, constitui-se como um dos fatores do agravamento da situação da vida no planeta. Oliveira (2006, p. 3) cita ainda Gadotti (2000, p. 33) que, transcrevendo

citação do Relatório da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, organizada pela UNESCO e realizada na Tessalônica, Grécia, em dezembro de 1997, destaca entre outros os seguintes fatores do agravamento da situação da vida no planeta segundo a UNESCO (1999, p.23):

a) o rápido crescimento da população mundial e a mudança na distribuição; b) a persistência da pobreza generalizada; c) as crescentes pressões sobre o meio ambiente devido à expansão da indústria em todo o mundo e o uso de modalidades de cultivos novos e mais intensivos; d) a negação contínua da democracia, as violações dos direitos humanos e o aumento de conflitos e de violência étnica e religiosa, assim como a desigualdade entre homens e mulheres; e) o próprio conceito de desenvolvimento, o que significa e como é medido.

Visto que existe diferença nos conceitos de crescimento e desenvolvimento, sendo que um complementa o outro, mas não se restringe a ele, além da divisão dos que pensam desenvolvimento e os indicadores econômicos e sociais, foi possível notar que, mesmo avançando no entendimento no que diz respeito ao desenvolvimento, nem sempre o mundo e os países de maneira específica caminham nessa direção. Como leciona Oliveira (2006, p. 4):

Para um dos notáveis nomes no debate, o economista Ignacy Sachs, o crescimento não traz, automaticamente, o desenvolvimento, tampouco a felicidade (SACHS, 2001). Sachs avança em suas afirmações ao chamar a atenção para o fato de que uma situação mais comum é a do *crescimento pela desigualdade, com efeitos sociais perversos*: a acumulação de riqueza nas mãos de uma minoria, com a simultânea produção de pobreza maciça e deterioração das condições de vida. Nos casos extremos, afirma Sachs, estamos na presença de *crescimento com desdesenvolvimento*.

Baseados nessa ideia desse neologismo “desdesenvolvimento”, considerando que para Oliveira (2006, p. 10) a partir do entendimento de que o homem está intrinsecamente ligado ao meio e dele não pode ser separado, e ainda, que os seres humanos constituem o centro e a razão do processo de desenvolvimento, significa advogar um novo estilo de desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável no acesso e no uso dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade; socialmente sustentável na redução da pobreza e das desigualdades sociais e promotor da justiça e da equidade; culturalmente sustentável na conservação do sistema de valores; politicamente sustentável ao aprofundar a democracia e garantir a participação de todos nas decisões de ordem pública (GUIMARÃES, 2001, p. 55).

Vale salientar que segundo Oliveira (2006, p. 10):

A concepção de desenvolvimento sustentável tem suas raízes fixadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em junho de 1972³⁰. A condição de escassez e esgotabilidade dos recursos naturais face ao modelo de desenvolvimento econômico dos países hegemônicos foi o grande precursor desta conferência que mobilizou vários países em uma discussão que ainda permeia as agendas governamentais.

Oliveira (2006, p. 11) afirma ainda que esta conferência resultou em uma declaração que conclamou a junção de esforços de todos os governos e povos com o objetivo precípua de preservar e melhorar o meio ambiente em benefício de toda humanidade e sua posteridade. Por conseguinte, chegou-se à conclusão de que era urgente a necessidade de se redefinir o próprio conceito de desenvolvimento, dada a complexidade das questões envolvidas.

Avançando no tema, no início da década de 1980, a Organização das Nações Unidas (ONU) retomou o debate das questões ambientais. Nesse período, foi indicada pela entidade a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para chefiar a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para estudar o assunto. O documento final chamou-se “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório Brundtland. Apresentado em 1987, propõe o desenvolvimento sustentável, nos seguintes termos: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988).

Fica muito claro, nessa nova visão das relações homem-meio ambiente, que não existe apenas um limite mínimo para o bem-estar da sociedade; há também um limite máximo para a utilização dos recursos naturais, de modo que sejam preservados.

Muito embora essas ideias tenham tido um desdobramento temporal e uma maturação em termos teóricos e metodológicos, salienta-se que colocar em prática não tem sido nada fácil, mesmo diante de um esforço que ultrapassa fronteiras,

³⁰ Não por acaso, destaca-se mais uma vez a coincidência temporal, veja a conexão das mudanças e transformações iniciadas a partir desse período histórico. O discurso, para nos tirar da “crise” provocada pelo modelo anterior, tende a hegemonia e, portanto, sente a necessidade de se espalhar por várias frentes teóricas e conceituais, por isso, veremos mais a frente, a crítica a adoção desse modelo, como redentor das mazelas supostamente criadas pelo keynesianismo-fordismo.

materializado pelos diversos encontros, em que organismos multilaterais e países de todo o mundo organizam.

O evento seguinte de maior relevância é apontado por Oliveira (2006, p. 12):

Transcorridos vinte anos após a realização da Conferência em Estocolmo, a Organização das Nações Unidas promoveu no Rio de Janeiro um novo encontro internacional, a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Eco-92 ou, simplesmente Rio-92, com objetivo de avaliar como os países haviam articulado o processo de proteção ambiental desde o encontro anterior e, ainda discutir novas propostas para algumas questões específicas sobre mudanças climáticas, a proteção da biodiversidade, entre outras. O evento obteve grande amplitude, 'lançando as bases sobre as quais os diversos países do mundo deveriam, a partir daquela data, empreender ações concretas para a melhoria das condições sociais e ambientais, tanto no âmbito local quanto planetário'.

Antecedendo a Rio-92, o relatório da Comissão Interministerial brasileira para a Conferência do Rio de Janeiro, publicado em dezembro de 1991 intitulado "O desafio do desenvolvimento sustentável", registra que:

O desenvolvimento sustentável seria atingido pela retomada do crescimento e melhor distribuição de seus benefícios e pela racionalização do uso de energia; o atendimento das necessidades básicas das populações, pela estabilização dos níveis demográficos; a conservação da base de recursos, pela reorientação da tecnologia no sentido da redução de seu impacto ecológico e a incorporação de critérios ambientais nas decisões econômicas (CIMA, 1991, p. 182).

Desse debate travado, conforme se explicita no início, sem a pretensão de esgotar o tema, faz-se um esforço de trazer os elementos que irão nortear a realidade concreta do PDF-MA; por isso, o desenvolvimento deve ser visto na sua forma mais ampla possível, a partir do atendimento mínimo das necessidades básicas da população, uma vez que:

O desenvolvimento só poderá ser considerado efetivo [...] se este constituir-se em desenvolvimento humano, social e sustentável, pois, quando se fala em desenvolvimento, deve-se estar buscando a melhoria da vida das pessoas [...] e da sociedade como um todo (MARTINELLI; JOYAL, 2004, p. 14).

O PDF-MA, portanto, emerge no efervescer de todo esse debate, e nos discursos de seus formuladores, vai além do crescimento e do desenvolvimento econômico, ancorando-se em uma visão do suposto "desenvolvimento sustentável", conforme todo o material produzido, textos escritos, matérias de jornais, propagandas,

livros e etc. Para tanto, no próximo item, serão aprofundados os pilares do desenvolvimento sustentável, ação essa que trará uma visão clara dessa categoria teórica, para que seja possível na sequência colocá-la a prova e verificar se seus fundamentos se encontram na realidade concreta estudada, o PDF-MA.

2.2 Pilares do desenvolvimento sustentável

Aludindo a todo o conteúdo tratado até aqui, tem-se que a própria evolução da sociedade levou a uma dinâmica que culminou com o Desenvolvimento Sustentável, referência teórica do programa aqui estudado. Deve-se agora destrinchar os seus meandros, para que na sequência, no capítulo três, seja possível nesta pesquisa de campo determinar se esse referencial se aplica de fato ao caso concreto; visto que sustentar sua aplicação requer não só discurso, mas a prática iminente.

Como se fez rápida referência sobre a seguinte sequência de eventos: Primeiro a conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo e do seu documento final que se chamou “Nosso Futuro Comum”, conhecido como Relatório Brundtland. Segundo a promoção do encontro internacional da ONU realizado no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como Eco-92 ou, simplesmente Rio-92. Devem-se nesse item projetar as três dimensões que surgem a partir dos ensinamentos desses eventos que nos levam ao Desenvolvimento Sustentável, quais sejam: o equilíbrio econômico, a proteção ambiental e a responsabilidade social.

Falar de cada um desses pilares é examinar além da sua percepção inicial, conforme a visão de Estender e Pitta (2008, p. 3), pois, mesmo com o conceito formulado, inicialmente, a ideia de desenvolvimento sustentável era entendida como a harmonia entre a questão financeira, social e ambiental. No entanto, para que essa categoria pudesse se efetivar, seria necessário que os sujeitos envolvidos no processo aderissem a esse conceito.

Em virtude do que já foi dito, e pretendendo-se oferecer um encadeamento lógico dos fatos, vale destacar que uma visão integrada é importante para compreensão e percepção da realidade fática. Ao olhar para as questões ambientais, que são frequentemente levantadas por membros da comunidade científica ambientalista e pelos membros de movimentos sociais, não resolveriam o problema de uma economia global sustentável, pois seria necessário, de acordo com Elkington (2001, p. 74), atingir outros meios para conseguir a sustentabilidade.

Para ver o quadro completo, tem-se que pensar fora da caixa, unir as pontas e conseguir observar além das questões aparentes, tais como controle de poluição, degradação do meio ambiente, empobrecimento das famílias, a falência dos sistemas políticos e a própria dissolução da sociedade. Aqueles sujeitos, empresários, políticos, cidadãos e etc., que conseguirem vislumbrar um novo futuro, pensará como a interpretação de Scharf (2004), citado por Estender e Pitta (2008, p. 3), que diz ser o objetivo do desenvolvimento sustentável a preservação da riqueza global que, no seu entendimento, refere-se aos ativos financeiros, recursos naturais e qualidade de vida.

Portanto, ao se querer analisar e avaliar a categoria, percebe-se que essas dimensões são indissociáveis; caso uma delas não aconteça a aplicabilidade do conceito fica prejudicada. No entanto, para efeito didático de exposição, faz-se necessário na tese em curso aludir a cada parte em separado, para que se possa deter nas minúcias de cada uma das dimensões previstas.

2.2.1 Equilíbrio econômico

A primeira dimensão que será trabalhada é a econômica, visto que é esta que é mais enfatizada no PDF-MA. No entanto, vale ressaltar que, para tratar desta dimensão, tem-se que conceituar a sustentabilidade econômica e deve-se esclarecer que esta se enquadra no âmbito do desenvolvimento sustentável, sendo definida como um conjunto de medidas e políticas que visam a incorporação de preocupações e conceitos ambientais e sociais.

Aos conceitos tradicionais de crescimento econômico, são adicionadas como fatores a serem levados em conta as outras dimensões; criando assim, uma interligação entre os vários setores. Dessa forma, Estender e Pitta (2008, p. 5) ensinam que o lucro não é somente medido na sua vertente financeira, o que, portanto, potencializa um uso mais correto tanto das matérias primas, como dos recursos humanos. Há ainda a incorporação da gestão mais eficiente dos recursos naturais, de forma a garantir uma exploração sustentável, introduzindo elementos como nível ótimo de poluição ou as externalidades ambientais, acrescentando aos elementos naturais um valor econômico.

Vistos esses conceitos, nota-se que a sustentabilidade econômica adquire uma faceta diferenciada, porque, se antes a preocupação era em meramente avançar nos lucros e resultados a qualquer custo, agora o pensamento é de encontrar um equilíbrio

duradouro, que permita às empresas crescerem de maneira sustentável, para que as atividades que elas desenvolvam não sejam predatórias, segundo Estender e Pitta (2008, p. 5). Corroborando com essa visão, e tendo um conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável, se observa que não basta a uma empresa simplesmente buscar o lucro, os resultados devem incluir ganhos nas outras dimensões. Isso força uma mudança de perspectivas, as empresas considerarão essas ações como parte integrante de um plano de negócios.

A inclusão de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável dela mesma e da sociedade. Ao mesmo tempo em que representa um desafio, a busca pela sustentabilidade pode representar novas oportunidades de negócios e existe a tendência de os consumidores preferirem produtos e serviços sustentáveis, sendo este o exemplo mais evidente de vantagens competitivas que podem advir de práticas sustentáveis como estratégia de negócios.

De acordo com Estender e Pitta (2008, p. 5), na visão convencional, o pilar econômico se resume ao lucro da empresa, portanto para calculá-lo os contadores utilizam apenas dados numéricos. Enfatiza-se então que a abordagem que será feita desse pilar, entretanto, requer uma busca pela sustentabilidade econômica da empresa em longo prazo. Por isso, é preciso entender como as empresas avaliam se suas atividades são economicamente sustentáveis e isso passa necessariamente pela compreensão do significado de capital econômico.

Em uma visão simplista, ainda segundo Estender e Pitta (2008, p. 5), o capital de uma empresa é a diferença entre seus ativos e suas obrigações e pode ser encontrado de duas formas principais: capital físico e capital financeiro. Ao avaliar este pilar, levando-se em consideração o conceito de Desenvolvimento Sustentável, será preciso incutir na ideia de capital econômico o capital humano e intelectual, conceitos que, conforme Elkington (2001), gradativamente foram incorporados ao entendimento de capital econômico, sem mencionar os conceitos de capital natural e social, que passam a ser fundamentais para a avaliação deste pilar.

Compartilhando dessa visão, Silva e Pasqualetto (2014, p. 113) avançam e elaboram as seguintes colocações:

Vimos anteriormente que a partir de acontecimentos entre a década de 1960 e a década de 1970, as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente se intensificaram. Assim, a economia do meio ambiente se estruturou e se dividiu em duas linhas de pensamento: a economia ecológica e a economia ambiental neoclássica. Na economia ecológica, é discutido o

uso dos recursos naturais, propondo métodos de monitorar, valorar e determinar tais usos, suas propostas envolvem as técnicas de valoração ambiental. Já a economia ambiental neoclássica preocupa-se com os problemas ambientais das economias de mercado, defendendo que o desenvolvimento sustentável deve ser acompanhado de profundas mudanças qualitativas, sendo que um dos determinantes fundamentais do crescimento é a acumulação de capital; Por isso, acrescenta que investir no capital natural, é o meio mais seguro de garantir a durabilidade do desenvolvimento econômico.

Visto sobre esse prisma, torna-se cristalino que, mesmo dentro da categoria teórica do desenvolvimento sustentável, não existe um consenso sobre como mensurar a sustentabilidade econômica. Por isso, criam-se mais vertentes que fundamentalmente debatem sobre as técnicas de valoração.

Nesse sentido, vale observar o que nos ensina Silva e Pasqualetto (2014, p. 113), “parte dos economistas também defendem a aplicação das técnicas de valoração, que vem sendo utilizadas desde a década de 1980 com o objetivo de assegurar a defesa do meio ambiente”.

No entanto, sabe-se, que também existem divergências entre os economistas, quando o assunto é sobre técnicas de valoração, pois conforme Silva e Pasqualetto (2014, p. 113) alguns autores³¹ argumentam que os valores ambientais calculados atualmente não conduzem a um futuro sustentável e que as técnicas usadas promovem desigualdades, conferindo um “valor” baixo às vidas das pessoas pobres. Mas como fica o discurso das grandes empresas, que dizem buscar a sustentabilidade? É justamente sobre essa perspectiva que deve ser analisado o caso concreto do PDF-MA, que em sua gênese prega que pretensamente busca o desenvolvimento sustentável.

Analisando as definições fornecidas, voltando-se agora para o contexto empresarial, a discussão da evolução da sustentabilidade e a suas interfaces com as teorias científicas formam um embasamento consolidado e necessário para a elaboração de ferramentas que auxiliem as empresas a construírem uma atuação alinhada com as expectativas das partes interessadas. Leripio e Leripio (2015, p. 154) “acredita que a sustentabilidade é um termo amplo, análogo a um “guarda-chuva”, o qual contempla soluções que contribuem para as organizações lidarem de forma eficaz com suas externalidades causadas pela visão de lucro em curto prazo”.

³¹ Tais como cita Silva e Pasqualetto (2014, p. 113): Mueller (2007); Norgaard (2001); Sheng (2001). Em síntese, cada um deles expõe um ponto de vista diferente sobre as técnicas de valoração, para que estas possam ser colocadas no conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Neste contexto, a sustentabilidade se converte em estratégias e práticas organizacionais, delimitadas por um conjunto de condicionantes socioambientais, na qual a gestão dos riscos envolvidos depende não somente da capacidade técnica e econômica das empresas, mas de como se organizam para responder aos condicionantes, visto que nesse cenário atender a tais capacidades pode levar a um diferencial competitivo Amato Neto (2011) citado por Leripio e Leripio (2015, p. 154).

Dentro desse argumento, Leripio e Leripio (2015, p. 154 a 156) afirmam que:

De tal modo, é proposta uma reflexão sobre uma possível sequência de estágios para que as organizações desenvolvam estratégias para se tornarem sustentáveis. [...] A sequência proposta por Leripio para a sustentabilidade das organizações é denominada “Estágios da Estratégia Sustentável de Produção”, a qual se fundamenta na busca por vantagens (econômicas inclusive) às organizações que a implementem de forma integral. O primeiro estágio, Conformidade Legal, estabelece a seguinte premissa: a organização em busca da sustentabilidade deve atender integralmente aos requisitos estabelecidos pela legislação relacionada aos processos e produtos, aspectos socioambientais e riscos ocupacionais, entre outras aplicáveis. [...] O segundo estágio, Conformidade Normativa, enuncia que a organização em busca da sustentabilidade deve atender requisitos estabelecidos em normas técnicas que constituem as melhores práticas de gestão e de processos disponíveis, de forma que seja possível a estabilização dos processos e sua medição por indicadores. [...] O terceiro estágio concentra-se na Gestão de Riscos, Eficiência e Produtividade e possui foco direcionado à redução de riscos, de custos e de desperdícios nos processos organizacionais. Toda forma de poluição, por exemplo, deve ser entendida como manifestação de ineficiência dos processos produtivos. [...] O quarto estágio, Negócio Sustentável, dirige-se à cadeia produtiva completa, abrangendo desde os fornecedores até os clientes e consumidores. Entre as iniciativas estão as do tipo “efeito dominó” sobre a cadeia de fornecedores, que levam estes a adotar as práticas de sustentabilidade já adotadas pela própria organização, porém, adaptado às suas realidades.

Por fim, considerando que um dos estágios da estratégia sustentável de produção, conforme o texto anteriormente citado, refere-se à cadeia produtiva completa, os mantenedores do PDF-MA usam para demonstrar sua sustentabilidade econômica a integração das cadeias produtivas como uma solução para desenvolver a economia e ampliar os efeitos multiplicadores dos seus investimentos na economia local. Para isso, usam como técnica de valoração os montantes investidos, através do volume de negócios, que em última análise, para seus defensores, teria a capacidade de reverberar nas dimensões econômicas, ambientais e sociais.

2.2.2 Responsabilidade social

Seguindo com as dimensões propostas pela categoria escolhida, no segundo momento, adentra-se na responsabilidade social e essa talvez seja a dimensão que dará mais trabalho para ser mensurada, mas é para ela que se deve observar caso se queira aferir os impactos do PDF-MA, já que o programa mesmo se propõe a ter como finalidade a geração de emprego e renda, portanto, afirma que traz benefícios reais a sociedade maranhense.

Tratando especificamente da sustentabilidade social, deve-se levar em conta que as questões tais como a desigualdade social, a educação, entre outros não fazem parte do conceito de sustentabilidade, assim como a questão econômica e ambiental. O que realmente é difundido pelo meio acadêmico é a ideia de que se o sistema social não estiver equalizado, isto é, estiver progredindo como um todo, as questões ambiental e econômica não irão progredir de maneira desejada.

Nota-se que essa percepção acontece devido ao fato de que a finalidade da dimensão econômica e ambiental, em última análise, volta-se a proporcionar qualidade de vida para os indivíduos que compõem a sociedade. No entanto, embora a sustentabilidade social seja a finalidade principal do desenvolvimento sustentável, essa dimensão também é a mais difícil de ser atingida, por isso, vale nos aprofundar nessa temática.

Na sustentabilidade social, para Silva e Pasqualetto (2014, p. 111) durante os últimos 30 anos, as principais questões levantadas são referentes à pobreza, ao incremento populacional e à desigualdade. Questões como equidade entre gerações e qualidade de vida eram temas de discussão, mas não atingiram um nível mundial, enquanto que reduzir a pobreza e a desigualdade e limitar o inchaço populacional tornaram-se questões hegemônicas e passaram a ser os principais objetivos de qualquer programa de sustentabilidade social. Por isso mesmo, vale destacar as seguintes indagações e informações:

Mas qual a relação entre a pobreza e o crescimento da população? Será possível um dia, diminuirmos as diferenças entre as classes sociais? O crescimento da população está diretamente atrelado à pobreza, já que os pobres se reproduzem a taxas elevadas. Por isso, metade da população mundial (cerca de 47%), vive em áreas urbanas, estimando-se que esse número pode aumentar 2% entre os anos de 2000 e 2015, onde encontra-se uma parcela significativa de consumidores, que comparado aos países ricos, consomem pouco, mas que perseguem hábitos de consumo insustentáveis. Sendo assim a densidade populacional e o sistema de distribuição da população são responsáveis pela mudança, propondo novo regime demográfico, através, de um controle de crescimento da população, sem, no entanto, deixar de considerar as características particulares de cada área (SILVA E PASQUALETTO, 2014, p. 111).

Pensando por esse prisma, Silva e Pasqualetto (2014, p. 112) ensinam que do acelerado crescimento populacional surgem então ocupações irregulares, cortiços e favelas, dividindo as cidades em áreas formais e não formais. De um lado, a cidade “legal” com adequada infraestrutura e ocupando lugares privilegiados, de outro a “não cidade” formada por uma classe marginalizada que ocupa lugares distantes, sem escola, creche ou hospital, com transporte precário, água e energia deficitária.

Portanto, é nesse contexto, de assimetrias e grandes questionamentos, além da retirada do Estado como indutor de políticas voltadas a solucionar a questão social, que as empresas privadas, mais notadamente os grandes empreendimentos, tomam para si a responsabilidade de desenvolver a sustentabilidade social, sendo que isso ocorre primordialmente por duas grandes ferramentas, o *marketing* social e responsabilidade social. Diante desses conceitos cabe à tese explicitar seu entendimento, sobre estes instrumentos, por isso vale salientar a visão de Hossoé (2015, p. 8) que nos esclarece:

É nesse ambiente, de consignação das obrigações estatais, que emergem conceitos como *marketing* social e responsabilidade social, difundidos no âmbito da administração privada como um requisito de aceitação mercadológica, já que podemos considerar que o *marketing* social ‘é o desenho, implementação e controle de programas calculados para influenciar a aceitabilidade das ideias sociais, envolvendo considerações de planejamento do produto, apreçamento, comunicação, distribuição e pesquisa de marketing’.

A aceitabilidade mercadológica das organizações privadas, segundo Hossoé (2015, p. 8), se torna imprescindível para sua sobrevivência, induzindo a adoção de ações de *marketing* social³² não apenas por motivos sociais propriamente ditos, mas, prioritariamente, por motivações particulares e mercadológicas.

Dessa forma, o *marketing* social se torna suporte estratégico de gestão e sustentação, no âmbito da administração privada, de outro conceito, o da responsabilidade social, que se baseia no pressuposto de que:

A empresa consome recursos naturais, renováveis ou não, direta ou indiretamente, que são enorme patrimônio gratuito da humanidade; utiliza capitais financeiros e tecnológicos que no fim da cadeia pertencem a pessoas físicas e, conseqüentemente, à sociedade; também utiliza a capacidade de trabalho da sociedade, finalmente, subsiste em função da organização do

³² *Marketing* social segundo Corrêa (1997, p. 20) é o processo de formulação e implementação de atividades de *marketing* que são caracterizadas pela oferta que a empresa faz de uma quantidade específica de recursos a uma determinada causa social, a cada vez que os consumidores de seus produtos realizam uma troca econômica com ela, gerando, com isso, a satisfação, dos objetivos individuais e organizacionais.

Estado que a sociedade lhe viabiliza como parte das condições de sobrevivência. Assim, a empresa gira em função da sociedade e do que a ela pertence, devendo, em troca, no mínimo prestar-lhe contas da eficiência com que usa todos esses recursos (MELO NETO; FROES, 2002, p. 83).

O conceito de responsabilidade social, conforme Hossoé (2015, p. 9), adquire mais relevância não ao ser divulgado entre empresários e gestores privados, mas, principalmente, quando é difundido ao público que, de maneira geral, passa a incorporá-lo e criar expectativa de ações sociais promovidas não somente pelo Estado, mas também pelas empresas que agora adquirem como um dever o *status* de socialmente responsáveis.

Desse modo, nas palavras de Hossoé (2015, p. 9), a responsabilidade social figura como nova condição mercadológica que se amplia e se conecta, na intersecção das expectativas populares pela amortização da “dívida social empresarial”, com o conceito de desenvolvimento sustentável, que acaba por contribuir para a retirada do Estado de algumas de suas obrigações formais. Para os empresários, portanto, a aplicação do conceito de responsabilidade social não visa essencialmente o pagamento de uma “dívida social”, mas sim o chamado “retorno social institucional”³³, que constitui a motivação primeira do ponto de vista mercadológico.

Com tantos benefícios mercadológicos, não há de se estranhar a crescente ampliação das ações de responsabilidade social, de forma que não basta como no passado a filantropia, uma vez que esta se torna difusa e inconstante ao ser associada, essencialmente, à ideia de caridade, o que certamente não a faz exigível como condição mercadológica.

O conceito de filantropia denota, por definição, na visão de Hossoé (2015, p. 9), a subjetividade de uma ação individual, como um favor, já o conceito de responsabilidade social incorpora algo novo, mais abrangente, ao contemplar a ideia de responsabilidade, que pode ser entendida como um dever e que deve ser compartilhada por todos “socialmente”.

Desse ponto de vista, até mesmo o cidadão se vê apreendido pelo conceito, como explica Hossoé (2015, p. 9), na medida em que também é exigido pela

³³O retorno social institucional como mostram Melo Neto e Froes (2002, p.83), ocorre quando a maioria dos consumidores privilegia a atitude da empresa de investir em ações sociais, e o desempenho da empresa obtém o reconhecimento público. Como consequência, a empresa vira notícia, potencializa sua marca, assegura a lealdade de seus empregados, fideliza e conquista clientes, reforça laços com parceiros, aumenta sua participação no mercado.

sociedade a apresentar uma conduta socialmente responsável, o que, em última instância, torna compreensível a ausência estatal e admissível o compartilhamento dos esforços no enfrentamento da questão social.

Vale salientar que esse aspecto foi observado no estudo de Hossoé (2015, p. 10), em que a obrigação social emerge no contexto do redimensionamento da ação estatal, por meio da instituição do estado mínimo, limitando a oferta de bens e serviços sociais, por parte do Estado, e transferindo algumas demandas sociais para a própria sociedade que, por outro lado, enfrenta dificuldades com alguns dos efeitos da expansão neoliberal, tais como a flexibilização das relações de trabalho e o aumento do desemprego e do subemprego como formas de precarização do trabalho.

Por isso, conforme Hossoé (2015, p. 10), com a precarização das condições de trabalho e a diminuição da oferta de vagas, os trabalhadores, que antes conservavam o poder de se organizar e exigir a ampliação das prestações sociais, agora percebem o esvaziamento de sua força de articulação; ao se concentrarem em suas demandas individualizadas pela manutenção do emprego e de condições mínimas de subsistência.

Ocorre, dessa forma, a fragmentação do poder de pressão social da classe trabalhadora, ocasionando a desapropriação de parte do espaço social lentamente conquistado pelos trabalhadores nas décadas precedentes. Portanto, no contexto atual, a perda da centralidade do trabalho no eixo da questão social faz surgir uma nova corrente teórica que coloca que essa reconfiguração social representaria uma nova questão social³⁴.

A origem desse processo é a flexibilização do trabalho, que, em decorrência da abertura dos mercados nacionais e a mundialização do capital, tem determinando o caráter volátil do emprego, que é alocado pelo capital na região do mundo onde representa menor custo e maior precarização das condições de trabalho, nas palavras de Hossoé (2015, p. 11).

Essas condições para Hossoé (2015, p. 11) acarretam a redução da oferta de emprego, da remuneração do trabalhador e da força de atuação das organizações sindicais, promovendo inevitável perda de garantias e direitos sociais. Dessa forma, o

³⁴ A nova questão social nos ensinamentos de Castel (1997, p.165-166) hoje parece ser o questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade. Uma desmontagem desse sistema de proteção e garantias que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização, primordialmente na ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choques em diferentes setores da vida social para além do mundo do trabalho propriamente dito.

emprego da maneira como é conhecido, com estabilidade e proteções sociais, está sendo confinado a um número cada vez mais restrito de trabalhadores em detrimento da flexibilidade do mercado de trabalho.

É certo que isso é um fenômeno global e conforme Hossoé (2015, p. 9) decorrente da mundialização do capital, mas é importante ressaltar que o processo de flexibilização do trabalho e suas consequências socialmente degradantes são incorporadas ao contexto social mais rapidamente e com maior intensidade em países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil. A questão social pode, assim, ser entendida como uma categoria que encerra em si a contradição inerente ao capitalismo, presente na distribuição social desigual entre a produção e a apropriação da riqueza gerada, condensando, no antagonismo interno à relação capital x trabalho, a essência reprodutora dos problemas sociais característica do modo capitalista de produção. É dessa forma que se:

Desencadeia um aumento na demanda por benefícios e serviços sociais. Nesse quadro, a proposta neoliberal é a de cortar ainda mais os gastos públicos, agravando a já iníqua situação de alocação de recursos para as políticas sociais (SOARES, 2002, p. 71).

O mesmo cenário social que comporta a instituição do estado mínimo, e a reconfiguração da questão social, contribuem segundo Hossoé (2015, p. 10), paralelamente, para a expansão da responsabilidade social e o agravamento dos problemas sociais na medida em que legitima o compartilhamento da responsabilidade do Estado com a sociedade civil, no enfrentamento dos problemas sociais. É dessa forma que com o Estado fragilizado, tendo seu papel diminuído perante a sociedade, que se constroem a narrativa do individualismo, relegando os cidadãos e a sociedade como um todo à mercê de sua sorte.

Diante deste quadro, percebe-se que a base de sustentação de todo o sistema está comprometida, isso porque, mesmo que o Estado; tenha uma atitude propositiva no que tange o combate aos problemas sociais, sua capacidade de resposta demonstra-se limitada, devido ao fato de fragilizar as pessoas e a sociedade, afetando principalmente o trabalho; irá também debilitar os possíveis pagadores de impostos, o que limitará sobremaneira a possibilidade financeira do Estado em reagir em meio a toda a situação posta.

Com isso, entende-se que a precarização das relações de trabalho, que deveria pressupor uma reação mais enérgica da classe trabalhadora, perde efeito diante da

emergência do conceito de responsabilidade social, sugerindo o compartilhamento dos problemas sociais, tratando-os como de origem indeterminada, retirando, na verdade, a possibilidade de responsabilização do Estado ou do capital por parte da sociedade civil, já que a ação estatal que se resume, em muitos casos, à regulação, está sendo efetivada na manutenção da liberdade e igualdade formal.

Dessa forma, Hossoé (2015, p. 11) propõe que a difusão do ideal de responsabilidade social não é, por si, suficiente para resolver os problemas sociais, uma vez que ações individualizadas, fragmentadas e descontinuadas conseguem, no máximo, atuar sobre os efeitos de tais problemas, e servem mais convenientemente ao propósito de minimizar a responsabilidade daqueles que se solidarizam com as dificuldades alheias.

É nesse sentido que Hossoé (2015, p. 11) afirma o seguinte:

A responsabilidade social é suficiente apenas para produzir o efeito que aqui denomina-se atenuação aparente da questão social, tanto por não ser objetivamente capaz de promover a atenuação concreta dos problemas sociais, quanto por construir a aparência de que tais problemas são atenuados, o que resulta no esvaziamento da responsabilidade objetiva de todos os envolvidos no processo, na medida em que credencia os “socialmente responsáveis” com uma espécie de “recibo social” de sua parcela de contribuição, eximindo-os de qualquer responsabilização pelo agravamento da questão social.

Com base em toda a fundamentação exposta, a tese em curso analisa a dimensão social do desenvolvimento sustentável, como uma tentativa das grandes empresas de passar uma imagem positiva, diante dos efeitos reais negativos que elas emanam nas comunidades que atuam. Por isso, sentem-se compelidas a criar programas como o PDF-MA para mitigar tais efeitos, servindo principalmente como *marketing* social, levando a sociedade a acreditar que elas estão fazendo sua parte em relação à questão social, tendo, assim, responsabilidade social perante a população que se vê afetada pela sua atuação.

É a partir dessa premissa que o estudo proposto ganha tamanha relevância, porque se por um lado o discurso parece bom, vale então pôr a prova os fundamentos do PDF-MA, visto que somente se o programa tiver impactos reais em emprego e renda ele de fato conseguirá mitigar as mazelas trazidas por esse suposto “desenvolvimento” proporcionado pelas grandes empresas, e para isso não bastam depoimentos. Os dados oficiais, tais como os utilizados na pesquisa, deixaram claro a correlação entre discurso e prática. Conforme a dialética marxista adotada, não

basta ver a aparência do fenômeno, deve-se realizar repetidas aproximações da realidade, até que se chegue à essência.

Por fim, explicitadas as dimensões econômicas e sociais, volta-se para a dimensão ambiental que será explorada no próximo subitem, completando desta maneira a tríade proposta pelo desenvolvimento sustentável. Apenas desta forma, pode-se pôr a categoria desenvolvimento sustentável em uma perspectiva crítica e analisar sua relação com a categoria trabalho, contemplando, assim, a fundamentação teórica, o que fornecerá todo subsídio necessário à avaliação proposta na pesquisa de campo.

2.2.3 Proteção ambiental

A fim de compreender em sua plenitude a categoria desenvolvimento sustentável, deixou-se para explicar no último pilar a questão ambiental, visto que, embora essa pareça ser uma preocupação mais recente perante aos outros dois pilares, mostra-se uma questão de impacto, isto porque cientistas e acadêmicos pelo mundo todo têm alertado para o fato de que, se o ser humano continuar com o atual modelo de crescimento, sem levar em consideração os limites e externalidades desse modelo, poderá em breve sofrer de catástrofes inimagináveis tais como a elevação dos níveis dos oceanos, o que colocaria em risco a humanidade.

Diante dos desafios, que cada dia tomam forma, quando se tratar de meio ambiente, deve-se aqui buscar delimitar e explicar a visão da sustentabilidade ambiental sobre a qual a tese procura se ater. Para isso, utilizam-se os ensinamentos de Estender e Pitta (2008) que dissertam sobre os três pilares do desenvolvimento sustentável, a economia, o social e o meio ambiente. Vale destacar a visão em especial da parte ambiental. Estender e Pitta (2008, p. 6) afirmam que:

As empresas precisam saber avaliar se são ambientalmente sustentáveis e, para isso, é preciso antes de mais nada, compreender o significado da expressão capital natural. O conceito de riqueza natural não é de fácil definição. Utilizando o exemplo de uma floresta. Na opinião do autor, não basta contar o número de árvores para se avaliar seu capital natural, é preciso avaliar, entre outros aspectos, a “riqueza natural que sustenta o ecossistema da floresta”, os benefícios por ela gerados, a flora, a fauna e os produtos dela extraídos, que podem ser comercializados. Ele defende a existência de duas formas principais de capital natural: O ‘capital natural crítico’, que seria aquele fundamental para a perpetuidade do ecossistema e o capital natural renovável ou substituível, sendo este, no entendimento do autor, os recursos naturais renováveis, recuperáveis ou substituíveis.

Dando continuidade ao pensamento citado acima, os autores colocam que as empresas precisam: identificar quais as formas de capital natural impactadas por suas operações, avaliar se elas são sustentáveis, se o nível de estresse causado é sustentável e, finalmente, se o equilíbrio da natureza está sendo afetado.

No caso do PDF-MA, essa noção deve abranger não apenas as empresas mantenedoras, pois estas têm estrutura e profissionais que supostamente se preocupam com os impactos ambientais, mas também no caso das empresas fornecedoras locais, pois como uma cadeia a preocupação em termos de preservação deve ser ampliada para todos, sendo esta condição vital para que o discurso de cuidar do meio ambiente não caia em descrédito. Vale observar que a questão ambiental deveria ser um critério de escolha, visto que as empresas têm custos para se manterem ambientalmente corretas.

Dessa forma, Estender e Pitta (2008, p. 6) explicam que as empresas devem gerir o desenvolvimento sustentável sempre considerando os aspectos ambientais, sociais e econômicos. Embora, segundo os autores, para que o conceito seja colocado em prática, são necessárias as seguintes premissas: “democracia e estabilidade política; paz; respeito à lei e à propriedade; respeito aos instrumentos de mercado; ausência de corrupção; transparência e previsibilidade de governos; preocupação com as gerações futuras, dentre outros aspectos”.

Levando-se em consideração Estender e Pitta (2008, p. 6), para que a empresa seja sustentável, é preciso minimizar seus riscos, criando condições para um futuro mais estável, garantindo a continuidade do negócio e o relacionamento amigável com a sociedade. Cabe ressaltar que Estender e Pitta (2008, p. 6) identificam onze indicadores de sustentabilidade, sendo eles:

1. Mantém uma perspectiva de rentabilidade econômica no médio-longo prazo;
2. Opera dentro da lei, sem passivos que possam gerar prejuízos inesperados;
3. Minimiza sua dependência de recursos esgotáveis ou sujeito a escassez;
4. Minimiza seus impactos sobre os recursos naturais e a paisagem;
5. Desenvolve produtos ou serviços que contribuem para o que é percebido pela sociedade como um benefício social e ambiental;
6. Estabelece uma relação de respeito e minimiza o conflito com seus funcionários, fornecedores, clientes, acionistas, e outros stakeholders – ou seja, os diversos atores que têm interesses diretos ou indiretos no empreendimento;
7. Cultiva a eficiência no uso dos recursos renováveis e não-renováveis – com investimentos em tecnologia avançada e soluções de longo prazo – assim como se preocupa com os impactos de seus bens e serviços ao longo de todo o seu ciclo de vida;
8. Reduz os resíduos e recicla os materiais que descarta;
9. Tem transparência na gestão independente de possuir capital aberto, promovendo assim a confiança dos acionistas,

investidores, fornecedores, clientes, etc; 10. Evita o uso de formas de propaganda maliciosa que induzam o público a confundir a verdadeira atuação da empresa com ações beneficentes que não influenciam sua atuação; 11. Relaciona-se com demandas de ordem global (o aquecimento do planeta ou o surgimento de consumidores engajados em outros continentes) e local (a comunidade que a sua atuação afeta).

Ainda referenciando Estender e Pitta (2008, p. 6), vale destacar a visão mais ampla que permeia o conceito de desenvolvimento sustentável, pois as mazelas que a ação humana provoca devem ser combatidas em todas as frentes, conforme explica-se no seguinte texto:

Para a autora, o desenvolvimento sustentável se tornou imprescindível para a sobrevivência das empresas e do próprio planeta Terra. No seu entendimento, uma empresa que visa a sustentabilidade deve ser transparente, e capaz de avaliar seu desempenho socioambiental. A melhor maneira de se fazer isso é através do relatório anual de sustentabilidade. Esse relatório aponta diversos indicadores sociais, econômicos e ambientais, referente ao desempenho da empresa além de ressaltar seus valores. Trata-se de um documento que melhora o envolvimento da organização com os stakeholders e oferece ao empreendedor uma visão geral de sua gestão, facilitando assim, a auto avaliação de seu negócio. 'Para uma multinacional, publicar um balanço de sustentabilidade é uma questão de sobrevivência. Isso porque quem legitima a sustentabilidade é o stakeholder'.

Seguindo essa linha de raciocínio do meio empresarial, Scharf (2004, p. 22) menciona que a sustentabilidade nas empresas depende de um aumento em sua democracia com o objetivo de estabelecer soluções conjuntas, respeitando as opiniões de todos os envolvidos no negócio. Ainda convém lembrar que nas empresas brasileiras, quando se cria uma área de desenvolvimento sustentável ou ambiental, elas são subordinadas a área de *Marketing*, quando na verdade deveriam ficar sob a responsabilidade dos diretores, pois são eles que tomam as decisões.

Por fim, vale lembrar, que se o PDF-MA quer de fato promover o desenvolvimento sustentável, deve atuar e direcionar assim suas ações, não apenas no discurso, mas em atitudes práticas e concretas. Neste sentido, a tese aqui apresentada propõe-se a contribuir para esse debate. Para tal, com o já referido, a avaliação proposta contempla aspectos qualitativos e quantitativos com o fito de melhor aproximar da realidade, tentando apreender se o PDF e os fornecedores locais atendem aos três requisitos de uma gestão minimamente sustentável; nos termos do que é possível sob o capitalismo tendo em vista a ideia central que orienta esse trabalho que é da insustentabilidade desse modo de produção.

Depois de ter explicado cada um dos pilares, é importante ressaltar que eles não são dissociados, fazem parte de um só conceito, o desenvolvimento sustentável. Por isso estão intrinsecamente ligados, e, portanto, entende-se na tese em curso que se um dos pilares não estiver avançando no PDF-MA, não há como falar de desenvolvimento sustentável. Dada esta explicação, passa-se ao próximo item que será avaliado. Essa categoria teórica do desenvolvimento sustentável, sob o prisma crítico, é necessária para que se possa ir além do discurso.

2.3 Crítica à adoção do desenvolvimento sustentável

Se por um lado adota-se na tese a categoria do Desenvolvimento Sustentável, pois esta foi incorporada pelos formuladores do PDF-MA, por outro, sente-se a necessidade de colocá-la sob uma perspectiva crítica. Sendo que esta perspectiva se deve ao fato desta categoria ter muitos defensores, mas também ter muitos pensadores que divergem quanto a sua possível implementação, em especial no sistema capitalista vigente.

Esse raciocínio tem como base uma questão crucial nos dias atuais, que é a dualidade entre os conceitos de sustentabilidade versus insustentabilidade, como advoga Santana e Sousa (2012, p. 113):

Um dos pontos centrais do debate contemporâneo que dão forma à “questão ambiental” e que balizam a pauta dos governos nesse âmbito, ao redor do planeta, é a tensão entre as teses da sustentabilidade versus insustentabilidade, presentes na produção da vida urbana com suas necessidades, seus modos de apropriação e usos do território e suas formas de organizar a produção e o consumo.

Por isso, tem-se como objetivo nesse item apresentar a visão dissonante, que demonstra com clareza que as perspectivas do mundo não são tão boas assim, e que muitas vezes o conceito do Desenvolvimento Sustentável é utilizado para convencimento da sociedade, sem, no entanto, realizar aquilo que promete, fazendo com que se tenha necessidade de aprofundar o tema.

Antes, contudo, vale destacar que, a despeito de esforços e iniciativas cada vez mais frequentes na direção do Desenvolvimento Sustentável, ainda temos uma situação social que tende muito mais para insustentabilidade do sistema vigente. Pelo menos isso é o que nos indica Santana e Sousa (2012, p. 113):

A noção de insustentabilidade constitui elemento central das correntes teóricas que se filiam ao pensamento crítico. Para estas, o modo de produção capitalista apresenta três características negativas basilares: gera desigualdades de recursos e de poder entre as classes sociais, reforça as diferenças de gênero e étnico-raciais e instiga a exploração crescente dos recursos naturais. Trata-se, em suma, de um modo de produção insustentável na medida em que precisa destruir a natureza para se reproduzir.

Tais argumentos reforçam o entendimento de que no caminho atual em que a sociedade segue, tende-se fortemente ao desequilíbrio e ao agravamento das questões sociais, ambientais e econômicas. Por isso, constitui-se um desafio para os sujeitos, como o Estado e o Capital, buscarem soluções que pelo menos amenizem ou atenuem aparentemente essa incapacidade de preservar a natureza e o meio ambiente.

Na concepção de Santana e Sousa (2012, p. 113), em que citam Silva (2010, p. 67), o “planeta é incapaz de prover, indefinidamente, os recursos necessários à reprodução da vida, em condições históricas e sociais balizadas pelo alto nível de produção e consumo”. É nesse sentido que as autoras explicam que a tese da insustentabilidade é acolhida por diferentes organizações sociais denominadas “ecologistas”, “ambientalistas”, “verdes”, entre outras, e sua vertente mais extrema tem como fundamento básico a ideia de que o planeta estaria marchando para uma calamidade de magnitude irreversível, uma vez que a degradação ambiental não pode ser evitada nos marcos desse modo de produção.

É perceptível que a realidade concreta é muito complexa, até por conta disso só é possível captar fragmentos dela; quando se olha para o termo Desenvolvimento Sustentável, percebe-se que ele é um daqueles termos que parecem ter entrado para o vocabulário popular como modelo, pois, fora do meio de ambientalistas e acadêmicos, nunca se tinha ouvido tal termo. Nesse sentido, Epiphânio e Araújo (2008, p. 2) elaboram a seguinte explicação:

Graças a publicidade, desde 1993 o termo tem se tornado muito comum nas discussões e debates. Os políticos falam disto apaixonadamente, e outros abordam acerca da necessidade e dos passos que devemos dar para a execução de uma política de desenvolvimento sustentável. Grandes empresas voltam-se para o assunto no intuito de mostrarem dedicação e cuidado com o meio ambiente, mas o fato é que muitos estão explorando a necessidade da sustentabilidade para melhorar a imagem da empresa e obter lucros. E vemos também a mídia, entusiasticamente tentando explicar o que significa este desenvolvimento sustentável, como o assunto do momento.

Para além da exploração midiática e positiva que o termo traz, cabe a seguinte indagação, mas o que exatamente significa Desenvolvimento Sustentável? A resposta não é simples, pois existem diversas definições sobre o mesmo termo, tendo essas controvérsias levado a muitos debates, dos mais variados méritos e relevâncias. Tirando essas ideias dissonantes, tem um elemento comum, o de que para todos devemos deixar o planeta tão bom como nós o encontramos.

Esse consenso está expresso na exposição de Epiphânio e Araújo (2008, p. 2):

A definição desse conceito foi proposta pela Sra. Gro Harlem Brundtland, Primeira Ministra da Noruega, em um relatório pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, das Nações Unidas, intitulado *Our common future*, em abril de 1987. E define-o assim: “Desenvolvimento que atende as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender as suas próprias necessidades”. O propósito é realmente digno. E se tais princípios não forem colocados em prática, nós poderemos ter danos irreparáveis nos ecossistemas do planeta. Mas no meio de todo o clamor por um desenvolvimento sustentável, não deveríamos pensar se dentro da atual conjuntura econômica e social é possível? As consequências de uma catástrofe ambiental são assustadoras. É questionável se os conceitos correntes de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são realísticos ou adequados.

Deste trecho citado, apreende-se que o discurso não deve ser aceito se antes não se fizer uma reflexão. Esta afirmação parte de uma indagação que nos motiva a investigar de forma mais profunda a categoria do desenvolvimento sustentável, colocando na palavra dos autores: “não deveríamos pensar se dentro da atual conjuntura econômica e social é possível?”. Tal questionamento nos leva a uma reflexão mais ampla que vai além do conceito posto, vai diretamente ao dilema desenvolvimento sustentável e capitalismo: seria esta uma configuração possível? Há os que defendem que sim, mas também os que defendem que não. Observar a visão desses últimos faz-se essencial e, antes de se avançar na pesquisa sobre o PDF-MA, verificar os termos de tais possibilidades.

Encarar os problemas de forma realística é a única forma de encontrar soluções para eles e, deste modo, sair de incertezas para criar um sentimento de esperança, embora isto possa significar uma mudança de atitude e renúncias de algumas práticas já bem estabelecidas. O fato de examinar as suposições e afirmações da categoria apresentada do desenvolvimento sustentável é um desafio relevante na busca de alternativas para uma verdadeira sustentabilidade. Deseja-se, por meio de uma análise crítica da presente categoria, desafiar-se na discussão e busca de modelos realmente sustentáveis e que de fato tragam esperança em meio ao caos.

Dentro desta ótica, devem-se analisar as premissas postas por Freitas, Nunes e Nélsis (2012, p. 2) em que eles destacam o seguinte:

As mudanças ocorridas no decorrer do século 18, com a consolidação do modo de produção capitalista, acarretaram profundas alterações na relação do homem com a natureza. Marx (1996, p. 113), discorrendo sobre a guerra travada pelo capital, para arrancar o campesinato da terra e para submeter a atividade agrícola à lógica mercantil, denunciou a exploração dos recursos naturais das colônias, que propiciou o enriquecimento de uma parcela da burguesia e intensificou a destruição desses recursos, sobretudo, nos países do hemisfério sul. [...] Para Marx, a natureza e o homem possuíam um metabolismo único, esta seria o corpo inorgânico desse, e, com a alienação do próprio ser no capitalismo, ocorreria um distanciamento visceral entre ambos, estabelecendo a denominada 'fratura metabólica'. Marx e Engels, enquanto primeiros a aplicarem o conceito de metabolismo à sociedade, associaram o referido termo à relação cidade-campo, grande indústria-grande agricultura, homem-natureza, e a 'falha' estariam na insustentabilidade destes relacionamentos dentro do capitalismo.

Nota-se, então, que mesmo antes de existir o conceito de desenvolvimento sustentável, Marx e Engels já apontavam a incongruência do próprio sistema capitalista, em equilibrar o homem e a natureza, sendo que as críticas não param por essa seara. Nesse sentido, é importante dar destaque ao explanado por Bansi, Dias e Borinelli (2012, p. 2) que argumentam no sentido de explicar que o discurso acerca do Desenvolvimento Sustentável não é neutro ou desinteressado, muito pelo contrário, uma vez envolto pelas relações de poder, a busca pelo discurso verdadeiro de Desenvolvimento Sustentável, à medida que se torna mais complexo e difundido socialmente, é apropriado por diferentes forças sociais as quais passam a lhe imprimir o significado que melhor expressa seus valores e interesses particulares.

Dessa forma, os autores Bansi, Dias e Borinelli (2012, p. 2) afirmam que é possível observar as contradições, nas explicações postas:

É possível observar que as considerações de Lima (2003) recaem diretamente sobre a abordagem do *mainstream* abordado no tópico anterior, na qual o Relatório de Brundtland, bem como a Agenda 21, são alvos de constantes críticas. [...] Assim, a abordagem sobre o conceito de sustentabilidade irá depender da visão e dos interesses de quem observa. O conceito do *mainstream* do DS é invariavelmente criticado em função principalmente da dificuldade de delimitação ou caracterização das necessidades que ele pressupõe deverem ser atendidas. As críticas ao conceito são apontadas pela postura antropocentrista; pela não definição de quais necessidades e necessidades de quem devem ser priorizadas – ética intergeracional; pela desconsideração sobre mudanças tecnológicas, distribuição de recursos e qualidade; e pela falta de clareza sobre benefícios, custos e estratégias dos sacrifícios e transferências intergeracionais – ética intrageracional. [...] Foladori (2001) também faz sua análise sobre tal publicação e aponta que ela apenas ratifica a preocupação mundial em

reduzir os níveis de poluição, depredação, pobreza e superpopulação sem alterar a forma social de produção, ou seja, o capitalismo.

A partir da análise deste núcleo de pensamento, constata-se uma divergência latente, demonstrando de forma inequívoca que a crítica se faz necessária, não somente por expor as fraturas na categoria trabalhada, mas, primordialmente, por nos suscitar a enxergar a realidade por outro prisma, pois, veja bem, se o discurso do PDF-MA é de que ele teria a capacidade de promover o desenvolvimento sustentável, seja do ponto de vista econômico, aumentando o volume de negócios, seja do ponto de vista social, gerando emprego e elevando a renda dos trabalhadores, ou ainda do ponto de vista ambiental, estimulando as empresas participantes do programa a adotarem programas ambientais, por que em seu discurso só são enfatizados os depoimentos, sem trazer os números que sustentam tais afirmações?

Se começa a partir deste ponto a descortinar um novo olhar, pois como afirma Layrargues (1997, p. 5), aprofundando o debate crítico a respeito do termo desenvolvimento sustentável, há mais de uma década sinalizava que no atual estado do desenvolvimento tecnológico, considerando suas implicações ambientais, o padrão de consumo do primeiro mundo definitivamente é insustentável e não generalizável ao conjunto da humanidade.

Seguindo o entendimento de Freitas, Nunes e Nélsis (2012, p. 5), a crítica à concepção de desenvolvimento sustentável também está presente em Mészáros (2001, p. 8). Para o autor, o próprio “desenvolvimento” na lógica capitalista é insustentável, sendo, portanto, impossível pressupor desenvolvimento sustentável sem superar a desigualdade substantiva, o modo de produção hegemônico e as dificuldades estruturais nele existentes; remete à possibilidade do desenvolvimento sustentável, condicionando-a:

[...] estarmos realmente no controle dos processos culturais, econômicos e sociais vitais, através dos quais os seres humanos não só sobrevivem, mas também podem encontrar satisfação, de acordo com os objetivos que colocam para si mesmos, em vez de estarem à mercê de imprevisíveis forças naturais e quase-naturais determinações socioeconômicas (MÉSZÁROS, 2001, p. 8).

As autoras enfatizam, ainda, que:

[...] sob o ponto de vista das relações de produção capitalista é impossível qualquer modalidade de desenvolvimento sustentável, com vigência ampla e duradoura e que venha salvaguardar os recursos naturais e humanos do planeta Terra (RAMOS, 2010, p.4).

Freitas, Nunes e Nélsis (2012, p. 5) se sustentam em Mota e Silva (2009) para enfatizar a ausência de uma crítica radical e classista à problemática ambiental e o quanto isto tem contribuído para a construção de um consenso que unifique interesses de classes antagônicas em torno da defesa do desenvolvimento sustentável. Para elas, o desenvolvimento sustentável é aquele que permite reverter a dinâmica de uso dos recursos e dos serviços ambientais, equilibrando a velocidade de utilização e de recomposição dos ecossistemas; é a conjugação entre a sustentabilidade ambiental e social – faces do mesmo processo –, que apenas se realizarão quando o capitalismo for ultrapassado; e implica o respeito à natureza e à igualdade social.

Dessas explicações, pode-se capturar que o discurso do Desenvolvimento Sustentável é muito bonito, mas, posto por uma visão dialética, chega-se à conclusão de que o próprio sistema capitalista seria incapaz de implementá-lo. Essa afirmação é elaborada a partir da visão de que o próprio capitalismo ao longo da sua história se mostrou incapaz de promover igualdade social e desrespeita os ciclos ambientais, pois sua postura individualista mostra-se francamente oposta aos ideais sociais.

De acordo com esse pensamento, Bansi, Dias e Borinelli (2012, p. 2) nos trazem a seguinte análise:

Assim uma congruência entre os vários objetivos do DS, possível na teoria, torna-se inviável quando projetada na prática do contexto capitalista. Nesta perspectiva, fica evidente a contradição da abordagem plural e complexa de desenvolvimento proposta, acerca dos aspectos econômicos e tecnológicos da crise socioambiental. Tal constatação torna reprovável o discurso sustentável hegemônico pelo mercado por não alcançar completamente os objetivos de preservação ambiental, haja vista a diferença entre os quadros ambiental e econômico, bem como os conflitos de interesse entre os dois objetivos. Tal incompatibilidade é a tônica dos grandes fóruns ambientais internacionais promovidos pela ONU, e se expressa na dificuldade de definir compromissos e metas ambientais que representem algum tipo de restrição econômica.

Depreende-se então que, no discurso e no campo ideológico, existe uma boa vontade, no entanto, isso não é traduzido em ações. Muitas vezes esta é a realidade desde o âmbito local e mundial. Pois das diversas reuniões, conferências e acordos internacionais firmados, o que se vê na prática ainda é um mundo muito distante da realidade que se deseja. Diga-se de passagem, que os países ricos são que

demonstram forte resistência a definição de metas e indicadores que possam mensurar a evolução do Desenvolvimento Sustentável.

É por isso mesmo que Bansi, Dias e Borinelli (2012, p. 2) são enfáticos em demonstrar que as críticas que se fazem ao Desenvolvimento Sustentável são muito pertinentes, conforme o trecho abaixo:

Portanto, o que os críticos do *mainstream* do desenvolvimento sustentável e da crise ambiental afirmam é que as tentativas de resolução da crise ambiental desenvolvidas por muitos dos relatórios criados, por exemplo, pela ONU e pelo Banco Mundial, não são originais, mas sim, ao negligenciarem o aspecto ambiental, soam mais como planos tradicionais de desenvolvimento econômico. Em suma, os críticos discutem que, em virtude desta abordagem sobre o DS utilizar a lógica do mercado e a acumulação de capital com vistas a determinar o futuro da natureza, é constatado que ambos o desenvolvimento sustentável e a resolução da crise ambiental não serão de possível concretização em economias capitalistas. É necessário, na realidade, uma nova forma de sociedade, em que o socialismo é compreendido pelos críticos como a representante de uma alternativa viável para o alcance do desenvolvimento sustentável.

É importante salientar que a tese aqui apresentada não chega a questionar o capitalismo em si, porque a avaliação elaborada tem base na situação concreta de aplicabilidade do PDF-MA, portanto, as teorias e conceitos críticos em relação ao Desenvolvimento Sustentável são utilizados com a finalidade de levantar questionamentos e pôr em dúvida seus preceitos.

Nesse sentido, mesmo tendo uma postura mais moderada, entende-se que não se deve abraçar a categoria do desenvolvimento sustentável cegamente. Deve-se antes de tudo procurar compreender seus fundamentos, assim como suas limitações e contradições para que se possa ultrapassar a barreira de uma avaliação superficial e simplista, de tal forma que nossa intenção, é primeiro: verificar se minimamente, mesmo partindo do pressuposto do desenvolvimento sustentável, o PDF-MA atenderia aos seus critérios e em seguida se mesmo atendendo a esses critérios poderia entender-se que de fato ele promoveria o desenvolvimento da sociedade.

Vale ainda levar em conta a percepção de que o Desenvolvimento Sustentável vem sendo adotado para amenizar as críticas ao capital e, diante de um posicionamento marxista até pelos diversos autores abordados, verifica-se que a sustentabilidade ambiental requer a construção de um novo modo de produção superior ao capitalismo. Averigua-se que o atual conceito de Desenvolvimento Sustentável tende a neutralizar a imagem negativa do capital perante a degradação

ambiental que ele supostamente provoca, dada a forte alienação entre homem e natureza intrínseca à fratura metabólica identificada por Marx e Engels.

2.4 Trabalho como velha forma de experiência humana

Concluídas as considerações sobre o Desenvolvimento Sustentável, volta-se agora à segunda categoria a ser desenvolvida, para que sirva de instrumento de análise para esta, que seria o Trabalho. Pode-se estabelecer uma correlação direta entre a busca do desenvolvimento e o trabalho, isto porque ambos fazem parte da definição de como se estabelece a produção. Portanto, por assim dizer, são faces da mesma moeda, ficaria incompleta uma avaliação do desenvolvimento sem considerar-se as formas e contornos que ganha o trabalho.

Pensando nestes termos, este item visa abordar a categoria trabalho sob a ótica marxista, como explicado na introdução, pois só assim se pode investigar e fazer uma breve reflexão sobre a dinâmica e a trajetória histórica que o trabalho tem tido em suas diferentes expressões.

Discutir, debater e analisar a categoria trabalho é uma missão árdua, pois este conceito ultrapassa uma simples constatação de sua dinâmica; na verdade, o trabalho está diretamente ligado como dizia Marx (2009, p. 3) à mercadoria, quando ele analisa os dois fatores da mercadoria: valor-de-uso e valor-de-troca ou valor propriamente dito:

Ora, se abstrairmos do valor-de-uso das mercadorias, resta-lhes uma única qualidade; a de serem *produto do trabalho*. Então, porém, já o próprio produto do trabalho está metamorfoseado sem o sabermos. Com efeito, se abstrairmos do seu valor-de-uso, abstraímos também de todos os elementos materiais e formais que lhe conferem esse valor. Já não é, por exemplo, mesa, casa, fio, ou qualquer outro objeto útil; já não é também o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, de qualquer trabalho produtivo determinado. Juntamente com os caracteres úteis particulares dos produtos do trabalho, desaparecem o carácter útil dos trabalhos neles contidos e as diversas formas concretas que distinguem as diferentes espécies de trabalho. Apenas resta, portanto, o carácter comum desses trabalhos; todos eles são reduzidos ao mesmo trabalho humano, [trabalho humano *abstrato*] a um dispêndio de força humana de trabalho, independentemente da forma particular que revestiu o dispêndio dessa força (MARX, 2009, p. 3).

Com essa citação, é possível compreender que o Trabalho então tem centralidade na teoria marxista. Contudo, embora alguns autores argumentem que

essa relação do trabalho esteja mudando com a evolução capitalista, o que poderia estar apontando para o fim da centralidade do mesmo e para um novo paradigma.

Esta tese apresenta uma discordância em relação a esta visão, pois apresentam-se alguns argumentos que, sem deixar de reconhecer o impacto das mudanças ora em curso, como a reestruturação produtiva do capital, o trabalho permanece como velha forma de experiência humana que se renova em permanência, interpela também nossos modos de compreender e agir sobre o mundo.

O debate da centralidade do trabalho é visto nas palavras de Camargo (2012, p. 2), o desafio de visualizar melhor as contradições atuais nos modos de produção capitalista, compreendendo que, apesar da diminuição quantitativa dos trabalhadores no centro produtivo do capital, o trabalho permanece como categoria central na criação de valor nos modos de produção capitalista, e categoria fundante para compreender e explicar as relações sociais de produção na sociedade.

Portanto, para dar seguimento à proposta de entender a categoria trabalho, iniciar-se-á pela noção posta por Marx do trabalho enquanto ontologia do ser social, que com propriedade Camargo (2012, p. 2) explana:

O trabalho como central na ontologia do ser social, nunca deixou de ser realizado, por homens e mulheres, ao longo da história. O trabalho assume uma centralidade fundante do ser social e no conjunto de atividades intelectuais e manuais organizadas pela espécie humana e aplicada sobre a natureza, visando assegurar sua existência. Para Marx (1844), os homens, para existirem, devem ser capazes de se reproduzirem enquanto seres humanos; forma específica desta reprodução é dada por uma peculiar relação dos seres humanos com a natureza através do trabalho. A categoria do trabalho emerge, desta forma, como categoria central do ser social. A partir da descoberta do trabalho como categoria fundante, declara nos "Manuscritos Econômicos Filosóficos". Marx faz a descoberta que o diferenciara dos clássicos em sua análise sobre o modo de produção de vida e a forma e o conteúdo do capital contra e sobre o trabalho: centrar o trabalho como categoria fundante, a partir da constatação de que a determinação do desenvolvimento humano não é só o processo de conhecimento, mas sim a vida social do contexto em que ela emerge. É a vida social, o meio, o que determina o ser e não a ideia do ser sobre o meio.

Nesse ponto, existe uma interseção, em que o trabalho tem relação direta com o ser social e com a natureza, determinando a forma com que irá acontecer a produção, por isso há enorme necessidade de se pôr o trabalho em perspectiva. Sendo ele a atividade essencial para reprodução do homem, conforme explica Camargo (2012, p. 3):

O que Marx (1844) nos diz tem a ver com o sentido mesmo do humano como ser social, que transforma a natureza, e a partir desta transformação desenvolve um processo de aprendizagem de seus limites e suas potencialidades enquanto ser. Caso não seja assim, o ser humano não existe enquanto ser social, diferente dos demais seres. O conceito de trabalho em Marx não se limita no conceito econômico cotidiano do trabalho como meramente ocupação ou tarefa. E sim como categoria central nas relações sociais, nas relações dos homens com a natureza e com outros homens por que esta é sua atividade vital. [...] Ancorado nas concepções da dialética do concreto de Marx, Lukács reforça que sem o trabalho o ser humano não poderia existir socialmente. Ao mesmo tempo em que o ser humano transforma a natureza, diante do trabalho, vai transformando sua própria natureza. Neste processo transforma o trabalho social em um fator fundamental para a sociabilidade humana.

Partindo dessas explicações, é possível notar conforme advoga Camargo (2012. p. 3) que é com base no trabalho que o ser humano ou ser social se diferencia de outras formas pré-humanas na história, pois os homens são dotados de consciência, tem-se a possibilidade de planejar antes de dar forma ao objeto. Esta é a razão de o trabalho ser a categoria ontológica central para o mundo dos seres humanos, tanto em Marx quanto em Lukács, sem a transformação da natureza não há qualquer reprodução social, toda a organização em sociedade, todas as práxis³⁵ surgem, direta ou indiretamente, das novas necessidades incessantemente produzidas pela história para a continuidade de tal transformação.

Definidas as bases e explicada a forma em que o trabalho se desenvolve para corrente marxista, deve-se agora adentrar no momento histórico que transcorre o programa alvo da tese o PDF-MA. Para isso, recorre-se aos postulados de Antunes que no ano de 1999 no apêndice I do seu livro intitulado “Os sentidos do Trabalho, Ensaio sobre a Afirmção e Negação do Trabalho” em que trata sobre a crise do movimento operário e a centralidade do trabalho, escreve o seguinte texto:

Nas últimas décadas, particularmente depois de meados dos anos 70, o mundo do trabalho vivenciou uma situação fortemente crítica, talvez a maior desde o nascimento da classe trabalhadora e do próprio movimento operário. O entendimento dos elementos constitutivos dessa crise é de grande complexidade, uma vez que nesse mesmo período, ocorreram mutações intensas, de diferentes ordens e que, no seu conjunto, acabaram por acarretar consequências muito fortes no interior do mundo do trabalho e, em particular, no âmbito do movimento operário e sindical. O entendimento desse quadro, portanto, supõe uma análise da totalidade dos elementos

³⁵ Práxis, em seu sentido amplo, é a atividade humana em sociedade e na natureza. Na perspectiva marxista “A práxis é atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática” (KONDER, 2002, p.115).

constitutivos desse cenário, empreendimento ao mesmo tempo difícil e imprescindível, que não pode ser tratado de modo ligeiro. [...] O desenvolvimento mais detalhado e preciso de tais elementos seria aqui impossível, dada a amplitude e complexidade de questões. A sua tematização inicial, entretanto, é fundamental, uma vez que essa crise vem afetando tanto a materialidade da classe trabalhadora, a sua forma de ser, quanto a sua esfera mais propriamente subjetiva, política, ideológica, dos valores e do ideário que pautam suas ações e práticas concretas (ANTUNES, 1999, p.95-96).

Do mergulho e da compreensão realizados até esse momento da tese, já se esclarece que a reestruturação produtiva, o fim do ideal “socialista” e o ataque às premissas do keynesianismo/fordismo modificaram de forma estrutural o capitalismo, fazendo emergir novas práticas, como Antunes (1999, p. 97) explica:

Particularmente nos últimos anos, como respostas do capital à crise dos anos 70, intensificaram-se as transformações no próprio processo produtivo, pelo avanço tecnológico, pela constituição das formas de acumulação flexível e pelos modelos alternativos ao binómio taylorismo/fordismo, entre os quais se destaca, para o capital, especialmente, o modelo "toyotista" ou japonês. Essas transformações, por um lado, decorrentes da Própria Concorrência inter-capitalista e por outro dadas pela necessidade de controlar o movimento operário e a luta de classes, acabaram por afetar fortemente a classe trabalhadora e o seu movimento sindical.

Sabe-se que não basta empurrar à força as mudanças e transformações pretendidas pelos capitalistas, devem antes de tudo, trabalhar o convencimento da classe trabalhadora, buscando, fundamentalmente, o que Antunes (1999) classifica como forma de produção flexibilizada, tentando a adesão por parte dos trabalhadores, que deveriam assumir o projeto do capital.

É nesse sentido que Antunes (1999) prega:

Procura-se uma forma daquilo que chamei de envolvimento manipulatório levado ao limite (Antunes, 1995), em que o capital busca o consentimento e a adesão dos trabalhadores, no interior das empresas, para viabilizar um projeto que é aquele desenhado e concebido segundo seus fundamentos exclusivos. Trata-se de uma forma de alienação ou estranhamento (*Entfremdung*) que, diferenciando-se do despotismo fordista, leva a uma interiorização ainda mais profunda do ideário do capital, avançando no processo de expropriação do *savoir faire* do trabalho.

Conforme o percurso desenvolvido, deve-se indagar se houve uma mudança estrutural, apropriada pela classe capitalista, em detrimento da classe trabalhadora. Essas transformações com certeza tiveram ações concretas. É nesse sentido que cabe indagar: quais são as consequências mais importantes desse novo processo de produção e de que forma elas afetam o mundo do trabalho?

Para responder a esses questionamentos, Antunes (1999, p. 97) aponta as seguintes respostas:

1) diminuição do operariado manual, fabril, concentrado, típico do fordismo e da fase de expansão daquilo que se chamou de regulação social-democrática (Beynon, 1995; Fumagalli, 1996); 2) aumento acentuado das inúmeras formas de subproletarização ou precarização do trabalho, decorrentes da expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, e que tem se intensificado em escala mundial, tanto nos países do Terceiro Mundo, como também nos países centrais (Bihl, 1991; Antunes, 1995; Beynon, 1995); [...] O desafio maior da classe-que-vive-do-trabalho, nesta virada do século XX para o XXI, é soldar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca até aqueles segmentos que estão mais a margem do processo produtivo mas que, pelas condições precárias em que se encontram, constituem-se em contingentes sociais potencialmente rebeldes frente ao capital e suas formas de (dez) sociabilização, Condição imprescindível para se opor, hoje, ao brutal desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global e que se constitui no exemplo mais evidente do caráter destrutivo e nefasto do capitalismo contemporâneo.

Frisa-se que já se havia tocado no transcorrer das explicações desde a contextualização histórica até a fundamentação teórica da tese nos dois principais efeitos colaterais das mudanças em curso na dinâmica capitalista no campo do trabalho, que seriam, conforme o mencionado na citação, o desemprego e a precarização do trabalho³⁶.

Vê-se diante deste cenário que é a partir desse momento histórico que no Brasil o desemprego batia recordes, que o Estado, em conluio com os capitalistas, propõe medidas mitigadoras. Tais como o PDF-MA, que a propósito de por assim dizer “integrar as cadeias produtivas” acaba no fundo buscando muito mais, a terceirização de suas atividades, tentando se apropriar dos ganhos gerados em decorrência dessa ação.

Com essa percepção, torna-se essencial explicar um pouco mais sobre a categoria trabalho, no recorte da terceirização. Entende-se que existe outras maneiras de flexibilização e precarização do trabalho, mas, pelo espaço limitado disponível para exposição da pesquisa, ir-se-á priorizar, porque desta maneira pode-se chegar direto ao ponto de interseção da categoria com o PDF-MA.

³⁶ Precarização aqui entendida sobre as mais diversas formas, informalidade, terceirização e etc., resultado da flexibilização do trabalho, em que os trabalhadores se encontram em uma posição de submissão perante o capital, com fragilidade de negociar as condições nas quais são submetidos.

Em relação à terceirização, ela parece no Brasil ter outro lugar na estrutura do mercado de trabalho, pois, nos últimos vinte anos da história do país, ela se tornou o mais importante recurso estratégico das empresas para gestão (e redução) dos custos com a força de trabalho. Não por acaso até o presente ano de 2017, essa medida está em voga, tendo sido recentemente aprovado no congresso nacional e sancionada pelo executivo federal a ampliação irrestrita, mesmo para atividades fins, tanto do setor público como do setor privado.

Deste modo, para ser rigoroso com o conceito de terceirização e por reconhecer a importância política que ela tem na organização dos trabalhadores, optou-se por uma definição abrangente expressa por Marcelino (2004, p. 3) quando relata que: “terceirização é todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta. Ou seja, é a relação onde o trabalho é realizado para uma empresa, mas contratado de maneira imediata por outra”.

Se aplicar essa definição ao caso concreto do PDF-MA, tem-se que as grandes empresas ou empresas mantenedoras subcontratam outras, sejam elas de fora do estado ou dentro. Isso então não seria necessariamente integração de cadeia produtiva, poderia ser um processo de internalização local do processo de terceirização, visando mitigar a imagem negativa a qual estas empresas estão submetidas, pois já existem diversos estudos³⁷, no tocante aos impactos da adoção desses grandes empreendimentos, criticando os benefícios concedidos e o que é deixado para o Estado, principalmente em relação à isenção de impostos pela lei Kandir, que isenta exportação de tributos como o ICMS.

Visto por esse prisma, é importante salientar a visão de Marcelino (2004, p. 3), que demonstra o fato da terceirização ser no Brasil e no Maranhão um elemento fundamental na definição dos rumos do mercado de trabalho. Tendo essa premissa como verdadeira, indaga-se: então, por que se diz que a terceirização é um elemento definidor dos rumos do mercado e das relações de trabalho hoje no Brasil e no Maranhão?

³⁷ Só para efeito de exemplo citamos, o artigo intitulado “Avaliação dos efeitos da Lei Kandir sobre a arrecadação de ICMS no estado do Ceará”, apresentado no XIV Encontro Regional de Economia do Nordeste, por Alejandro Leitão, Guilherme Irfi, Fabricio Linhares. Outro exemplo no mesmo sentido é o artigo intitulado “Lei Kandir e a perda de receita do Estado de Minas Gerais” apresentado em um Seminário em Diamantina no ano 2000 por Flávio Riani e Célio Marcos Pontes de Albuquerque. Por fim, a monografia intitulada “A Lei Kandir, seus reflexos na arrecadação do ICMS do estado da Bahia”, Ademar Simões de Azevedo, Jaldo Vaz Cotrin, Gervani da Silva Santos, Waterlor Borges de Jesus e Orientador: Prof. Milton Sampaio.

A autora continua a apontar para a importância desse mecanismo de gestão da força de trabalho pela amplitude que ele vem tomando no país e pela sua eficiência em contornar os dois problemas que se impunham também para as empresas brasileiras: a diminuição das suas taxas de lucros – bastante afetadas pelas crises econômicas desde a década de 1980 – e a necessidade de recomposição do domínio sobre as classes trabalhadoras.

Krein (2007, p. 180 apud MARCELINO, 2004, p. 4) aponta que, “apesar das dificuldades em mensurá-la com as pesquisas disponíveis e de sua crescente complexidade, é possível afirmar que a terceirização se constituiu na principal forma de flexibilização da contratação, a partir dos anos 90, no Brasil”.

Na tese exposta, particularmente nesse item, Pochmann (2007, p. 28) chega à mesma conclusão a respeito e explica os fatores que convergem para tornar a terceirização um fenômeno crucial na definição das relações de trabalho no Brasil:

O movimento de terceirização da mão-de-obra está impondo uma nova dinâmica no interior do mercado de trabalho brasileiro. Embora venha sendo implementada no período relativamente recente no país, seus efeitos são expressivos e de rápida generalização nos contratos de trabalho, o que permite equivaler à força de uma verdadeira reforma trabalhista e sindical. Isso porque o tipo de terceirização da mão-de-obra que se expande no país implica constituir um novo padrão de emprego para o conjunto dos trabalhadores. Em síntese, o sentido da difusão do emprego de tipo asiático, simplificado no contrato de trabalho de elevada rotatividade, contida remuneração e longa jornada de trabalho. Não obstante o conjunto de avanços da escolaridade dos trabalhadores ocupados e desempregados, os níveis de remuneração permanecem extremamente contidos. Mesmo que a terceirização tenha se alastrado para além da atividade-meio, compreendendo cada vez mais a atividade fim do processo produtivo, acentua-se a precarização dos empregos.

Segundo Pochmann (2007, p. 28), o avanço da terceirização no Brasil se deu já na década de 1990, depois do Plano Real e encontra-se intimamente associada com o ambiente de semi-estagnação da economia, de baixos investimentos e incorporação de novas tecnologias e pela abertura comercial e financeira dos mercados nacionais. Nesse sentido, a terceirização se consolida como estratégia de minimização de custos e define ajustes no padrão de emprego formal.

Além do exposto, Marcelino (2004, p. 6), em uma colocação literal, emana que esse tipo de precarização do trabalho interposto pela terceirização fragiliza a classe trabalhadora, concordando com a visão de Antunes (1999, p. 32), assim ela teoriza:

Embora a terceirização seja, mais do que qualquer outro mecanismo de gestão empresarial, amplamente difundida em todos os setores econômicos, desde a produção até os serviços, sua definição não é tão evidente quanto possa parecer e tem, sem dúvida alguma, implicações políticas importantes para a organização dos trabalhadores. Isto porque, não só define um enquadramento sindical específico, mas também porque cria ou quebra identidades de luta. Dizemos isso pelo seguinte motivo: não se identificar como terceirizado, mesmo o sendo, evita determinados “problemas” para as empresas subcontratante e subcontrada, tais como, a percepção pelo trabalhador da condição de explorado em maior escala, a luta por isonomia salarial nas mesmas funções, a possibilidade de reivindicações conjuntas com as categorias preponderantes. Se o trabalhador assume que, simplesmente, trabalha numa outra empresa com políticas diferentes e que essa empresa não é uma terceirizada, seus vínculos com a subcontratante e a possibilidade de mobilizações amplas se tornam muito mais débeis. A situação descrita acima não é hipotética. Esse é caso dos trabalhadores da FUNCAMP (Fundação de Desenvolvimento da Unicamp), por exemplo, cuja confusão em torno da condição de terceirizados os impede de sequer pensar em ter os mesmos direitos que um trabalhador concursado da Unicamp, mesmo realizando, boa parte das vezes, as mesmas funções que eles.

Evidentemente, a representação sindical desses trabalhadores tem algum papel nisso, visto que ela não se vê como representante de trabalhadores terceirizados. Mas, essa visão se apoia de maneira evidente na indefinição que impera no contexto brasileiro em torno do conceito de terceirização.

Por isso, torna-se tão fundamental analisar a aplicabilidade desse conceito na realidade concreta. O PDF-MA é uma bela oportunidade de realizar essa tarefa, pois, quando se olha para as entidades que apoiam o programa, vêm-se em sua grande maioria os empresários, representados pelas mantenedoras e os fornecedores locais, o Estado, as entidades sindicais e associações ligadas ao empresariado, como FIEMA e ACM, sem, contudo, identificar as instâncias que defendem a classe trabalhadora, seria isso por acaso?

A resposta a essa pergunta ficará clara no capítulo seguinte, em que se adentrará na pesquisa de campo. Avaliando os impactos da adoção do PDF-MA, no que tange ao desenvolvimento sustentável, mais especificamente na geração de emprego e renda, para a sociedade maranhense. Esperando-se, assim, contribuir com uma avaliação inovadora, que poderá apontar não só caminhos para melhorar o próprio programa, como refletir sobre as políticas públicas do estado do Maranhão, voltado para questão do desenvolvimento.

CAPÍTULO III – OS IMPACTOS DA ADOÇÃO DO PROGRAMA DE FORNECEDORES DO ESTADO DO MARANHÃO (PDF-MA) PARA A SOCIEDADE MARANHENSE

No presente capítulo, são expostos os principais os resultados da pesquisa de campo referidos aos impactos gerados pela adoção do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Estado do Maranhão (PDF-MA), tendo como foco seus dois propósitos básicos: o aumento no volume de negócios entre as empresas mantenedoras e fornecedoras e a criação líquida de empregos no contexto da economia maranhense.

Para atingir esse escopo da pesquisa, buscou-se identificar os impactos previstos ou não pelo PDF-MA, com base na sistematização das observações realizadas e nas falas dos sujeitos envolvidos no Programa captadas através de entrevistas realizadas.

3.1 Identificação dos impactos previstos na elaboração do programa

Como já referido em capítulos anteriores, o PDF-MA surge da identificação de uma lacuna que estaria imbricada no modelo de desenvolvimento adotado no Maranhão, a partir da década de 1970, que privilegiou o incentivo à instalação e manutenção de grandes empresas nesse Estado, notadamente, a Vale e a Alumar. Para concretizar a atração dessas empresas, o Governo se valeu do uso intensivo de recursos públicos, tais como: cessão de terras, infraestrutura, qualificação de mão de obra, isenção de impostos, subsídio no setor energético, financiamentos diversos. Os resultados desse investimento para o estado, por outro lado, para muitos analistas, sempre estiveram aquém do esperado, uma vez que essas empresas estão voltadas para produtos de exportação, são desonerados de impostos, geram reduzidos postos de trabalho e causam impactos ambientais negativos.

O PDF-MA constituiu-se, assim, como uma forma de se contrapor ao movimento que sustenta os grandes empreendimentos instalados no estado, já que seu propósito é avançar na integração das cadeias produtivas, fazendo com que as mantenedoras substituam produtos adquiridos de empresas de fora do Maranhão por outros produzidos em nível local, o que elevaria o volume de negócios transacionados entre as empresas mantenedoras e as fornecedoras locais. Para os defensores desse

Programa, isso resultaria, naturalmente, na geração de empregos, na elevação da renda e na melhoria da qualidade de vida.

O primeiro impacto avaliado neste capítulo é o aumento do volume de negócios. Diz respeito ao modo como as empresas se relacionam e pode estar expresso na maneira como elas compram e vendem no mercado. No jargão empresarial, o ato de comprar e vender é entendido como fazer negócio, uma atividade normal, tanto entre empresas, como entre pessoas. Embora fazer negócio seja fácil de compreender, a definição de volume de negócios incorpora diversos pontos de vista.

Um deles é que o volume de negócios representa o valor dos bens e serviços vendidos por uma empresa no âmbito da sua atividade habitual, durante um determinado período de tempo. Dessa premissa podem-se destacar duas partes importantes para se avaliar o volume de negócios transacionados, o valor e o período³⁸.

O volume de negócios ganha primazia, porque seguindo o seu rastro pode-se compreender e buscar explicações sobre a efetividade e o resultado do PDF-MA. E já que a finalidade da referida tese é aferir impacto, essa variável é a primeira e a principal da área econômica. Por isso, busca-se avaliar quanto em valor de negócio foi transacionado deslocando-se no tempo. Dessa forma, encontra-se quanto as empresas mantenedoras compraram, e quanto as empresas fornecedoras venderam, tanto as que fazem parte do PDF-MA, quanto as que não fazem parte, e as que estão localizadas dentro e fora do Maranhão.

Derivado do incremento constante do volume de negócios, pressupõe-se como foi explicado como consequência natural o acréscimo no resultado líquidos de geração de empregos. Mas o que quer dizer quando se refere a geração de empregos? Sabe-se que para produzir as empresas utilizam em sua composição orgânica disponibilidade de capital e de trabalho. À medida que o faturamento de cada empresa se eleva, esgotada sua capacidade ociosa, isso obriga que a mesma tenha que se expandir, fazendo-se necessário novos investimentos, o que em tese poderia ser aplicado tanto no capital, quanto no trabalho.

Então, o acréscimo de mais um trabalhador, representa a criação de emprego, enquanto que a situação contrária a destituição de um trabalhador significa a retração

³⁸ Embora não seja objetivo do trabalho determinar quais variáveis são consideradas para o efetivo fechamento de negócios, é importante ressaltar que há variáveis diversas que provocam encontro de desejos entre compradores e vendedores, por exemplo, qualidade dos produtos, prazo de entrega, pontualidade, preço, relacionamento, dentre outros

do emprego; diante então dos movimentos de criação e destruição tem-se o resultado líquido, pode-se aferir se as empresas atuantes no mercado específico, mais criaram ou mais destruíram empregos, determinando assim o sentido da mudança.

Esse impacto, refletido na geração de emprego, ganha destaque porque não é consequência direta da elevação do volume de negócios, pois há diversos fatores que devem ser levados em consideração. Entre eles, porque a geração de empregos é uma variável que repercute diretamente sobre a vida em sociedade, visto que é pelo trabalho que as pessoas aferem renda e podem melhorar sua qualidade de vida, elevar seu nível de consumo e, assim, impactar o restante da economia.

Com essas explicações, consegue-se identificar, com clareza que alvo os formuladores do PDF-MA tinham em vista. Buscando, dessa forma, atenuar a realidade fática da implantação dos grandes empreendimentos, tentando assim suprir a lacuna deixada no princípio, trazendo uma alteração na relação custo x benefício e no modelo de desenvolvimento adotado. A seguir então, parte-se para elaborar um quadro, que trará uma visão das dimensões e vertentes utilizados na avaliação em curso, permitindo assim, quantificar as aferições feitas na pesquisa de campo.

3.2 Elaboração do quadro de dimensões e vertentes de avaliação

Para dar continuidade à avaliação de impacto em curso, traçam-se as dimensões e as vertentes, que são definidos como elementos importantes de determinada realidade e ajudam na sua visão diagnóstica. Nas dimensões institucionais do PDF-MA, como explanado na introdução, apresenta-se um roteiro que permite avaliar três (3) dimensões compostas por seis (6) vertentes.

Diante dessa definição fazem-se breves considerações sobre o conceito de dimensões e vertentes. No conceito de dimensão, entende-se que são aspectos mais gerais, como grandes características. Já as vertentes revelam algum aspecto peculiar daquela dimensão, portanto, as vertentes são a expressão das situações de realidade a ser observada, avaliada e analisada.

Na Tabela 1 a seguir, são apontados as dimensões e vertentes propostas na pesquisa, em que se fez uma análise quantitativa e qualitativa das informações capturadas.

Tabela 1 - Dimensões e Vertentes propostas na pesquisa

DIMENSÃO	VERTENTE
Econômico	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Evolução do PIB do BR, NE e MA ➤ Empresas que fazem parte ou não do PDF-MA ➤ Volume de negócios realizados
Social	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Criação, Destruição e Resultado Líquido de Empregos ➤ Ponderações sobre a renda no Brasil e no Maranhão
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Entrevistas semiestruturadas

Fonte: Elaborado pelo autor.

Essas dimensões e vertentes foram identificados a partir de leituras prévias sobre o campo empírico determinado para pesquisa. Vale ressaltar que ao longo desta pesquisa houve redimensionamentos necessários na condução e no curso seguido pela mesma.

3.2.1 Considerações sobre a evolução do PIB do BR, NE e MA

A década de 2000 trouxe muitas mudanças, tanto na economia global, quanto nacional e local. Nesse sentido, como foi explicado anteriormente, deve-se trazer essa realidade à tona, pois mesmo que o preconizado fosse o desenvolvimento sustentável, como explicado, essa categoria não acontece sem o crescimento econômico. Diante disso é salutar ter como vertente e referência o PIB³⁹ e para que se possa ter um nível comparativo, estabeleceu-se o âmbito nacional, regional e estadual. O recorte feito para essa vertente pega desde o ano 2000 ao ano de 2016, para que seja possível observar a sua variação dinâmica, tendo assim um panorama, base do cenário em que se desenvolve o PDF-MA, impactando diretamente as empresas mantenedoras e por consequência todo o mercado delas decorrentes.

De acordo com a Tabela 2, considerando-se todo o período, apresentam-se os dados do PIB regional maranhense calculado pelo IBGE/IMESC. O estado do Maranhão apresenta uma taxa de crescimento superior, se comparado ao Brasil ou

³⁹ O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer sejam países, estados ou cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano etc). O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de quantificar a atividade econômica de uma região.

ao Nordeste. Além disso, pode-se chegar às seguintes ponderações, explorando e analisando a tabela a seguir, que traz basicamente oito informações, Valor deflacionado do PIB BR, NE e MA, Crescimento do PIB BR, NE e MA e Participação percentual MA/BR e MA/NE:

Tabela 2 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Evolução do Produto Interno Bruto do Brasil a preço de mercado corrente, Ano Base 2010.

Ano	PIB Nominal			Crescimento (%)			Participação MA	
	BR	NE	MA	Brasil	NE	MA	MA/BR	MA/NE
2000	3.401.682	416.530	33.782	-	-	-	0,99	8,11
2001	3.202.734	430.622	35.350	-5,85	3,38	4,64	1,10	8,21
2002	3.485.807	456.212	37.284	8,84	5,94	5,47	1,07	8,17
2003	3.680.272	472.519	41.780	5,58	3,57	12,06	1,14	8,84
2004	3.897.571	501.155	44.051	5,90	6,06	5,44	1,13	8,79
2005	4.088.499	532.767	47.280	4,90	6,31	7,33	1,16	8,87
2006	4.400.018	580.621	54.257	7,62	8,98	14,76	1,23	9,34
2007	4.755.705	619.566	53.726	8,08	6,71	-0,98	1,13	8,67
2008	5.134.230	670.467	62.625	7,96	8,22	16,56	1,22	9,34
2009	5.274.630	715.154	64.876	2,73	6,67	3,59	1,23	9,07
2010	5.806.705	781.185	69.202	10,09	9,23	6,67	1,19	8,86
2011	6.140.567	818.595	73.164	5,75	4,79	5,73	1,19	8,94
2012	6.383.084	865.792	80.194	3,95	5,77	9,61	1,26	9,26
2013	6.673.700	906.902	84.735	4,55	4,75	5,66	1,27	9,34
2014	6.797.967	947.064	90.392	1,86	4,43	6,68	1,33	9,54
2015	6.378.159	884.684 ⁴⁰	89.261 ⁴¹	-6,18	-6,59	-1,25	1,40	10,09
2016	6.266.000	869.099 ⁴²	86.341 ⁴³	-1,76	-1,76	-3,27	1,38	9,93
Média	5.045.137	674.643	61.665	3,77	4,50	5,81	1,20	9,02

Fonte: IBGE, 2017.

Observando atentamente os números dispostos, percebe-se que o crescimento médio segue uma lógica inversa da esperada, o PIB Maranhense tem alta de 5,81%, já o PIB Nordestino é menor que o maranhense, maior que o brasileiro, estando em

⁴⁰ Previsão de PIB esperado, aplicando-se a mesma taxa do PIB Nacional, já que as informações sobre o PIB Nordestino para o período ainda não foram divulgadas.

⁴¹ Previsão segundo dados do IMESC.

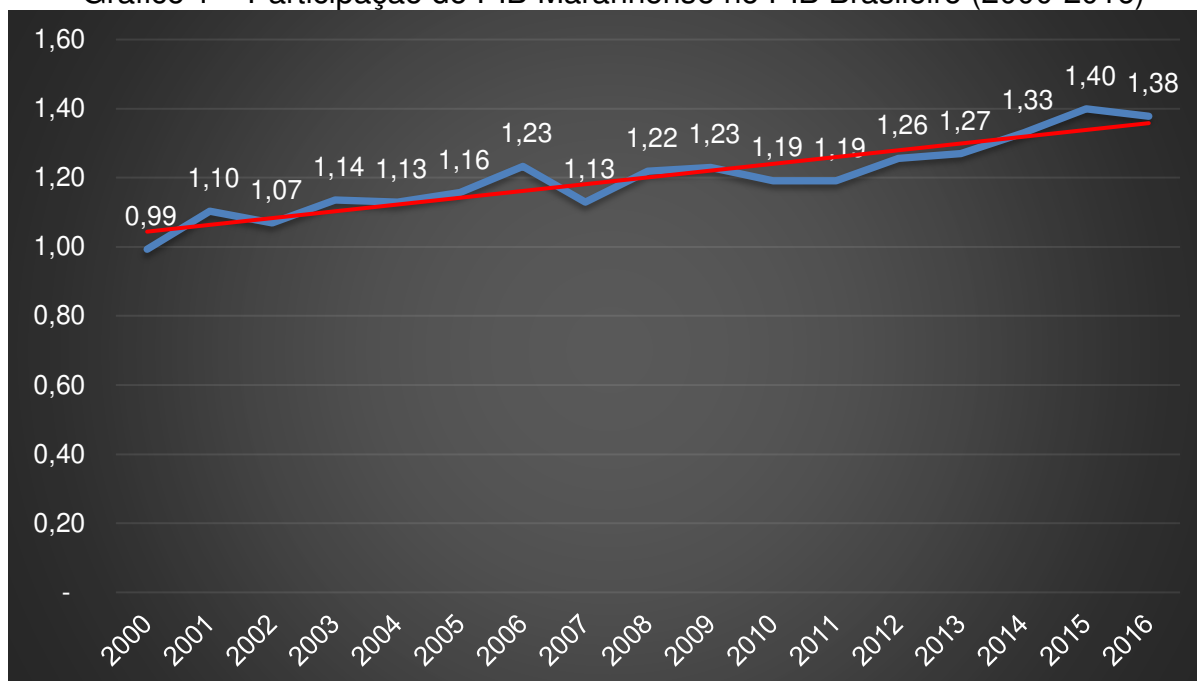
⁴² Previsão segundo dados do IMESC.

⁴³ Previsão segundo dados do IMESC.

4,50% e em seguida o PIB Brasileiro, com 3,77%, isso demonstra a pujança do mercado local.

Com base nas informações dispostas traçam-se os seguintes gráficos 1 e 2, que expõem sobre a participação do Maranhão no Brasil e no Nordeste:

Gráfico 1 – Participação do PIB Maranhense no PIB Brasileiro (2000-2016)



Fonte: IBGE, 2017.

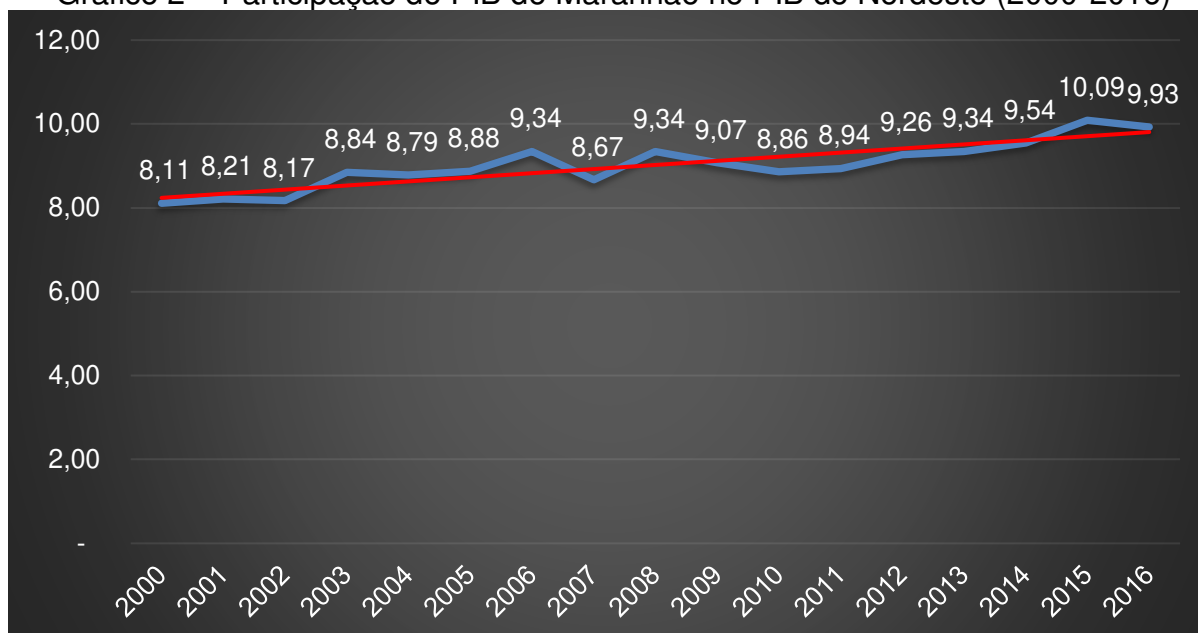
Dessa perspectiva, a participação do PIB Maranhense no PIB Brasileiro⁴⁴ avança consideravelmente, passando de 0,99% no ano inicial 2000, para 1,38% no ano de 2016. Isso representa uma elevação de mais de 38% do total que detinha, atestando o crescimento acelerado nesse período. De outro ponto de vista, se fizer uma comparação ao ano inicial 2000 com 0,99% e a média de 1,20%, se entenderá que houve uma elevação de 20% na média, consolida uma posição favorável para um possível desenvolvimento sustentável, pretensão do PDF-MA.

Deve-se ainda destacar que não é apenas a elevação das taxas de crescimento (aumento da participação do resultado maranhense no resultado nacional). Tem-se também que a linha de tendência a esse movimento é positivamente inclinada, o que demonstra ainda o potencial futuro da aplicação de políticas que possam contribuir para esse movimento.

⁴⁴ Elaborar comparações é útil para que seja possível ter parâmetros de avaliação e análise, o que traz a capacidade adicional de entender a vertente exposta.

Na comparação com o Nordeste, a participação maranhense também tem um saldo positivo, como se pode observar:

Gráfico 2 – Participação do PIB do Maranhão no PIB do Nordeste (2000-2016)



Fonte: IBGE, 2017.

É interessante notar que a participação maranhense no PIB nordestino, embora positiva, é relativamente mais estável e cresce menos que a participação maranhense no PIB brasileiro. No entanto, vale registrar que ela passa de 8,11% no ano inicial de 2000, para 9,93% no ano final da série 2016, o que representa um acréscimo de 1,82%, confirmando que a possibilidade de o Maranhão poder sustentar um desenvolvimento é real. Além disso, mesmo comparando o ano inicial 2000 com 8,11% ao crescimento médio de 9,02, tem-se uma relação positiva de 0,91%, o que afirma que não é um movimento transitório, mais perene de elevação do PIB.

Por fim, da série exposta, chega-se novamente a uma linha de tendência positiva, em relação à participação do PIB maranhense no PIB nordestino, o que reafirma e deixa claro que existe espaço para o desenvolvimento de políticas de desenvolvimento sustentável. Resta agora aferir e analisar nas próximas vertentes se esse crescimento se reverte em benefício da sociedade, pois conforme argumentam os defensores do PDF-MA essa é a motivação do programa existir, não somente aumentar o volume de negócios, mas gerar emprego e renda.

3.2.2 Evolução das empresas não pertencentes e pertencentes ao PDF-MA

Vistas as variáveis quantitativas referentes ao crescimento econômico, deve-se, a partir de agora, buscar aferir as variáveis que tentam mensurar o desenvolvimento sustentável, visto que são essas dimensões e vertentes que podem revelar a verdadeira natureza do PDF-MA, expondo seus resultados e confrontando estes com outras variáveis.

Como a primeira dimensão elencada foi a dimensão econômica, deve-se iniciar a perspectiva pela quantidade de empresas, tanto as que estão se inserindo e entrando no PDF-MA, quanto as que estão abrindo as portas no estado do Maranhão. Com essa dinâmica, é possível ter um panorama geral de qual movimento tem sido mais acelerado, se a adesão ao programa ou o crescimento quantitativo das empresas maranhenses. A primeira informação que se deve observar para buscar o objetivo elencado acima está no Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 - Número de Empresas formais declarantes da RAIS no Estado Maranhão de (2000 a 2016)

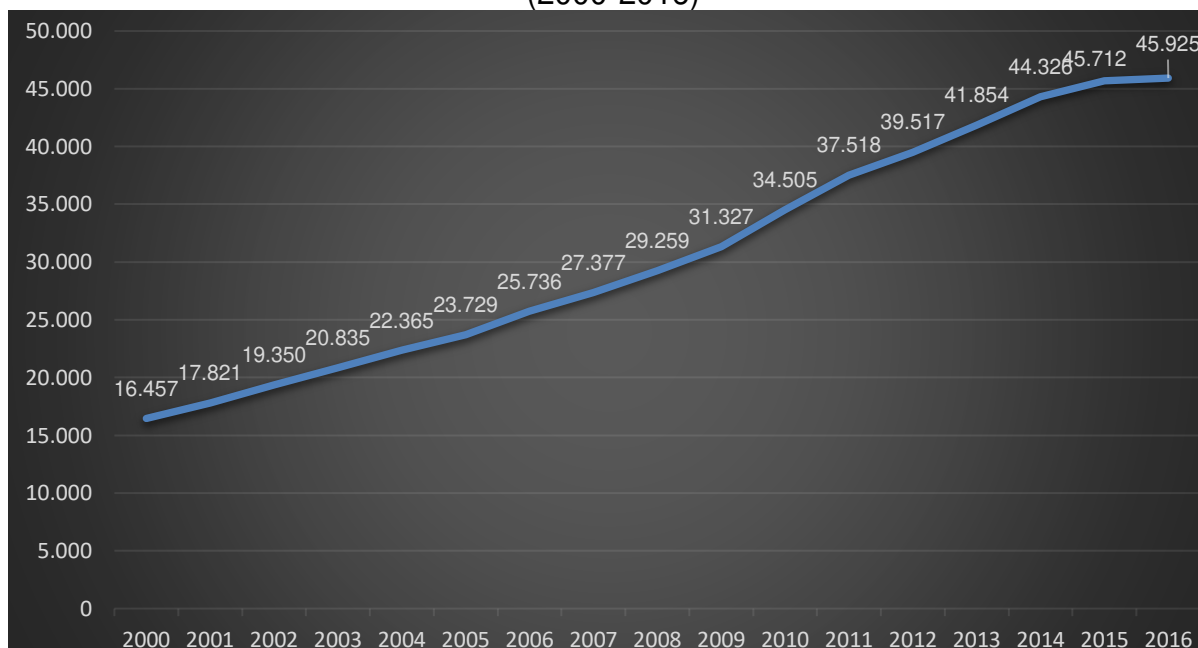
Subsetor de atividade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
01-Extrativa Mineral	44	43	51	48	46	52	55	62	63	58	67	70	84	85	88	85	84
02-Prod. Mineral não Metálico	126	138	145	160	170	175	187	208	231	263	275	307	365	377	398	408	390
03-Indústria Metalúrgica	100	114	129	142	154	157	156	167	193	189	198	231	247	260	291	302	281
04-Indústria Mecânica	11	16	18	22	18	23	49	46	56	64	84	91	97	111	111	122	126
05-Elétrico e Comunic	5	7	10	12	17	16	14	16	18	17	21	29	28	35	39	41	39
06-Material de Transporte	23	21	25	26	26	24	25	26	34	40	48	50	47	55	53	55	56
07-Madeira e Mobiliário	262	251	228	230	231	252	248	240	239	227	241	238	240	244	242	233	224
08-Papel e Gráf	122	129	139	144	142	164	180	193	215	235	246	258	264	267	266	269	252
09-Borracha, Fumo, Couros	39	51	44	47	53	55	66	72	77	73	97	93	108	126	131	141	153
10-Indústria Química	104	97	106	109	144	168	99	94	97	100	103	111	123	122	121	111	112
11-Indústria Têxtil	90	112	124	137	144	144	158	177	181	179	187	206	197	223	236	236	232
12-Indústria Calçados	2	4	4	5	3	3	5	6	7	6	8	8	9	7	8	5	5
13-Alimentos e Bebidas	306	314	326	351	364	359	426	436	466	530	461	511	546	622	661	710	760
14-Serviço Utilidade Pública	170	189	192	190	187	189	181	123	141	136	126	126	155	167	167	160	162
15-Construção Civil	875	979	1.110	1.033	898	855	935	1.043	1.207	1.365	1.761	1.905	2.006	2.181	2.478	2.401	2.232
16-Comércio Varejista	7.409	7.988	8.838	9.543	10.350	11.125	12.287	13.152	14.118	15.252	17.059	18.546	19.523	20.470	21.490	22.153	22.112
17-Comércio Atacadista	666	673	696	747	861	881	967	1.070	1.163	1.282	1.288	1.353	1.373	1.463	1.567	1.613	1.676
18-Instituição Financeira	363	366	364	361	408	347	370	418	425	432	476	506	546	551	590	598	616
19-Adm Técnica Profissional	1.280	1.477	1.618	1.853	1.991	1.986	1.774	1.894	1.979	2.136	2.381	2.704	3.025	3.344	3.582	3.740	3.774
20-Transporte e Comunicações	597	627	643	707	750	827	919	942	1.011	1.092	1.214	1.350	1.435	1.545	1.636	1.720	1.734
21-Aloj Comunic	1.632	1.773	1.947	2.051	2.195	2.405	2.573	2.735	2.863	3.036	3.220	3.595	3.751	3.995	4.302	4.539	4.564
22-Médicos Odontológicos Vet	927	947	949	989	1.002	992	1.021	1.047	1.124	1.220	1.282	1.408	1.490	1.620	1.713	1.880	2.016
23-Ensino	424	470	462	457	486	506	536	569	630	672	760	776	826	867	945	992	1.047
24-Administração Pública	302	347	374	412	416	447	459	430	417	420	459	464	451	445	457	467	440
25-Agricultura	578	688	808	1.059	1.309	1.577	2.046	2.211	2.304	2.303	2.443	2.582	2.581	2.672	2.754	2.731	2.838
Total	16.457	17.821	19.350	20.835	22.365	23.729	25.736	27.377	29.259	31.327	34.505	37.518	39.517	41.854	44.326	45.712	45.925
Evolução percentual	0%	8%	9%	8%	7%	6%	8%	6%	7%	7%	10%	9%	5%	6%	6%	3%	0%

Fonte: Elaboração própria, com base em informações extraídas dos dados formais da RAIS, fornecidas pelo MTE.

De posse desta série temporal, em que se pode observar a evolução do resultado líquido da criação de empresas no estado do Maranhão, dividido por setores da economia e somado todos os setores, têm-se ótimas análises a serem efetuadas. E para facilitar a visualização dessas análises, foi necessário construir gráficos, para poder explicar alguns comportamentos de maior relevância.

Avaliado pelo prisma do número de empresas formalizadas declarantes da RAIS no estado do Maranhão, pode-se constatar que houve um forte crescimento, em toda a série histórica, conforme demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 3 - Número de Empresas Declarantes da RAIS no Estado do Maranhão (2000-2016)

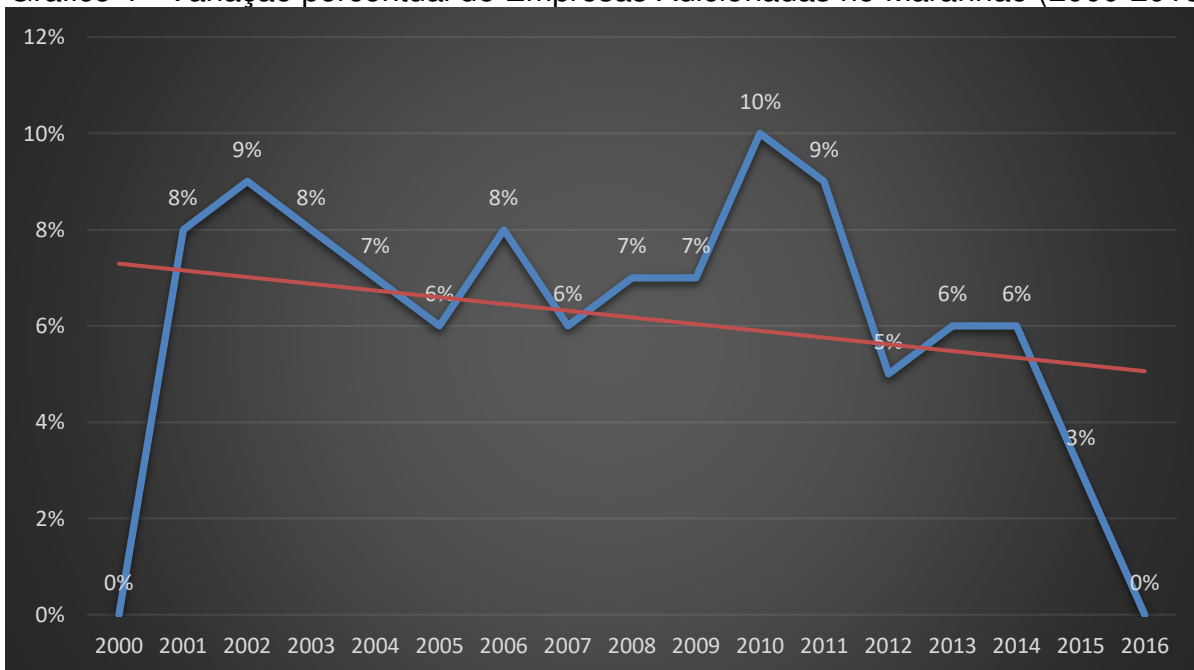


Fonte: Elaboração própria, com base em informações extraídas dos dados formais da RAIS, fornecidas pelo MTE.

Vale apontar ainda que esse gráfico revela crescimento no número de empresas, ainda que aponte para uma estabilização principalmente nos anos de 2015 e 2016, demonstrando um quadro desafiador para economia maranhense nos próximos anos. Em termos de crescimento absoluto, passou-se de 16.457 empresas em 2000, para cerca de 45.925 empresas em 2016, tendo havido um acréscimo nesse período de 17 anos de 29.468 empresas, o que significa um aumento expressivo de 179% no número total de empresas declarantes da RAIS no estado do Maranhão.

Outra informação que se pode extrair da tabela posta pode ser expressa através do próximo gráfico, que busca demonstrar a:

Gráfico 4 - Variação percentual de Empresas Adicionadas no Maranhão (2000-2016)



Fonte: Elaboração própria, com base em informações extraídas dos dados formais da RAIS, fornecidas pelo MTE.

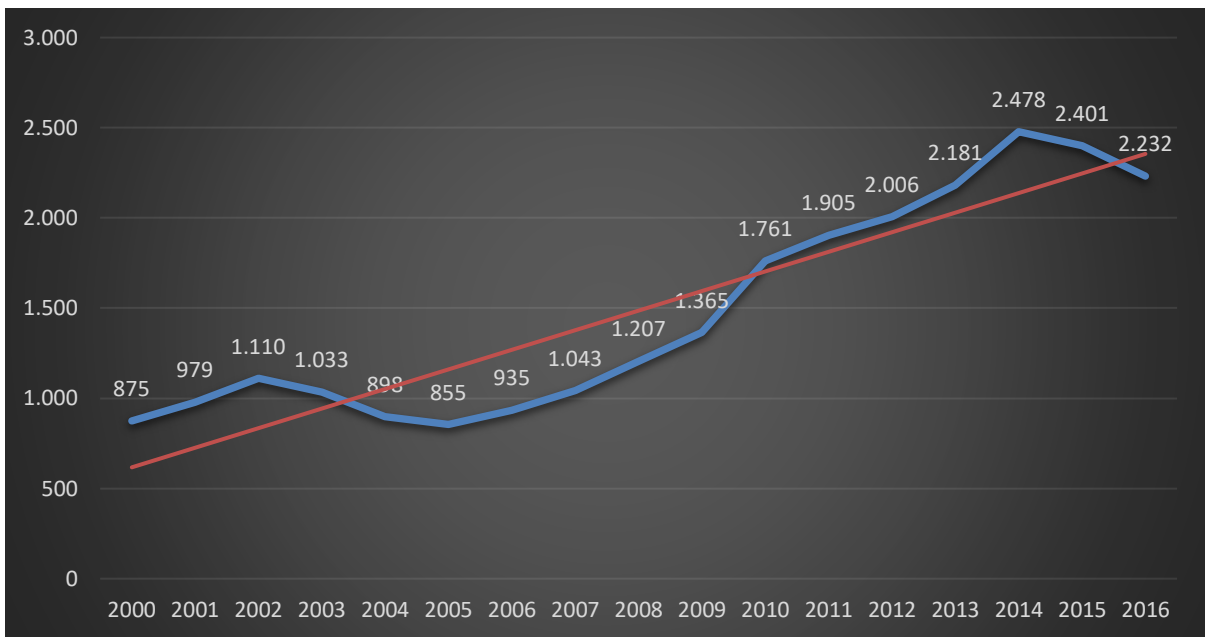
Essa informação confirma a interpretação de que embora em praticamente todos os anos teve-se uma variação percentual positiva, tendo em média 6,56% aproximadamente, a linha de tendência do crescimento é decrescente, demonstrando a diminuição do ritmo de crescimento, até tender para estabilização, o que nos remete ao desafio de refletir sobre estratégias para retomar o caminho do crescimento.

Diante das primeiras impressões explanadas e como se dispõem de dados setoriais, é interessante pôr em evidência dois setores de maior dinamismo na economia maranhense nesse período, que é a Construção Civil e o Comércio⁴⁵. Nesse sentido, a escolha desses setores também se deve ao fato do PDF-MA colocar esses setores em sua análise, sendo então importante um olhar mais atento.

No primeiro setor elencado, o da Construção Civil, embora tenha havido uma constante irregularidade, a linha de tendência foi positiva, tendo sido acrescido o número de empresas, passando de 875 no ano de 2000 para 2.232 no ano de 2016, o que significa um resultado positivo de 1.357 empresas ao longo desses 17 anos de análise, como se percebe no gráfico abaixo:

⁴⁵ A Construção Civil e o Comércio são dois setores de grande dinamismo na economia maranhense e que exercem uma enorme influência na composição do PIB, por isso mesmo são os setores que mais tem empresas que declaram a RAIS, motivo pelo qual é importante um olhar mais detalhado sobre eles.

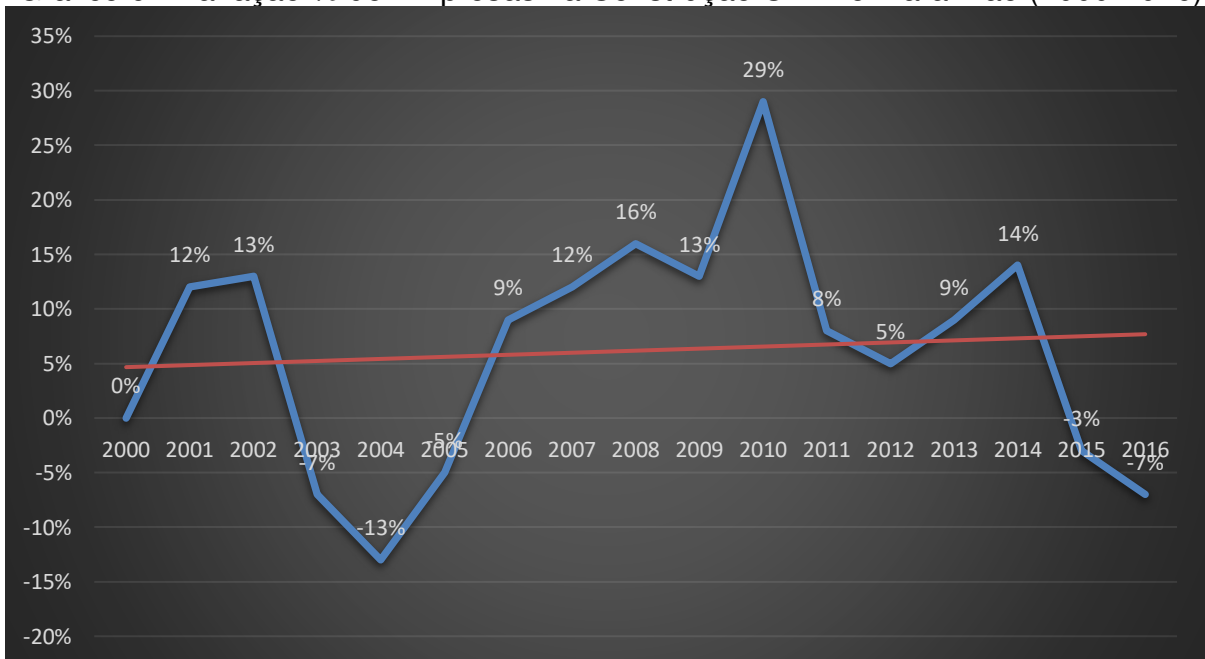
Gráfico 5 - Número de Empresas na Construção Civil no Maranhão (2000-2016)



Fonte: Elaboração própria, com base em informações extraídas dos dados formais da RAIS, fornecidas pelo MTE.

Tendo como perspectiva os valores absolutos, é interessante olhar também para a variação percentual, que firma algumas projeções, como no gráfico a seguir:

Gráfico 6 - Variação % de Empresas na Construção Civil no Maranhão (2000-2016)



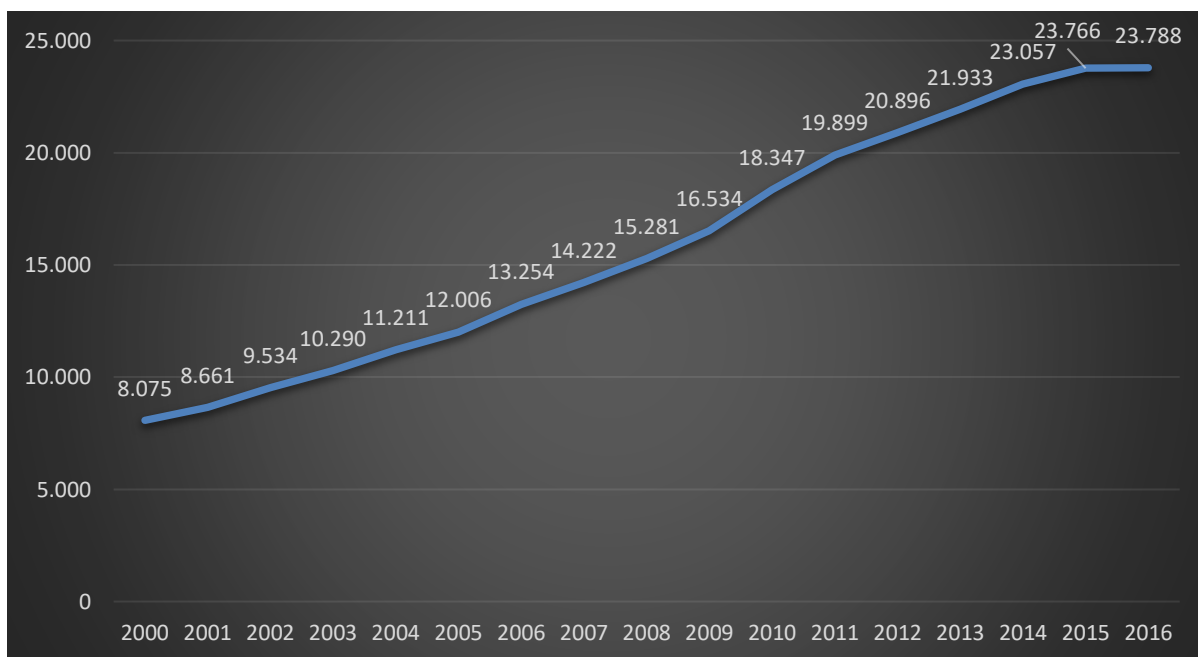
Fonte: Elaboração própria, com base em informações extraídas dos dados formais da RAIS, fornecidas pelo MTE.

Na variação percentual, pode-se observar que as irregularidades se mantêm, chegando em períodos como de 2003 a 2005 e 2015 a 2016 a ser negativos. No entanto, a linha de tendência ainda continua levemente positiva, tendo havido em média 6,56% de crescimento, acumulando uma alta de 105% no total se for levado em consideração o período de 2000 a 2016.

Em sequência, a análise e avaliação dos dados extraídos para a Construção Civil voltam-se agora para o Comércio, a fim de completar o panorama traçado para evolução das empresas maranhenses. O Comércio assim como a Construção Civil movimenta uma grande parcela da economia maranhense, sendo os dois setores que têm forte impacto na geração de emprego e renda, como se verá mais adiante, quando se falar nas vertentes de criação, destruição e resultado líquido de empregos.

Para traçar-se um paralelo, será seguida a mesma lógica do setor anterior; então, olhando para o comércio, afere-se que o número de empresas no estado do Maranhão tem um crescimento contínuo, quase sem irregularidades, tendo tido alta em todos os anos analisados, como é demonstrado no próximo gráfico:

Gráfico 7 - Número de Empresas no Comércio no Maranhão (2000-2016)

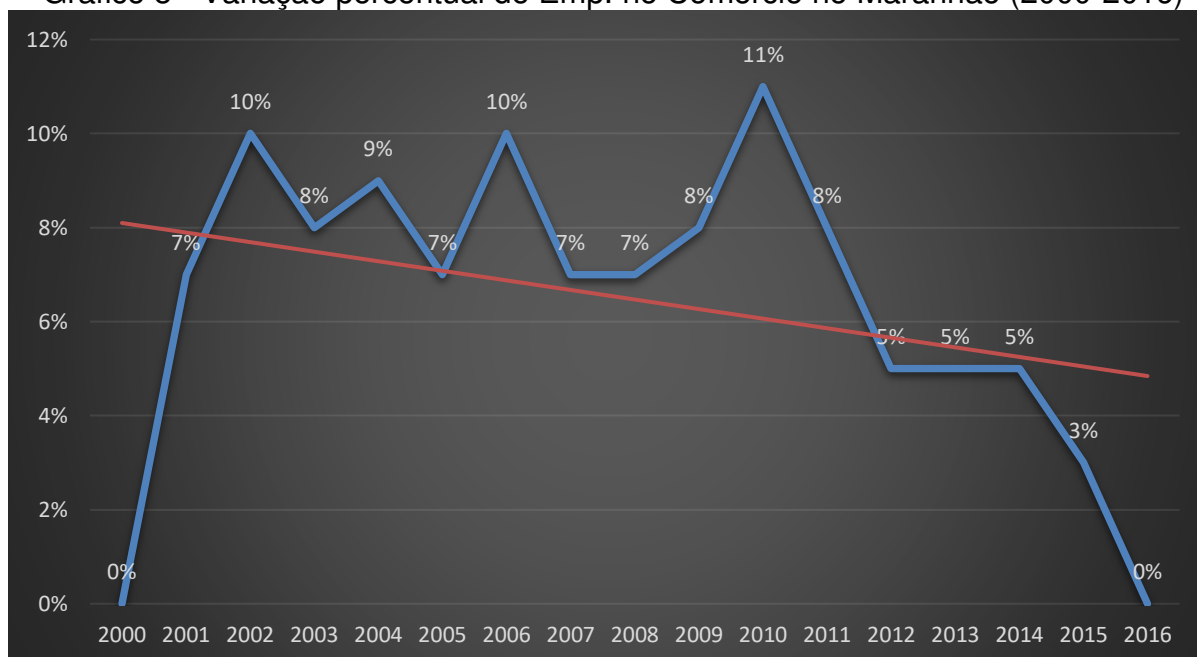


Fonte: Elaboração própria, com base em informações extraídas dos dados formais da RAIS, fornecidas pelo MTE.

Em números absolutos, o crescimento foi notável, passando de 8.075 em 2000 para 23.788 empresas em 2016, tendo um acréscimo de 15.703 empresas na série

analisada. Esse crescimento foi de 195%, quase triplicando as empresas instaladas no estado do Maranhão nesse setor, sendo importante destacar que as empresas no comércio respondem por 52% do total de empresas no estado, o que demonstra sua relevância para o estudo em tela. Voltando-se para a variação percentual de empresas no comércio do estado do Maranhão, depara-se com um cenário um tanto quanto diferente dos números absolutos, pois o que se pode observar é uma variação irregular, com uma linha de tendência negativa, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 8 - Variação percentual de Emp. no Comércio no Maranhão (2000-2016)



Fonte: Elaboração própria, com base em informações extraídas dos dados formais da RAIS, fornecidas pelo MTE.

Depois de conferir a dinâmica e a linha de tendência da variação percentual das empresas no comércio maranhense, vale ainda destacar que a variação média no período foi de 6,87%, aproximando-se do resultado encontrado na Construção Civil e seguindo a linha dos demais setores de diminuição gradativa do crescimento do número de empresas tendendo para estagnação. No acumulado, teve-se 110% de variação percentual, o que representa um número também expressivo.

Em síntese, no estado do Maranhão como um todo, e nos seus setores da Construção Civil e do Comércio, registra-se um crescimento grande, com comportamentos dispares, mas condizentes com uma realidade de avanços no período em análise; o que deve balizar e nortear a entrada de empresas no PDF-MA,

porque como cresceu o número de empresas formais, aumentou-se a chance de algumas delas também passarem a participar do PDF-MA.

Com a análise e avaliação da evolução das empresas formais maranhenses elaboradas, segue-se para as ponderações sobre o ingresso de empresas fornecedoras aderindo ao PDF-MA. Concluída essa etapa, pode-se fazer uma comparação entre as duas variáveis expressas através de suas vertentes, podendo assim ter um panorama da situação.

Por fim, para adentrar aos números do PDF-MA⁴⁶, foi elaborada uma tabela, com base nos dados coletados no site do programa, em que indica a data de entrada das empresas, ou seja, sua adesão junto ao PDF-MA. Na tabela a seguir, tem-se, além da série temporal, o número de empresas cadastradas por ano, o total de empresas cadastradas, já que nesse caso elas não saem do programa, somente ingressam e concluindo a variação percentual do número acumulado de empresas do PDF-MA.

Tabela 3 – Empresas que se cadastraram no PDF-MA (2000-2016)

Ano de Entrada PDF-MA	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº Emp. Cadastradas	122	49	14	47	106	51	66	54	24	17	41	59	104	83	55	110	66
Total de Emp. Cadastradas	122	171	185	232	338	389	455	509	533	550	591	650	754	837	892	1002	1068
Variação Percentual	0%	40%	8%	25%	46%	15%	17%	12%	5%	3%	7%	10%	16%	11%	7%	12%	7%

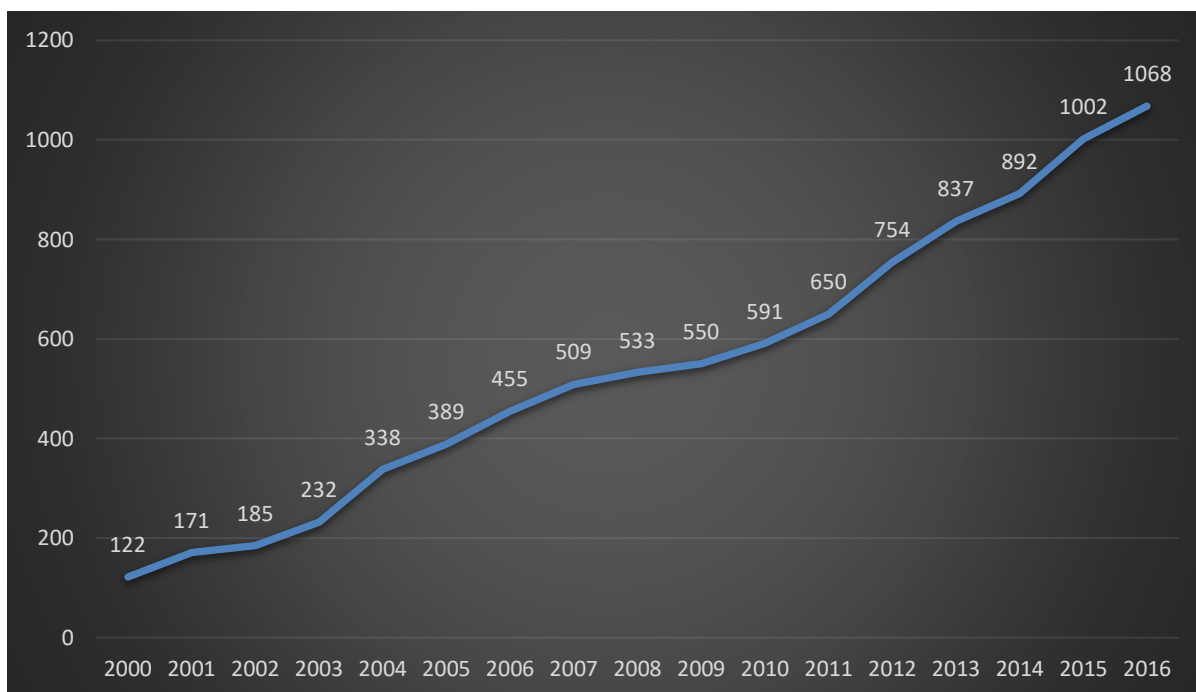
Fonte: Elaboração própria, com base em informações do PDF-MA (2017).

Com base nessa tabela e seguindo a linha de raciocínio utilizada para analisar as empresas não pertencentes ao PDF-MA, deve-se agora fazer alguns destaques, colocando em evidência informações importantes, melhor expressas através de gráficos baseados na tabela.

No gráfico do PDF-MA a seguir, no que tange ao número de empresas cadastradas de 2000 a 2016, pode se constatar o seguinte:

⁴⁶ Nesse caso, deve-se fazer a ressalva de que a base de dados utilizadas para a comparação são de fontes diferentes, no caso das empresas maranhenses, utiliza-se a RAIS, informação declarada pelo MTE. Já o número de empresas cadastradas no PDF-MA é uma informação do próprio programa, disponibilizada através do seu site: <http://www.fornecedoresma.com.br/>, que junto com o número de empresas cadastradas, divulga várias outras informações que serviram para que fosse possível realizar a busca por CNPJ e, portanto, obter a comparação. E embora a base seja diferente a comparação é válida porque as empresas participantes do PDF-MA estão inseridas dentro das empresas maranhenses.

Gráfico 9 - Número de Empresas cadastradas acumulado no PDF-MA (2000-2016)



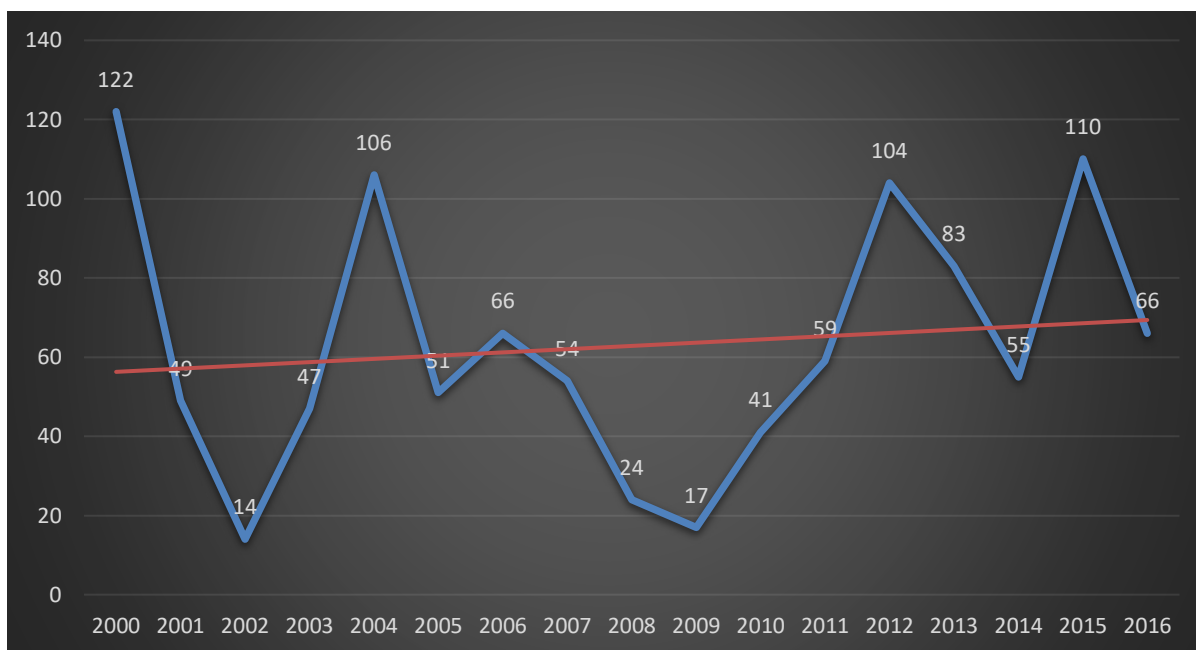
Fonte: Elaboração própria, com base em informações do PDF-MA (2017).

O número absoluto de empresas cadastradas cresce de forma vertiginosa, dada a inserção das empresas no programa, tendo no ano 2000 o início do programa com 122 empresas, chega-se a 1.068 empresas em 2016, um crescimento de 946 empresas cadastradas, o que corresponde a um aumento de 875% em relação ao estoque do ano inicial. Esses números iniciais apontam para o caminho do sucesso, já que um dos indicadores de que o programa está sendo bem aceito é a inserção dos sujeitos alvos da política pública analisada⁴⁷.

Para ter uma dimensão do que significa tais números alcançados pelo programa, comparando o crescimento percentual de empresas formais no Maranhão de 279%, em contraposição ao crescimento percentual do número de empresas cadastradas no PDF-MA de 875%, tem-se que foram cadastradas 596% mais empresas no PDF-MA que formalizada empresas no Maranhão e isso demonstra que, pelo menos no que tange a amplitude do programa, esse tem tido uma boa aceitação. No entanto, para que se tenha uma visão mais completa, pode-se observar o ingresso da quantidade de empresas ano a ano, no gráfico posterior.

⁴⁷ Essa informação vai casar com a percepção dos fornecedores locais, quando da aplicação das entrevistas semiestruturadas, que mesmo não sabendo muito o resultado ou efeito do PDF-MA, acredita que a política pública seja positiva, motivo pelo qual se cadastraram no programa.

Gráfico10 - Número de Empresas adicionadas no cadastro do PDF-MA (2000-2016)



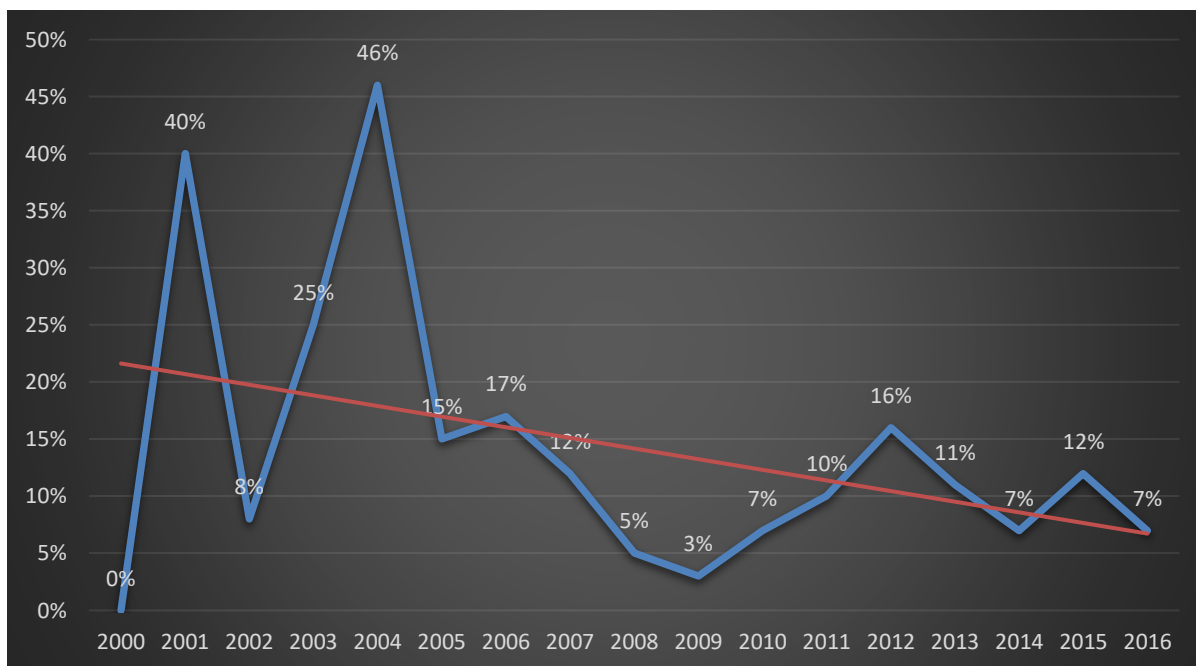
Fonte: Elaboração própria, com base em informações do PDF-MA (2017).

Dando continuidade, no que concerne ao número de empresas adicionadas ano a ano, existe uma irregularidade na série, tendo uma grande amplitude de variação, e embora se tenha números bem díspares, todos os anos houve um acréscimo, tendo nos últimos anos principalmente uma linha de tendência positiva, sendo que em média 62,82 empresas se cadastraram por ano, o que sugere uma taxa relativamente alta de ingresso.

Outra vertente importante sobre as empresas cadastradas no PDF-MA é a variação percentual de acréscimos ano a ano, visto que embora se possa constatar o acréscimo no número absoluto de empresas e no acumulado também, é necessário compreender que esse crescimento não ocorre no mesmo ritmo, e a informação que pode trazer essa clareza é a variação percentual.

No gráfico adiante, tem-se que a variação percentual de empresas adicionadas, começa em um ritmo muito forte e vai reduzindo, embora não tenha uma regularidade. Esse comportamento pode ficar claro na linha de tendência que tem inclinação negativa. Se forem comparados os 8 primeiros anos com os demais, nota-se um valor acumulado de 163%, ante 78% dos 9 anos seguintes, sendo relevante destacar também que, quanto mais a base cresce, maior a quantidade de empresas tem que se cadastrar para que a variação percentual permaneça alta.

Gráfico 11 - Variação percentual de Empresas adicionadas no PDF-MA (2000-2016)



Fonte: Elaboração própria, com base em informações do PDF-MA (2017).

Em que pese a observação feita, o PDF-MA tem conseguido manter o crescimento, mesmo que o ritmo venha diminuindo. Coloca-se também que mesmo no período em que houve a formalização das empresas no Maranhão tendeu ao equilíbrio ou a estagnação, vê-se que o PDF-MA continua a crescer no cadastramento de novas empresas para o programa.

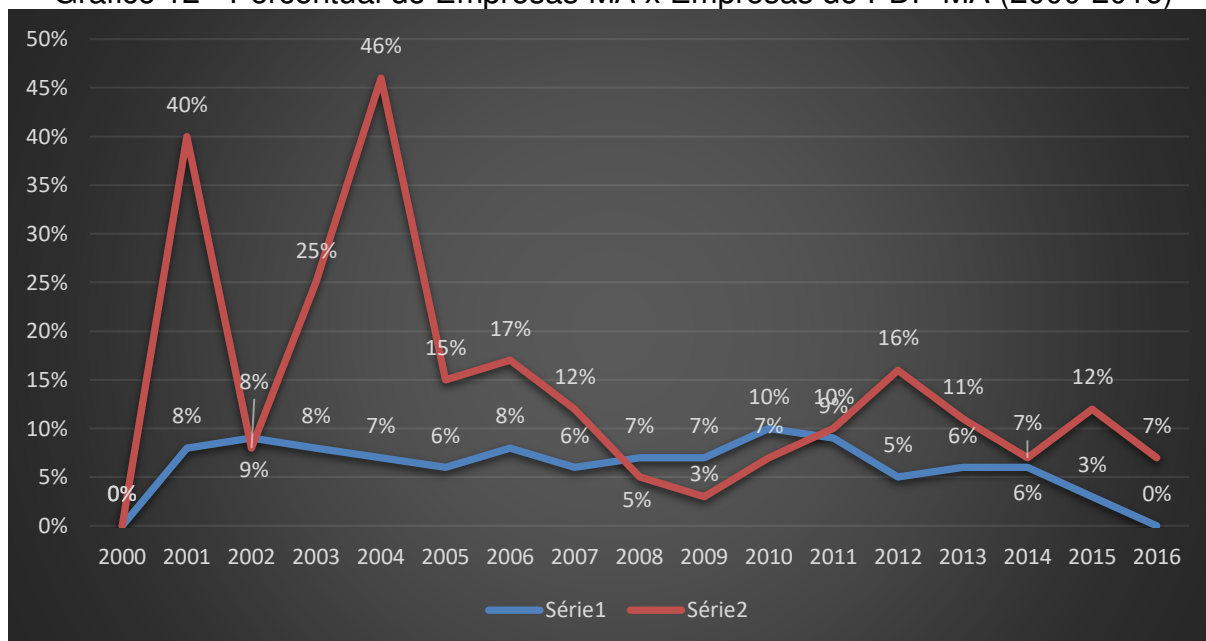
Feitas então todas as ponderações pertinentes, tanto em relação ao número formal de empresas declarantes da RAIS no estado do Maranhão, quanto ao número de empresas cadastradas no PDF-MA, deve-se então confrontar tais vertentes para que se possa analisar e avaliar a dinâmica dos dois. No entanto, por uma escolha metodológica, essa comparação se dará pela variação percentual, visto que em números absolutos as empresas do PDF-MA ainda não representam um número significativo de empresas maranhenses, como podemos perceber pelos dados anteriormente explanados.

Para exemplificar, se considerarmos os números absolutos no ano de 2016, o Estado do Maranhão tem 45.925 empresas formais, enquanto que o PDF-MA tem 1.068 empresas cadastradas no programa, o que corresponde a 2% do total de empresas maranhenses. Se olharmos para o crescimento, vale destacar que, no ano inicial 2000, tinha-se a respectiva de 16.457 empresas formais no estado e 122

empresas cadastradas no programa, o que correspondia a 1% do total de empresas maranhenses.

Dessa informação anterior, compreende-se que a elevação percentual das empresas cadastradas no PDF-MA tem sido muito superior à dinâmica de formalização das empresas maranhenses, o que nos leva ao gráfico abaixo:

Gráfico 12 - Percentual de Empresas MA x Empresas do PDF-MA (2000-2016)



Fonte: Elaboração própria, com base em informações do PDF-MA (2017).

Comparando a dinâmica da variação percentual das empresas formais maranhenses na linha azul, com a variação percentual das empresas cadastradas no PDF-MA na linha vermelha, chega-se à conclusão de que a linha azul que representa as empresas maranhenses é mais constante e tem um viés de estagnação ou estabilidade. Já a linha vermelha que representa as empresas do PDF-MA é mais irregular e em grande parte superior à linha anterior, embora em alguns pontos ao longo do período ela tenha se igualado ou ficado abaixo.

Ao se considerar em valores percentuais, o aumento do número de empresas cadastradas no PDF-MA ficou em 241%, tendo em média 15,06%, enquanto o número de empresas formais no estado do Maranhão teve um acréscimo de 105%, tendo como média 6,56%, o que permite reforçar a argumentação de que o ritmo diferente se mostra favorável ao PDF-MA, tendo como consequência o aumento da participação em termos absolutos.

Por fim, de todos os dados e informações elencados nessa vertente através deste subitem, leva a acreditar que o PDF-MA tem se esforçado para levar suas ações às empresas maranhenses, tendo a adesão cada vez maior das mesmas, permitindo, assim, que elas possam de alguma maneira se beneficiar. Deixando para os próximos subitens a verificação dos impactos ou desdobramentos dessa segunda vertente exposta.

3.2.3 Aferição e análise do volume de negócios realizados no PDF-MA

O volume de negócios realizados entre as mantenedoras e os fornecedores do PDF-MA é a vertente de impacto mais relevante, principalmente quando se volta a atenção para a dimensão econômica, visto que em sua gênese, ou sua formulação, esse impacto já esteja previsto por seu idealizador, motivo pelo qual o programa existe e baseado nessa informação pode-se verificar a efetividade do PDF-MA.

Então, para que fosse possível aferir tal vertente, utilizou-se na tese um convênio entre o Conselho Regional de Economia do Maranhão - 15^o Região (CORECON-MA) e a Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão (SEFAZ-MA), para que através de dados secundários, mais exatamente das notas emitidas pelas empresas, tanto mantenedoras, quanto fornecedoras, se pudesse capturar o volume de negócios transacionados entre essas empresas.

Vale destacar que, para efeito de comparação, foi necessário pegar primeiro as seguintes informações, na Tabela 4 abaixo, que tratam do volume de negócios entre as mantenedoras e todas as empresas fornecedoras, independente do estado, tendo o total de compras efetivado por essas empresas. Sendo assim, essa primeira tabela deste subitem permitirá uma série de análises e avaliações, pois servirá de ponto de referência para a avaliação da situação específica do PDF-MA.

É preciso ter clareza de que a partir dessa Tabela 4 é possível elaborar ponderações relevantes:

Tabela 4 – Volume de negócios entre as mantenedoras e o total de empresas do Brasil e do Maranhão, a preços de 2016 (2010-2016)

CE	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	Valor do Produto	Part.%	Valor do Produto	Part.%	Valor do Produto	Part.%	Valor do Produto	Part.%	Valor do Produto	Part.%	Valor do Produto	Part.%	Valor do Produto	Part.%
AL	24.733.477,20	0,58%	57.977.603,00	0,72%	34.930.792,51	0,53%	42.644.860,86	0,75%	31.211.358,02	0,45%	44.978.389,46	0,82%	30.453.297,86	0,57%
AM	166.903.752,57	3,92%	130.030.192,91	1,61%	160.777.320,81	2,44%	137.469.522,99	2,42%	173.320.331,00	2,47%	134.078.697,88	2,45%	82.243.228,21	1,53%
AP	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	2.885,84	0,00%	400.153,91	0,01%
BA	14.100.803,80	0,33%	35.577.024,79	0,44%	21.869.584,08	0,33%	54.809.384,97	0,96%	46.645.955,30	0,67%	41.580.928,74	0,76%	42.751.019,22	0,80%
CE	67.222.600,97	1,58%	62.698.720,49	0,78%	75.549.060,45	1,15%	103.342.762,87	1,82%	122.180.704,53	1,74%	101.896.154,94	1,86%	75.956.032,11	1,42%
DF	897.528,06	0,02%	3.155.488,55	0,04%	3.339.356,05	0,05%	2.980.467,36	0,05%	5.529.659,52	0,08%	6.704.566,70	0,12%	4.992.787,45	0,09%
ES	23.762.005,87	0,56%	24.678.170,97	0,31%	34.823.224,55	0,53%	43.003.338,80	0,76%	39.409.395,08	0,56%	37.746.044,89	0,69%	39.324.889,85	0,73%
GO	101.812.093,40	2,39%	179.232.217,96	2,22%	177.392.616,86	2,69%	207.843.318,74	3,65%	232.944.697,31	3,32%	171.994.503,54	3,14%	84.025.881,78	1,57%
MA	1.433.095.244,86	33,65%	2.561.450.931,78	31,70%	3.089.323.451,98	46,86%	2.473.839.904,41	43,47%	3.110.437.008,34	44,39%	2.255.238.133,09	41,14%	2.370.382.433,81	44,20%
MG	470.664.423,70	11,05%	460.807.180,58	5,70%	416.784.451,58	6,32%	277.786.170,00	4,88%	466.204.511,26	6,65%	296.809.072,57	5,41%	295.358.303,80	5,51%
MS	22.013.053,71	0,52%	8.762.014,33	0,11%	29.707.541,67	0,45%	18.310.991,88	0,32%	27.204.706,31	0,39%	21.268.579,27	0,39%	66.976.739,41	1,25%
MT	6.357.054,44	0,15%	14.595.365,54	0,18%	4.297.632,90	0,07%	9.386.532,85	0,16%	6.629.207,41	0,09%	6.083.604,24	0,11%	7.374.913,22	0,14%
PA	572.578.129,30	13,44%	743.165.558,50	9,20%	633.395.550,95	9,61%	541.171.629,44	9,51%	345.343.021,43	4,93%	377.703.596,26	6,89%	546.896.592,84	10,20%
PB	1.378.709,95	0,03%	3.327.911,07	0,04%	1.838.910,99	0,03%	8.415.762,67	0,15%	10.663.886,78	0,15%	7.435.822,52	0,14%	2.596.259,66	0,05%
PE	30.317.821,58	0,71%	175.788.671,32	2,18%	193.624.844,19	2,94%	167.600.776,13	2,94%	214.490.526,00	3,06%	164.772.115,05	3,01%	115.144.176,74	2,15%
PI	10.818.572,62	0,25%	18.483.116,51	0,23%	13.289.608,01	0,20%	5.872.347,04	0,10%	10.557.985,47	0,15%	14.508.357,31	0,26%	14.620.382,40	0,27%
PR	80.187.344,80	1,88%	111.595.081,75	1,38%	120.893.767,92	1,83%	67.268.515,55	1,18%	79.613.850,44	1,14%	63.030.247,90	1,15%	81.350.719,96	1,52%
RJ	236.325.820,91	5,55%	376.956.240,48	4,67%	313.328.121,73	4,75%	475.181.277,71	8,35%	478.109.074,21	6,82%	370.746.044,83	6,76%	330.683.216,72	6,17%
RN	17.115.815,71	0,40%	7.063.836,94	0,09%	8.394.852,10	0,13%	10.488.607,34	0,18%	8.412.947,30	0,12%	10.249.488,11	0,19%	15.362.315,77	0,29%
RO	-	0,00%	-	0,00%	121.230,44	0,00%	12.943.859,51	0,23%	38.339.984,24	0,55%	67.807.572,46	1,24%	81.171.869,82	1,51%
RS	135.739.177,09	3,19%	584.167.198,47	7,23%	188.619.407,93	2,86%	242.600.999,46	4,26%	627.314.612,99	8,95%	519.491.267,22	9,48%	117.496.262,06	2,19%
SC	23.421.307,56	0,55%	21.409.390,28	0,26%	27.359.523,60	0,41%	33.233.181,35	0,58%	30.773.867,92	0,44%	33.819.104,10	0,62%	34.169.396,66	0,64%
SE	104.666,65	0,00%	132.769,20	0,00%	117.013,05	0,00%	926.012,05	0,02%	1.923.232,90	0,03%	1.460.622,18	0,03%	173.321,96	0,00%
SP	818.803.308,65	19,22%	2.486.011.020,56	30,77%	1.006.737.464,48	15,27%	731.232.272,17	12,85%	874.438.318,24	12,48%	709.474.284,95	12,94%	908.381.809,84	16,94%
TO	773.436,92	0,02%	12.539.310,31	0,16%	36.737.703,29	0,56%	23.119.195,17	0,41%	25.551.040,18	0,36%	22.458.358,01	0,41%	13.993.914,11	0,26%
TOTAL	4.259.126.150,31	100,00%	8.079.605.016,29	100,00%	6.593.253.032,12	100,00%	5.691.471.691,30	100,00%	7.007.249.882,18	100,00%	5.481.338.442,07	100,00%	5.362.279.919,17	100%

Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo CORECON-MA em acordo de cooperação com a SEFAZ-MA.

Antes, contudo, de se adentrar a essas ponderações, faz-se imprescindível observar que o recorte temporal é diferente das duas primeiras vertentes; pois está compreendido entre 2010 e 2016. Isto porque como a pesquisa se baseia em dados secundários, na base de dados consultada, só havia disponibilidade desse período. Essa restrição se deve ao fato de ter sido a partir de 2010 que foi implantada a nota fiscal eletrônica no estado do Maranhão, tendo então uma confiabilidade melhor dos dados pesquisados.

Embora exista essa limitação, o recorte temporal dessa vertente trará uma perspectiva nova sobre o PDF-MA, porque captura justamente o período mais recente, em que a economia maranhense e brasileira passa por diversos ciclos econômicos, fazendo com que seja um recorte ideal e deixará espaço para que futuros estudos possam dar continuidade e sequência à construção da vertente, tomando a série anual adotada como ponto de partida.

Concluídas as observações, passa-se agora às ponderações, que como primeiro destaque tem-se o fato das empresas maranhenses terem o maior volume de negócios dentre todos os estados. Essa informação chama a atenção, pois as empresas mantenedoras têm disponibilidade de adquirir produtos e serviços, das mais

diversas localidades; no entanto, optar por empresas locais pode repercutir positivamente para economia maranhense.

Mesmo a participação das empresas maranhenses tendo um maior destaque, fato que será abordado mais adiante, outra informação que se pode capturar é que há 4 estados além do Maranhão que concentra outra parte significativa da compra dessas mantenedoras, sendo respectivamente: São Paulo, Pará, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tendo como referência o ano de 2016, esses estados citados detinham 38,82% de todo o volume de negócio transacionado com as mantenedoras.

Essa relação percentual é dinâmica, e se altera ao longo do tempo, mas não é por acaso que esses outros estados são requisitados; no entanto, no pouco espaço que se tem não é possível aprofundar a análise nesse sentido. Deve-se então agora se voltar para o resultado total. Com isso expõe-se a Tabela 5 abaixo:

Tabela 5 – Volume de compra das mantenedoras de todas as empresas fornecedoras do MA e BR, a preços de 2016 (2010-2016)

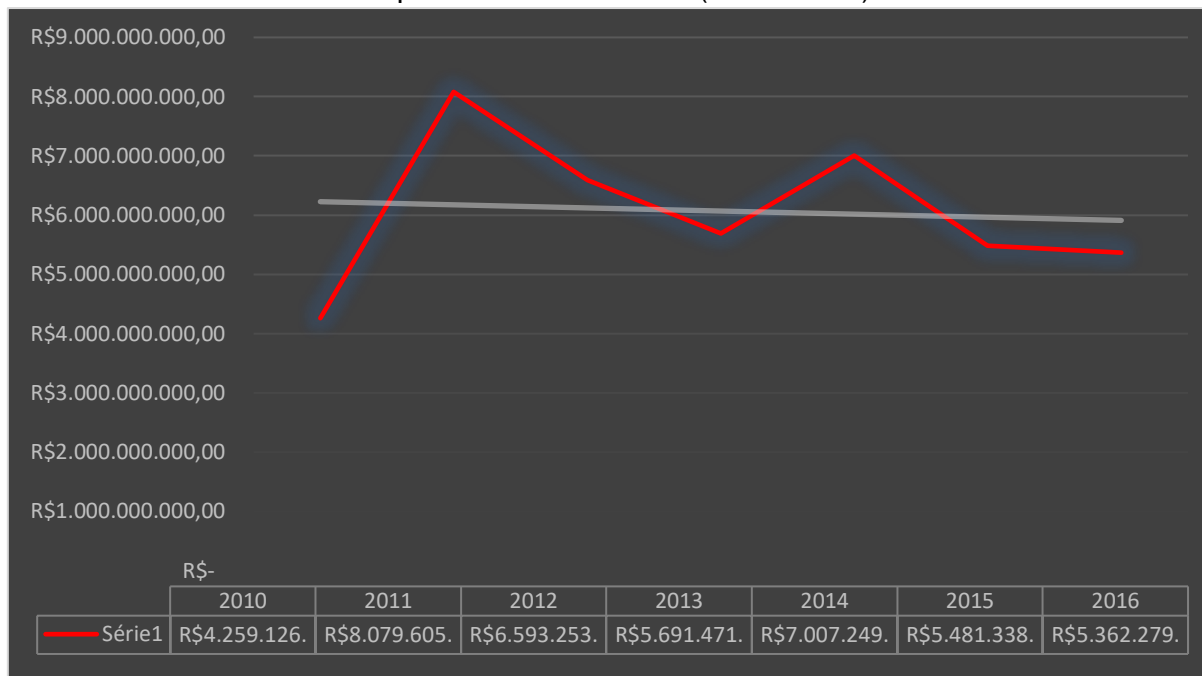
Ano	Valor do Produto Nominal	Valor Acumulado	Aumento % do Acumulo
2010	R\$ 4.259.126.150,31	R\$ 4.259.126.150,31	0%
2011	R\$ 8.079.605.016,29	R\$ 12.338.731.166,60	290%
2012	R\$ 6.593.253.032,12	R\$ 18.931.984.198,73	53%
2013	R\$ 5.691.471.691,30	R\$ 24.623.455.890,03	30%
2014	R\$ 7.007.249.882,18	R\$ 31.630.705.772,21	28%
2015	R\$ 5.481.338.442,07	R\$ 37.112.044.214,28	17%
2016	R\$ 5.362.279.919,17	R\$ 42.474.324.133,45	14%
Media	R\$ 6.067.760.590,49		72%
Soma	R\$ 42.474.324.133,45		432%

Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo CORECON-MA em acordo de cooperação com a SEFAZ-MA.

Dessa tabela, pode-se extrair facilmente sete informações de grande relevância, sendo a evolução do volume de negócios ano a ano, seu valor acumulado, sua média, sua soma, seu aumento percentual acumulado, e a soma e média desse percentual. Para facilitar então a análise, devem-se colocar essas informações em formato de gráfico, deixando mais perceptivo sua visualização e compreensão.

No Gráfico 13 a seguir, é demonstrado o volume de negócios total, ou seja, a compra que as mantenedoras realizam com todos os seus fornecedores:

Gráfico 13 - Volume de negócio entre as empresas mantenedoras e o total de empresas fornecedoras (2010-2016)



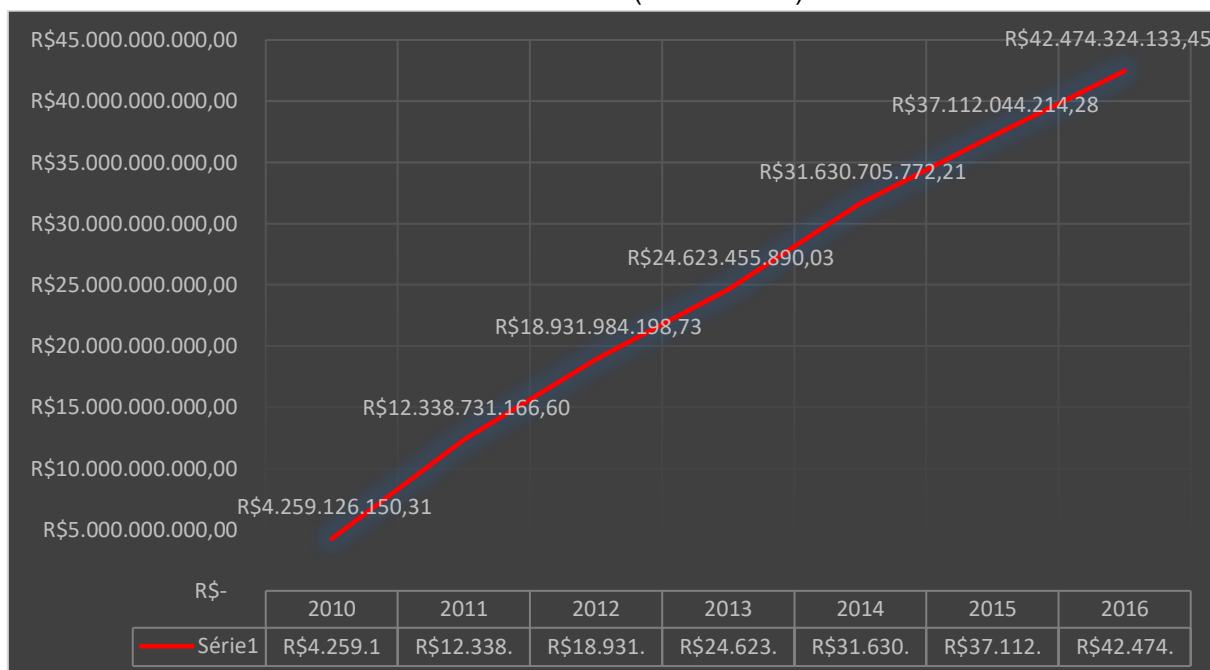
Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo CORECON-MA em acordo de cooperação com a SEFAZ-MA.

Na interpretação dessa dinâmica, percebe-se que o volume total de negócios das mantenedoras tem um ritmo de crescimento acelerado, contudo, existe uma oscilação no transcorrer do tempo, própria da dinâmica do mercado. Deve-se, no entanto, ressaltar, que, se compararmos o primeiro ano da série 2010 com o último 2016, passa-se de R\$ 4.259.126.150,31 para R\$ 5.362.279.919,00, o que representa uma diferença de R\$ 1.103.153.768,69, um acréscimo em termos absolutos de 25,9%.

Além disso, observando a média do período de R\$ 6.067.760.590,49, observa-se que este valor corresponde a quase 8% do valor total do PIB maranhense em média no período, um valor significativo para economia maranhense. Vale também por em evidência o fato de que a linha de tendência é negativa, o que alerta para o comportamento da compra, ou seja, do volume de negócios efetuado pelas empresas mantenedoras.

Depois das primeiras ponderações, se segue para os valores acumulados do volume de negócios entre as mantenedoras e todas as fornecedoras, no próximo gráfico:

Gráfico 14 - Volume de negócio acumulado entre o Total de Fornecedoras e as Mantenedoras (2010-2016)



Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo CORECON-MA em acordo de cooperação com a SEFAZ-MA.

Ao considerar o valor do volume de negócios acumulado, variável esta mais utilizada pelo PDF-MA, chegar-se-á ao entendimento de que existe uma sólida demanda por parte das empresas mantenedoras, que, ano a ano, continuam em um ritmo constante de crescimento, servindo dessa forma de mola propulsora para toda a economia maranhense. Então esses R\$ 42.474.324.133,45 efetuados em compras nos últimos 7 anos servem como catalisador da economia; são a parte dessas empresas mantenedoras que pode render frutos positivos para sociedade local.

No entanto, para saber se esses valores têm contribuído de fato para que exista efeitos multiplicadores, é preciso avaliar como aconteceu a participação das empresas maranhenses nesse montante e mais especificamente das empresas atendidas ou participante do PDF-MA. Nesse sentido, se iniciará pela participação das empresas maranhenses como um todo, já que dentro dessas empresas estão inseridas as empresas do PDF-MA.

Inicialmente, volta-se a destacar que as empresas maranhenses têm maior participação no volume de negócios das empresas mantenedoras, porém é preciso aprofundar-se na compreensão sobre este fenômeno, acompanhando o fluxo, de forma dinâmica, para mensurar seus resultados.

Para tanto, constituiu-se a próxima Tabela 6, com a finalidade de explicitar os dados, que outrora estavam juntos, para que se pudesse obter um melhor entendimento:

Tabela 6– Volume de negócios das empresas mantedoras com as empresas maranhenses, a preços de 2016 (2010-2016)

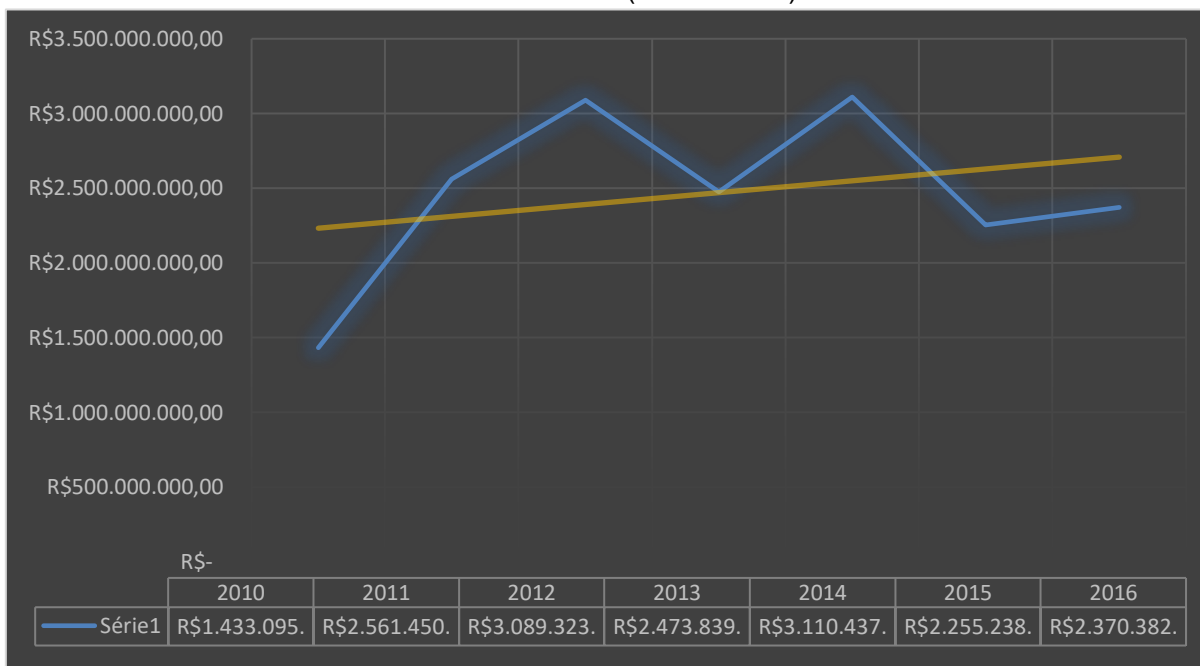
Ano	Valor do Produto Nominal	Valor Acumulado	Participação % Total
2010	R\$ 1.433.095.244,86	R\$ 1.433.095.244,86	33,65%
2011	R\$ 2.561.450.931,78	R\$ 3.994.546.176,64	31,70%
2012	R\$ 3.089.323.451,98	R\$ 7.083.869.628,62	46,86%
2013	R\$ 2.473.839.904,41	R\$ 9.557.709.533,03	43,47%
2014	R\$ 3.110.437.008,34	R\$ 12.668.146.541,37	44,39%
2015	R\$ 2.255.238.133,09	R\$ 14.923.384.674,46	41,14%
2016	R\$ 2.370.382.433,81	R\$ 17.293.767.108,27	44,20%
Média	R\$ 2.470.538.158,32		40,77%
Soma	R\$ 17.293.767.108,27		285,41%

Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo CORECON-MA em acordo de cooperação com a SEFAZ-MA.

Igualmente a tabela do volume de negócio com todas as empresas, a tabela com o volume de negócios com as empresas maranhenses permite que se possa estabelecer inúmeras conclusões. Dentre elas o valor do produto, ou a soma de todas as compras efetuadas pelas empresas mantenedoras no mercado local, como: a média, a soma, o acumulado, a evolução percentual e sua média e soma.

Tratando do valor do produto ou o volume de negócios transacionados com as empresas maranhenses, têm-se no Gráfico 15 comportamentos relevantes:

Gráfico 15 - Volume de negócio entre as empresas mantenedoras e as empresas maranhenses (2010-2016)



Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo CORECON-MA em acordo de cooperação com a SEFAZ-MA.

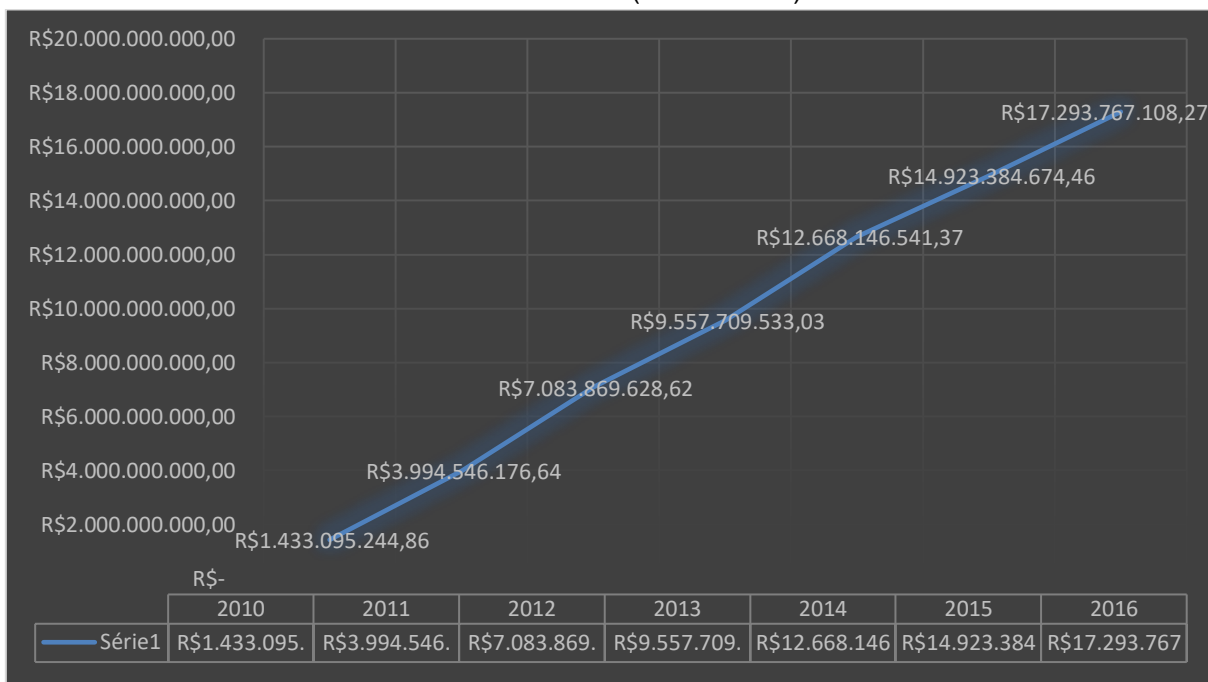
Ao observar o gráfico acima, nota-se primeiro a semelhança deste com o gráfico do total de fornecedores, principalmente no que diz respeito ao comportamento crescente embora irregular. Outro fator para observar diz respeito ao acréscimo, em consideração o primeiro ano 2010 e o último 2016, passou-se de R\$ 1.433.095.244,86 para R\$ 2.370.382.433,81, o que representa um aumento estimado de R\$ 937.287.188,95, crescendo em termos absolutos 60,45%.

O próximo fator que se deve elencar é a linha de tendência; esta mostra com clareza que a dinâmica tem oscilações, porém ela é positiva; acompanhando assim o comportamento geral das oportunidades ofertadas às empresas maranhenses. Dando seguimento, encontra-se a média em torno de R\$ 2.470.538.158,32⁴⁸, o que representa um número bastante significativo se comparado à média total.

Após as primeiras ponderações, coloca-se em evidência o Gráfico 16, que trata sobre o volume de negócios acumulado:

⁴⁸ Essa informação casa com o fato de afirmar que o volume de negócios das empresas maranhenses com as mantenedoras gira por volta de 40%, variando ao longo do tempo.

Gráfico 16 - Volume de negócio acumulado entre as Empresas Maranhenses e as Mantenedoras (2010-2016)



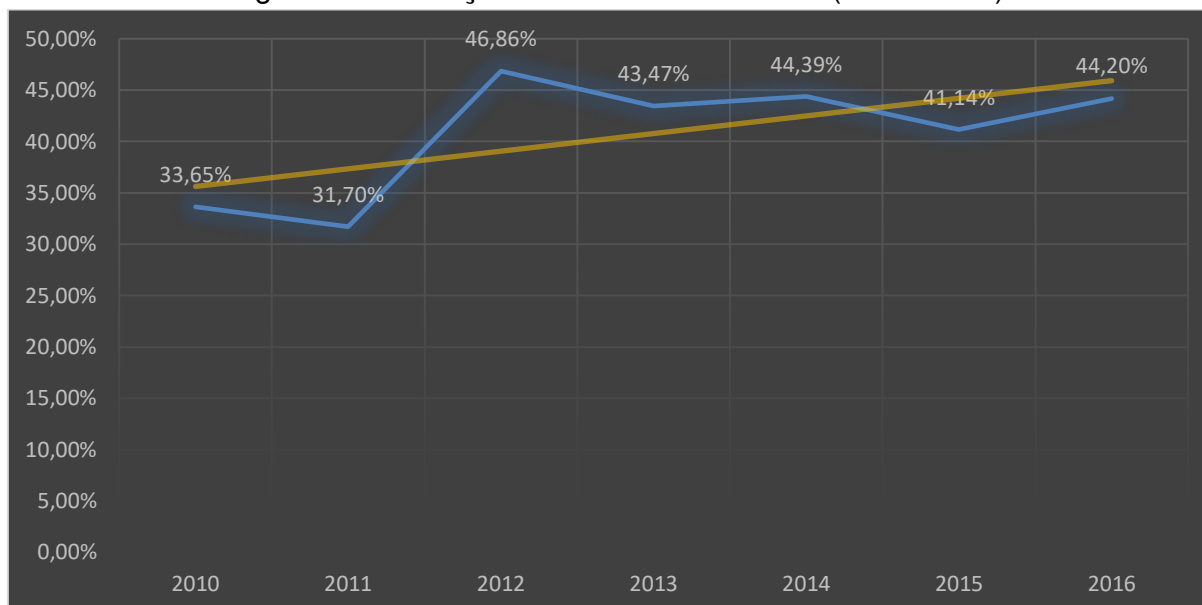
Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo CORECON-MA em acordo de cooperação com a SEFAZ-MA.

Pelo ponto de vista do volume de negócios acumulado, o resultado também é positivo e significativo, pois a inclinação da linha azul já demonstra de forma inequívoca o salto que esse movimento teve em um período de tempo tão pequeno, representando a efetiva participação das empresas maranhenses, nas oportunidades despertadas pelas empresas mantenedoras.

É importante ter esses valores do Maranhão como referência, porque ele será o parâmetro para analisar os resultados do PDF-MA. E para finalizar essa segunda parte da análise sobre o Maranhão, o próximo Gráfico 17 apresenta a participação percentual das empresas maranhenses em relação ao volume de negócio de todas as fornecedoras. Essa relação é fundamental, pois não basta o crescimento do volume de compra total das mantenedoras, ou o acréscimo do volume de negócio das empresas maranhenses; mas em que ritmo tem acontecido esses movimentos, para averiguar se a relação percentual tem sido positiva.

Por isso, têm-se a seguir as conclusões a que se pode chegar do gráfico elaborado:

Gráfico 17 - Participação percentual das Empresas Maranhenses no volume de negócios em relação ao fornecimento total (2010-2016)



Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo CORECON-MA em acordo de cooperação com a SEFAZ-MA.

Tendo no início da série em 2010 as empresas maranhenses participando de 33,65% do volume total de negócio das mantenedoras, elas chegaram ao pico em 2012 de 46,86%, encerrando a série em 2016 com a participação de 44,20%. Visto isso, também há um acréscimo da participação das empresas maranhenses no volume de compras das empresas mantenedoras, atestando o avanço significativo, pois ao comparar as taxas de início e fim foram acrescidos 10,55%. Se pegar a taxa média de valor percentual, as empresas maranhenses têm 40,77% da participação na compra das empresas mantenedoras, o que representa um valor significativo.

A última ponderação que se deve fazer sobre a participação percentual das empresas maranhenses no volume de negócio das mantenedoras é que sua linha de tendência é positiva, o que faz crer que a direção está correta, porque independente de poder avaliar o impacto que isso trará para a economia maranhense; é possível concluir que terá efeitos multiplicadores e benéficos.

Diante de tudo que já foi explanado sobre o volume de negócio de todos os fornecedores e dos fornecedores maranhenses e das conclusões que se chegou - ambos têm crescido -, cabe uma indagação, que resume a questão central: Qual o impacto nesse movimento o PDF-MA tem trazido?

Para responder a essa pergunta, se deve agora passar para apresentação e análise dos dados específico do PDF-MA. Nesse sentido, essa contribuição é original,

pois as informações dispostas a seguir foram obtidas através de coleta de dados secundários disponibilizado pela SEFAZ-MA; com um rigoroso tratamento, em que se buscou identificar através do CNPJ das empresas participantes do PDF-MA, disponibilizado em seu site, as transações comerciais de compra e venda, para que fosse possível aferir o volume de negócio com as mantenedoras.

Vale ressaltar que os dados não se referem a nenhuma empresa de forma específica, mas ao resultado conjunto, ou seja, na forma agregada, buscando dessa forma uma avaliação científica, que tem como finalidade contribuir metodologicamente para avaliação do PDF-MA; e que o conhecimento disposto na Tabela 7 a seguir possa servir como guia ou “bússola” para que os executores da política pública possam entender seus pontos fortes e pontos de aperfeiçoamento.

Da tabela em tela, pode-se chegar a muitas ponderações e conclusões, como as que são explanadas a seguir:

Tabela 7– Volume de negócios das empresas mantedoras com as empresas participantes do PDF-MA, a preços de 2016 (2010-2016)

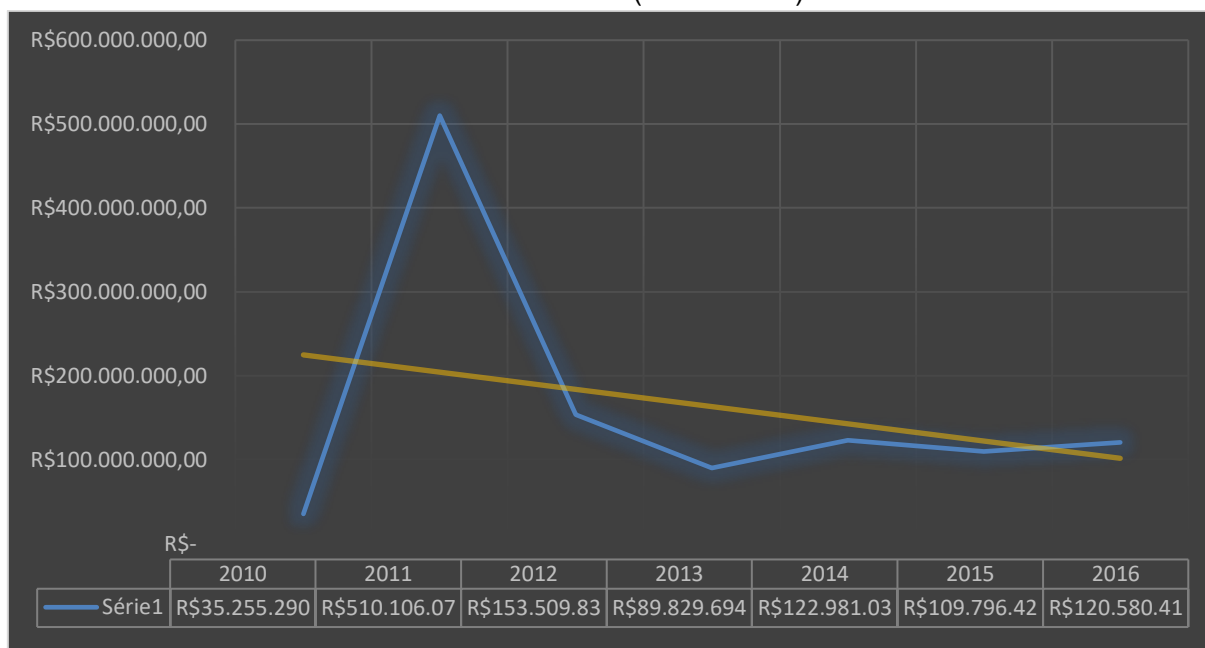
Ano	Valor do Produto Nominal	Valor Acumulado	Participação % MA	Participação % Total
2010	R\$ 35.255.290,12	R\$ 35.255.290,12	2,46%	0,83%
2011	R\$ 510.106.077,97	R\$ 545.361.368,09	19,91%	6,31%
2012	R\$ 153.509.839,51	R\$ 698.871.207,60	4,97%	2,33%
2013	R\$ 89.829.694,07	R\$ 788.700.901,67	3,63%	1,58%
2014	R\$ 122.981.038,42	R\$ 911.681.940,09	3,95%	1,76%
2015	R\$ 109.796.421,57	R\$ 1.021.478.361,65	4,87%	2,00%
2016	R\$ 120.580.415,67	R\$ 1.142.058.777,32	5,09%	2,25%
Média	R\$ 163.151.253,90		6,41%	2,44%
Soma	R\$ 1.142.058.777,32		44,48%	17,05%

Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo CORECON-MA em acordo de cooperação com a SEFAZ-MA.

As informações contidas na tabela seguem o padrão das duas tabelas elaboradas anteriormente, com a diferença de que, a partir das duas primeiras, foi possível calcular a participação percentual no volume de negócios total e do Maranhão. Essas informações acrescidas permitiram que se pudesse ao final fazer uma comparação das três informações aferidas, para que a análise seja a mais completa possível.

Dando início às ponderações sobre o PDF-MA, no gráfico utilizado a seguir, tem-se a primeira informação crucial:

Gráfico 18 - Volume de negócio entre as Empresas do PDF-MA e as Empresas Mantenedoras (2010-2016)



Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo CORECON-MA em acordo de cooperação com a SEFAZ-MA.

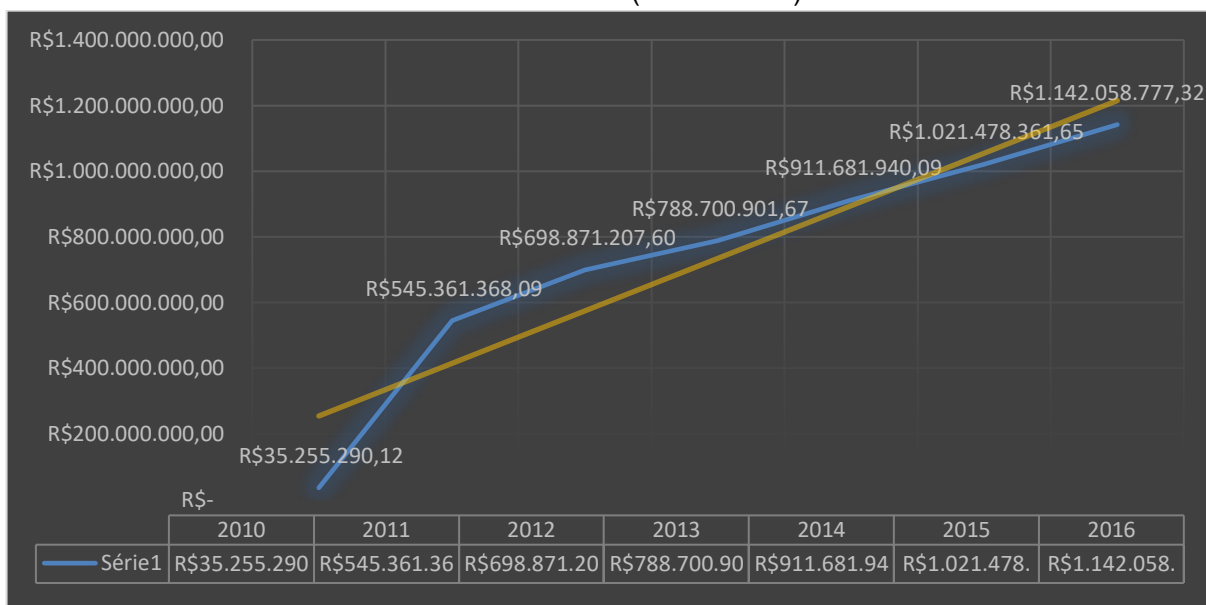
Em relação ao volume de negócios do PDF-MA, se tem a constatação de que os valores absolutos são muito menores que os aferidos nas empresas maranhenses; sendo assim, se nota que sua dimensão é bem menor, dentro do universo de oportunidades que as mantenedoras permitem aos seus fornecedores.

Outra observação importante é que a dinâmica tem uma enorme variação, como nos anos de 2010 e 2011 em que o valor negociado chega a subir 1.446%, decaindo no ano seguinte de 2011 e 2012 em -332%. No entanto, tirando esse ano atípico da série temporal percebe-se uma evolução positiva e crescente no geral, tendo do seu ano de início 2010 em que se chegou ao valor de R\$ 35.255.290,12 para o ano final da série 2016 no valor de R\$ 120.580.415,67, uma diferença absoluta em R\$ 85.325.125,55, o que corresponde percentualmente a um acréscimo de 242%.

O próximo ponto a ser ponderado é a linha de tendência do volume de negócio do PDF-MA; como se pode observar no gráfico, ela é negativa. No entanto, essa tendência não é real, pois se deve desconsiderar o ano de 2011 como um ano atípico; nesse novo cenário, ter-se-ia uma inversão de sentido, já que os resultados posteriores são crescentes.

Por fim, do primeiro gráfico sobre o PDF-MA, chega-se a um valor médio de volume de negócio por volta de R\$ 163.151.253,90, o que novamente destoa dos R\$ 6 Bilhões no total e nos R\$ 2,4 Bilhões do Maranhão, cabendo então a busca por entender esse resultado. Para partir nessa busca, no gráfico abaixo, se perceberá a perspectiva do valor acumulado do volume de negócios:

Gráfico 19 - Volume de negócio acumulado entre as Empresas do PDF-MA e as Mantenedoras (2010-2016)

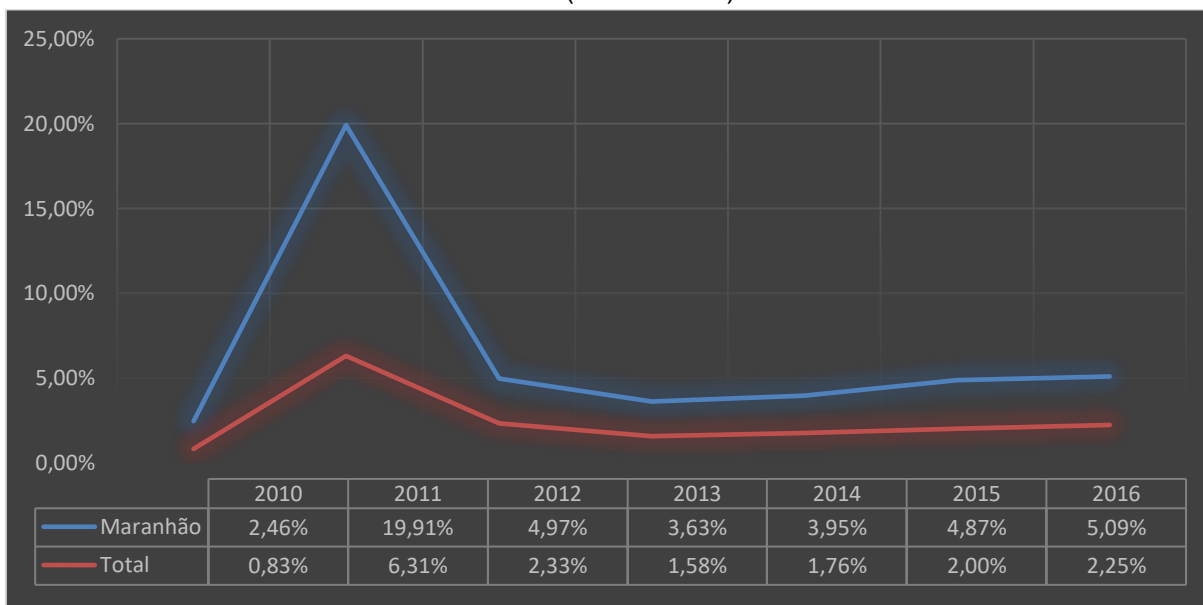


Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo CORECON-MA em acordo de cooperação com a SEFAZ-MA.

Levando-se em conta o valor acumulado, em que na série chega-se a R\$ 1.142.058.777,32, esse resultado demonstra que o PDF-MA ainda tem muito a avançar, porque representa uma parcela pequena do valor do Maranhão e ainda menor se comparado ao valor total. Vale ressaltar de que o valor acumulado não é uma boa referência para se pensar na efetividade do programa, a não ser que esse valor seja correlacionado com outras variáveis, como o esforço que está sendo feito aqui, para poder entender se um número pode ser considerado bom ou não.

Com base nos dados aferidos e utilizados, pode-se pensar na comparação das variações percentuais que o volume de negócios do PDF-MA possa ter com o volume de negócio total e do Maranhão. Então no gráfico seguinte, pode-se olhar o comportamento das 2 (duas) variações.

Gráfico 20 - Comparação das Variações percentuais do PDF-MA no Maranhão e no Total (2010-2016)



Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo CORECON-MA em acordo de cooperação com a SEFAZ-MA.

Das informações desse gráfico, apreende-se que o volume de negócios das empresas cadastradas no PDF-MA com as empresas mantenedoras do programa representa um percentual pequeno, tanto se comparado ao volume de negócios total, quanto em relação ao Maranhão. Embora ambas as variações sejam positivas, o ritmo de crescimento não chega a ser suficiente para se tornar um valor significativo.

Se tomarmos como referência o primeiro ano da série 2010 em relação ao Maranhão, as empresas cadastradas do PDF-MA passaram de 2,46% de participação percentual para cerca de 5,09% em 2016. Isso significa em termos absolutos um acréscimo de 107% sobre o valor inicial. Na comparação com o volume de negócio total, as empresas cadastradas no PDF-MA também tiveram um bom avanço, passando de 0,83% em 2010, para 2,25% em 2016, tendo em termos absolutos um crescimento de 171%. Esses números representam o inequívoco avanço; no entanto, não parece como explanado anteriormente serem percentuais que chamem atenção.

Na média do percentual, em relação ao Maranhão, as empresas cadastradas no PDF-MA, representam 6,41%, isso comparado ao total, esse valor cai para 2,44%. Embora não seja o objetivo da tese e nem seja possível fazer uma correlação ou uma regressão a respeito, pode-se inferir que de alguma forma esses 6,41% acrescentados pelas empresas do PDF-MA podem ter contribuído para o aumento

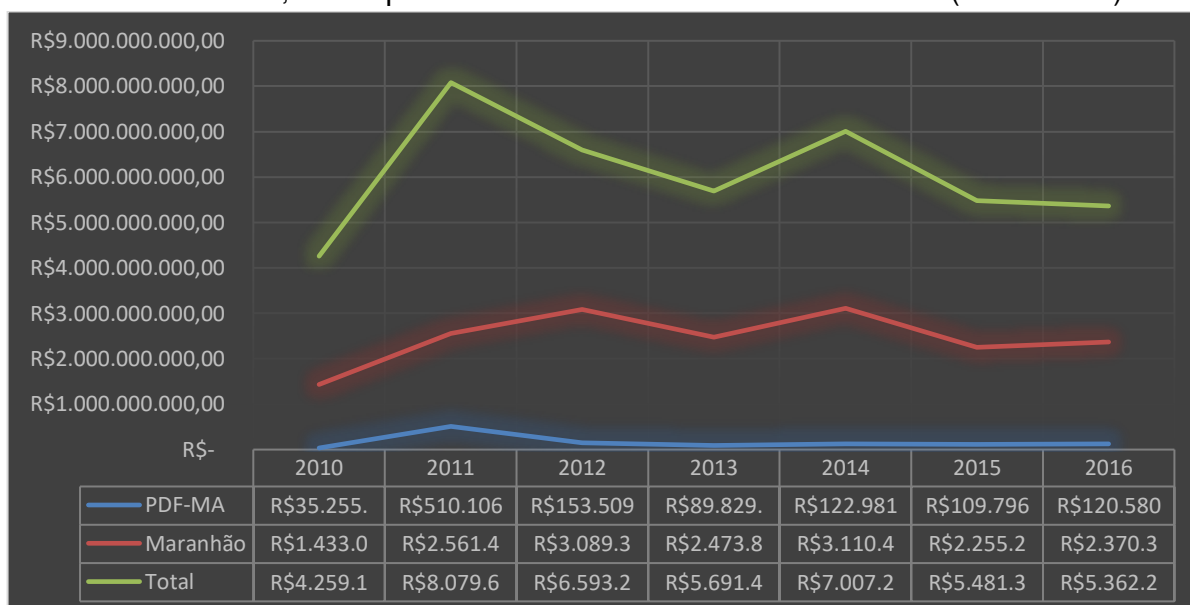
que as empresas maranhenses tiveram no volume de negócio com as empresas mantenedoras.

Por fim, depois de ter seguido um trajeto, que vai desde o volume de negócios das empresas mantenedoras com todas as empresas fornecedoras, com as fornecedoras do Maranhão e especificamente com as fornecedoras participantes do PDF-MA, é desejável que seja elaborada uma avaliação comparando as três medidas fornecidas pelos dados da pesquisa.

E para expor a comparação que se falou anteriormente, utilizar-se-á uma série de três gráficos, em que se explorará o volume de negócio em termos absolutos, em valores acumulados e em valores percentuais, com uma sequência semelhante a já usada anteriormente quando se viu esses números de forma individual.

No Gráfico 21 abaixo, tem-se a síntese de tudo que foi aprofundado na análise dos dados disponíveis, sendo este o ápice da análise referente a essa vertente, conforme se observa.

Gráfico 21 - Volume de negócio entre o Total de Fornecedoras, as Empresas Maranhenses, as empresas do PDF-MA e as Mantenedoras (2010-2016)



Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo CORECON-MA em acordo de cooperação com a SEFAZ-MA.

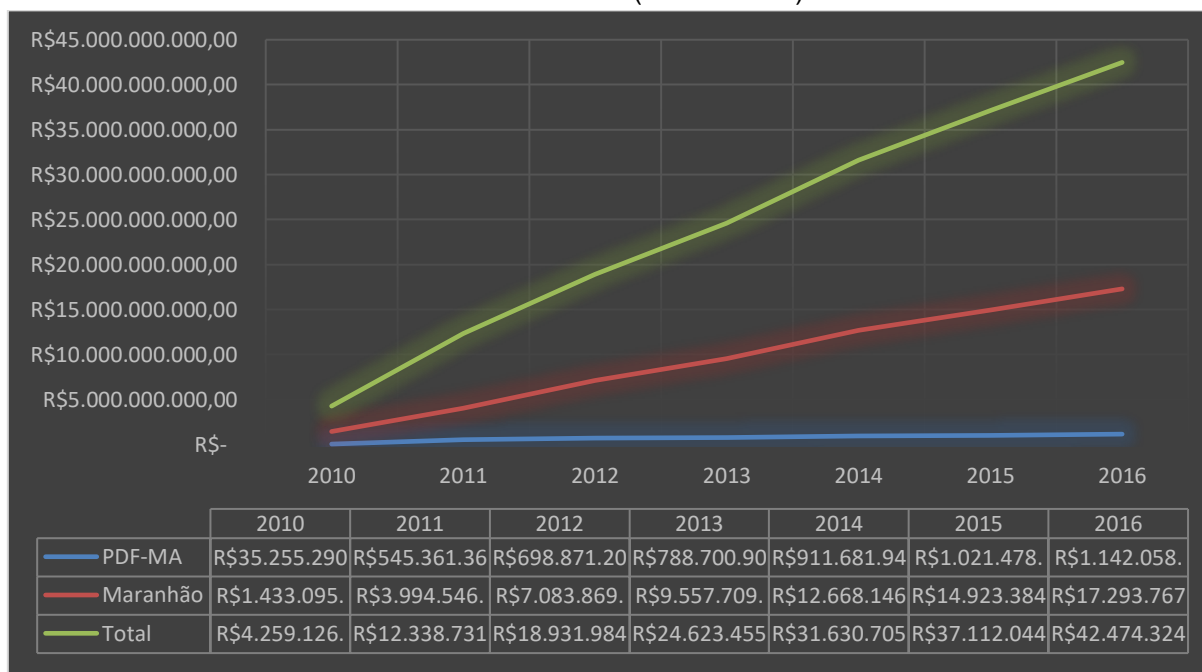
Avaliando o resultado, conclui-se que de uma forma geral as três linhas têm uma tendência de alta, sendo bem nítidos os movimentos da linha verde e vermelha, que representam o Total e o Maranhão, na mesma sintonia, tendo nesse sentido um significado relevante. No entanto, ao verificar a linha azul do PDF-MA sua dinâmica

tem uma linearidade maior, não acompanhando da mesma forma os movimentos mais gerais; além disso, percebe-se que a representação e a significância do PDF-MA em relação ao total é bem diminuta e isso acontece também quando se faz a comparação com o Maranhão.

É relevante destacar que, mesmo o programa já tendo 17 anos de criação, seus resultados mais recentes comprovam que ele ainda tem muito a avançar; muito potencial e como toda política pública deve ser sempre revisto, visando seu aperfeiçoamento, principalmente no que diz respeito em aumentar o percentual de empresas maranhenses cadastradas no PDF-MA; que fornecem para as mantenedoras e também contribuem para que as empresas maranhenses possam aumentar seu percentual de volume de negócio no total de compra das mantenedoras.

Várias ações podem ser estudadas nesse sentido, de fazer o PDF-MA avançar, pois, caso contrário, o programa ficará muito mais sendo um discurso, ou uma ação de marketing, do que de fato contribuindo no que ele se propõe; que é aumentar a integração das cadeias produtivas através de alavancar o volume de negócios. Partindo desse pensamento, volta-se agora a ponderar sobre mais uma variável que confirma as afirmações feitas, então de olho no próximo gráfico:

Gráfico 22 - Volume de negócio acumulado entre o Total de Empresas Fornecedoras, as Empresas Maranhenses, as Empresas do PDF-MA e as Empresas Mantenedoras (2010-2016)

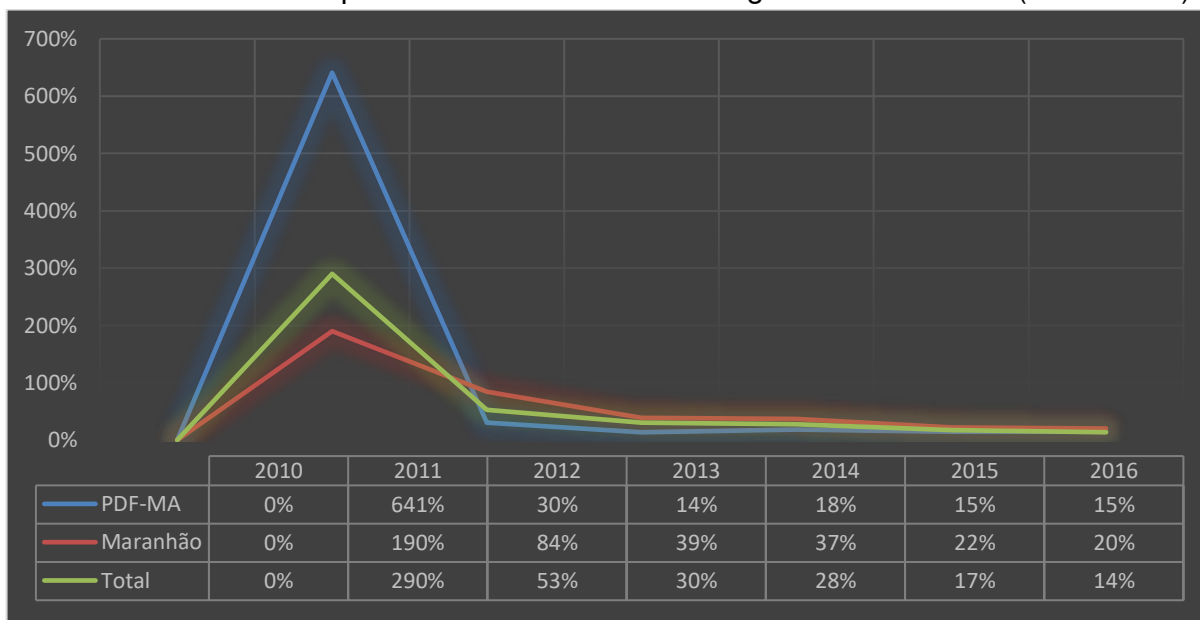


Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo CORECON-MA em acordo de cooperação com a SEFAZ-MA.

O que se percebe dos dados aferidos é que o volume acumulado de negócios do Maranhão é 1.514% maior que o do PDF-MA e que o volume total é 245% maior que o maranhense, entendendo-se então que a diferença do PDF-MA para o Maranhão é muito maior que do Maranhão para o total. Na soma dos 7 (sete) anos, se subtrairmos o volume de negócio acumulado das empresas maranhenses R\$ 17.293.767.108,27 do volume de negócios total acumulado de R\$ 42.474.324.133,45, ainda se teria espaço para poder avançar R\$ 25.180.557.02518. Se a comparação fosse feita com o PDF-MA, essa diferença seria gigantesca de R\$ 41.332.265.356,13, mais de 40 vezes.

Ao mesmo tempo em que o PDF-MA tem espaço para crescer, também carece de modificações, porque o ritmo de crescimento do PDF-MA em termos percentuais, tem sido menor do que os outros dois. E isso é constatado no gráfico seguinte:

Gráfico 23 - Aumento percentual do Volume de Negócios Acumulado (2010-2016)



Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo CORECON-MA em acordo de cooperação com a SEFAZ-MA.

Chega-se no final da análise com a nitidez de que, se o PDF-MA quer ser de fato efetivo, deve elevar o seu volume percentual de negócios, principalmente em relação ao volume total, pois, como é possível notar, o percentual maranhense tem se sobressaído em relação ao percentual total e o PDF-MA não tem acompanhado no mesmo ritmo. Embora se deva fazer a ressalva de que as empresas do PDF-MA também contribuem para o índice das empresas maranhenses.

Depois de analisar e avaliar sob todos os aspectos quantitativos o volume de negócio, a vertente mais relevante para o PDF-MA sobre a dimensão econômica, dimensionando assim seu impacto, no subitem seguinte vai-se tratar sobre a questão da geração de emprego, a outra vertente importante de impacto, que trará a visão de que se além do aumento no volume de negócios essa variação teve relevância na vida da sociedade maranhense, gerando efeitos multiplicadores.

3.2.4 Definição das taxas de criação, destruição e resultado líquido de empregos

Os formuladores e defensores do PDF-MA preceituam que, se houve acréscimo no volume de negócios, necessariamente, houve impacto positivo na geração de emprego e na elevação da renda, embora não sejam divulgados dados sobre essa vertente. Em razão dessa ausência, buscou-se aferir essa informação na pesquisa, partindo-se da perspectiva de que o mercado de trabalho é dinâmico e, portanto, sofre constantes mutações. Como lecionam Corseuil e Servo (2006, p. 11):

O mercado de trabalho está em permanente efervescência, com pessoas sendo empregadas ou desempregadas ou mesmo entrando ou saindo da força de trabalho a todo instante. Empregos estão sendo criados ou destruídos e empresas nascem ou morrem constantemente. No mundo contemporâneo, por efeito de mudanças tecnológicas e do processo de globalização, os tipos de emprego estão sempre se alterando, não apenas em termos de qualificação requerida e salários ofertados, mas também em termos de setores da atividade econômica e localização geográfica.

Justamente para tentar capturar essas mudanças, na tese utiliza-se a base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que gera informações mensais e anuais, através do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) respectivamente, dados agregados e por estabelecimento, que geram informações sobre, por exemplo, o número e a variação para mais ou para menos de pessoas ocupadas, na economia como um todo ou mesmo por setores.

Lembrando-se da metodologia explicada na introdução, através dos três indicadores, *Job Creation* (JC), *Job Destruction*, (JD) e *Net Employment Growth* (NEG), pode-se partir para aplicar esse método no caso concreto em estudo do PDF-MA. E para isso, tem-se a Tabela 8 abaixo:

Tabela 8 – Número de empresas Totais, Empresas Declarantes e Estoque Total de empregos do Maranhão (2012 – 2015)

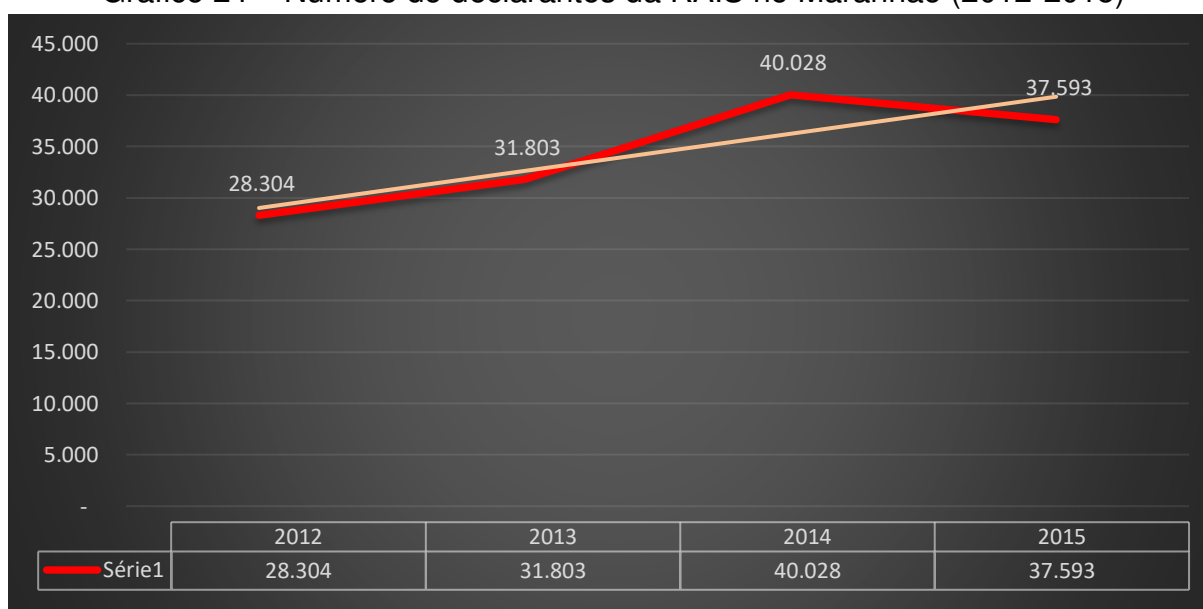
MARANHÃO				
	2012	2013	2014	2015
TOTAL Base	105.275	105.275	105.275	105.275
Declarantes	28.304	31.803	40.028	37.593
Estoque TOTAL	407.567	434.094	475.442	439.064
% MA Declarantes	27%	30%	38%	36%

Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo GRAMMA em acordo de cooperação com a MTE.

Nesta tabela, observa-se o número total de empresas no Maranhão utilizadas para base de cálculo; mas nem todas elas declaram a RAIS, por isso destaca-se as empresas declarantes, sendo possível capturar o estoque total de empregos dessas empresas, tudo isso nos anos de 2012 a 2015.

Outra informação disposta é a comparação do total de declarantes do estado do Maranhão com o total de declarantes do PDF-MA; sendo possível chegar ao percentual desses dois elementos. De forma análoga aos declarantes, traça-se um paralelo com o estoque de empregos, tendo a mesma situação da informação anterior. Partindo-se para análise, o número de empresas declarantes tem aumentado em um ritmo bastante elevado, como é constatado no Gráfico 24 a seguir:

Gráfico 24 – Número de declarantes da RAIS no Maranhão (2012-2015)



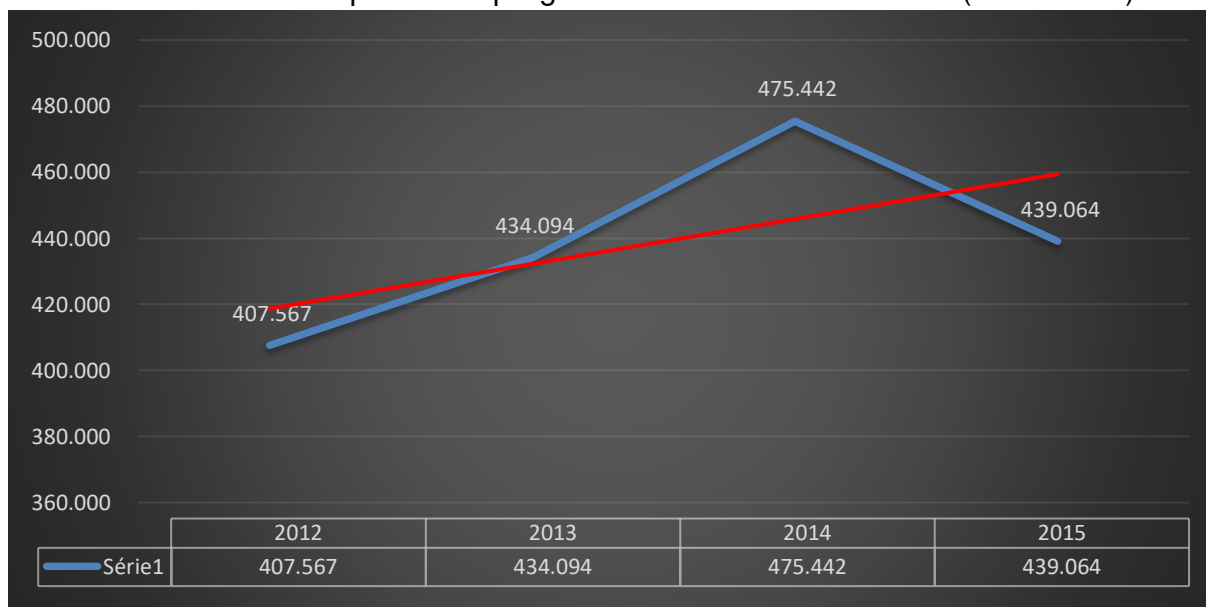
Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo GRAMMA em acordo de cooperação com a MTE.

Em números absolutos, foram de 28.304 declarantes em 2012 para 37.593 declarantes em 2015, o que corresponde a uma elevação de 9.289 declarantes; sendo que em termos percentuais isso representa 25% a mais de empresas declarantes. Se considerar a média dos declarantes 34.432, ainda se tem uma elevação de 6.128 declarantes, em uma porcentagem total de 18%.

Em referência a linha de tendência, embora no último ano tenha ocorrido uma pequena queda no número de declarantes, está se mostra positivamente inclinada, indicando que no Maranhão não só tem crescido o número de estabelecimentos, quanto tem aumentado também aqueles que empregaram. O que nesse sentido é muito importante constatar.

Outro movimento importante que podemos capturar da tabela consta do Gráfico 25 abaixo, em que mostra o estoque total de empregados:

Gráfico 25 – Estoque de Empregados da RAIS no Maranhão (2012-2015)



Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo GRAMMA em acordo de cooperação com a MTE.

Constata-se que o mesmo movimento de declarantes, no caso do estado do Maranhão como um todo, reflete-se no estoque total de empregados, passando no ano inicial 2012 de 407.565, para o ano final da série de 439.064, o que representa um acréscimo de 31.499 no estoque total no período avaliado. Em termos percentuais, representa um avanço de 7% no total, um crescimento expressivo, mas menor que o crescimento no número de declarantes.

Para esta variável, a linha de tendência também é positivamente inclinada, acompanhando a variação ou os movimentos de empresas declarantes, sendo que em média tem-se 438.791 aproximadamente; o que representa um acréscimo se comparado com o ano inicial 2012 de 31.226.

Com base nas primeiras informações, no estado do Maranhão, no que tange aos números agregados de declarantes e estoque de empregos, no período analisado, uma onda positiva, embora seja possível destacar a baixa relação entre o número de empresas totais e as declarantes, o que gira na média em torno de 32,75%.

A comparação da situação do Maranhão com o caso específico do PDF-MA apresenta uma visão clara dos impactos ou resultados agregados dessa vertente. Com isso, na Tabela 9, temos a seguintes informações:

Tabela 9 – Número de empresas Totais, Empresas Declarantes e Estoque Total de empregos do PDF-MA (2012 – 2015)

	PDF			
	2012	2013	2014	2015
TOTAL BASE	1082	1082	1082	1082
Declarantes	623	615	692	673
Estoque Total	37.755	34.604	33.230	29.836
% PDF Declarantes	58%	57%	64%	62%
% PDF/MA Declarantes	2,2%	1,9%	1,7%	1,8%
% PDF/MA Estoque	9,3%	8,0%	7,0%	6,8%

Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo GRAMMA em acordo de cooperação com a MTE.

As informações capturadas são de extrema relevância para o estudo, porque permitem que sejam mensuradas e comparadas as vertentes, fornecendo uma real noção do desenvolvimento de sua dinâmica. Além disso, esses números precedem a aplicação da metodologia explanada anteriormente, de criação, destruição e resultado líquido de empregos. Por isso, para que se possa adentrar nos resultados específicos, é preciso antes analisar e avaliar o resultado agregado.

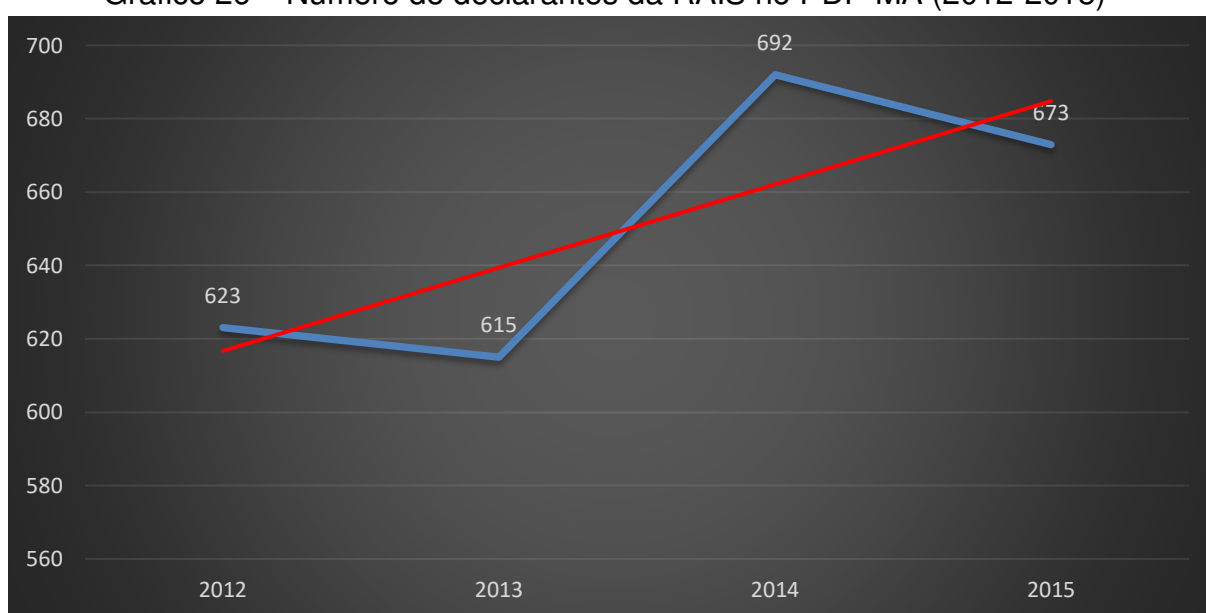
Como existem cinco variáveis relevantes, para serem expostas e comentadas, será utilizado o recurso gráfico, que demonstrará além do comportamento e da

dinâmica a sua linha de tendência, para que seja possível não somente identificar o estado atual, mas entender suas indicações futuras.

As duas últimas variáveis, que tratam da relação entre os dados do estado do Maranhão e do PDF-MA, colocam em perspectiva a relevância do programa nessa vertente, pois apresenta os percentuais de participação, sendo particularmente relevante, quando trabalhados os dados específicos.

No gráfico adiante, tem-se a primeira variável, que, assim como a maranhense, deu início pelo número de empresas declarantes da RAIS no PDF-MA:

Gráfico 26 – Número de declarantes da RAIS no PDF-MA (2012-2015)



Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo GRAMMA em acordo de cooperação com a MTE.

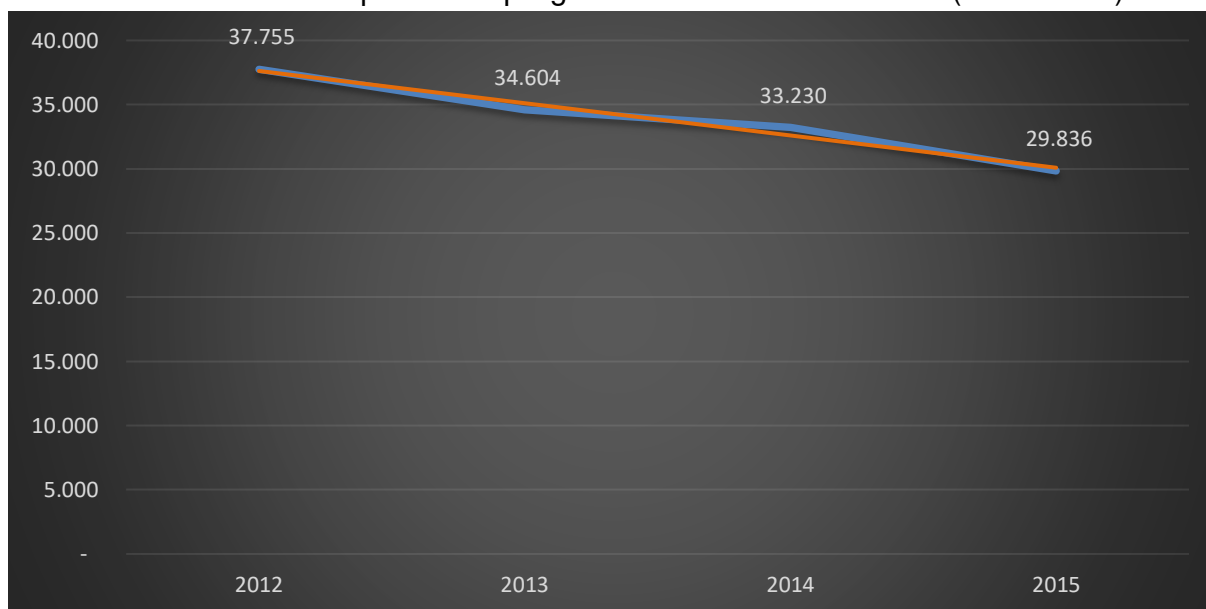
Nessa variável, observa-se que, embora haja variação com períodos negativos e positivos, há uma elevação substancial, de tal forma que no primeiro ano da série 2012 tinha 623 declarantes, ante 673 declarantes no último ano 2015, um avanço bruto de 50 empresas declarantes. Esse número de vista pode não parecer muito, mas em termos percentuais isso corresponde a 7% do total.

Mais um fator substancial a demonstrar é que se considerar a média das empresas declarantes tem-se pouco mais de 650, o que corresponde a um número 4% maior que o primeiro ano. Em termos absolutos isso representa o acréscimo de 27 empresas declarantes, isto demonstra a elevação contínua do número de declarantes. Essa informação sobre elevação está traduzida na linha de tendência, que se mostra positivamente inclinada. É importante reparar nesta variável, pois ao

cruzar ela com a próxima se perceberá um resultado diferente do que aconteceu no estado do Maranhão.

Dando seguimento à avaliação em curso, no Gráfico 27 abaixo, coloca-se o estoque agregado das empresas do PDF-MA:

Gráfico 27 – Estoque de Empregados da RAIS no PDF-MA (2012-2015)



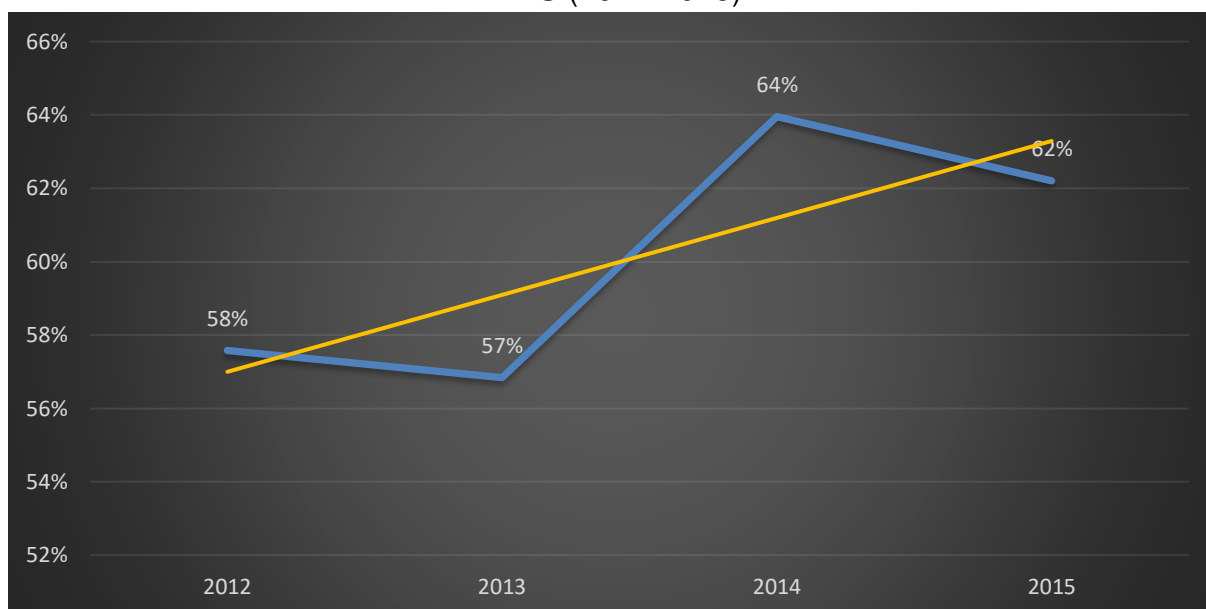
Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo GRAMMA em acordo de cooperação com a MTE.

Em um movimento contrário, o PDF-MA tem uma dinâmica diferente do Estado do Maranhão, pois, mesmo que esteja aumentando o número de declarantes, o estoque total de empregados no PDF-MA cai vertiginosamente, de forma sistemática, passando, por exemplo, no ano inicial de 2012 de 37.755 empregados, para 29.836 empregados em 2015. Isto é uma redução estimada em 7.919 empregos destruídos. Em termos percentuais essa queda representa uma baixa de 27%, um número muito expressivo, ao se verificar o comportamento do número de declarantes.

Pensando em termos médios, a redução foi menor, pois o número passou de 33.856 para 29.832, uma diferença de 4.024 empregos no estoque; tendo percentualmente 13% de baixa. Vale o registro que pelas variáveis já expostas o número de empresas declarantes do PDF-MA e o estoque de emprego dessas empresas, o programa abarca uma quantidade significativa de estoque de empregos frente às empresas participantes. Isso indica o potencial a ser explorado, pois, como foi mencionado, essa variável gera efeitos multiplicadores na economia local.

Feitas as ponderações anteriores, outro fator em realce é o percentual de empresas declarantes no PDF-MA; tem-se que o número é acima dos 50%, com um nítido viés de alta como sugerido no Gráfico 28 a seguir:

Gráfico 28 – Percentagem de Empresas cadastrada no PDF-MA que declaram a RAIS (2012-2015)



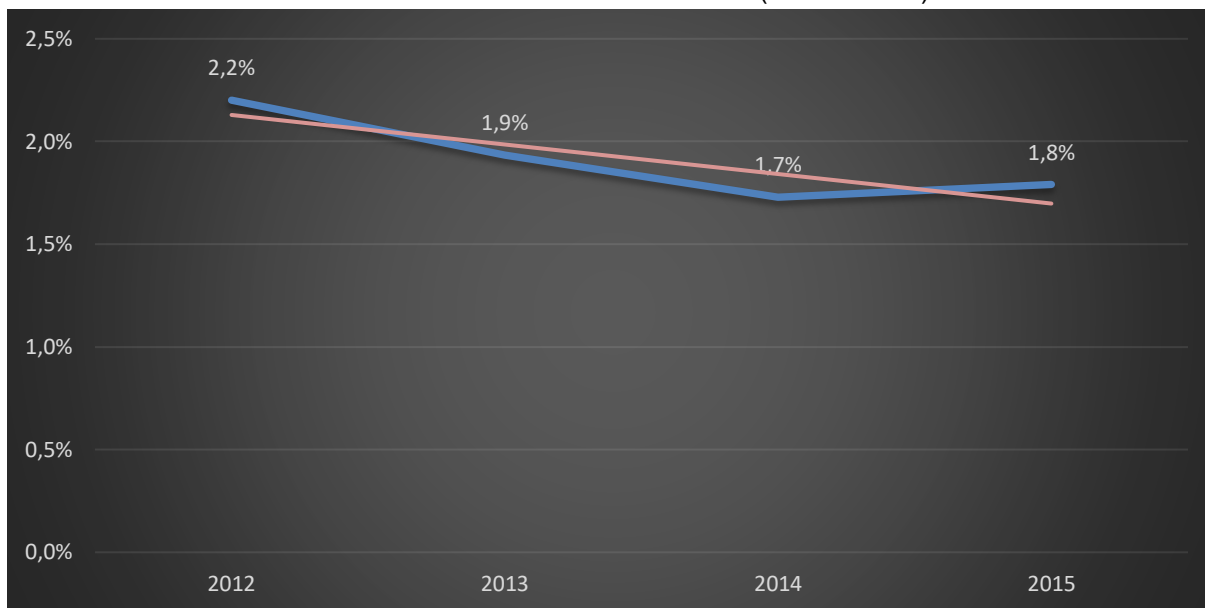
Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo GRAMMA em acordo de cooperação com a MTE.

Prosseguindo com a análise, é notório que o percentual encontrado nas empresas do PDF-MA é superior ao percentual das empresas do estado do Maranhão, muito embora o comportamento seja o mesmo. No embate, tem-se que em média no estado do Maranhão o percentual do estoque x declarantes gira em torno de 32,75%, já no PDF-MA essa relação chega ao percentual de 60,25%, quase o dobro, o que aumenta a confiabilidade dos resultados apresentados.

Além disso, a linha de tendência é positivamente inclinada, o que aponta para um futuro promissor, porque, a medida que aumenta a base de declarantes da RAIS, significa que mais empresas podem agregar ao estoque; melhorando assim a capacidade de gerar empregos. Mas isso é claro se a lógica se confirmar, pois os números do PDF-MA nos anos avaliados contradizem essa última afirmação.

Seguindo a análise da segunda tabela do indicador, deixam-se as duas variáveis mais importantes para serem pensadas nesse momento, nos próximos gráficos:

Gráfico 29 – Relação percentual do total de declarantes no Estado do Maranhão x o total de declarantes do PDF-MA (2012-2015)



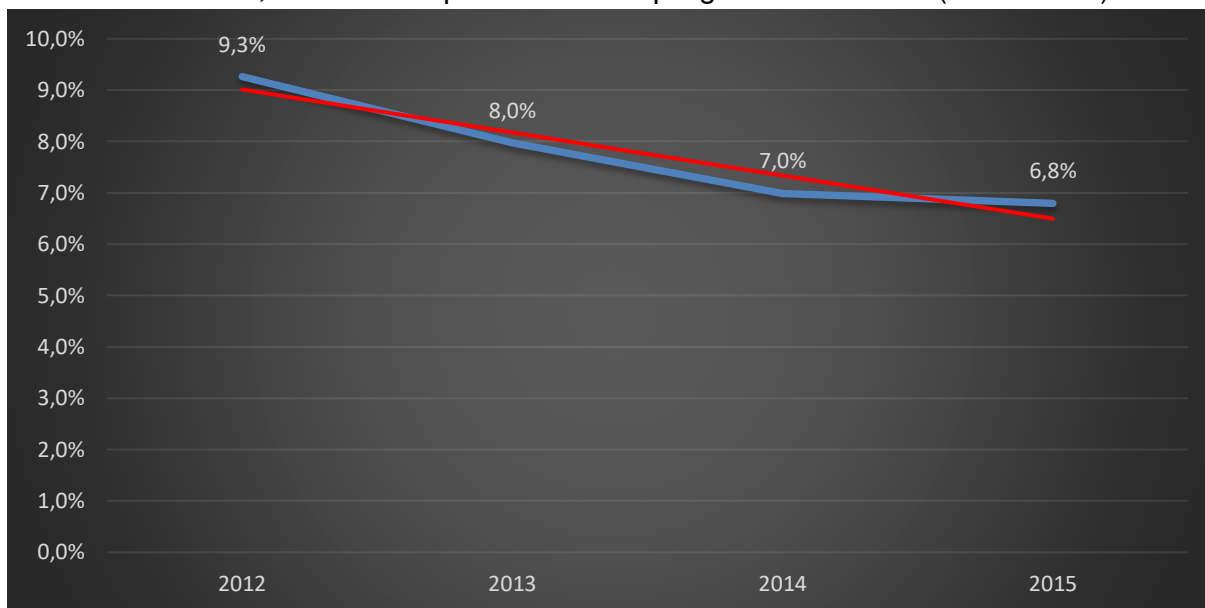
Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo GRAMMA em acordo de cooperação com a MTE.

O que é preponderante aferir dessa informação é que a relação percentual tem sido desfavorável ao PDF-MA, tendo praticamente nos anos analisado, ocorrido decréscimo, passando no primeiro ano da série de 2,2%, para 1,8% no último ano da série 2015. O que significa uma retração no número na casa de 0,4%. Embora não pareça muito, mas em termos de variação isso representa 22% a menos que no cenário inicial.

Ressalta-se nesse gráfico que a linha de tendência é negativa, tendo sido indicativo da relação estabelecida entre as variáveis. É salutar notar também que o percentual é relativamente pequeno se comparado ao total. Isto significa dizer que as empresas declarantes do PDF-MA ainda estão muito distantes de apresentar um número de empresas relevantes para os declarantes do estado do Maranhão.

Assim como é importante ver o número de empresas declarantes comparativamente, deve-se atentar também para o número do estoque de empregos gerados por essas empresas declarantes, do estado do Maranhão e do PDF-MA; como se observa no Gráfico 30 a seguir:

Gráfico 30 – Relação percentual do estoque total de empregos no Estado do Maranhão, com o estoque total de empregos no PDF-MA (2012-2015)



Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo GRAMMA em acordo de cooperação com a MTE.

Dessa informação depreende-se que a tendência é a mesma, parece até um gráfico repetido, mas um fator pode-se de pronto colocar, a relação percentual é bem maior, porque em média temos que 7,77% do estoque de empregos no estado do Maranhão fazem parte do PDF-MA. Analisando o resultado do decréscimo, no ano inicial 2012 o correspondente a 9,3% e no último ano da série 2015 por volta de 6,8%, o que resulta em uma perda líquida de 2,5% em termos absolutos. Em termos relativos, considerando os percentuais, o baque foi de 37%, bem maior do que a perda da variável anterior.

É impressionante observar também que mesmo o PDF-MA, com poucas empresas declarantes no estado do Maranhão, o estoque de empregos do programa se realça em comparação ao mesmo indicador mais para o estado do Maranhão. Não obstante a esse número positivo, sua linha de tendência é negativamente inclinada, o que indica que o número de empresas declarantes aumentou. Isso se deve ao fato de que a queda do PDF-MA foi maior que a do estado do Maranhão.

Entendidas as variáveis e informações que dizem respeito aos valores agregados (Declarantes e Estoque de empregos), tem-se, pelo próprio método escolhido e explanado no início do subitem, que a se retornar para análise a avaliação dos números específicos JC, JD e NEG que vão decifrar como estão ocorrendo esses aumentos e reduções de estoques de empregos.

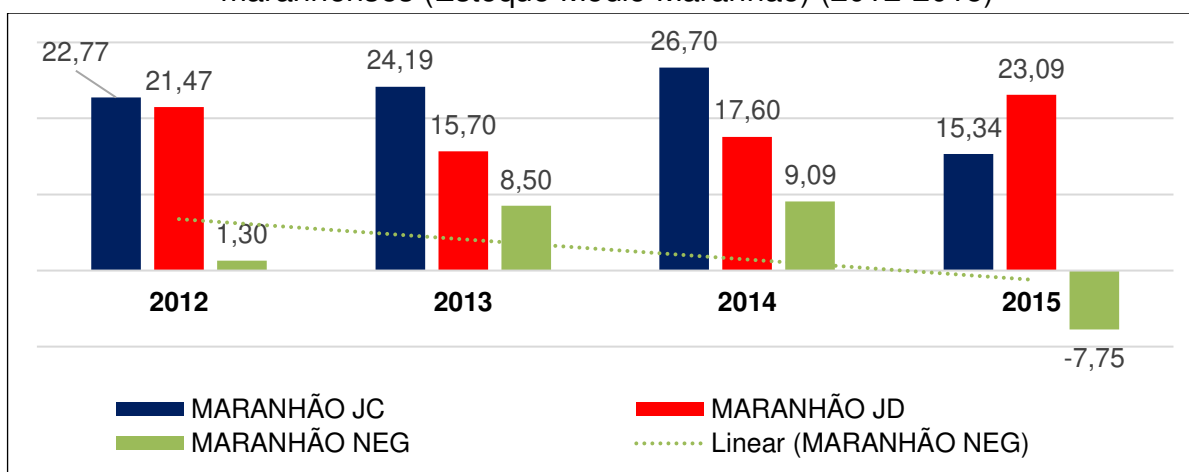
Em um paralelo entre as duas variáveis, é bom frisar que essa informação, embora não possa pela série temporal disponível ser correlacionada com o volume de negócios, mas em tese deveria seguir com algum atraso seu comportamento, já que o próprio PDF-MA pressupõe que uma variável gera resultado na outra.

O gráfico 31 traz essa informação: de 2012 a 2015 as taxas de criação para o Maranhão tiveram dois comportamentos, o primeiro de alta que se deu entre 2012 a 2014, ou seja, os três primeiros anos da série e o ano de 2015 em que houve uma queda significativa, passando de 26,70 em 2014 para 15,34 em 2015, uma redução, portanto, estimada em 11,36, o que percentualmente representa 43%. Isso demonstra nitidamente uma inversão de ciclo, que, de alguma forma, tem relação com a diminuição da atividade econômica, como explanado em subitens anteriores.

Quanto à taxa de destruição, observa-se que houve caminho inverso: de 2012 para 2013 ela cai e de 2013 a 2015 ela aumenta gradativamente, passando de 15,70 em 2013 para 23,09 em 2015, tendo um avanço de 7,39 em sua taxa e percentualmente de 32%.

Diante de tais conclusões e tendo o gráfico abaixo, chega-se ao seguinte resultado líquido:

Gráfico 31 – Taxa de Criação, Destruição e Resultado Líquido das empresas maranhenses (Estoque Médio Maranhão) (2012-2015)



Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo GRAMMA em acordo de cooperação com a MTE.

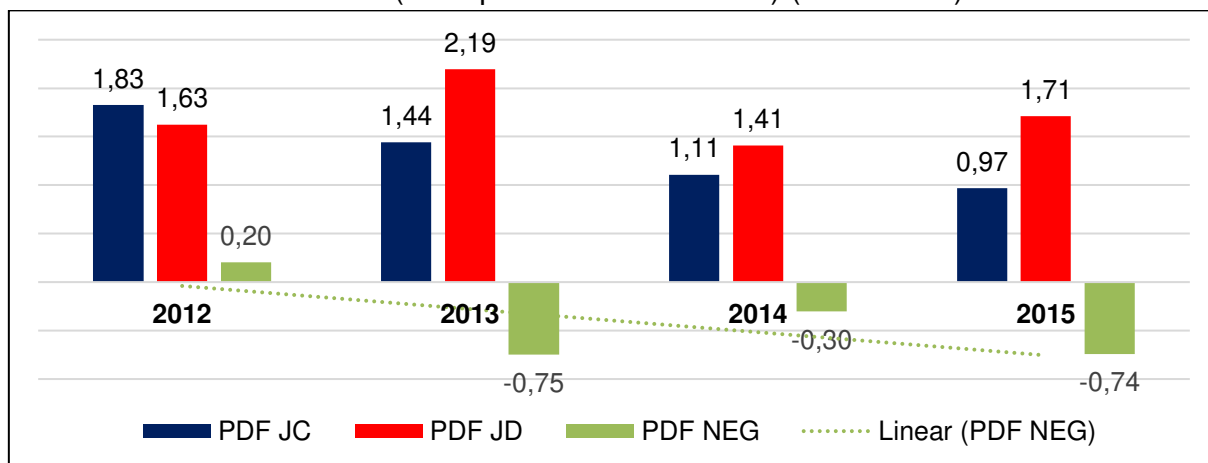
A inversão das taxas de criação e destruição de empregos acabou por fim gerando no período em tela uma mudança no sentido do resultado líquido, ou variação líquida, isso porque nos três primeiros anos 2012 a 2014 tinha-se uma taxa de criação maior do que a taxa de destruição, gerando assim resultados líquidos positivos; no

entanto, no último ano 2015 com a diminuição da taxa de criação e a elevação da taxa de destruição tem-se um grande resultado líquido negativo.

Embora se tenha invertido o sentido, deve-se destacar ainda que, ao considerar o resultado médio, ainda se tem um saldo positivo, já que a média do JC é 22,25 e a média do JD é de 19,47; tendo assim um resultado líquido NEG de 2,79. Apontando para uma direção que ainda sinaliza um saldo positivo. Mas não obstante a esse saldo, deve-se continuar acompanhando a evolução nos próximos anos, para verificar se a tendência de inversão do ciclo permanece ou esse ano de 2015 foi um ano atípico.

Depois de avaliar a situação do mercado de trabalho maranhense, é necessário voltar o olhar para o mercado de trabalho das empresas que fazem parte do PDF-MA; possibilitando assim comparar a dinâmica, ou comportamento, das duas variáveis. Dessa forma, têm-se no gráfico abaixo as seguintes informações sobre o mercado de trabalho das empresas do PDF-MA:

Gráfico 32 – Taxa de Criação, Destruição e Resultado Líquido das empresas do PDF-MA (Estoque Médio Maranhão) (2012-2015)



Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas pelo GRAMMA em acordo de cooperação com a MTE.

Começando pela taxa de criação de empregos, constata-se que em toda a série de 2012 a 2015 ela é decrescente, caindo de forma consistente, passando de 1,83 em 2012 para 0,97 em 2015; uma diminuição de 0,86, o que corresponde percentualmente a 47% da taxa inicial. Essa situação é divergente do que acontece com o mercado de trabalho maranhense, que só tem queda no último ano de 2015, conforme se viu anteriormente.

Além disso, a taxa de destruição apresenta um resultado bem mais irregular do que a taxa anterior; começando em um determinado patamar de 1,63, ela aumenta,

diminui e aumenta novamente. Tendo apresentado uma variação menor em comparação com os anos de 2012 e 2015; passando respectivamente de 1,63 para 1,71, tendo uma diferença de 0,08, o que percentualmente responde por uma elevação de 5%, um número bem menor do que a diminuição da taxa de criação.

Por esses números expostos, percebe-se que o grande motivo do PDF-MA ter tido no período um resultado líquido negativo foi a destruição dos postos de trabalho, já que embora tenha havido queda na criação de postos, a destruição foi maior que a criação em pelo menos três anos da série, o que fez com que o resultado líquido viesse a ser negativo.

Em toda essa conjuntura, atesta-se que o PDF-MA só apresentou um resultado líquido positivo no ano de 2012, os outros três anos de 2013 a 2015 foram em maior ou menor grau negativos. Por isso mesmo, a linha de tendência do resultado líquido é negativamente inclinada. Esse resultado é pedagógico e entende-se claramente que o resultado do mercado de trabalho maranhense é diverso do resultado do mercado de trabalho do PDF-MA, tendo dinâmicas divergentes.

Tal ideia é comprovada quando se tem em mãos os resultados médios do PDF-MA, pois sua JC média é de 1,34 e sua JD média é de 1,74, tendo neste período um resultado líquido negativo de -0,40; portanto, sua taxa de criação é menor do que a taxa de destruição e seu resultado líquido é negativo, muito diferente do que acontece no mercado de trabalho maranhense, embora a expectativa de resultado fosse igual ou superior.

A conclusão dessa vertente nesse subitem, embora contraditória, é uma boa amostra para que pelo menos não se possa automatizar os resultados, na mesma linha seguida pelo PDF-MA em que se elevando o volume de negócios se teria de forma consequente a elevação na geração de empregos. Embora o PDF-MA tenha contribuindo em muitos sentidos para melhorar as empresas maranhenses e ampliar o potencial do volume de negócios, ainda assim tais avanços não se refletiram em geração de empregos.

Por fim, para encerrar a parte quantitativa deste estudo, embora não tenha sido viável aferir como fora feito em outras vertentes a elevação da renda em relação às empresas maranhenses e do PDF-MA, no próximo subitem, busca-se fazer ponderações sobre a evolução e dinâmica dessa vertente, traçando assim o cenário no qual o PDF-MA se desenvolve, tendo assim trazido uma noção real dos impactos

que essa política pública vem proporcionando para a sociedade maranhense, em uma avaliação que pode servir de referência para futuros estudos.

3.2.5 Ponderações sobre a evolução da renda no Brasil e no Maranhão

Para que se possa elaborar uma breve reflexão sobre a evolução de renda no Brasil e no Maranhão, tem-se em mente que é necessário definir o que é renda e sobre qual aspecto isto será avaliado. No primeiro caso, na economia quando se fala em renda, geralmente refere-se à Renda Nacional Bruta, em consonância com o PIB e PNB, ou suas derivações como renda per capita, sendo importante destacar que o crescimento da economia e a forma como ocorre a distribuição da renda são vertentes que se utilizam para avaliar as condições socioeconômicas de uma determinada nação.

Nesse cálculo da Renda Nacional Bruta, são somados todos os rendimentos do país durante o período de um ano, tais como: salários, lucros, juros, honorários, alugueis, retorno de investimentos e etc. Hoje sabe-se que, embora comumente se utilize na avaliação das condições socioeconômicas, a Renda Nacional Bruta, essa medida ou vertente, nem sempre representa as condições reais do espaço analisado, pois é preciso, além de saber a renda nacional, avaliar como essa renda está distribuída.

Sendo assim, em um país como o Brasil que possui uma renda nacional elevada, mas que possivelmente concentra a renda nas mãos de poucos, possuirá condições econômicas e sociais piores do que países que têm uma renda nacional menor, no entanto, distribuem melhor sua renda. Pensando por essa premissa, seria interessante delimitar a parte da renda que se irá estudar na tese em curso, como a parte dos salários, pois esta é a renda derivada do trabalho e esta é a vertente de um dos possíveis impactos previstos do PDF-MA.

Para falar de renda através dos salários, a primeira medida a ser analisada será o salário mínimo, referência de todos os outros. O salário mínimo impacta em diversos setores de nossa economia e vale lembrar que atualmente o governo reajusta o salário mínimo utilizando uma fórmula que considera basicamente o PIB e a inflação. Observa-se que no Brasil, quando se trata de previdência, para pagamento de aposentados e pensionistas, tem-se o salário mínimo nacional como referência ou piso, o que aumenta a relevância para analisá-lo.

O salário expressa o poder de compra daqueles que o recebem; sendo assim, é base para o consumo e o seu valor não pode ser expresso apenas de forma nominal, é necessário avaliar o seu real poder de compra. Para isso, faz-se presente duas formas básicas de comparação do salário, em relação à inflação e a moeda estrangeira, como um parâmetro para saber se ocorreu aumento e diminuição. Nesse sentido, têm-se na tabela abaixo várias informações valiosas, para entender a dinâmica e evolução do salário mínimo:

Tabela 10 – Valor do Salário Mínimo Nacional em várias dimensões (1995-2016)

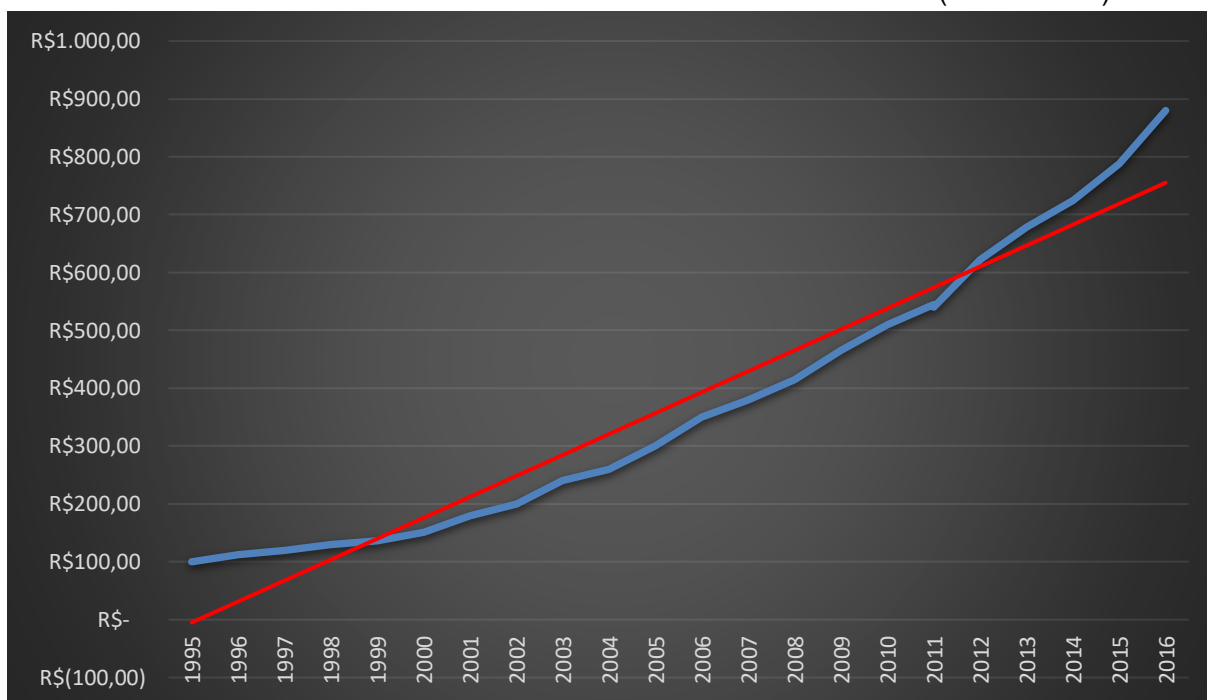
Valores do Salário Mínimo Nacional - 1995 a 2016											
Vigência	Valor Nominal em R\$	% de Aumento Nominal	Inflação (IPCA)	% de Aumento Real	Valor Real em R\$	Salário Mínimo Necessário em R\$	Relação Valor Nominal x Necessário	Cesta Básica (Média Dez/Ano)	Relação Valor Nominal x Cesta Básica	Valor do Dólar em R\$	Valor do Salário em U\$\$
01/2016	880,00	12,00%	6,29%	5,71%	935,33	3.795,24	4,31	403,49	2,18	3,25	270,02
01/2015	788,06	8,85%	10,67%	-1,82%	927,02	3.118,62	3,96	332,50	2,37	2,67	295,04
01/2014	724,00	6,78%	6,41%	0,37%	906,23	2.748,22	3,80	314,02	2,31	2,34	308,87
01/2013	678,00	9,00%	5,91%	3,09%	898,82	2.674,88	3,95	292,12	2,32	2,04	332,19
01/2012	622,00	14,13%	5,84%	8,29%	873,00	2.398,82	3,86	252,82	2,46	1,86	332,98
03/2011	545,00	0,93%	6,50%	0,31%	801,30	2.247,94	4,12	241,20	2,26	1,66	327,92
01/2011	540,00	5,88%	6,50%	0,31%	806,94	2.194,76	4,06	241,20	2,24	1,65	327,07
01/2010	510,00	9,68%	5,90%	3,78%	807,14	1.987,26	3,90	227,62	2,24	1,72	295,82
02/2009	465,00	12,05%	4,31%	7,74%	763,99	2.075,55	4,46	201,51	2,31	2,34	198,13
03/2008	415,00	9,21%	5,90%	3,31%	718,14	1.881,32	4,53	218,32	1,90	1,68	246,88
04/2007	380,00	8,57%	4,45%	4,12%	685,37	1.672,56	4,40	183,35	2,07	2,04	185,64
04/2006	350,00	16,67%	3,14%	13,53%	649,93	1.536,96	4,39	156,25	2,24	2,15	162,56
05/2005	300,00	15,38%	5,69%	9,69%	581,67	1.588,80	5,30	160,21	1,87	2,51	119,33
05/2004	260,00	8,33%	7,60%	0,73%	544,81	1.522,01	5,85	147,53	1,76	2,95	87,96
04/2003	240,00	20,00%	9,30%	10,70%	534,48	1.557,55	6,49	143,96	1,67	3,33	71,96
04/2002	200,00	11,11%	12,53%	-1,42%	519,22	1.143,29	5,72	139,29	1,44	2,32	86,17
04/2001	180,00	19,21%	7,67%	11,54%	503,50	1.092,97	6,07	106,54	1,69	2,15	83,45
04/2000	151,00	11,03%	5,97%	5,06%	449,59	973,84	6,45	101,96	1,48	1,73	86,83
05/1999	136,00	4,62%	8,94%	-4,32%	430,55	882,53	6,49	88,87	1,53	1,67	81,34
05/1998	130,00	8,33%	1,65%	6,68%	425,32	942,09	7,25	89,02	1,46	1,14	113,74
05/1997	120,00	7,14%	5,22%	1,92%	407,74	820,86	6,84	84,13	1,43	1,06	112,89
05/1996	112,00	12,00%	9,56%	2,44%	413,21	801,95	7,16	79,63	1,41	0,99	113,02
05/1995	100,00	42,86%	22,41%	20,45%	439,66	773,18	7,73	78,70	1,27	0,91	109,65

Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas do IBGE e DIEESE.

Considerando essas informações dispostas na série temporal, pode-se observar a sua dinâmica e evolução, tendo como destaque o valor nominal e real dos salários, a relação do valor do salário nominal x o valor do salário necessário, a relação do valor do salário nominal x cesta básica e por fim, o valor do salário em dólar. Essas variáveis destacadas serão postas no gráfico, para facilitar a visualização e análise das mesmas. Dessa forma, dar-se-á início pelo valor do salário nominal, que embora

tenha que ser relativizado pelas ponderações e considerações que vem a seguir, tem sido a base pela qual se expressa essa evolução, então no gráfico seguinte, tem-se:

Gráfico 33 – Aumento no valor do salário mínimo nominal (1995-2016)



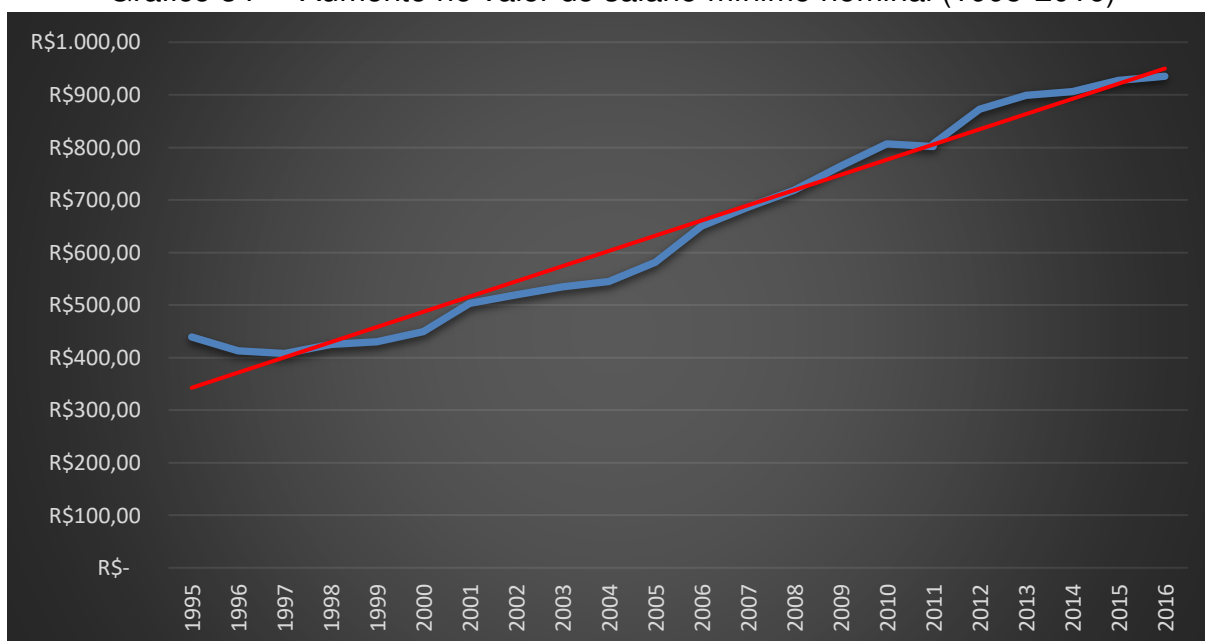
Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas do IBGE e DIEESE.

Ao longo desses 22 anos, desde a implantação do plano real em 1994, o salário mínimo em termos nominais vem crescendo de forma vertiginosa. Em todos os governos que se passaram no período de análise: Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luiz Inácio Lula da Silva (LULA) e Dilma Rousseff. Vale ressaltar, no entanto, que no primeiro período de 1995 a 2002 o crescimento foi moderado e de 2003 a 2016 o crescimento foi acentuado.

Se for considerado o ponto inicial no ano de 1995 com R\$ 100, para o ano final da série de 2016 com R\$ 880, tem-se um aumento absoluto de R\$ 780, o que em termos percentuais representa um avanço de 780%. É importante registrar que o PDF-MA tem início em 2000 e perdura até a atualidade, tendo sido fortemente impactado por esse movimento mais geral e expressivo, que não só se concentra na variável nominal, mais também está expressa nas demais variáveis. Pegando os valores médios, o salário mínimo nominal cresceu em média 12,44%, portanto, em um ritmo maior do que a inflação no mesmo período que teve um crescimento médio em 8%, fazendo com que a renda efetivamente se eleve, fato que será explorado melhor no próximo gráfico.

Outra boa notícia é o fato de que a linha de tendência é positivamente inclinada, o que demonstra que no futuro o salário mínimo poderá continuar crescendo, principalmente se mantiver a regra atual de ajustar o salário levando-se em conta o PIB de 2 anos antes e a inflação do ano anterior. Essa fórmula tem contribuído para que gradativamente a população brasileira de uma forma geral ganhe melhor. Analisado o aspecto nominal, na sequência, deve-se avaliar a sua trajetória real, que seria pegar esses valores nominais e deflacionar, ou seja, transformar estes valores para preços correntes com um ano base e nesse caso transformar todos os valores aos preços de 2016, último ano da série. Então no gráfico abaixo se tem estas informações dispostas:

Gráfico 34 – Aumento no valor do salário mínimo nominal (1995-2016)



Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas do IBGE e DIEESE.

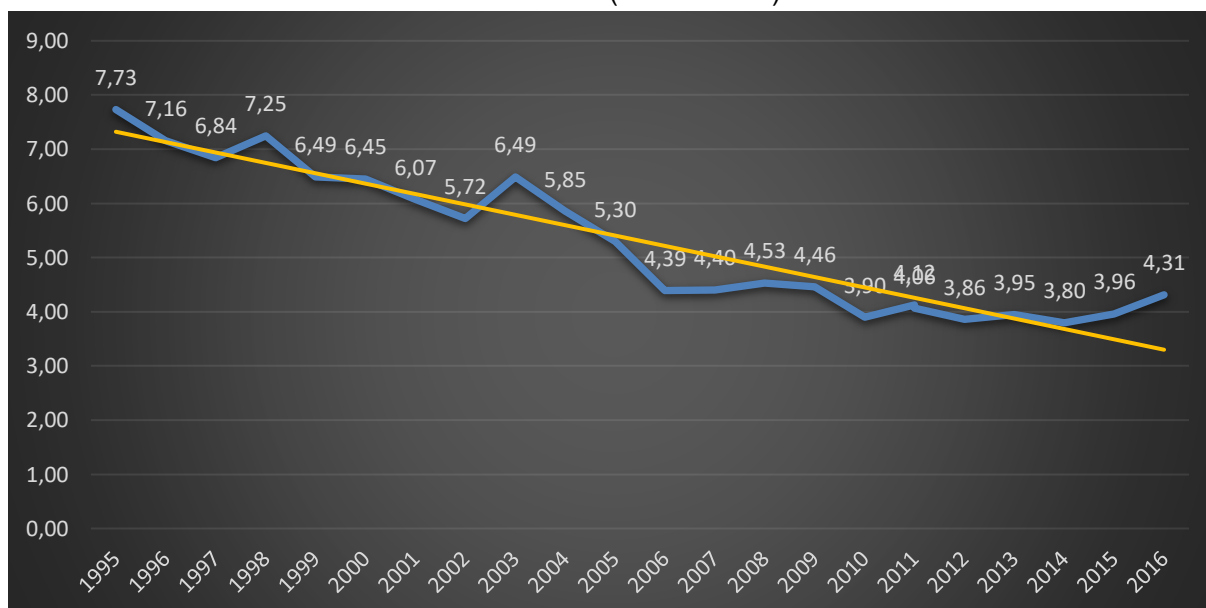
No gráfico, comparando-se ao gráfico anterior, chega-se ao denominador de que se tem uma constata elevação, mas em um nível mais moderado, pois como já explicado, no valor real ou deflacionado, leva-se em consideração a inflação do período que nesse caso representa a perda do poder de compra. Para se ter uma dimensão mais adequada, ao se comparar o ano inicial da série de 1995 que teve o valor de R\$ 439,66, para o ano final da série 2016 de R\$ 935,33, tem-se em valor absoluto um acréscimo de R\$ 495,67, o que em termos percentuais é muito relevante, pois o salário mínimo dobrou, tendo um avanço de 106% do valor inicial.

Em termos médios, levando-se em consideração toda a série, o aumento real foi de 5%, o que fica abaixo do valor nominal médio, mas como do valor real já está deduzido a inflação, esse ganho retratou de forma mais fiel o avanço que o salário mínimo tem alçado nos últimos anos. Corroborando com essa visão, a linha de tendência positivamente inclinada também aponta nessa direção de que não só no período que se passou foi bom, mas o salário mínimo ainda continua crescendo.

Em termos nominais e reais, o salário mínimo obteve um avanço, é importante correlacionar esse avanço com a evolução do salário mínimo necessário, calculado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. Esse cálculo do salário mínimo necessário é baseado nos direitos básicos garantidos na constituição brasileira, como: moradia, alimentação, saúde, educação e lazer. Comparando-se o custo de vida nas diferentes regiões do país. Portanto, segundo o DIEESE esse salário mínimo necessário seria o ideal para que todas as necessidades do trabalhador fossem atendidas, minimamente falando.

Diante dessa explicação, no gráfico adiante, tem-se a dinâmica da relação entre o salário mínimo nominal e o salário mínimo necessário:

Gráfico 35 – Relação entre o valor do salário mínimo nominal x salário mínimo necessário (1995-2016)



Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas do IBGE e DIEESE.

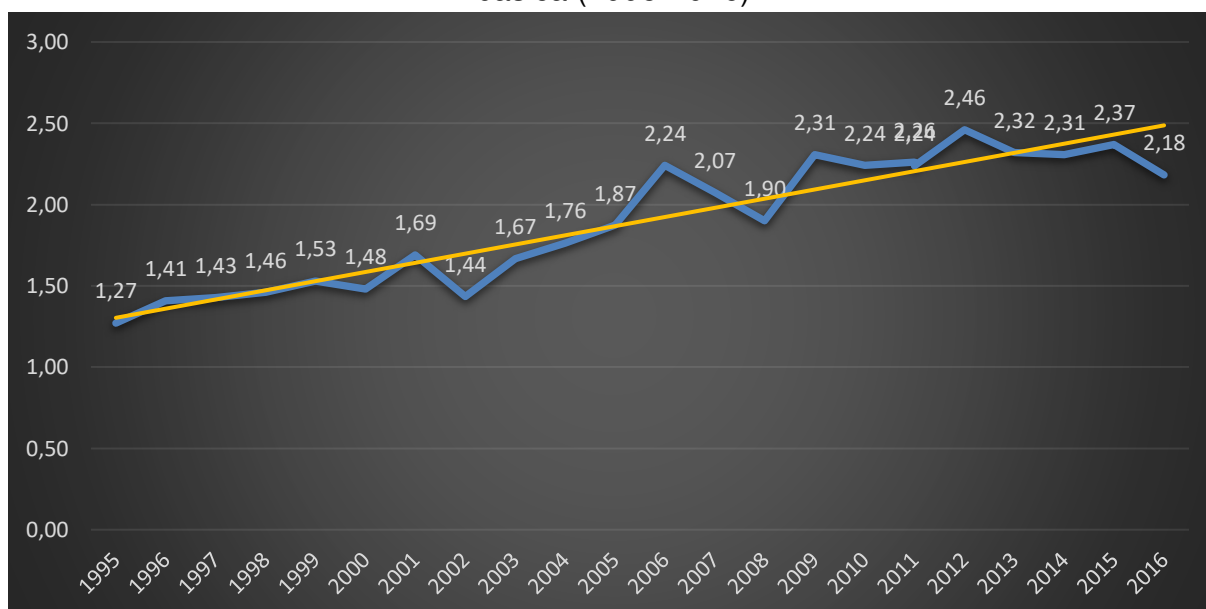
Como se pode observar, essa relação é decrescente, o que mostra o acerto da política de valorização do salário mínimo nominal e real. Em termos de números absolutos, essa relação começa no primeiro ano 1995 tendo o salário mínimo

necessário sido 7,73 vezes maior que o salário mínimo nominal e essa relação diminuiu para 4,31 vezes em 2016, tendo uma redução absoluta de 3,42 vezes e em termos percentuais de 44%.

Em termos médios, a relação teve uma diminuição de cerca de 2% ao ano, demonstrando o impacto positivo causado pela política de valorização real do salário mínimo, contribuindo de alguma forma para diminuição da desigualdade no Brasil. Vale ainda destacar que, embora especialmente nos últimos três anos da série essa relação não tenha continuado sua trajetória de queda sua linha de tendência é positivamente inclinada, o que aponta para um futuro promissor.

Outra relação que merece ser mencionada é com um item fundamental para sobrevivência da classe trabalhadora, a cesta básica de alimentos. Essa cesta também é aferida pelo DIEESE com a finalidade de captar suas variações ao longo do tempo e das diversas regiões do país. Correlacionar o valor do salário mínimo nominal com o valor da cesta básica fornece uma noção do real poder de compra da classe trabalhadora. No gráfico abaixo, pode-se perceber essa evolução:

Gráfico 36– Relação entre o valor do salário mínimo nominal x o valor da cesta básica (1995-2016)



Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas do IBGE e DIEESE.

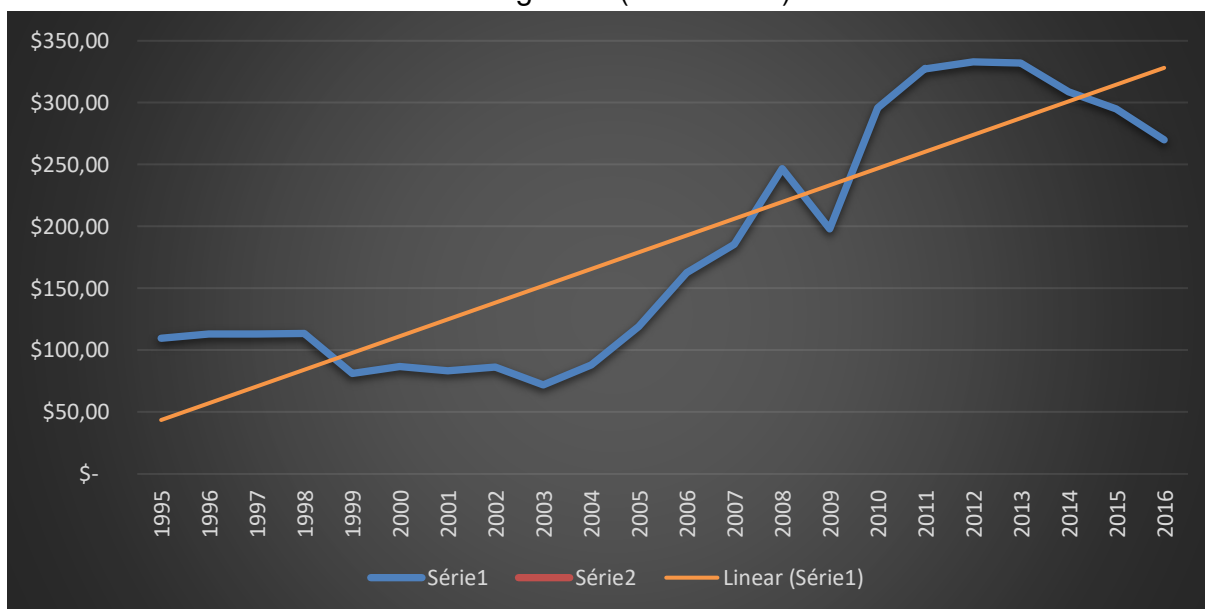
Constata-se como consequência natural uma gradual elevação dessa relação, e embora tenha-se certa irregularidade, de modo geral essa relação tem melhorado. Ao observar o ano inicial de 1995, o salário mínimo recebido por um trabalhador poderia comprar 1,27 cestas básicas. Essa relação como se pode imaginar é muito

desfavorável ao trabalho que mal consegue então prover a alimentação de sua família. Pressupondo assim que se o trabalhador comprasse a cesta básica, não teria dinheiro para outras necessidades, tais como: moradia, educação e saúde.

Já em 2016 essa relação avançou para 2,18 cestas básicas, o que permitiria em tese que o trabalhador pudesse comprar a cesta básica e ainda sobrar algum dinheiro para outras áreas necessárias da sua vida. Em termos absolutos, o acréscimo foi de 0,91 na cesta básica, sendo em termos percentuais uma evolução positiva de 42%, quase igual à da relação anterior. Além das ponderações feitas, registra-se que a linha de tendência dessa variável é positivamente inclinada, o que marca uma posição importante, visto que isso faz com que melhore a qualidade de vida das pessoas.

Por fim, chega-se ao último destaque que é a relação do salário mínimo nominal com sua cotação em dólar na data da sua vigência. No gráfico a seguir, tem-se sua dinâmica e comportamento:

Gráfico 37 – Relação entre o valor do salário mínimo nominal x cotação do dólar na sua vigência (1995-2016)



Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas do IBGE e DIEESE.

Nesse gráfico, pode-se aferir que existem dois períodos distintos: o primeiro de 1995 até 2003 em que o salário cotado em dólar diminuiu bastante, passando em seu ano inicial de U\$ 109,65 para U\$ 71,96 em 2003, uma redução absoluta de U\$ 37,69 e percentual de 34%. Já o segundo período que vai de 2003 a 2013 o salário cotado em dólar aumentou absurdamente, passando de U\$ 71,96 em 2003 para U\$ 332,19

em 2013, o que representa um acréscimo absoluto de U\$ 260,23 e percentual de 262% aumentando de fato o poder de compra dos trabalhadores.

Na comparação da série toda, a evolução também continua positiva, pois passa de U\$ 109,65 em 1995 para U\$ 270,02 em 2016, uma elevação absoluta de U\$ 160,37, e percentualmente de 146%. Pegando a média, teve-se um crescimento de aproximadamente 6,63% ao ano, o que novamente ratifica a evolução positiva da política de valorização real do salário mínimo.

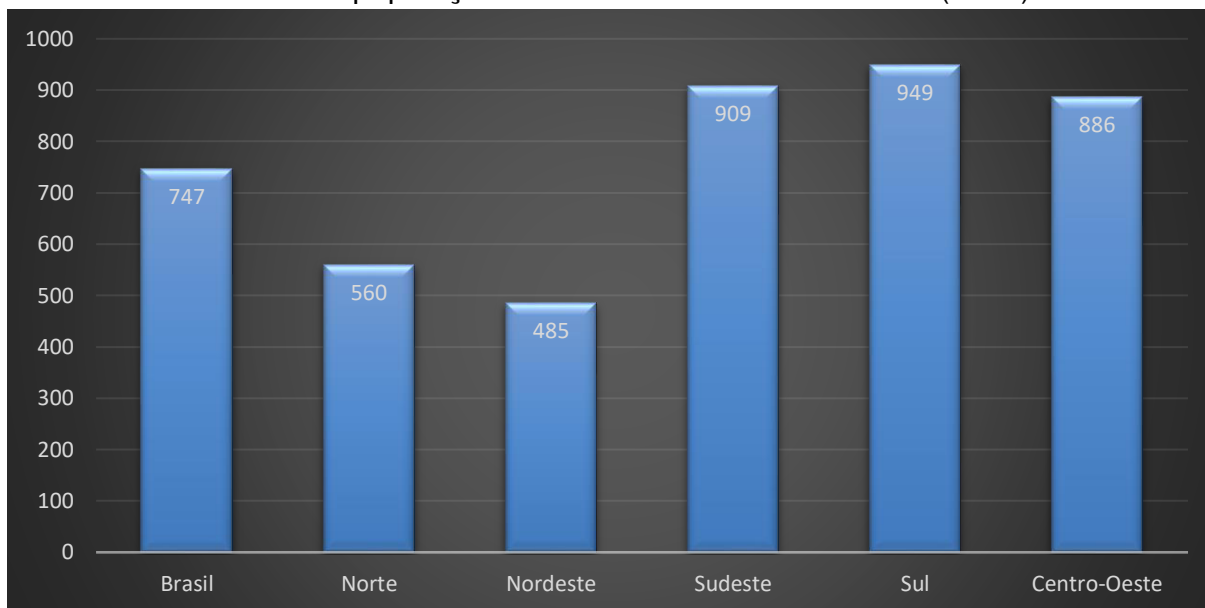
Deve-se ressaltar que, embora nos três últimos anos essa relação tenha sido negativa, sua linha de tendência permanece positivamente inclinada, o que aponta, caso tenha continuidade essa política de valorização, para um futuro melhor, com menos desigualdades e maior poder de compra. Sabendo que a relação cambial é uma relação de conversão de poder de compra perante as outras economias.

Feitas as considerações sobre a evolução do salário mínimo no Brasil, baseado exclusivamente na análise dos dados aferidos: não cabe aqui promover uma discussão sobre o assunto, pois a intenção de tratar do salário mínimo é apenas uma forma de balizar as análises sobre a renda, advindo do trabalho no Brasil e no Maranhão, contextualizado a análise.

Nesse sentido, se for considerada a renda média dos trabalhadores no Brasil, um grupo expressivo de 44,5 milhões de pessoas, que estavam no mercado formal e empregados no ano de 2016, é inferior a um salário mínimo. Essa informação no mínimo é reveladora, está disposta nos dados recentes revelados pela Pnad Contínua, divulgada pelo IBGE. Segundo este mesmo documento, o rendimento médio real mensal recebido por esses trabalhadores, classificado como os 50% com menores rendimentos, foi de R\$ 747 no ano de 2016, comparativamente, corresponde a apenas um terço da renda média de todos os ocupados, que foi estimada em R\$ 2.149 no ano de 2016.

Se a renda média dos 50% menores rendimentos não é boa no Brasil, mantendo-se abaixo do salário mínimo vigente, tem-se que registrar que entre os estados a disparidade ainda é muito grande; isso faz com que em determinadas regiões a renda média seja superior a brasileira e regiões que a renda média é muito inferior a brasileira, como se observar no gráfico abaixo:

Gráfico 38 – Rendimentos médio mensal de todos os trabalhadores, considerando os 50% da população com os menores rendimentos (2016)



Fonte: Elaboração própria, com base em informações obtidas do IBGE.

Do gráfico depreende-se que as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste estão acima da média nacional e também superior ao salário mínimo vigente em 2016; já nas regiões norte e nordeste acontece o inverso, a situação ainda é pior do que a do Brasil. Essa informação não é uma série histórica mais representa bem o comportamento do que vem acontecendo nas últimas décadas.

Tomando como base as informações elencadas, nota-se que o Maranhão, por estar inserido na região Nordeste, tende a não ter um bom resultado; nesse sentido, vale analisar a citação de Silva (2014):

A renda proveniente de rendimentos do trabalho dos maranhenses, que melhor representa a situação de independência das famílias, cresceu a taxa média anual de 4,46% (passando de R\$ 167,11, em 2000, para R\$ 258,51, em 2010), abaixo da taxa de crescimento médio da renda média dos domicílios per capita. Isto significa que o percentual de participação da renda do trabalho no total da renda diminuiu e as famílias estão mais dependentes de outras rendas. O Maranhão obteve a sexta maior taxa de crescimento do país, ficando atrás apenas do Tocantins (5,16% a.a.), Piauí (4,59% a.a.), Sergipe (4,58% a.a.), Paraíba (4,54% a.a.) e Rio Grande do Norte (4,53% a.a.). No entanto, mesmo crescendo a taxas razoáveis, a renda proveniente de rendimentos do trabalho dos maranhenses continua a menor do país.

Essa visão demonstra o enorme desafio que o estado do Maranhão tem em aumentar a renda média do trabalhador maranhense, que ainda persiste em se manter baixa, mesmo com um ritmo de crescimento superior como explicado. Dessa forma,

na tabela abaixo se tem, segundo os dados da Pnad de 2015, a distribuição dos domicílios que ganham até 1 (um) salário mínimo no Maranhão:

Tabela 11 - Arranjos domiciliares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar per capita, com indicação do coeficiente de variação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação (2015)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Arranjos domiciliares residentes em domicílios particulares							
	Total (1 000 domicílios)	CV (%)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar per capita (salário mínimo) (%)					
			Até 1/4		Mais de 1/4 até 1/2		Mais de 1/2 até 1	
			Percentual	CV (%)	Percentual	CV (%)	Percentual	CV (%)
Brasil	68 177	0,2	6,6	1,6	14,4	0,9	29,8	0,6
Nordeste	17 861	0,4	15,2	2,2	23,0	1,4	34,1	1,0
Maranhão	1 959	1,4	21,5	6,5	24,1	4,3	30,6	4,3
Piauí	958	1,8	16,6	6,8	22,7	5,3	33,3	3,8
Ceará	2 836	1,3	16,6	5,1	22,5	3,7	34,7	2,3
Rio Grande do Norte	1 089	1,5	12,5	8,2	21,7	5,4	33,1	4,1
Paraíba	1 259	1,7	13,6	7,7	22,1	6,1	33,6	3,9
Pernambuco	2 980	0,8	13,4	5,3	24,0	3,0	35,5	1,9
Alagoas	1 053	1,6	17,1	7,7	26,3	5,0	34,5	4,3
Sergipe	703	1,1	13,5	6,9	22,9	4,3	33,7	3,8
Bahia	5 023	0,7	13,5	5,0	22,2	2,7	34,8	1,8

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Constata-se dessa tabela que até 76,2% dos domicílios maranhenses têm rendimentos de até 1 salário mínimo, o que representa o impacto que este tem para as famílias e os trabalhadores maranhenses. Além disso, no Nordeste apenas o estado de Alagoas tem um percentual maior, o que demonstra o baixo nível de renda em que se encontra o estado do Maranhão.

Por fim, diante de tudo que foi apresentado, chega-se a um denominador: a evolução da renda tanto no Brasil quanto no estado do Maranhão teve uma dinâmica positiva, pois apresentou forte impacto da política de valorização do salário mínimo, e mesmo não sendo possível aferir de forma identificada o impacto na renda dos trabalhadores do PDF-MA, percebe-se que a renda destes certamente acompanhou

a tendência geral, até porque as empresas que fazem parte do programa são todas formalizadas, portanto, em sua grande maioria trabalha com empregos formais.

Além disso, 85% das empresas do programa são micro e pequenas empresas; com isso se deduz que a maior parte dos trabalhadores recebe o salário mínimo, fazendo com que a política de valorização reflita diretamente sobre os trabalhadores dessas empresas e assim escondendo o impacto que poderia advir da adoção do PDF-MA.

Dessa forma, conclui-se a parte quantitativa da tese, tendo caminhado no sentido de aferir, analisar e avaliar todos os impactos importantes que o PDF-MA trouxe para o estado do Maranhão. Sendo que, no próximo item, se buscará complementar essa visão exposta pelos números, dando uma avaliação qualitativa, através das entrevistas realizadas.

3.3 Capturando a visão dos sujeitos envolvidos: entrevistas semiestruturadas

Depois de capturar e avaliar a parte quantitativa do PDF-MA no item e subitens anteriores, busca-se nesse item uma abordagem qualitativa, visto que avaliar os impactos do PDF-MA possibilita mais riqueza cruzando os números com os diversos pontos de vista dos sujeitos envolvidos na política pública.

E para cumprir essa parte da tese, metodologicamente optou-se por utilizar entrevistas semiestruturadas, pois esta técnica de coleta de dados permite o aprofundamento das questões centrais. Mostrando mais do que os números revelam. No entanto, antes de partir para análise, deve-se explicar rapidamente o que é a técnica e como ela foi empregada no caso concreto do PDF-MA.

Vale esclarecer que, segundo Bauer e Gaskell (2004, p. 64), nas ciências sociais, principalmente na aplicação empírica, a entrevista qualitativa é uma metodologia de coleta de dados amplamente empregada. E como escreveu Robert Farr (1982), “essencialmente uma técnica, ou método, para estabelecer ou descobrir que existem perspectivas, ou pontos de vista sobre os fatos, além daqueles da pessoa que inicia a entrevista”.

Seguindo ainda os ensinamentos de Bauer e Gaskell (2004, p. 65):

O emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceptuais e abstratos, muitas vezes em relação

a outras observações. A entrevista qualitativa, pois, fornece dados básicos para o desenvolvimento e compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação.

Por essa explanação, entende-se que a entrevista é uma técnica voltada para compreensão de uma determinada realidade, em que a relação entre os sujeitos é primordial, como no caso em tela do PDF-MA, porque os sujeitos têm interesses e racionalidades diversas, expondo assim um olhar único sobre as perspectivas de atuação do programa. Por isso, Bauer e Gaskell (2004, p. 65) ensinam que “a compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados é a condição *sine qua non* da entrevista qualitativa.”

Nesse sentido, pode-se dizer que, além dos objetivos amplos elencados, através de um arcabouço conceitual, a entrevista qualitativa tem uma importante função de combinar métodos. Por exemplo, análises provindas da entrevista qualitativa podem melhorar a qualidade do delineamento de um levantamento e de sua interpretação.

Nas palavras de Bauer e Gaskell (2004, p. 66), pode-se aprender o seguinte ensinamento:

A versatilidade e o valor da entrevista qualitativa são evidenciados no seu emprego abrangente em muitas disciplinas sociais científicas e na pesquisa social comercial, nas áreas de pesquisa de audiência da mídia, relações públicas, marketing e publicidade.

Não obstante a importância da entrevista qualitativa na pesquisa científica, para que essa possa se efetivar, deve-se partir para a preparação e o planejamento, com a finalidade de implementá-la. Essa parte precisa ser detalhada, para que se possa compreender como foram determinadas as decisões que permearam a pesquisa.

Primordialmente, tem-se que pensar em alguns aspectos centrais da entrevista individual semiestruturada e, de acordo com a escolha do referencial da teoria fundamentada, surgem duas questões centrais que devem ser consideradas, antes que qualquer forma de entrevista ocorra: o que perguntar (a especificação do tópico guia) e a quem perguntar (Como selecionar os entrevistados).

Dessas questões centrais, elencam-se brevemente alguns passos na pesquisa qualitativa; no entanto, vale colocar que na pesquisa concreta estes passos não estão em uma sequência linear, até porque a história não é linear. O processo de pesquisa é circular e reflexivo. Por exemplo, depois de algumas entrevistas, tanto o tópico guia

quanto a seleção dos entrevistados podem mudar, ou não, como foi o caso da pesquisa perante o PDF-MA. Do mesmo modo, a análise é parte do contínuo processo de pesquisa.

Para fins de sistematizar, Bauer e Gaskell (2004, p. 67) sugerem o seguinte roteiro que pode ser tomado como referência:

1. Preparar o tópico guia
2. Selecionar o método de entrevista: Individual, grupal ou uma combinação dos dois.
3. Delinear uma estratégia para seleção dos entrevistados.
4. Realizar as entrevistas
5. Transcrever as entrevistas
6. Analisar o *corpus* do texto.

Tratando primeiramente sobre o tópico guia, para Bauer e Gaskell (2004, p. 66), esta é uma questão importante e por isso os autores preceituam o seguinte:

O tópico guia é parte vital do processo de pesquisa e necessita atenção detalhada. Por detrás de uma conversação aparentemente natural e quase casual encontrada na entrevista bem-sucedida está um entrevistador muito bem preparado. Se forem feitas perguntas inadequadas, então não apenas foi desperdiçado o tempo do entrevistado, mas também o do entrevistador. O tópico guia em essência é planejado para dar conta dos fins e objetivos da pesquisa.

Na tese em curso, o tópico guia foi planejado conforme o anexo I, que basicamente contém 4 eixos, que visam captar os objetivos do estudo, são eles: Item 1 - Identificar o contexto em que o PDF-MA se desenvolve; Item 2 - Identificar os verdadeiros objetivos do programa; Item 3 - Identificar os impactos gerados pelo programa; Item 4 - Identificar os quesitos do Desenvolvimento Sustentável.

Desses itens foram elaboradas 68 questões, que serviram de guia para conduzir as entrevistas. As questões não foram todas realizadas, mas serviram para nortear a conversa, ajudando a explorar a visão de cada um dos sujeitos envolvidos no PDF-MA. Sendo assim, o foco central na preparação foi conduzir a entrevista de forma que fosse aprofundada a visão de cada um sobre o PDF-MA, buscando fatos que fossem além do que revelou a pesquisa quantitativa, aprofundando em assuntos que não poderiam ser tratados de outra forma.

Vale ressaltar que as questões levantadas e abordadas se dividiram entre os 5 grupos de sujeitos elencados no caso do PDF-MA, fazendo com que dependa da

classificação do sujeito (dando ênfase em determinado aspecto daquele grupo), direcionando de forma positiva as entrevistas, para que se pudesse extrair o máximo de informações de cada entrevistado.

Na sequência do roteiro, a seleção do método de entrevista foi baseada no tipo de avaliação pretendida. Para tal escolheu-se a entrevista individual semiestruturada que consistia em um tipo de entrevista mais espontânea do que a entrevista estruturada, sendo que, neste tipo de entrevista, o entrevistador tem um conjunto de questões predefinidas, mas mantém a liberdade para colocar outras questões cujo interesse surja no decorrer da entrevista.

Destaca-se ainda que as questões pré-formuladas servem de norteador para todo o processo da entrevista. No entanto, não se coloca de forma rígida a maneira como irá transcorrer a entrevista; por isso, na medida em que as questões não são postas de forma determinada, seguindo rigidamente uma ordem, e nem exatamente da mesma forma, com que foram inicialmente definidas, tem-se certa liberdade.

Embora tenha-se mais liberdade nessa técnica, para realizar as entrevistas no campo empírico do PDF-MA, utilizaram-se as sábias orientações de Bauer e Gaskell (2004, p. 66):

A entrevista individual ou de profundidade é uma conversação que dura normalmente entre uma hora e uma hora e meia. Antes da entrevista, o pesquisador terá preparado um tópico guia, cobrindo os temas centrais e os problemas de pesquisa. A entrevista começa com alguns comentários introdutórios sobre a pesquisa, uma palavra de agradecimento ao entrevistado por ter concordado em falar e um pedido para gravar a sessão. O entrevistador deve ser aberto e descontraído com respeito à gravação que pode ser justificada como uma ajuda à memória ou um registro útil da conversação para uma análise posterior. Isto permite ao entrevistador concentrar-se no que é dito em vez de ficar fazendo anotações. Para fazer com que a entrevista deslanche, é útil começar com algumas perguntas bem simples, interessantes e que não assustem. O entrevistador deve estar atento e interessado naquilo que o entrevistado diz: devem ser dados encorajamentos através de contato com o olhar, balançando a cabeça e outros esforços. Introduza o tema de uma conversação pinçando um ponto e perguntando por mais alguns detalhes. Alguns entrevistados precisam de algum tempo para se descontraírem, mas isso é normal. À medida que a entrevista avança o entrevistador necessita ter as perguntas na memória, conferindo ocasionalmente o tópico guia, mas o foco da atenção deve estar na escuta e entendimento do que está sendo dito. É importante dar ao entrevistado tempo para pensar.

Depois de seguir as orientações e realizar a pesquisa de campo, deve-se fazer o adendo de que a utilização da técnica tem suas vantagens e desvantagens. Com a intenção de esclarecer, como vantagens têm-se: é flexível, possibilitando que sejam

exploradas outras questões que surjam no decorrer da entrevista; mesmo quando saem um pouco do “guia” do entrevistador e permitem criar uma maior diferenciação entre candidatos. A direção seguida pela entrevista irá depender, em grande parte, do retorno destes sujeitos, ou seja, como estes sujeitos irão reagir durante o processo da entrevista. Como desvantagens têm-se: esta forma de entrevista exige grande agilidade por parte do entrevistador, sendo mais aconselhada para pesquisadores mais experientes.

Depois de escolher a técnica utilizada na entrevista, passou-se para a escolha de uma estratégia para seleção dos entrevistados. Nesse sentido, utiliza-se a visão de Bauer e Gaskell (2004, p. 66):

O termo “seleção” é empregado explicitamente em vez de “amostragem”. Isto porque a amostragem carrega, inevitavelmente, conotações dos levantamentos e pesquisas de opinião onde, a partir de uma amostra estatística sistemática da população, os resultados podem ser generalizados dentro de limites específicos de confiabilidade. Na pesquisa qualitativa, a seleção dos entrevistados não pode seguir os procedimentos da pesquisa quantitativa por um bom número de razões.

É necessário esclarecer que o objetivo real da pesquisa qualitativa, mais especificamente da entrevista individual semiestruturada, não é contar opiniões ou pessoas, mas explorar o campo de opiniões, e os diferentes posicionamentos e representações sobre o tema em voga.

Em um caso concreto como o PDF-MA, o que interessa é descobrir a diversidade de pontos de vista no tema em baila; portanto, quer se saber especificamente o que fundamenta e justifica os diferentes pontos de vista. A fim de se ter segurança de que toda a gama de pontos de vista foi explorada, nem sempre se necessitará entrevistar todos os sujeitos envolvidos. Nem todos têm os mesmos pontos de vista; no entanto, acontece naturalmente que existe um número relativamente limitado de pontos de vista, ou posições, sobre um tópico dentro de uma temática como o PDF-MA.

Baseado nas explicações explanadas, percebe-se que, sejam quais forem os critérios de definição para seleção dos entrevistados, tem-se em vista que o objetivo é de maximizar ou potencializar oportunidades, principalmente de compreender as diversas lógicas dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, Bauer e Gaskell (2004, p. 68) dizem que se deve “empregar grupos “naturais”, em vez de grupos estatísticos, ou taxonômicos”. Ainda nos ensinamentos dos autores, estes fazem entender que:

Uma vez mais o pesquisador terá de tomar algumas decisões entre os benefícios de se pesquisar determinados segmentos e os custos de ignorar outros. Para tais escolhas, é indispensável uma imaginação social científica, não existem respostas corretas. [...] Em síntese, o objetivo da pesquisa qualitativa é apresentar uma amostra do espectro dos pontos de vista. Diferentemente da amostra do levantamento, onde a amostra probabilística pode ser aplicada na maioria dos casos, não existe um método para selecionar os entrevistados das investigações qualitativas. Aqui, devido ao fato de o número de entrevistados ser necessariamente pequeno, o pesquisador deve usar sua imaginação social científica para montar a seleção dos respondentes. Embora características sociodemográficas padrão possam ser relevantes, e certamente o são para questões políticas e de consumo, seria mais eficiente e produtivo pensar em termos de ambientes sociais relevantes para outros tópicos em questão (BAUER; GASKELL, 2004, p. 71).

Entende-se, portanto, que, sejam quais forem os critérios para a seleção dos entrevistados, os procedimentos e as escolhas devem ser detalhados e justificados no estudo. No caso específico da tese, teve-se como critério a diversidade de sujeitos envolvidos no PDF-MA, dividindo nos seguintes grupos: Coordenação, Mantenedores, Fornecedores, Entidades de Classe e Estado.

A seleção respeitou os sujeitos elencados pelos próprios formuladores, pois, quando se trata da formulação e implementação no primeiro capítulo, estabelecem-se os sujeitos atuantes no PDF-MA, lembrando, portanto, que essa seleção não foi aleatória. A justificativa para a escolha foi a proximidade que cada um dos sujeitos tem com o PDF-MA, seu nível de envolvimento, entendendo quanto cada um poderia contribuir para novos olhares.

Tão importante quanto entender a seleção e realizá-la, é responder algumas dúvidas tais como: Quantas entrevistas são necessárias? Para Bauer e Gaskell (2004, p. 66), deve-se ver pelo seguinte prisma:

Sob muitos aspectos, esta questão provoca a resposta, “que comprimento tem uma corda?”, e na realidade, a resposta é: “depende”. Depende da natureza do tópico, do número dos diferentes ambientes que forem considerados relevantes e, é claro, dos recursos disponíveis. Contudo, há algumas considerações gerais que guiam a decisão. Um ponto-chave que se deve ter em mente é que, permanecendo todas as coisas iguais, mais entrevistas não melhoram necessariamente a qualidade, ou levam a uma compreensão mais detalhada. Há duas razões para esta afirmação. Primeiro, há um número limitado de interpelações, ou versões, da realidade. Embora as experiências possam parecer únicas ao indivíduo, as representações de tais experiências surgem das mentes individuais; em alguma medida, elas são o resultado de processos sociais. Neste ponto, representações de um tema de interesse comum, ou de pessoas em um meio social específico são, em parte, compartilhadas. Isto pode ser visto em uma série de entrevistas. As primeiras são cheias de surpresas. As diferenças entre as narrativas são chocantes e, às vezes, ficamos imaginando se há ali algumas semelhanças.

Contudo, temas comuns começam a aparecer, e progressivamente sente-se uma confiança crescente na compreensão emergente do fenômeno. A certa altura, o pesquisador se dá conta que não aparecerão novas surpresas ou percepções. Neste ponto de saturação do sentido, o pesquisador pode deixar seu tópico guia para conferir sua compreensão, e se a avaliação do fenômeno é corroborada, é um sinal de que é tempo de parar.

Na tese, inicialmente elencaram-se 13 entrevistas, com os diversos sujeitos do PDF-MA, selecionando os indivíduos mais significativos dentre os diversos que têm contato com o programa, com a intenção explícita de privilegiar a qualidade e aprofundamento das questões postas. Nesse sentido, realizadas as entrevistas, percebeu-se acertadas as escolhas, mesmo que não tenham sido realizadas todas as entrevistas programadas inicialmente.

Esse fato, de realizar parte das entrevistas inicialmente elencadas, deveu-se ao que explicam Bauer e Gaskell (2004, p. 68):

Em segundo lugar, há a questão do tamanho do corpus a ser analisado. A transcrição de uma entrevista pode ter até 15 páginas; com 20 entrevistas haverá então umas 300 páginas no corpus. A fim de analisar um corpus de textos extraídos das entrevistas e ir além da seleção superficial de um número de citações ilustrativas, é essencial quase que viver e sonhar as entrevistas, ser capaz de relembrar cada ambiente entrevistado, e os temas chave de cada entrevista. Há uma perda de informação no relatório escrito, e o entrevistador deve ser capaz de trazer à memória o tom emocional do entrevistado e lembrar porque eles fizeram uma pergunta específica. Falar ou comentários que numa primeira escuta pareciam sem sentido podem, repentinamente, entrarem cena à medida que as contribuições de diferentes entrevistados são comparadas e contrastadas.

Então, analisando as entrevistas realizadas que totalizaram 10, com transcrição em aproximadamente 240 páginas, e um olhar minucioso sobre os diversos diálogos, leva-se em conta o que Bauer e Gaskell (2004, p. 68) dizem:

Devido a estas duas razões, há um limite máximo ao número de entrevista que é necessário fazer, e possível de analisar. Para cada pesquisador, este limite é algo entre 10 e 25 entrevistas individuais, e ao redor de 6 a 8 discussões em grupos focais. É claro que a pesquisa pode ser dividida em fases: um primeiro conjunto de entrevistas, seguido por análise, e depois um segundo conjunto. Ou poderá haver uma combinação de entrevistas individuais e grupais. Em tais situações, seria desejável fazer um número maior de entrevistas e analisar os diferentes componentes do corpus separadamente, juntando-os em um estágio posterior.

No caso concreto da tese, na coleta de dados realizada, encontra-se no quadro abaixo a relação de contatos feitos e entrevistas realizadas, com os diversos sujeitos,

descritos, quanto ao vínculo, nome, contato, data da entrevista e se foi de fato realizada⁴⁹.

Quadro 3 – Entrevistas Semiestruturadas realizadas (2017)

Coleta de dados Qualitativa (Entrevistas)					
Numero	Vinculo	Nome	Contato	Marcado	Realizado
1	Coordenação	Carlos Jorge	Sim	05/12/2017 às 08:30h	Sim
2	Estado	Paulo Carmo	Sim	07/11/2017 às 09:00h	Sim
3	Mantenedoras	Marcus Cardoso	Sim	28/11/2017 às 15:30h	Sim
4	Mantenedoras	Carlos Afonso	Sim	08/08/2017 às 15:00h	Sim
5	Mantenedoras	Dorgival Pereira	Sim	20/11/2017 às 16:00h	Sim
6	Fornecedoras	Andressa Abrantes	Sim	05/12/2017 às 08:30h	Sim
7	Fornecedoras	Camila Campos	Sim	09/08/2017 às 09:00h	Sim
8	Fornecedoras	Claudia Galgani	Sim	17/08/2017 às 09:00h	Sim
9	Entidades de Classe	Fabrizio Duailibe	Sim	08/11/2017 às 17:00h	Sim
10	Entidades de Classe	Fernando Duailibe	Sim	04/08/2017 às 11:00h	Sim

Fonte: Elaboração própria

Depois de ter explicado sobre a preparação do tópico guia, de como foi selecionado o método de entrevista, de como foi delineada a estratégia para seleção dos entrevistados e além da realização das entrevistas, deve-se, por fim, demonstrar como ocorreu a análise do corpus do texto.

Nesse sentido, Bauer e Gaskell (2004, p. 70) explicam que, para compreender a sistemática da análise, deve-se observar o seguinte:

O objetivo amplo da análise é procurar sentido e compreensão. O que é realmente falado constituiu-se como dados, mas a análise deve ir além da aceitação deste valor aparente. A procura é por temas com conteúdo comum e pelas funções destes temas. Algumas perspectivas teóricas falam de representações centrais e periféricas, sendo as primeiras aquelas que estão disseminadas dentro de um meio social

Portanto, a sistematização realizada nas entrevistas com os sujeitos participantes do PDF-MA visou não só aferir o que foi falado. Mas, teve-se a intenção de interpretar, procurando a temática central, para que essas visões de certa forma

⁴⁹ O número de entrevistas tem relação com o fato de após a análise, teve-se a clareza de que os pontos de vistas explorados tinham sido contemplados e que novas entrevistas iriam acrescentar pouco ou nada as visões já postas. Além disso, considerando o tempo e os recursos disponíveis, as entrevistas realizadas foram em um bom número, e não se realizaram as outras 3 entrevistas previamente elencadas no início por indisponibilidade dos participantes, por diversas razões, que não necessitam ser aqui explicitadas.

façam sentido, complementando assim o resultado da avaliação quantitativa realizada anteriormente.

Em um sentido pragmático, adotaram-se para análise dos dados as recomendações de Bauer e Gaskell (2004, p. 70):

Em termos práticos, a análise e interpretação exigem tempo e esforço e não existe aqui um método que seja o melhor. Na essência, elas implicam na imersão do próprio pesquisador no corpus do texto. No processo de ler e reler, as técnicas tradicionais empregadas, em geral com um lápis ou outros recursos simples (canetas que realcem o texto), incluem: marcar e realçar, acrescentando notas e comentários ao texto, cortar e colar, identificação da concordância no contexto de certas palavras, formas ou representação gráfica dos assuntos, ficha de anotações ou fichários de notas, e finalmente análise temática. Ao ler as transcrições, são relembrados aspectos da entrevista que vão além das palavras e o pesquisador quase que revive a entrevista. Esta é uma parte essencial do processo e é por isso que é muito difícil analisar entrevistas feitas por outras pessoas. A análise não é um processo puramente mecânico. Ela depende de instituições criativas, que podem muito bem ocorrer quando o pesquisador está falando com um amigo ou colega, ou naqueles momentos de reflexão ao dirigir, caminhar ou tomando um banho.

Por isso, à medida que a análise foi sendo realizada e se deu seu processamento, foi necessário retornar diversas vezes às transcrições feitas, ou seja, ao material bruto, até mesmo fazendo uso das próprias gravações, para que se pudesse observar como determinadas questões tinham sido abordadas e tratadas.

Nesse sentido, Bauer e Gaskell (2004, p. 70) mostram que, algumas vezes, um único comentário assume repentinamente um significado importante e irá sugerir um novo modo de olhar para as entrevistas; no entanto, outras vezes, os dados podem reforçar a análise que está sendo feita. Por isso, é vital garantir que toda interpretação esteja enraizada nas próprias entrevistas, de tal modo que, quando a análise é feita, o *corpus* é utilizado para justificar as conclusões.

Explicado o método, que se faz essencial, debruça-se, neste instante, sobre as análises propriamente ditas, separando as diversas visões dos sujeitos, pelos quatro eixos explanados anteriormente:

a) Item 1 - Identificar o contexto em que o PDF-MA se desenvolve

Neste item, busca-se entender o contexto em que o PDF-MA se desenvolve na visão dos diversos sujeitos; para isso, utiliza-se uma sequência de falas e análises,

que juntas encadeiam um significado, que trará uma visão única de como se estabeleceram as bases do PDF-MA.

Para Fernando Duailibe, vice-presidente de assuntos econômicos da Associação Comercial do Maranhão (ACM-MA) e ex-secretário da Secretaria de Indústria e Comércio do Maranhão (SEINC-MA), quando se pensa sobre a política de atração de grandes investimentos para o Maranhão, tem-se a seguinte concepção:

Como é que nós temos que pensar esses grandes investimentos no Estado? Eu vejo da seguinte forma: Eles são necessários, são parte da gente ter as nossas vocações econômicas direcionadas. O que significa isso? O que seria São Luís se não tivesse o Porto do Itaqui, junto com um complexo da Vale para exportação? O que seria São Luís sem a Alumar? Então nós conseguimos pegar algumas cadeias que eram mais vinculadas ao Estado do Pará e fazer com que elas fizessem geração de emprego e renda no Maranhão. A vinda da Suzano para região sul do Maranhão, para Imperatriz, necessariamente, deu uma nova vida à economia da região. A mesma coisa o polo de produção de soja para região de Balsas. Então, os grandes empreendimentos são os maiores encadeadores de negócios, eles geram uma perspectiva de novos negócios em vários níveis numa velocidade que a gente não consegue se fazer apenas utilizando o apoio à micro e pequenas empresas. Então eu costumo dizer muito: sempre que a gente pensa em economia, em desenvolvimento econômico a gente tem que fazer uma grade em que a área pública não pode se descuidar de cada um dos quadradinhos dessa grade. É uma grade que tem como coluna o tamanho e porte dos negócios e tem como linha horizontal a questão dos setores primário, secundário, terciário e quarto setor. Então, se eu não tiver ação efetiva em nenhum desses eu vou ter uma quebra do encadeamento produtivo e um problema de geração de desenvolvimento econômico. (Fernando Duailibe, 2017)

Por essa declaração, entende-se que os grandes investimentos contribuem de forma significativa para evolução econômica do estado do Maranhão e influenciam de forma direta seu desenvolvimento, já que podem influenciar na questão da geração de emprego e renda.

Essa narrativa é confirmada por Carlos Afonso, que é Gerente de Desenvolvimento de Fornecedores e Serviços Compartilhados da CEMAR e representante da mantenedora no conselho gestor do PDF-MA, que assim define a visão que as grandes empresas têm sobre a questão do desenvolvimento para o estado do Maranhão:

Olha, a gente enxerga que a gente tem um grande papel nesse desenvolvimento, até porque a gente faz uma quantidade de investimentos relativamente alto, a gente emprega uma quantidade de mão de obra também bem significativa. Então, com isso, a gente consegue injetar dinheiro na economia fazer investimentos que ajudam o Estado a crescer e a se desenvolver, então a gente considera que o nosso papel é muito importante para o desenvolvimento do nosso Estado. (Carlos Afonso, 2017)

Relacionar investimentos a desenvolvimento econômico faz sentido; entretanto, tal relação só ocorre se houver estratégias para aproveitar da melhor forma possível estes investimentos, pois potencializá-los pode gerar efeitos multiplicadores e trazer consequências positivas. No entanto, não é possível automatizar essas afirmações, visto que uma série de variáveis que podem influenciar no resultado.

Justamente isso que explica Fabrizio Duailibe, vice-presidente da ACM-MA e gestor da empresa Lençóis Maranhenses, empresa fornecedora, cadastrada no PDF-MA; ele entende também serem benéficos os grandes investimentos, mas enumera alguns “gargalos”, como se pode perceber abaixo:

É, eu acho que atração de grandes investimentos é sempre boa, desde que haja um ambiente que possa permitir que isso reflita na sociedade, reflita de maneira de adensamento, adensando cadeias até chegar à sociedade. **Eu acho que quando ela é colocada por si só como um vetor de desenvolvimento, vamos colocar isso aqui, vamos colocar esse investimento e pronto, deixa. Só isso não vai garantir nada mais do que garante hoje, que é o que? Emprego.** Vai garantir emprego, vai garantir pessoas bem qualificadas, sim, mas quando tiver uma dificuldade onde é que foram parar essas pessoas bem qualificadas? Não puderam ser aproveitadas em São Luís. Por quê? **Porque um grande investimento, por si só, tratado como um vetor de desenvolvimento sozinho, sem uma infraestrutura de cidade para suportar, para aproveitá-lo bem, uma infraestrutura de governo, de educação, de transformar isso em empreendedorismo, para adensamento das cadeias, para utilizar a matéria prima dele, adensar cadeias e construir outras coisas, para gente ser um grande mercado também consumidor dessa matéria prima.** Quando você não tem isso você acaba não conseguindo fazer esse ambiente crescer igual esse vetor foi trazido, esse grande investimento, e aí acontece isso, você vê pessoas que tiveram que ir embora, muita gente foi embora, alguns tentaram empreender aqui mesmo, porque já tinham criado raízes aqui, constituído família, mas a maioria realmente foi embora, ou ficou com trabalhos menores, ou como eu digo também acabou criando, aparecendo uma grande quantidade de empresas de consultoria, porque são muitas pessoas bem qualificadas mas que não tem costume de empreender ainda, realmente eles nunca foram administradores, nunca encararam o mercado, eles são muito especialistas na sua área. Então para eles o perfil é mais compatível com consultoria, mas mesmo isso já está saturado, tem muita empresa de consultoria para pouco cliente que aceita consultoria, porque você vê um gap em relação a isso. Poxa, isso aí não é difícil de fazer. Isso aí a gente vê muito no Ceará sendo feito, vai um grande investimento para lá, o Ceará prepara antes a infraestrutura, não só para aquele grande investimento, usar bem o Estado, se desenvolver bem, mas também uma infraestrutura que possa explorar aquele grande investimento. **Como é que aquele cara, como é que aquela tecnologia toda pode ser trocada com os institutos de tecnologia, com o SENAI, com as universidades, com escolas inclusive.** Mas para isso, para ter essa troca precisa ter uma organização muito boa da parte educacional, um foco muito bom na parte educacional para que aconteça de fato essa interação entre esse grande investimento, aconteceu isso, transferiu tecnologia, transferiu conhecimento, começa a se gerar produções de matéria prima daquilo e transformando nisso. Daqui a pouco uma produção que pega aquilo que foi transformado e transforma em outro item. Daqui a pouco se colhe em outro estado o que é feito lá com essa mesma matéria prima e também se trabalha isso. (Fabrizio Duailibe, 2017)

Dessa forma, entende-se que são necessárias outras ações complementares à política de atração de grandes investimentos, para que tais iniciativas possam reverberar na sociedade como um todo. É por esse caminho que surge o PDF-MA como foi explicado inicialmente, na lacuna existente entre os grandes investimentos e as empresas locais.

Diante da lacuna explanada, Dorgival Pereira, Relações Institucionais da Vale e representante da mantenedora no conselho gestor do PDF-MA, explica a visão do programa sobre desenvolvimento:

O desenvolvimento está exatamente na linha de criar condições para as empresas locais gerirem contratos e que estas empresas tivessem também condição de gerenciamento do seu próprio negócio. Porque o crescimento ele pode ser momentâneo, eu trago uma empresa de fora, ela participa do *pull*, tipo uma construção, então naquele momento ela cresce. Por isso, na fase de implantação acontece o crescimento, mas ele depois decresce em função do negócio não continuar. Então se você desenvolve as empresas locais, elas vão fazer negócios aqui na região, gerar emprego, crescimento de outros negócios e do próprio Estado, isso vai ser sustentável, isso é permanente. (Dorgival Pereira, 2017)

Sendo assim, ganha corpo a ideia de trocar fornecedores de outros estados por fornecedores locais, o que em tese pode beneficiar a todos criando uma corrente positiva, como argumenta Carlos Afonso:

Exatamente para procurar desenvolver o fornecedor local, porque a gente acredita que as grandes empresas do estado também têm o papel socioeconômico de desenvolver localmente, até porque a gente está inserida no Estado, a gente precisa fazer com que as empresas que estão naquela região, naquela cidade, no nosso Estado trabalhem para as grandes empresas, porque não faz sentido tudo que a gente precisa trazer de fora, só vai aprofundar as diferenças sociais que tem no nosso estado. No caso é uma estratégia de integração das cadeias produtivas? É, a gente pode dizer que é de integração, mas eu acho que é mais de desenvolver junto, crescer junto com o Estado, porque não adianta a gente crescer, a gente produzir muito, fazer muita coisa interessante e a gente ter um estado pobre, não faz sentido. (Carlos Afonso, 2017)

Esse novo olhar traz perspectivas, principalmente de inserção das empresas maranhenses na cadeia produtiva das grandes mantenedoras; o que pode potencializar como foi dito os efeitos dos investimentos. Para isso a implementação do PDF-MA tem que ser realizada com sucesso; não basta nesse sentido apenas o discurso, tem-se que verificar na prática como anda essa política pública.

Não obstante aos resultados explorados na parte quantitativa da pesquisa, não é apenas as mantenedoras e as entidades de classe que têm a narrativa de que os grandes investimentos trazem benefícios, essa percepção também é assimilada pelos fornecedores locais, como enfatiza Camila Campos, gestora da empresa Restrô Vida Saudável, pequena empresa fornecedora cadastrada ao PDF-MA, que, quando indagada sobre sua visão para o desenvolvimento do estado e o que achava desses grandes investimentos e se a política do governo de atrair grandes empreendimentos trazia benefícios para as empresas maranhenses? Respondeu:

Eu acho necessário, é uma forma até de a gente conseguir otimizar, modernizar e atualizar as nossas empresas a partir do momento que chegam empresas novas, com novos modelos de gestão, com uma tecnologia um pouco mais avançada, eu acho que isso desperta um pouco de nós empresários, que a gente já está no ritmo, né? E aí a concorrência te faz melhor e principalmente assim empresas que possam gerar renda, porque o meu negócio eu dependo de ter pessoas que tenham renda para poder consumir o meu produto. Então, o que eu observo é que à medida que aumentam os números de desempregados eu faturado menos. Então, eu acho essencial. Então, tu achas que as grandes empresas podem trazer a questão do desenvolvimento? Com certeza. (Camila Campos, 2017)

Observa-se a concepção de um círculo virtuoso, que pode ter início com a chegada dos grandes investimentos, se faz presente, capaz de trazer melhorias, seja pelo fato de trazer renda e fortalecer o mercado interno, quanto ao próprio estímulo ao desenvolvimento de inovação. Além disso, as grandes empresas, mantenedoras, podem estimular outras empresas com aquisições indiretas, como ressalta Claudia Galgani, gestora da empresa Prima Comércio e Representação de Móveis Ltda – ME (representante da Alberflex no Maranhão):

Como é que vocês olham essa questão dos grandes investimentos? Vocês veem que isso é uma coisa boa, que ajuda a melhorar os negócios ou não? Ajuda, ajuda muito, mais pelas empresas que vem para trabalhar nesses grandes investimentos que eles colocam, eles vêm e colocam os escritórios regionais, né? Tive alguns que eu mobiliei com relação à que veio para trabalhar para aquelas empresas grandes. (Claudia Galgani, 2017)

Nesse contexto, é acertado dizer que o ambiente era propício para emergir e desenvolver o PDF-MA, pois, seja de forma secundária ou direta, faziam-se necessárias políticas que pudessem, como explicado, potencializar os grandes investimentos, fazendo com que não ocorra apenas o crescimento econômico, mas principalmente o desenvolvimento sustentável.

No entanto, não basta o contexto ser favorável, precisa-se de ação efetiva, passível de demonstração através de dados, para se ter no PDF-MA além de uma boa ideia e de um belo discurso. Nesse sentido, os itens que se seguem tentam trazer qual a visão dos sujeitos sobre objetivos, impactos e desenvolvimento sustentável.

b) Item 2 - Identificar os verdadeiros objetivos do programa

Depois de entender o contexto em que o programa se desenvolve, parte-se para identificar e compreender os verdadeiros objetivos do PDF-MA, que, embora estejam explícitos no livro de Freitas (2009), devem ser vistos com a perspectiva de quem constrói de fato o programa, para que na sequência seja possível averiguar seus impactos e a questão do desenvolvimento sustentável.

Partindo dessa premissa, perguntou-se diretamente aos entrevistados, tratando-se especificamente do PDF-MA: na sua visão, qual é o problema ou a questão central que o PDF pretende solucionar? Dessa indagação surgiram diversas respostas que serão salientadas a seguir: A primeira vem das palavras de Fernando Duailibe, que sabiamente nos traz a seguinte reflexão:

Bom, o problema maior é o seguinte: na implantação de grandes empreendimentos, o nível de qualidade das empresas que vão prestar serviços ou vender produtos para eles tem que ser de alto padrão. Então, nós estamos numa cidade em que não havia nenhuma empresa voltada a produzir algo para o mercado, digamos, de refinaria que está vindo agora e quando surge um novo empreendimento, as empresas de fora que já estão instaladas em plantas onde existem refinarias próximas já possuem o *know how* para atender aquele tipo de cliente. Então o PDF-MA entra exatamente nesse momento, dando maior qualificação, capacitação para as empresas locais em relação a esses grandes *players* que estão entrando no mercado. Então, a finalidade do PDF-MA que tem que ser feita, que tem que ser mantida é dar saltos de qualidade nas empresas maranhenses que já estão no mercado para que elas possam ter o nível de competência para poder trabalhar para um grande *player* desses. É claro que ele por si só não resolve o problema e um grande problema que eu vejo do PDF-MA é isso, eu coloco várias vezes é que o número de grandes *players* que entram é restrito, é pequeno e às vezes o PDF-MA prepara uma empresa só para um determinado cliente e esquece que ele não tem que ficar preparado só para um cliente só, ele tem que estar preparado para o mercado. (Fernando Duailibe, 2017)

Nessa fala, percebe-se que o objetivo do programa é antes de qualquer coisa trabalhar o fornecedor local, para que ele possa se tornar uma empresa mais organizada, com melhores processos, custo compatível e com expertise suficiente

para atender as grandes mantenedoras; o que concorda com a posição do idealizador do PDF-MA Durval Vieira de Freitas (2009).

No entanto, começa a se expor uma possível fragilidade, que foi indagada posteriormente, com a seguinte pergunta ao Fernando Duailibe: se a participação do cliente for muito importante, em momento de crise a empresa fornecedora pode ter problema? E em sua resposta ele esclarece:

Exatamente, é nisso que eu ia chegar. Quando você é dependente de um único cliente você tem um grau altíssimo de risco no teu negócio e isso aconteceu muito no Maranhão, muitas empresas se apoiaram praticamente em um grande *player* desse, quando teve um problema de contrato com um grande *player*, quebrou. Então, o que faltou? Foi exatamente isso, o encadeamento produtivo, a dependência de poucos grandes compradores fez com que as empresas não procurassem outros mercados e não continuassem crescendo. Então o PDF-MA tem essa deficiência de trabalho, não é só fazer vender para A ou B, é fazer e botar no mercado um produto de qualidade que A ou B também querem, mas que os outros também vão está buscando. Então, o problema maior do PDF-MA foi esse. E outro problema é um problema cultural que ele não atua. Não é apenas dizer: olha, você vai conseguir vender pra Vale, o maranhense quando diz não, você vai conseguir vender pra Vale, ele diz: não, primeiro tu me consegue um contrato na Vale depois eu me qualifico, que é o problema de não preparar a sua empresa para o mercado, você quer que o mercado te escolha para fazer alguma coisa para depois você se preparar, é uma inversão da lógica e esse problema cultural a gente ainda não conseguiu vencer no Estado. Ainda há muita dependência de que alguém faça algo por mim para depois eu me adequar invés do inverso que é como funciona o mercado. (Fernando Duailibe, 2017)

Por esse olhar, deve-se ter cautela quanto à preparação das empresas em fornecer grande parte de sua produção para as mantenedoras. Visto que como em grande parte a produção dessas grandes empresas está voltada para o mercado internacional, elas ficam expostas a flutuação desses mercados e em tempos de bonança compram no mercado local e nos períodos de crise restringem bastante as suas aquisições. Dessa forma, o PDF-MA, para monitorar isso, deveria pesquisar junto às empresas fornecedoras cadastradas que percentual de venda é feito para as mantenedoras, com a intenção de diversificar a atuação dessas empresas.

Dando continuidade ao olhar das entidades de classe, elaborou-se a mesma pergunta inicial sobre os objetivos do PDF-MA para o Fabrizio Duailibe, que também trouxe uma visão interessante:

Eu acho que o que ele procura que é o objetivo, o que fica mais nítido, é justamente preparar os fornecedores, os pequenos fornecedores, não só pequenos, mas médios também, para atender um mercado muito maior que apenas um mercado local ou apenas pequenos clientes, mas competir com empresas de outros lugares para que a gente não fique dependendo de

empresas de outros lugares sempre. Por exemplo, entrar em licitações aqui que sempre são vencidas por empresas de fora. E também, que aí é o que eu acho que ele consegue mais na prática, também conseguir que as empresas sejam melhores geridas a ponto de fornecer produtos e serviços de qualidade a preços menores, ou seja, de novo competir com empresas de fora que às vezes conseguem vir de fora e ser mais baratas aqui dentro pra fornecer pra Alumar, pra Vale e essas grandes empresas preferiam tá comprando daqui, mas a maioria das empresas não tem uma boa gestão, não faziam direito o controle de custos e o preço acabava saindo mais caro. Mas agora eu acredito que também está se vendo uma coisa, o interessante do PDF-MA é que quem participa dele também é a Secretaria de Indústria e Comércio, o que garantiria em tese que o estado estaria também trabalhando para fazer dar certo isso. Porque na verdade, como a gente respondeu na primeira questão, sem o estado garantir a infraestrutura, o trabalho de escala, o ambiente que não são as pessoas só que fazem o ambiente, na verdade as pessoas são reflexos das decisões do Estado. É muito fácil dizer para as pessoas têm que dar o exemplo, mas quem sempre dá o exemplo é o de cima, o exemplo vem de cima. (Fabrizio Duailibe, 2017)

Ao partir deste entendimento, de que o objetivo das empresas fornecedoras tem que ser mais amplo, trabalhando a gestão, e preparando essas empresas para o mercado como um todo, independente do impacto na cadeia produtiva, de maneira específica que é objeto da tese, poderá ter impactos positivos, além do que se previu; no entanto, isso precisa ser avaliado e acompanhado.

Outra informação importante que se pode notar é que a participação do Estado no programa faz-se necessária, visto que suas ações podem complementar o programa e contribuir para o seu êxito. Por isso mesmo, deve-se buscar a visão desse importante sujeito do PDF-MA e que foi explorada na investigação através de Paulo Carmo, que representa o estado. Este entrevistado, quando indagado sobre a mesma pergunta inicial, trouxe a seguinte visão sobre os objetivos do PDF-MA:

O grande desafio do PDF-MA como das outras políticas públicas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico é que nós precisamos inserir fornecedores locais em cadeias produtivas, em cadeias de fornecimento e essa inserção precisa ser competitiva. Ninguém vai comprar de um fornecedor local pelo simples fato dele ser local, e o Estado também não pode cair na armadilha de conceber políticas protecionistas no que diz respeito a privilegiar a ineficiência, cercear a competitividade, a competitividade é muito salutar na razão direta de que ela suscita do empreendedor aquilo que ele tem de melhor. Então o grande desafio do PDF-MA e como das outras políticas públicas, no caso aqui nós desenvolvemos, quando a gente enxergou o PDF-NA, ele estava muito direcionado a serviço, então a secretaria, por conta disso, desenvolveu outra política pública que chama-se programa que a gente focou mais no produto, chama-se Maranhão Mais Produtivo, você tá desenvolvendo fornecedores de produtos, então você hoje tem duas grandes ferramentas, uma ferramenta que desenvolve fornecedores de serviços e uma política pública que desenvolve fornecedores de produtos. Ambas as políticas têm o mesmo grande desafio que é inserir de forma competitiva fornecedores locais em grandes cadeias de fornecimento. (Paulo Carmo, 2017)

Então, além de qualificar os fornecedores locais, que são as empresas maranhenses, tem-se a intenção de que essas empresas façam parte da cadeia produtiva dessas grandes empresas mantenedoras, o que em si parece ser um bom objetivo, já que o ato de comprar e vender em grande parte determina onde irá circular o dinheiro. Se houver uma efetiva migração de compra de fornecedores externos para fornecedores internos, isso poderá favorecer o mercado local e por consequência a sociedade maranhense.

Até agora se tem confirmado o estabelecido por Freitas (2009): pode-se avançar, no sentido de questionar sobre o volume de negócios, a geração de emprego e renda e o cuidado com o meio ambiente. Para tanto, explorou-se a visão das mantenedoras, primeiro com as palavras do Marcus Cardoso e depois com as palavras do Dorgival Pereira.

Para Marcus Cardoso, o PDF-MA se propõe a solucionar a seguinte demanda ou questão central:

Em minha opinião, o problema central e talvez aí que é onde a gente coloque mais força e mais energia é justamente na qualificação do fornecedor, não é à toa que o nosso principal programa é o PROCEM, porque ainda existem lacunas muito grandes nos fornecedores maranhenses, quando a gente compara em profissionalismo e coisas desse tipo. E quando a gente olha também para fornecedores de outros estados, que já são mais consolidados, maiores, a gente ainda sente para alguns segmentos, o fornecedor maranhense ainda precisa, em termos de qualificação, avançar. A gente sabe que é um trabalho longo, não é simples, ele envolve um monte de coisas, mas a gente está fazendo um pedacinho desse trabalho. (Marcus Cardoso, 2017)

Veja que nesse momento adentra-se no Programa de Certificação de Empresas Maranhenses (PROCEM) e vale destacar que Capacitação e Certificação é a principal ferramenta a ser explorada, porque pode gerar resultado além dos já previstos, como explicado anteriormente. O PROCEM é um subprograma que atua nas empresas cadastradas, para certificar e fortalecer, permitindo assim um alinhamento de interesses e resultados em toda a cadeia produtiva.

Vale esclarecer que no PROCEM se trabalham os eixos do desenvolvimento sustentável, aprimorando a Qualidade e Produtividade, Segurança, Saúde e Meio Ambiente, além da Gestão Contábil, Tributária, Trabalhista e a Responsabilidade Social. No entanto, o PROCEM atua ainda em uma pequena parcela das empresas

cadastradas, pois só 122 empresas passaram pelo programa, o que demonstra o potencial de crescimento.

Trabalhando esses fundamentos, espera-se que o PDF-MA tenha consequências positivas na elevação do volume de negócios entre as empresas mantenedoras e fornecedoras e assim também se tenham resultados positivos na geração de emprego e renda. Justamente por isso, questionou-se Dorgival Pereira quanto ao aumento de volume de negócios: não teria uma expectativa na questão da geração de emprego e renda? E este entrevistado respondeu:

Sim, de fato a geração de empregos era também uma grande motivadora para o desenvolvimento do programa, porque aí você desenvolvendo a empresa aqui na região, essa empresa vai contratar na região e os recursos ficarão aqui na região. Então os negócios gerados vão enriquecer o Estado, os municípios aqui da região. A gente poderia citar inclusive, se a gente fizer um levantamento de 2000, que é quando efetivamente o programa passou a ser produzido. Ele foi criado em 99, mas ele produziu os efeitos em 2000. De 2000 até ano passado que se tem aí levantamento dos valores de compras das empresas mantenedoras aqui na região, já ultrapassa 27 bilhões de reais. (Dorgival Pereira, 2017)

Veja que, embora a geração de emprego e renda seja o objetivo final do programa, que é a ação que pode gerar efeitos multiplicadores na economia, os próprios sujeitos do programa têm poucas informações sobre essa vertente; e utilizam como referência do sucesso do programa o volume de negócios transacionado.

Quando se insiste na questão, mas agora abordando o Paulo da Seinc, tem-se a seguinte colocação:

Isso é uma consequência, obviamente. O emprego e a renda são decorrentes de uma decisão estratégica que o fornecedor local, o poder público, as entidades de capacitação tomam juntas, e precisam tomar de forma junta. O emprego não pode ser temporário, ele precisa ser permanente para que ele possa ser no aspecto de longo prazo da sustentação, evitar o *cool over* que muitas vezes acontece, a gente não tá falando do emprego de final de ano, a gente está falando de um desenvolvimento de um processo mais continuado então é importante sim focar na questão da geração de emprego e renda, mas é importante entender que para esse emprego e a decorrente renda seja sustentável, vamos dizer assim, é preciso pensar em capacitação, é preciso pensar em inclusão de novos processos produtivos, é preciso pensar, ou seja, é preciso que o processo que dá origem ao emprego seja sustentável, se não você vai ter algo que é novamente uma bolha, não adianta o governo ter um programa que vá... Como aconteceu no passado, havia uma política pública que tinha como objetivo nós vamos ajudar a capacitar um número fantástico de pedreiros, por exemplo, ou de soldadores, ou de... ok, legal. Mas se você faz isso sem que haja um acompanhamento, você não pode desenvolver cadeia produtiva olhando só para demanda de um empreendimento, é isso que eu vejo que é importante que fique claro. Não é porque eu vou ter um ciclo de implantação, de investimentos concretizados em novas plantas no Estado e durante um momento você vai ter terraplanagem, supressão de

malha vegetativa, depois terraplanagem, depois arruamento, a questão da contenção dessa terraplanagem, depois arruamento, ou seja, todas essas fases, depois edificações, é preciso que a gente pense em emprego não para uma etapa desse projeto. Porque se não o que vai acontecer? Novamente a bolha, encerra-se essa etapa aí alguém vai dizer: olha, nós ajudamos a gerar x mil empregos, isso é bom, isso é legal. Mas durante quanto tempo? Porque se você forma soldador, por exemplo, se você não tem uma demanda pensada com relação a essa formação específica, a gente está dando como exemplo, você não vai ter o emprego continuado, esse camarada não vai estar, essa pessoa não vai estar permanentemente empregada, vai ser um emprego temporário. Isso não vai interessar nem ao poder público e muito menos as pessoas. A gente está falando de desenvolvimento quando a gente pensa em emprego temporário, a gente está solucionando um problema, que é, desculpe aí a redundância, temporariamente resolvendo um problema, mas na verdade criando uma pressão social muito maior. (Paulo Carmo, 2017)

Enfim, das diversas visões e falas trazidas à tona, é possível capturar que o PDF-MA segue um roteiro que foi bem desenhando e implementado; com objetivos claros, passando desde a capacitação e certificação, à promoção e divulgação e a assessoria aos negócios. O que faria com que as empresas fornecedoras aumentassem a sua qualidade e competitividade, tendo como consequência o fechamento de negócios com as mantenedoras (aumento no volume de negócios) e como resultado final a geração de emprego e renda, tendo efeitos multiplicadores na economia.

Nesse caminho, fizeram-se vários alertas, quais sejam: os fornecedores não foquem apenas nas mantenedoras, que o Estado atue de forma parceira complementando as ações do programa com infraestrutura, que as capacitações sejam efetivas para trabalhar o empregado de uma forma a tornar o emprego mais perene e que se tenha o foco nos dados desses resultados.

c) Item 3 - Identificar os impactos gerados pelo programa

Quando se pensa em termos de impacto, levam-se em consideração os resultados ou efeitos de uma ação deliberada, que no caso em tela é o PDF-MA. Como se viu na parte quantitativa, exploraram-se de forma numérica 4 (quatro) vertentes, que passaram pelo PIB do Estado, Número de Empresas Cadastradas, Volume de negócios e Geração de Emprego. Vale ressaltar que, nessa parte, colocam-se em perspectiva quais os impactos que os sujeitos do programa têm como efetivos, e nesse sentido, quais seriam os já previstos ou os que foram descobertos ao longo da pesquisa.

Para iniciar então este item, explora-se a visão do Carlos Jorge, coordenador geral do PDF-MA. Este entrevistado inicia sua análise pelas duas primeiras vertentes: Volume de Negócios e Geração de Emprego, pois estes foram explicados através das perguntas: o objetivo do PDF-MA é aumentar o volume de negócios, fazer com que as empresas mantenedoras comprem mais no mercado local? e sobre a questão da geração de emprego e renda, como é que vocês pensam sobre o assunto dentro do PDF-MA?

Exatamente. Todo esforço despendido pelo PDF-MA é nesse sentido, que as compras que as mantenedoras fazem cada vez mais elas façam localmente. Por quê? Porque elas conseguem encontrar localmente fornecedores com qualidade, basicamente fornecedores que atendam ao tripé de fornecimento, que é preço, prazo e qualidade. Então, preço, que o fornecedor saiba elaborar uma composição de custos. Prazo, que seja um fornecedor que atenda com presteza a empresa compradora. E qualidade, que ele forneça seus serviços ou materiais dentro de uma padronização, ou seja, a empresa compradora vai comprar dele hoje um determinado serviço, por exemplo, serviço de pintura, vamos imaginar, e daqui a 6, 7, 8 meses ela volte a contratar esse fornecedor e que ele forneça o mesmo serviço de pintura com a mesma qualidade, dentro dos mesmos requisitos principalmente de saúde e segurança no trabalho. Então que ela veja que no fornecedor local ela tem condições de comprar e que ele vai sempre atender as necessidades dentro do padrão que ela espera contratar [...] Porque assim na medida em que a empresa, em que o grande comprador contrata o fornecedor local, como decorrência dessa contratação, o fornecedor vai gerar emprego e a partir daí gerar renda. Então, quanto mais a gente conseguir fazer com que ocorram compras locais, fortalecendo as nossas empresas, expandindo as nossas empresas maranhenses automaticamente a gente acaba gerando mais empregos, a gente que eu digo é o fornecedor, acaba gerando mais empregos e como consequência mais renda, acaba sendo, digamos assim, uns efeitos em cascata. (Carlos Jorge, 2017)

Esse depoimento é confirmado na indicação feita por Freitas (2009) na direção do volume de negócios e geração de emprego e renda; no entanto, refletindo sobre as palavras ditas, parece que o resultado seria uma consequência, mas, nas ciências sociais e mais especificamente na economia, não se deve automatizar as coisas. Por isso mesmo, questionou-se mais sobre o assunto:

Você vai lá, aumenta o volume de negócios, esse volume de negócios tende a aumentar a questão do emprego e também por consequência a renda. Vamos exemplificar essa lógica. Olha, e eu posso te dizer isso até porque isso não foi dito para gente de forma confidencial, mas, por exemplo, a Marka engenharia, num dos eventos do PDF, nós convidamos a diretoria da Marka engenharia pra dar um depoimento sobre a experiência dela com o programa, aí ele, um dos proprietários da marca, no seu depoimento ele diz que a Marka entrou no PDF-MA e depois que ela entrou no PDF-MA ela se certificou no PROCEM, ou seja, ela buscou uma melhoria da sua gestão e com isso quando ela entrou no PDF-MA, ela entrou no PDF-MA, se não me falha a memória em 2002. Esse depoimento foi dado em 2013. Ele disse de quando nós entramos no PDF-MA para hoje, 2013, o faturamento aumentou

13 vezes. Fruto de quê? Fruto de mais contratos que ele ganhou, fruto de diversificar a carteira, ou seja, ele presta serviço para uma quantidade muito significativa de grandes empreendimentos. Então houve melhoria dos processos internos? Exatamente, melhoria dos processos internos. Ou seja, todo esse trabalho feito com a empresa permitiu que ela crescesse, atendesse mais compradores e logicamente com isso ela elevou significativamente a quantidade de empregados. Ele até falou que eles começaram com quarenta e poucos empregados, eu não vou lembrar o número correto, mas ele disse que já tinha chegado a ter um pico de ter mais de 1700 pessoas trabalhando para empresa quando ele estava com várias obras, vários canteiros operando. Então isso mostra que assim, à medida vai se dando oportunidade para o fornecedor local ele vai crescendo, vai contratando mais mão de obra e lógico isso vai gerando mais renda para o estado. (Carlos Jorge, 2017)

Obviamente um caso não pode ser generalizado, e também não são dados oficiais; no entanto, pelo exemplo elencado o PDF-MA pode sim trazer um resultado positivo, desde que suas ações sejam efetivas; inclusive gerando efeitos ou resultados que não foram capturados pela pesquisa em andamento, pois não é objetivo mensurar a relação das fornecedoras com as demais empresas, as quais elas negociam.

Essa questão levantada pode ser explorada em futuros trabalhos, que também visem avaliar o PDF-MA, embora a tese traga avanços para a compreensão da realidade do programa, ainda assim ela apresenta limitações. Por isso, devem-se apontar também outros caminhos a serem pesquisados.

No tocante ao investigado, a quem ponha em dúvida essa narrativa de êxito, pois segundo Fernando Duailibe, quando confrontado com a seguinte pergunta: Pelo que tu conheces do programa, tu achas que o PDF-MA é uma política de sucesso? Como é que tu avalias o PDF-MA nesse sentido?

Eu vejo o seguinte: o PDF-MA já teve o sucesso dele no passado. O PDF-MA, quando foi instituído, no ano de 2000 a 2014, gerou grandes empresas dentro do estado. Um exemplo que eu boto para todo mundo como sendo um produto vindo do PDF-MA, que hoje está aí a nível nacional, é a Elétrica Visão. Seria interessante investigar esse caso, porque foi uma empresa totalmente incentivada, ela tinha *know how* para trabalhar com a parte de elétrica, de geradores, foi incentivada pelo PDF-MA, conseguiu abrir caminho, aprendeu muito, a empresa cresceu em termos de gestão e hoje ela é uma empresa bem posicionada a nível regional. Dessa mesma forma, muitas empresas que ganharam notoriedade na época perderam-se depois pela questão do fornecedor único, do cliente único. Então, houveram das primeiras empresas incentivadas um crescimento real. A partir até da nossa época de 2005, 2006 isso já não aconteceu mais, houve um distanciamento do que se queria como produto em relação ao mercado, as grandes empresas já estavam fazendo as aquisições usando essas empresas bases e não abrindo novas frentes com o PDF-MA e eu acho que foi isso que fez com que ela acabasse saindo, o governo não viu mais isso como política pública e jogou para mão da Fiema. Infelizmente, é algo que deveria ser trabalhado só que... Como política pública, não apenas como trabalho empresarial, eu acho que aí é a perda da força. **E na tua visão, como é que poderia ser mensurado**

esse sucesso ou não do PDF? Como é que tu chegaste a essa conclusão de que ele teve sucesso e hoje em dia já não tem mais. É simples, você vê o volume de compras em relação às empresas participantes e efetivas do PDF-MA. Você deve estar trabalhando com os dados, você deve ter aí os números que foram te repassados. Eu vi muito resultado físico quando eu estava lá dessas empresas mais antigas que tinham o PROCEM já tirado e depois até muitas delas não serem qualificadas depois para o PROCEM. Por quê? Porque não viam mais por parte dos mantenedores o interesse em pontuar melhor por conta da certificação local. Além disso, por exemplo, vamos supor que as mantenedoras tenham lá 100% de compra delas, uma parte elas compram de fora do estado, outra parte elas compram de dentro do estado e no que elas compram de dentro do estado tem empresas que fazem parte do PDF-MA e tem empresas que não fazem parte do PDF-MA. Essa distinção eles não fazem. (Fernando Duailibe, 2017)

Essa reflexão levantada ratifica a questão central posta: será que o PDF-MA tem sido efetivo em promover o volume de negócios e a geração de emprego e renda? Nesse sentido, para além dos números utilizados, o entrevistado levanta duas questões importantes; a primeira seria: de que maneira as empresas são selecionadas para participar do PROCEM (carro chefe quando se fala em qualificação e certificação dentro do PDF-MA)? E como as empresas mantenedoras fazem para escolher seus fornecedores, e qual critério adotado?

Levantadas essas indagações e seguindo na análise, torna-se fundamental, entender então como é mensurado o sucesso do programa, na visão dos diversos sujeitos. Começando por Carlos Jorge, perguntou-se a ele: como é que vocês fazem a averiguação dos resultados que vocês têm? Vocês têm relatórios, painel de bordo, como é que funciona?

Eu vou te ser bastante honesto, essa ainda é uma carência nossa. O que a gente tem são vários depoimentos de empresários que já passaram pelo programa e que participam de ações nossas em diversos momentos e os depoimentos deles realmente são nessa linha, de que a empresa, uma vez que ela ingressou no PDF-MA, uma vez que ela participou das nossas ações de capacitação, uma vez que a empresa já se certificou no PROCEM a empresa de fato avançou e houve um crescimento. Nós ainda temos essa carência de ter dados mais quantificáveis. Isso inclusive é uma das propostas para gente começar a implementar a partir de 2018, porque nós estamos prestes a completar 20 anos. Nós estamos prestes a completar 20 anos, então nós queremos chegar aos 20 anos tendo números, porque depoimentos são bons e geram muita credibilidade, mas os depoimentos, sempre é importante que os depoimentos sejam corroborados por números. Então isso é um trabalho que a gente pretende implementar a partir de 2018, até porque o nosso interesse é que em 2019, quando a gente completar 20 anos, a gente possa de fato mostrar, dizer: olha, ao longo desses 20 anos, tantas empresas passaram pelas nossas ações de capacitação, de certificação, o crescimento médio dessas empresas foi em determinado nível. Então a gente precisa ter esses números. (Carlos Jorge, 2017)

Nesse sentido, percebe-se a importância e relevância da tese, pois, além de contribuir para o próprio PDF-MA como uma avaliação externa, gerando uma metodologia que pode ser confrontada com essa base qualitativa de depoimentos, deve-se mensurar ou aferir o impacto do PDF-MA para a sociedade, para que a mesma possa perceber em que a política pública avançou e no que ela poderia avançar.

Essa visão é convalidada por outros sujeitos do programa, quando colocados frente à mesma pergunta. Para Fernando Duailibe, foi colocada a seguinte questão: Como é que você consegue mensurar em termos quantitativos ou numéricos a porcentagem de participação das empresas que fazem parte do PDF-MA? Como é que pode mensurar nesse sentido?

Uma metodologia de mensuração efetiva seria importante. O que a gente tem visto nos anos que estávamos? Quando nós estávamos na secretaria da indústria e comércio nós cobramos esse tipo de informação técnica, quantas pessoas, quantas empresas participam do PROCEM, quantas do PDF-MA, quantas efetivamente comercializam com as empresas mantenedoras e qual o volume disso. É um dado simples que deveria ser mantido. Deveria ser feito o estudo específico daquelas empresas que participam efetivamente do programa. (Fernando Duailibe, 2017)

Novamente se tem a confirmação de que mensurar é importante, e embora o entrevistado faça referência ao tipo de números e informações que são monitorados no programa, se evidencia a necessidade de um estudo específico como o tratado na tese em curso. O Paulo Carmo, também confrontado, com o questionamento: Como é que o programa e o governo avaliam o PDF-MA através de números? Como é que ele atesta esse sucesso do programa?

Essa parte da gestão das ações finalísticas hoje a gente faz um monitoramento através dos relatórios que são prestados pela federação. Então hoje a Federação das indústrias repassa para Secretaria relatórios que dão informações sobre as ações finalísticas do programa. Então, hoje é feito o monitoramento através dos relatórios que o agente executor, que o parceiro executor, que no caso é a Federação das Indústrias repassa essas informações sistematicamente para a secretaria para que a gente possa verificar, através desses relatórios técnicos, a efetividade do programa, se está sendo atendida ou não essa efetividade (Paulo Carmo, 2017).

Sabe-se que é importante monitorar as atividades internas do PDF-MA, principalmente para saber se o que está sendo implementado ou executado pelo programa está de acordo com o investimento feito; no entanto, apenas o

monitoramento de ações internas não esclarece os impactos que o programa teve para a sociedade maranhense como um todo.

Com essa ideia, vale ressaltar que o PDF-MA, embora ainda não disponha dos dados tais como foi sistematizado na tese em curso, faz sim uma tentativa de mensuração. Quem esclarece esse aspecto é Carlos Afonso, que quando perguntado: Em relação ao PDF-MA que foi adotado pelas grandes empresas, dentre as quais a CEMAR, como é feita a mensuração desses resultados do programa? Como é que a gente sabe que o PDF está sendo eficaz? Sobre essas perguntas ele respondeu:

A gente tem algumas formas de acompanhar isso, a forma que a gente considera uma das mais interessantes de acompanhamento desse trabalho é a quantidade de compras que a gente faz localmente, então a gente acompanha não só pela nossa área de suprimentos, que ela faz a soma de tudo que foi contratado em serviço dentro do estado, assim como tudo que foi comprado de material do estado e a gente cruza a informação com a secretaria de fazenda, tudo que foi emitido pelos fornecedores do estado pro CNPJ da CEMAR e aí a gente consegue afirmar e confirmar que a gente tem comprado dentro do nosso estado. Isso também é feito pelas outras mantenedoras? No caso, a Vale? Todas elas, a Vale, Alumar, inclusive o PDF-MA pede essas informações para fazer o acompanhamento e eu não sei se já te passaram esse dado, mas nos últimos anos essa soma já passou de 27 bilhões de reais. (Carlos Afonso, 2017)

Percebe-se que, pelo menos no tocante ao volume de negócios, o PDF-MA tenta aferir e acompanhar, embora a informação seja disposta sempre sobre o valor agregado e não considerando a separação entre empresas maranhenses que fazem ou não parte do PDF-MA. Por isso mesmo, insistindo na questão dos resultados, foi indagado a Carlos Afonso sobre geração de emprego, na pergunta: Tão importante quanto a questão do volume de negócios é a questão da geração do emprego e da renda. Como é que o PDF mensura essa questão da geração do emprego?

A gente não tem o acompanhamento em números da quantidade de mão de obra que os fornecedores locais estão empregando para prover os serviços das grandes empresas no Estado. A gente acompanha mais em números esses valores de compras que eu coloquei, tanto de materiais quanto de serviços. Mas a gente consegue acompanhar em função da quantidade de empresas que a gente tem no nosso portal que a gente consegue saber todas as empresas que estão cadastradas e que prestam serviços para gente, a gente consegue ter um número próximo, agora dizer um número que a gente acompanha. A gente realmente, de fato, não tem isso. Agora, aqui na CEMAR a gente acompanha as empresas que a gente chama de empresas amplas, as grandes empresas que nos prestam serviços, são essenciais para o desempenho de nossa atividade, tipo corte, religação, ligação nova, a gente acompanha constantemente a quantidade de mão de obra que está empregada. (Carlos Afonso, 2017)

Na exposição do entrevistado, é evidente a questão posta por Carlos Jorge, quando ele honestamente afirma que ainda é um desafio do PDF-MA buscar a mensuração de dados principalmente para os impactos, que o PDF-MA se propõe em sua própria filosofia e metodologia. Ele não só elenca os 3 eixos de atuação, mas explica que atuando neles as empresas fornecedoras teriam acrescido seu volume de negócios e a geração de emprego e renda.

Contudo, mesmo não sendo possível mensurar quantitativamente, perguntou-se sobre os benefícios e desafios que o PDF-MA tem pela frente. E se obteve as seguintes respostas, a primeira de Carlos Afonso:

Olha, os principais benefícios que eu considero que o PDF pode trazer para o Estado é desenvolver a mão de obra e melhorar a gestão dos fornecedores para que cada vez mais eles aumentem... As empresas vão crescendo e cada vez mais elas aumentem mais a quantidade de itens tanto de serviços quanto de materiais que elas podem estar fornecendo para as grandes empresas do Estado. E isso é um ciclo tão forte, tão virtuoso que isso fica o tempo todo se retroalimentando e se desenvolvendo. A gente tem casos de empresas aqui, como eu falei agora há pouco, a Dínamo mesmo era uma empresa que era só no Maranhão, ela gosta de dizer que o PROCEM mudou a forma deles fazerem gestão e hoje eles estão em 8 estados do Brasil, eles estão com 7000 funcionários. Então isso de certa forma tem uma contribuição do PROCEM e do PDF. Então assim, a principal contribuição que eu vejo é ajudar as empresas a se desenvolverem cada vez mais. **E os desafios que o PDF vai enfrentar pela frente aí, quais são os novos desafios que o PDF tem?** Olha, um dos grandes desafios que a gente está vivendo hoje é a quantidade de empresas que deixaram de apoiar, que a gente tem feito esse trabalho de resgatar, teve o caso também do governo que a gente já conseguiu resgatar. E considerando as dificuldades do nosso Estado eu acho que um dos grandes desafios que a gente tem aqui no PDF é capacitar mão de obra, a gente tem ainda uma dificuldade grande aqui, às vezes, de ter uma empresa para prestar um serviço para gente, porque não tem mão de obra no estado capacitada para atender. (Carlos Afonso, 2017)

A segunda, de Marcus Cardoso, que indagado sobre: Quais são os pontos que você acha positivo do programa e o que o programa precisa melhorar para o futuro? Sobre isso ele respondeu:

Eu acho que o programa tem conseguido ao longo dos anos cumprir seu papel. Eu acho que a gente já abraçou muitas empresas do Maranhão ao longo dos anos, eu acho que todo mundo que já passou pelo programa de alguma forma foi beneficiado no sentido de ter um aprendizado diferenciado, uma qualificação que talvez tivesse um pouco distante se você procura por outros métodos, então às vezes para empresa fazer esse trabalho sozinho de se qualificar, de tentar uma certificação em qualquer outro programa talvez fosse um caminho muito mais árduo. Eu acho que o papel do programa nesse sentido é muito importante de facilitar o acesso inclusive a um programa como esse de qualificação. Então eu acho que ao longo desses anos a gente vem desempenhando muito bem esse papel e a gente já comentou que tem algumas empresas que a gente consegue ver que realmente se sobressaíram, mas ao mesmo tempo ela é que nem uma faculdade, vão ter

os alunos que vão se sair muito bem e vão ter muito sucesso, mas entrar no programa não é garantia de sucesso, ele precisa muito do empenho da empresa. A gente estava conversando sobre isso no lançamento da última turma que a gente chega com as ferramentas, mas a empresa precisa está aberta para enxergar onde que são os problemas e trabalhar forte para poder solucionar. Então não pode só passar lá pela sala de aula, você que é professor sabe muito bem disso, não adianta só passar por lá e vai continuar igual. **Se não aplicar, não...** Se não aplicar não vai crescer, se não acreditar, se não se dedicar não vai crescer. E eu acredito que o nosso caminho agora é sempre de aprimoramento. Então, a gente vai estar sempre buscando, a gente está sempre com um trabalho revisando o PROCEM, é isso mesmo que a gente precisa? É esse o caminho que a gente precisa seguir? A gente ainda tem essa gama de empresas que precisa ser qualificada dessa forma, então a gente também tem sempre olhar um pouquinho para frente porque se não a gente vai está fazendo a mesma coisa o tempo todo e não é essa a intenção, a gente também está buscando melhorias no programa e a gente tem feito isso também ao longo do tempo. (Marcus Cardoso, 2017)

Então, o recado que se tem é bem claro, não basta os fornecedores se cadastrarem no PDF-MA, isso não é garantia de sucesso ou de venda para os mantenedores. Eles precisam de fato participar, pois o maior benefício que se tem do programa é a qualificação, a experiência vivida e a busca pela melhoria contínua. Até por isso não se pode automatizar os resultados, embora sempre se faça referência de expectativas diante dessas ações desenvolvidas pelo PDF-MA; no entanto, essas precisam ser confirmadas e para isso servem os estudos científicos como a tese aqui desenvolvida.

Por fim, para finalizar este item, se colocou a seguinte reflexão para Carlos Jorge: Só para fazer uma avaliação, um balanço final, quais são os pontos positivos do PDF e quais são os desafios que a gente ainda pode colocar?

Olha, para mim o ponto mais positivo do PDF-MA é a perenidade do programa, perenidade no seguinte sentido: foi aquilo que a gente conversou, ele antes estava no Governo do Estado, passou por diversas gestões, ou seja, passou por diversos governadores e se manteve atuante, veio para Federação das Indústrias e se mantém atuante e a gente continua contando com a confiança das mantenedoras em apoiar o programa e executar as suas ações. Então para mim um ponto positivo é a perenidade do programa, o que demonstra que não é um programa que surgiu só para atender uma determinada necessidade pontual, mas que ele realmente traz, porque assim, porque eu associo muito essa perenidade ao fato de ele trazer resultados positivos. Porque se ele não trouxesse resultados positivos, ninguém investiria no programa. Então, por que as mantenedoras continuam aportando recursos? Por que é que nós continuamos tendo procura de empresas interessadas em se cadastrar? Por que é que nós continuamos tendo empresas que buscam espontaneamente o PDF, interessadas em fazer o PROCEM? Porque o resultado é positivo. Então para mim a perenidade do programa é o ponto, digamos assim, o ponto culminante dos resultados positivos que o programa traz. Como desafios, nós precisamos, até como a gente conversou antes, mensurar melhor os nossos resultados, esse é um desafio que a gente precisa perseguir. Nós precisamos aperfeiçoar o PROCEM no sentido também do que a gente já conversou, de fazer o

PROCEM possibilitar que o fornecedor, que a empresa vá um passo além do PROCEM, ou seja, capacitar a empresa e possibilitar que ela vá um passo além, ou seja, busca uma certificação internacional, se assim for do interesse dela. Um desafio que a gente contribui, mas não é uma ação só nossa é de buscar mais empresas mantenedoras e mais empresas apoiadoras para o programa. Por quê? Porque isso ajuda a fortalecer o programa, quanto mais empresas mantenedoras nós tivermos, quanto mais empresas apoiadoras, mais oportunidades nós geramos para o fornecedor local que é o nosso interesse. (Carlos Jorge, 2017)

De fato, embora se levantem questionamentos e críticas, colocando em perspectiva os resultados e depoimentos até aqui vistos, o PDF-MA é uma política pública que tem perdurado. É avaliada positivamente por todos os sujeitos entrevistados, dos diversos segmentos que compõem o programa e, mesmo que o resultado ou impacto tenha sido expresso em números, este tem que ser relativizado; visto que o PDF-MA tem impactos que não foram previstos ou mensurados no estudo desenvolvido.

Diante de tudo que foi abordado, e como não foi possível captar quantitativamente a terceira dimensão do tripé do desenvolvimento sustentável, põe-se no próximo item o destaque sobre a questão ambiental, para verificar os preceitos concebidos pelo PDF-MA tem sido buscado.

d) Item 4 - Identificar os quesitos do Desenvolvimento Sustentável

Seguindo o andar natural da pesquisa proposta, chega-se ao Desenvolvimento Sustentável, que é uma das categorias trabalhadas no referencial teórico, por ser adotada pelo formulador e os defensores do PDF-MA. Como já explanado, o Desenvolvimento Sustentável é amparado por um tripé que se baseia nos seguintes fatores: equilíbrio econômico, responsabilidade social e proteção do meio ambiente.

É fato que em sua gênese o programa prevê dois impactos que podem ser enquadrados dentro desses pilares do DS: o volume de negócios ligado ao equilíbrio econômico, a geração de emprego e renda ligada à responsabilidade social. Falta tratar da proteção ao meio ambiente, até porque essa dimensão não é tratada diretamente como um impacto previsto, embora se faça a ressalva de que é uma das vertentes adotadas no PROCEM, subprograma de capacitação e certificação de empresas do PDF-MA. Além disso, como não foi possível construir uma vertente quantitativa dessa dimensão, optou-se por explorá-la de maneira mais aprofundada na pesquisa qualitativa aqui exposta.

Dando início, no entanto, do geral ao específico, questionou-se ao Fernando Duailibe sobre o tema: Quanto à questão do desenvolvimento, porque o desenvolvimento é uma categoria que tem muitas vertentes, mas uma das que são mais trabalhadas na atualidade é a questão do desenvolvimento sustentável. Como é que você vê a questão do desenvolvimento sustentável aqui no Maranhão?

Ainda muito incipiente, eu vou ser bem sincero. Fala-se muito em meio ambiente, comenta muito, mas na prática as indústrias ainda estão vendo a última linha do resultado lá e aí o custo da sustentabilidade eles ainda não conseguiram transformar em lucro, ainda está sendo enxergado pela indústria local como um peso e não como um lucro, mas há uma tendência natural que a sustentabilidade venha a crescer a cada ano. Por quê? Porque os custos para fazer a sustentabilidade já começaram a cair e as empresas já estão começando a ver formas de redução de custos relacionadas à sustentabilidade. Então como é que eu posso dizer isso? A parte de geração de energia, por exemplo, a auto geração começa a ficar mais latente para esse próximo ano, a indústria solar já está aí, o número de placas do Brasil tem aumentado, o custo das placas solares tem caído, as indústrias eólicas também devem entrar no ano que vem nessa linha de redução do custo e isso vai fazer com que as empresas não necessitem mais de terceiros para fornecer sua energia, barateando a sua estrutura e utilizando energia limpa, que é energia renovável. A questão da produção agrícola, a melhoria contínua tanto da genética, quanto das formas de tratamento do solo tão fazendo com que as plantações necessitem cada vez menos de fertilizantes, de defensivos agrícolas melhor dizendo, não de fertilizantes. E isso faz com que a gente consiga no campo ter uma sustentabilidade maior. Então, há um movimento em prol da sustentabilidade. Esses próximos anos, na minha visão, é que a indústria está começando a enxergar que isso pode ser um ganho e não apenas um peso social. (Fernando Duailibe, 2017)

Embora possa ser uma tendência, e na tese já foi explicada a teoria, a prática ainda está longe de ser uma realidade; no próprio PDF-MA esse não é um critério, por exemplo, para definir compra, o que na verdade deveria está sendo levado mais a sério pelas empresas envolvidas, tanto mantenedoras quanto fornecedoras. É justamente esse ponto que o Fernando Duailibe continua a esclarecer:

Eles não têm um critério, digamos assim, na questão da compra. Não, e outra coisa, eles não vão saber, eles não querem saber se você faz parte do processo de certificação, se você tem uma qualificação. Se tiver outro concorrente que trabalhe até digamos com produto sustentável, mas seja mais barato porque não teve o grau de investimento de vocês, eles vão comprar pelo preço e entra aquele outro critério que a gente tinha conversado que era sustentabilidade. A sustentabilidade agora que vai começar a ser um critério não de maior preço, mas de um preço justo e adequado ao produto. As mantenedoras vão continuar procurando o menor preço, só que vai começar a descartar clientes que possam gerar problemas ambientais para eles ou problemas sociais. Mas isso é um processo que leva tempo, não é uma coisa do dia para a noite. (Fernando Duailibe, 2017)

Desse depoimento, se começa a entender que no *ranking* de prioridades a proteção ambiental não parece ser uma delas, embora se reconheça a sua importância. A questão chave parece se encontrar nos critérios que se utilizam para se fechar negócios entre as mantenedoras e as fornecedoras. Quando o preço parece ser a referência, as micro e pequenas empresas não conseguem se preocupar devidamente com a questão da proteção ambiental, como nos explica Fabrizio Duailibe, no trecho a seguir:

Tem que ser trabalhado todos os setores do Desenvolvimento Sustentável, mas eu acho que essa que é a questão que elas não estão preparadas às vezes nem para o administrativo-financeiro, que dirá se interessar pelos outros setores, ela precisa sobreviver. Então eles estão pelo menos procurando o PDF-MA para o administrativo-financeiro, até porque o custo é menor dessa capacitação, e funciona, tem tido algum resultado, a gente tem dado algumas pressões também, porque havia muitas reclamações também de que o próprio PDF-MA quando era procurado indicava para procurar no site e simplesmente contratar o curso e o coitado não sabe nem que curso fazer. Precisa de uma assessoria, né? (Fabrizio Duailibe, 2017)

Por isso mesmo, é que a questão ambiental deve ser levantada e valorizada no momento de se estabelecer os critérios de compra e não somente das empresas que realizam o PROCEM; essa é uma crítica que pode ser abordada ao programa, um ponto em que o PDF-MA pode avançar.

Na visão do Estado, Paulo Carmo, questionado sobre se é possível atingir o desenvolvimento sustentável através do PDF-MA e quais os argumentos para que se possa sustentar essa afirmação? Ele elaborou a seguinte resposta:

A visão que se tem hoje na secretaria é muito clara com relação a esse aspecto, o PDF-MA, o Maranhão mais Produtivo, o mais Avicultura, o mais Empresa, todas as iniciativas que hoje a secretaria tem, elas focam numa direção, é fundamental que nós desenvolvamos, adensemos cadeias produtivas dentro do estado do Maranhão, e o adensamento da cadeia produtiva, como a gente já conversou, não é um ato, é um processo, e para que ele seja um processo, ele precisa, na nossa visão, ser sustentável, ele precisa ter o vetor econômico é evidente, é claro, a gente tá falando de uma agenda que é de natureza capitalista, então a remuneração do capital é evidente que vai ter que ser buscada pelo empreendimento privado e a gente tem que reconhecer que exatamente é o motor da atividade, do modelo capitalista, nada contra. Mas é importante que esse desenvolvimento sustentável também tenha um rebatimento na questão da reversão de indicadores sociais que nos são desfavoráveis, mas a reversão, o indicador ele mede um processo, ele não mede necessariamente, para que seja um bom indicador, ele tem que ter uma série histórica. Então, você não reverte indicador econômico, na verdade o grande objetivo é reverter a situação social que é medida pelo indicador. E como é que você muda uma dinâmica social desfavorável? Você precisa fazer com que esse indivíduo que está lá na ponta acima de tudo se em poder e da sua própria história, você tem que deixar que esse indivíduo faça escolhas, e para que ele faça escolhas o

Estado precisa dar a ele elementos no que diz respeito às obrigações, aos deveres que a própria constituição estabeleceu que compete ao Estado. Então a gente está falando de educação, a gente está falando de saúde, a gente está falando de condições de competitividade para que esse cidadão de fato seja senhor da sua caminhada. Então a gente entende que é preciso que o Estado esteja dentro dos limites que estabelece a constituição, não é o caso de ter um Estado mastodôntico que vá interferir na economia, não é nada disso não, o Estado precisa ter o tamanho que seja necessário para que ele cumpra a sua finalidade. Mas mais do que o tamanho a gente está falando da efetividade, o Estado precisa ser efetivo e quando a gente está falando de efetividade na resposta da sua pergunta a gente está falando assim: olha, não adianta você conceder uma política, ela precisa ser de fato implementada e ela precisa ser acompanhada para que você assegure que o beneficiário final, que a gente está falando agora, do cidadão, seja de fato inserido nesse processo. E por último, é fundamental que essa agenda empresarial, essa agenda social elas conversem como uma que a gente chama de agenda ambiental, porque você não pode pensar em gerar emprego sacrificando o meio ambiente, essa não seria; já foi no passado e a gente tem a história aí de países industrializados e também no caso do próprio Brasil, implantação de projetos anacrônicos, que geraram um crescimento empobrecendo o território no qual ele estava sendo construído. (Paulo Carmo, 2017)

Nota-se, portanto, que o DS é uma categoria que todos apoiam e defendem, sem, contudo, esclarecer como implementar de fato seus fundamentos no PDF-MA; pois, embora faça parte da concepção do programa, nenhuma ação concreta no sentido da proteção ambiental foi exemplificada. E sem um dos tripés do conceito, este não se aplica em sua integralidade. Por isso mesmo, se insistiu em questionar sobre o ponto de vista natural e social para o Paulo Carmo, que vê essa questão da seguinte forma:

E aí você na verdade você tem um território muito mais pobre, quando você não tem essa integração dessas agendas, quando elas não se conversam. Aí o que acontece? Você compromete o crescimento do hoje e fundamentalmente compromete o crescimento do amanhã, o desenvolvimento do amanhã. Então o que a gente precisa, sendo bem objetivo? A gente precisa construir uma agenda que permita responder as demandas do hoje que seja capaz essa agenda de antecipar demandas do amanhã, mas acima de tudo que essa agenda seja capaz de criar uma ambiência favorável ao empreendedorismo e o empreendedorismo socialmente responsável, aquele empreendedorismo que enxergue o hoje e construa uma agenda que na verdade é a gênese da empresa enquanto concepção econômica, a empresa é perene, ela precisa ser perene, ela precisa enxergar para gerações, diferente da pessoa física que tem um ciclo de vida definido, as empresas, pela própria concepção do modelo econômico, precisam focar na perenidade delas. Então, quando você não foca na perenidade da empresa, você cria uma agenda imediatista. Desenvolvimento não conversa com agendas imediatistas, não é que ele não enxergue essas agendas, ele precisa só pensar assim: de que forma essa agenda imediatista conversa, dialoga, ela contribui, ela soma, com uma agenda de longo prazo que o poder público precisa ter. (Paulo Carmo, 2017)

Reconhecida a necessidade do DS e da proteção do meio ambiente, tanto por empresas fornecedoras, entidades de classe e o governo, busca-se o ponto de vista das mantenedoras, pois tais empresas com certeza são mais cobradas por todos os meios quanto ao tema; e como a maior parte do conselho gestor é formado por membros dessas empresas, entende-se que elas podem ser o instrumento para levar essa mudança das grandes empresas para as pequenas.

Por isso mesmo, perguntou-se para Marcus Cardoso o seguinte: qual o conceito de desenvolvimento que o PDF-MA adota? Ele tenta cumprir essas três dimensões do desenvolvimento sustentável? Porque no desenvolvimento sustentável tem-se o equilíbrio econômico, o equilíbrio ambiental e o equilíbrio social? E como resposta:

A gente, como empresa, como mantenedora, tem um olhar muito forte para isso quando a gente se enxerga como empresa. Então, a gente, como empresa, tem um olhar muito forte para tudo que a gente faz, buscar fazer da forma mais sustentável possível e isso naturalmente vai se irradiando pelo programa e você observa o mesmo comportamento nas outras mantenedoras que são empresas grandes do Maranhão e que tem esse conceito que é muito forte para as grandes empresas. Hoje você não consegue enxergar uma grande empresa sendo bem vista no mercado se ela não tem uma ação e uma atuação sustentável. Então isso, como eu estava falando, é uma coisa que começa a ficar muito forte no programa. Já existe um módulo no PROCEM que fala de sustentabilidade, que fala desse processo, como as empresas devem trabalhar isso. **É, no PROCEM é bem marcante, porque tem as áreas, tem a área financeira, os pré-requisitos que são dominantes, outros que não são, mas tem uma pontuação que tem que atingir lá, não é?** Isso. Aí tem segurança, meio ambiente, responsabilidade social, todos esses preceitos que vai até, além disso, porque às vezes você tem ISSO só para o meio ambiente, ou ISSO só para responsabilidade social. É, na verdade vai um pouco além, às vezes a empresa vai ter uma ISSO muito específica para alguma coisa eu acho que o programa cobre um pouquinho mais, é um pouco mais abrangente até. (Marcus Cardoso, 2017)

Nesse sentido, como se reconheceu no início, o PROCEM tem sim exigências quanto a questão da proteção ao meio ambiente e também nos outros eixos do DS. No entanto, o PROCEM é apenas uma pequena parcela do PDF-MA: foram certificadas do início do programa até recentemente 122 empresas, o que corresponde a menos de 10% das empresas cadastradas no PDF-MA atualmente, e quanto às demais que não participam do programa, como é tratada a questão do DS e da responsabilidade ambiental?

Baseado nessa questão colocada, Carlos Afonso foi incentivado a refletir sobre o seguinte pensamento: Por que essas premissas no caso do desenvolvimento sustentável são mais exigidas no PROCEM e não das empresas que participam do

PDF-MA? Será que não seria interessante também pensar na questão do desenvolvimento sustentável para todas as empresas do PDF-MA?

Assim, o que a gente entende é que se a gente exigir de todas, também a gente acaba deixando de desenvolver algumas empresas que a gente gostaria. O PROCEM já é um produto dentro do PDF-MA, já é um produto assim, vamos dizer, daquelas empresas que já estão buscando algo mais. Então, exigir de todas; a gente acredita que principalmente aquelas que estão iniciando podem trazer certa dificuldade principalmente econômico-financeira. Então, tanto é que quando as empresas são indicadas pelos mantenedores, elas têm um apoio financeiro de 50% do que é pago. (Carlos Afonso, 2017)

Dessa forma, entende-se que a questão ambiental fica restrita e não alcança todas as empresas participantes do PDF-MA, até porque tanto fazer parte do PROCEM, quanto investir na proteção do meio ambiente significam de alguma maneira em elevação de custos, mas nem sempre esses custos podem ser compensados, se o critério utilizado para compra for o preço.

Então, essa a dimensão do DS ligada a proteção ambiental é a que enfrenta maior dificuldade em se materializar e se aplicar, mesmo que de alguma forma ela seja tratada pelo PROCEM e pelas empresas mantenedoras, como evidencia Dorgival Pereira quando perguntando: Mas na questão ambiental, quais são as ações que as mantenedoras tomam para que se tenha a responsabilidade ambiental?

Olha, algumas ações são muito claras, a destinação de resíduos, todas elas têm boas práticas de destinação de resíduos, mas também práticas de preservação do meio ambiente, respeito ao meio ambiente, essas todas são ensinadas inclusive no programa do PROCEM, esse módulo que tem essas orientações e as empresas mantenedoras cobram dessas empresas a apresentação de práticas da adoção dessas medidas, entendeu? **Entendi.** Incentiva. No caso, por exemplo, da Vale, todas fazem, mas eu estou citando aqui o caso da Vale porque eu sou representante, a Vale desenvolve várias campanhas ao longo do ano e utiliza, envolve as empresas e faz campeonatos, concorrências para que elas participem e tem a que ficou em primeiro lugar na melhor prática ambiental. (Dorgival Pereira, 2017)

Mesmo com essas iniciativas, que claro são louváveis e têm de ser destacadas, ainda não se pode perceber esse trabalho chegando à ponta, na micro e pequena empresa, o que seria o ideal, pois as outras duas variáveis que afetam as dimensões econômicas e sociais podem ser medidas, mensuradas e aplicadas a todos os fornecedores.

Para confirmar essa visão, perguntou-se a Claudia Galgani o seguinte: No caso, também, um dos pré-requisitos das dimensões do PDF-MA é a questão do

desenvolvimento sustentável? A empresa de vocês tem alguma ação na área do desenvolvimento sustentável, questão de responsabilidade social, questão de cuidados com meio ambiente?

Com relação aos nossos resíduos, que nós temos papelão, vem a embalagem do mobiliário, nós fazemos até a doação desses papéis para reciclagem. E a nossa preocupação com o cuidado da limpeza, de não jogar, de tudo que for reciclável ser separado e fazer a doação para entidades. A gente sempre doava para Aldenora Belo, para não ir para o lixo comum. E a gente apoia algumas creches que a gente fica ali pelo São Francisco e a gente dá esse apoio. Mas um trabalho assim com relação ao que nós fazemos, não, a gente dá o apoio, porque como nós somos uma empresa pequena, é mais fácil a gente apoiar quem já está lá do que fazer essa estrutura para criar um projeto. **Entendi. Mas essas ações que vocês desenvolvem têm a ver com o PDF ou porque a empresa de vocês tem essa consciência mesmo?** Porque a gente já fazia antes do PDF. **Já praticava antes do PDF?** Já praticava antes do PDF. (Claudia Galgani, 2017)

Pelo depoimento, entende-se que, se houver práticas de proteção ao meio ambiente, como é o caso da referida empresa fornecedora da entrevistada, essa não pode ser atribuída ao PDF-MA. Visto que não é obrigatório no cadastro ações nesse sentido, nem mesmo é critério de compra, além do fato de que muitas empresas terem dificuldades com os custos de pensar em ações ambientais.

Por fim, chega-se ao entendimento de que o Desenvolvimento Sustentável não é aplicado em sua integralidade, principalmente pela fragilidade que se trata a responsabilidade ambiental, reconhecidamente por todos os sujeitos entrevistados. Pois, embora se considere importante e tenham iniciativas tanto das empresas mantenedoras, quanto das que fazem parte do PROCEM e até iniciativas isoladas de empresas fornecedoras, estas ações não estão sistematizadas, nem atendem a critérios de compra, nos quais se estabeleça uma diferença de preço comparando o custo com o meio ambiente.

Dessa forma, fica como reflexão ações que podem ser desenvolvidas nesse sentido, primeiro as mantenedoras no ato das suas compras: estabelecer comparações com as empresas que atendem aos requisitos de responsabilidade ambiental; para em seguida comparar preços. Isto poderia ser uma obrigatoriedade para participar do programa, já que o mesmo potencialmente trará benefícios às empresas cadastradas; além disso, poderia se dialogar junto ao poder público e a secretaria de meio ambiente a intensificação de fiscalização, no sentido ecológico

para que todas as empresas busquem o licenciamento ambiental; fato que igualaria os custos de todos os fornecedores locais.

Estabelecida a análise e avaliação tanto quantitativa, quanto qualitativa (visou aprofundar o debate), chega-se ao momento de colocar essa avaliação em uma perspectiva crítica, principalmente sobre os impactos previstos ou não do PDF-MA, o que será explorado no próximo item, fazendo com que tenha fim a pesquisa de campo aqui elaborada e abrindo espaço para as conclusões a que o trabalho de tese desenvolvido possa ter chegado.

3.4 Avaliação crítica dos impactos previstos ou não do PDF-MA

Observando tudo que foi pesquisado, seria muito difícil não elaborar uma perspectiva crítica sobre o objeto de estudo escolhido. Isso porque cabe, antes de iniciar as ponderações, esclarecer que a crítica tem que ser vista de forma positiva e construtiva, pois, além de identificar pontos negativos e positivos, ela contribui também para a dinâmica do desenvolvimento, apontando os caminhos em que a política pública poderia avançar e até melhorar.

Portanto, essa forma crítica de ver a realidade é essencial, estabelece o contraditório e serve de guia para o debate, indo na essência da dialética defendida por Karl Marx e adotada na tese. Vale então lembrar que nesse momento deixa-se a aparência e entra-se na essência do fenômeno, esclarecendo assim um novo ponto de vista sobre a realidade social em que se encontra o PDF-MA.

Delimitando, rapidamente, os impactos, pode-se constatar que o PDF-MA tem dois impactos previstos: aumento do volume de negócios e o resultado líquido de empregos. E de forma secundária e tangencial, a busca pela responsabilidade ambiental. No entanto, ao longo desta pesquisa se evidenciaram outros impactos não previstos como, por exemplo: o fortalecimento das empresas fornecedoras perante o mercado em que atuam, derivado principalmente da capacitação e certificação recebida por essas empresas.

Revistos os impactos e com um espaço limitado, vai-se direto ao ponto, começando-se pela variável mais importante e mais enfatizada pelo PDF-MA, que é o aumento no volume de negócios. Nesse sentido, a pesquisa trouxe uma perspectiva única, pois todas as informações coletadas, em que se evidenciavam os números

quanto a essa variável, eram nominais agregados, e quando existiam séries temporais estas não especificavam a fonte de onde as informações vinham.

Dada essa situação, fez-se um esforço de capturar dados secundários de fontes oficiais (Leia-se SEFAZ), para depois fazer uma análise pormenorizada. Estabelecendo inclusive níveis de comparação; utilizando-se três escalas: a compra total das mantenedoras, a compra das empresas maranhenses e das empresas do PDF-MA. Com estas informações, foi possível traçar um panorama que trouxe uma nítida visão de que o PDF-MA ainda representa uma parcela muito pequena do volume de negócios transacionado; seja comparativamente ao volume total ou ao volume maranhense.

Dessa forma, propagar resultados que não correspondem à realidade só serve para escamotear um discurso de que a coordenação - o Estado, as Empresas Mantenedoras, as Empresas Fornecedoras e as Entidades de Classe - está desenvolvendo um programa que supostamente traz benefícios à população, dirimindo assim aquela questão inicial levantada sobre o retorno trazido pelos grandes investimentos.

No entanto, deve-se ponderar que, mesmo o programa não tendo uma significância numérica, não se pode negar que ele contribua de forma positiva no resultado total; se o entendimento for de que as empresas do PDF-MA também fazem parte das empresas maranhenses. Deve-se registrar que a participação das empresas maranhenses é relevante e sua participação tem aumentado ao longo do tempo.

Tratando da próxima questão, o resultado líquido de empregos, o PDF-MA, embora tenha uma participação significativa (ver sua relação declarantes/estoque) não se apresenta de forma favorável, principalmente o fato de que se ocorrer o aumento do volume de negócios isso automaticamente gerará elevação de emprego e de renda.

Não foi objeto desta investigação buscar compreender o porquê dessa relação, ou seja, se ela é desfavorável, quando se observa principalmente o comportamento geral das empresas maranhenses e das empresas participantes do PDF-MA, até porque esse resultado pode ter diversas explicações, tais como: avanço do nível tecnológico, melhoria dos processos internos, aumento da produtividade, ganhos de escala, enfim, diversas podem ser as causas.

Mesmo não sendo possível determinar a causa, pode-se afirmar que essa não tem sido uma vertente acompanhada pelo PDF-MA. Não guarda uma relação de causa e efeito com o volume de negócios, pois eles seguirão em direções contrárias. O volume de negócios tem aumentado, porém o resultado de empregos líquidos tem decaído.

Lembrando que, se existe um incremento no volume de negócios, e não há um aumento na geração de emprego e renda, os efeitos ou resultados do PDF-MA podem ser limitados. É através do acréscimo na massa salarial que há efeitos multiplicadores na economia. Sendo assim, o PDF-MA pode estar contribuindo muito mais para criar uma nova classe capitalista dentro do estado, que beneficiando de fato a sociedade maranhense.

Em terceiro lugar, quando se coloca em perspectiva a questão da responsabilidade ambiental, viu-se que esta é a última das preocupações. Primeiro pela falta ou ausência de números; segundo pela própria confissão de que uma grande parte das empresas fornecedoras não consegue ter essa preocupação, e terceiro pela falta de critérios a serem adotados nesse sentido.

Então, fazendo um apanhado do Desenvolvimento Sustentável, pregado pelo programa, que chega a falar sobre transformar investimento em DS, isto é evidenciado no campo do marketing do que na realidade fática. Tendo nesse sentido uma prevalência clara da dimensão econômica, sendo privilegiada em detrimento das outras dimensões sociais e ambientais.

Contudo, mesmo o PDF-MA não se enquadrando dentro das dimensões do Desenvolvimento Sustentável, deve-se reconhecer que há um impacto não previsto que merece ser estudado: Que é o fortalecimento da empresa fornecedora como um todo, para isso, se deve debruçar-se sobre itens que se refiram a essas empresas, tais como: nível de faturamento, nível de dependência das empresas mantenedoras, melhoria dos processos, ganhos de produtividade e etc.

Estudar as empresas maranhenses e a economia local traz uma nova perspectiva, tanto em relação ao PDF-MA, quanto à estratégia de desenvolvimento que deve ser adotada. Por isso mesmo, não se deve condenar ou apoiar “cegamente” uma iniciativa como o PDF-MA; deve-se sim buscar a compreensão dessa política pública através da investigação científica.

Explorando os impactos, chega-se ao âmago da questão. O Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Maranhão tem gerado os impactos que dele se

espera? E a conclusão a que se chegou é que ele atende em parte o que se propõe a fazer, pois contribui com a dimensão econômica, sem, contudo, ser tão significativa quanto diz ser.

Por fim, passado a limpo todos os pontos positivos e negativos, além de elaborada a crítica necessária, está-se pronto a chegar às conclusões ou considerações finais da tese proposta. No item seguinte, chega-se à avaliação pretendida, já que avaliar de alguma forma é emitir um julgamento sobre o que é abordado.

CONCLUSÃO

Ao fim de toda a pesquisa realizada, deve-se elaborar uma reflexão, guiada por meio das múltiplas e fragmentadas evidências coletadas ao longo da jornada; com a finalidade de expressar uma avaliação, que, sistematizada, ganha uma interpretação, que permite chegar a determinadas conclusões. No caso da tese em curso, a finalidade é entender os impactos que o PDF-MA trouxe para a vida da sociedade maranhense, principalmente no que tange ao volume de negócios e ao resultado líquido de empregos.

Nesse sentido, para cumprir o que foi proposto, na parte expositiva, se começou por uma contextualização histórica, que teve quatro partes, transitando do geral ao específico. A primeira parte foi a reestruturação produtiva, um fenômeno capitalista, que ocorreu em escala global, muito por conta da crise do Estado de Bem-Estar Social e pelas taxas decrescentes de lucro dos grandes capitalistas. Esse fenômeno aliou-se ao avanço da informática e da microeletrônica, além das drásticas modificações nas telecomunicações, o que desencadeou grandes transformações.

Essas grandes transformações forçaram a uma completa mudança de pensamento e organização, que começou na base, ou na forma como o trabalho era dividido e organizado; e irradiou-se para a superestrutura, transformando o Estado e as leis, pois estas deveriam adequar-se a uma nova realidade. Isso materializou a chamada onda neoliberal, que retoma conceitos de estado mínimo, livre mercado e inovações tecnológicas.

Essa “onda” não se restringiu aos grandes centros, ela se espalhou por grande parte dos países em desenvolvimento; como no caso do Brasil. Então, buscar entender quais os desdobramentos que teve essa nova concepção em âmbito nacional permitiram balizar como foi a inserção brasileira no neoliberalismo. Viu-se que as ações que, no início pareciam contraditórias, na verdade eram complementares, como é o caso da estratégia regionalizada das grandes empresas e da solução seletiva dos impactos regionais da globalização.

Quanto à primeira ação, a estratégia regionalizada das grandes empresas, chegou-se ao entendimento de que estas têm que adotar novas posturas se de fato querem retomar a trajetória de lucros crescentes. O termo então em voga é “redução de custos”, e para atingir esse fim vale se utilizar de vários artifícios, desde a “desverticalização” das cadeias produtivas, até a utilização da terceirização em

massa. Essas estratégias utilizadas afetam drasticamente o trabalho e como este é realizado; para tanto, deve-se alterar sua regulamentação.

O Trabalho que é tratado mais à frente como categoria e referencial teórico teve sua face histórica exposta, delineando as mudanças em seu mundo. Nesse momento da tese, viu-se que a grande questão que se colocou foi: será que a denominação do fenômeno intitulado “desverticalização de cadeias produtivas” não escamoteia a terceirização desenfreada, que no fim tem como sentido a redução dos custos de produção? Ao longo do percurso, a resposta a essa pergunta fica mais clara.

Diante do dilema posto sobre o trabalho, o Estado, percebendo o acirramento dos ânimos, tende a intervir, para buscar uma solução pacífica dos conflitos. É nessa lacuna que nasce o PDF-MA, que pretende solucionar impactos regionais seletivos da globalização; visto que, se o Estado gasta tantos recursos com a atração de grandes investimentos, que retorno estas grandes empresas trazem? Sem estratégias de ligação desses grandes investimentos com o mercado local, os resultados são pequenos para a sociedade em geral.

Por isso, faz-se necessário investigar o processo de atração de grandes investimentos, visto que foi essa a estratégia adotada pelo Maranhão, pois, quando se buscaram os elementos para entender a economia maranhense, viu-se que essa estratégia de focar em grandes áreas, como: o setor de minério, metalúrgico, agronegócio, papel e celulose, teve forte impacto em termos de crescimento. Mas este crescimento por si só não promoveu o desenvolvimento local e nem mesmo melhora de forma significativa da vida das pessoas. Então ou o Estado age para debelar a insatisfação da sociedade ou a resistência a esses grandes projetos irá aumentar de forma vertiginosa, causando grandes problemas.

No entanto, entender a economia maranhense vai além de uma análise superficial, pois a pergunta que quase todos os economistas e intelectuais se fazem é: se o estado do Maranhão é tão rico em termos de recursos naturais, de pessoas, de belezas, enfim tem-se tanto potencial, porque isso não se reverte na vida concreta da população, com a elevação da expectativa de vida, a melhora no IDH, a distribuição de renda e a diminuição no número de pessoas abaixo da linha da pobreza?

A resposta a essa indagação não é fácil, muitas são as teorias e explicações, mas o fato é que todos têm a responsabilidade de buscar soluções criativas que revertam essa realidade. O PDF-MA, pretensamente, emerge pensando em contribuir

para reduzir essas desigualdades; afinal de contas, sua concepção filosófica e metodológica aparentemente busca contribuir com isso.

Por isso, é importante entender, primeiramente, como ocorreu sua formulação e, na sequência, como ocorreu sua implementação. Embora esse não seja o objeto de estudo da tese; deve-se revisitar essas balizas, que completarão a contextualização histórica, a qual permitirá avaliar os impactos da adoção dessa política pública.

Tratando especificamente sobre o PDF-MA, viu-se que os sujeitos envolvidos em sua elaboração e concepção foram basicamente: os mantenedores e o Estado. Juntos buscavam dirimir questionamentos levantados pela sociedade, já que existiam reclamações, principalmente advindas das empresas fornecedoras; o que poderia reverberar na sociedade e ganhar amplitude, causando as resistências que foram mencionadas anteriormente.

Então, a inserção na agenda governamental ocorreu de cima para baixo, sem discutir e debater com a sociedade se essa seria a melhor alternativa e quais os moldes deveriam ser considerados para sua efetiva implementação. Pois os interesses e a racionalidade envolvidos ganham contornos diferentes para cada sujeito envolvido no processo. Esclarecido o papel do Estado e das empresas mantenedoras, deve-se abordar, rapidamente, a função das empresas fornecedoras e das entidades de classe.

Falando sobre as entidades de classe, elas contribuíram para legitimar o programa e realizar sua execução. Essa tarefa fica clara quando se olha a distribuição que está exposta no organograma do PDF-MA e verifica-se que a sua entidade máxima, o conselho deliberativo, tem em sua composição os seguintes membros: a coordenação do programa (executada pela FIEMA), as empresas mantenedoras e o Estado. Além de compor a instância decisória, fica a cargo da FIEMA executar o orçamento e desenvolver as ações do PDF-MA; que no fim volta-se a oferecer benefícios para os seus associados.

As empresas fornecedoras seguem a racionalidade das perspectivas de verem seus volumes de negócios serem acrescidos pela demanda das mantenedoras, portanto, compram facilmente o discurso vendido, na esperança de dias melhores. Mas, na expectativa de terem seus interesses atendidos, esquecem que pela formulação e implementação estabelecida, elas são apenas o polo passivo da relação.

Já que nada podem determinar ou sugerir no programa, até porque nem mesmo estão representadas nas instâncias deliberativas.

Nesse caso, um programa como o PDF-MA, que visa dar uma resposta à sociedade (já que o dinheiro dos impostos utilizados na política de atração de grandes investimentos é de todos os cidadãos), deveria contar com uma participação mais ampla e ter um debate mais aprofundado. No entanto, mesmo não tendo ocorrido esse debate, a pesquisa tem a finalidade de aprofundar pelo menos o entendimento sobre o fenômeno do PDF-MA.

Sendo assim, observando o modo de atuação do programa e sua metodologia de realização, já é possível compreender muita coisa. Ao se observar a estrutura, nos objetivos, nos resultados, o PDF-MA é um programa pensado para solucionar questões específicas.

De modo bem resumido, a união da capacitação e certificação com a promoção e divulgação, aliando-se também assessoria aos negócios, faria com que as fornecedoras locais melhorassem sua qualidade e se tornassem competitivas; fazendo com que as empresas mantenedoras tivessem opções de escolha e pudessem optar por fechar negócios com essas empresas. Em detrimento das empresas de fora, o que poderia ter como resultado: geração de mais empregos e elevação da renda dos trabalhadores locais.

Essa cadeia de eventos aconteceria por ação do PDF-MA, só que não basta o discurso, tem-se que ter a determinação em comprovar a aplicabilidade da teoria. Para isso, vale entender os vetores iniciais do PDF-MA, que compunha uma estrela de cinco pontas, cada uma delas apontada para um dos ângulos do problema: 1º - capacitar as empresas fornecedoras; 2º - qualificar trabalhadores regionais; 3º - promover os fornecedores locais; 4º - reduzir custos para os clientes; 5º - propiciar a geração de emprego e renda.

Com base nesses objetivos do PDF-MA, podem-se determinar os impactos que foram vistos na pesquisa realizada. Sabe-se que o programa se utiliza do PROCEM para capacitar as empresas fornecedoras e qualificar os trabalhadores; mesmo que sua atuação ainda seja muito limitada. Mas, para entender se o programa de fato está promovendo os fornecedores locais e reduzindo os custos para os clientes, tem-se que recorrer ao volume de negócios, impacto esse buscado incessantemente no trabalho. Além disso, para propiciar a geração de emprego e renda, tem-se que buscar também o resultado líquido de empregos.

Diante dessas informações, é que se vai desenvolver a pesquisa de campo realizada; antes, contudo, tratou-se, para poder aprofundar o entendimento sobre o PDF-MA, do referencial teórico adotado. Nesse campo, o PDF-MA traz em sua gênese duas questões teóricas que devem ser esclarecidas: o Desenvolvimento Sustentável e o Trabalho.

Chegou-se então à conclusão de que o crescimento econômico é primordial para que ocorra o desenvolvimento; mas não é condição suficiente. Precisa-se entender de que forma o resultado desse crescimento econômico é distribuído, para que se possa verificar se ele tem beneficiado de fato a vida das pessoas. Dessa percepção, avança-se para a sustentabilidade, que se consolida no Desenvolvimento Sustentável, a finalidade de última instância do PDF-MA.

O Desenvolvimento Sustentável trabalha basicamente três pilares, ou por assim dizer dimensões, que são: o equilíbrio econômico, a responsabilidade social e a proteção do meio ambiente. Sem deixar de falar da aplicabilidade do conceito, sem que as dimensões citadas sejam plenamente atendidas. Mesmo assim, o PDF-MA busca atender a essas determinações.

Para saber se é verdade ou não, põe-se em dúvida a categoria trabalhada, através de uma visão crítica, que começa por questionar se é possível o Desenvolvimento Sustentável dentro do capitalismo. Mais ainda, a “insustentabilidade” é mais aparente do que a sustentabilidade; visto que se esse não fosse o caso a realidade em que se vive seria bem diferente. Desemprego, poluição, resíduos sólidos, pobreza, violência, são consequências de um desequilíbrio estrutural nesses pilares e que podem ser verificados no cotidiano da sociedade.

Por isso, de uma forma bem explícita, buscou-se na pesquisa de campo verificar os preceitos da categoria trabalhada, o que será explicado adiante. Contudo, é importante esclarecer que um dos pilares do Desenvolvimento Sustentável é a responsabilidade social, como já explicado anteriormente e dentro dessa dimensão encontra-se o trabalho, a outra categoria exposta no referencial teórico.

O trabalho foi visto como velha forma de experiência humana, que se renova em permanência, pois é dele que advém o valor, fruto do qual as empresas obtêm o lucro. Portanto, como e onde o trabalho se realiza se tornou uma questão central, visto que a desverticalização das cadeias produtivas é acompanhada pelo forte processo de terceirização das atividades antes internas.

A terceirização amplamente debatida contém em seu DNA a senha para uma nova forma de exploração dentro das estratégias capitalistas, já que, com a forte resistência imposta para modificação da legislação e do aparato trabalhista vigente, foi o meio encontrado para fugir dessas amarras e reduzir custos.

Percorrido todo esse caminho, que perpassa da contextualização histórica ao referencial teórico, chega-se com as explicações expostas à pesquisa de campo; que consistiu basicamente em investigar os impactos da adoção do PDF-MA para sociedade maranhense. E para completar o objetivo do trabalho, executaram-se duas estratégias: uma quantitativa, com dados de fontes secundárias, e outra qualitativa com pesquisa empírica baseada em entrevistas semiestruturadas.

Das primeiras cinco vertentes, chegaram-se às seguintes conclusões, diante de tudo que foi trabalhado. Em relação à evolução do PIB, comparando-se a dimensão Nacional, Regional e Local, o Maranhão tem um papel de destaque, pois cresce acima das demais médias, demonstrando não só o potencial, mas a “pujança” da economia maranhense. Se houvesse igualdade entre crescimento e desenvolvimento de forma automática, essa elevação no PIB teria tido desdobramento em outras vertentes, mas essa relação não é direta.

Ainda tratando sobre o PIB, a mensuração dessa vertente serviu de base para que se avaliassem as demais vertentes do trabalho e, embora não seja possível correlacionar causa e efeito, a elevação do PIB pode contribuir para que se tenha um mercado mais forte, com mais dinheiro circulando na economia, o que de uma forma ou de outra, impacta positivamente no volume de negócios transacionados e na geração de emprego e renda.

Tratando a evolução das empresas que pertencem ou não ao PDF-MA, esse foi a melhor vertente do programa sem dúvida, visto que o crescimento de empresas cadastradas no programa foi maior do que o número de empresas abertas no estado, tratando-se de valores percentuais, dada a proporção das duas variáveis.

Esse resultado da evolução das empresas demonstrou que, no desenvolvimento do PDF-MA, este programa tem sido bem-sucedido em vender a sua ideia, já que os fornecedores têm acreditado de forma geral que fazer parte do programa pode de alguma forma contribuir para que as empresas maranhenses possam se fortalecer. Além disso, o PDF-MA tem proporcionado uma dinâmica constate de adesão de novas mantenedoras e apoiadoras; o que fortalece a

percepção de beneficiamento por parte das empresas fornecedoras. Pois vislumbram a possibilidade de novos negócios.

Com esses dois resultados positivos, tanto a elevação do PIB como o cadastramento de novas empresas, tornam-se ainda maior a esperança sobre os impactos principais em elevação do volume de negócios e da geração de emprego e renda. Faz-se a ressalva de que os resultados obtidos são consistentes com a hipótese trabalhada de que o programa serve mais como instrumento de propaganda do que afete significativamente a sociedade maranhense.

Partindo para avaliação do volume de negócios, concluem-se as seguintes posições: primeiro é inegável o potencial do volume de negócios abrangido pelo PDF-MA, visto que a compra das mantenedoras representa mais de 34 bilhões de reais em valores acumulados de 2010 a 2016, o que representa quase 8% do PIB maranhense no mesmo período em valores aproximados. A segunda ponderação é que a participação das empresas maranhenses é significativa, visto que em média 40% das compras das mantenedoras se realizam no estado, fato este que por si só já representa um fator positivo. A terceira ponderação é que a participação percentual no que se refere às empresas maranhenses vem subindo, o que pode ser ocasionado inclusive pelo impulso das empresas participantes do PDF-MA. A quarta tem ligação diretamente com os resultados do PDF-MA, pois pelos dados em valores absolutos, em participação percentual em relação ao total e as empresas maranhenses, sua participação é pouco significativa, representando apenas uma pequena parcela do total transacionado.

Tais conclusões enfraquecem o discurso de sucesso do programa, porque existe todo um potencial, grande, que ainda não é explorado e, embora não seja possível determinar a causa, a simples constatação força a uma reflexão invariavelmente. O comportamento das empresas cadastradas no PDF-MA em nada se difere das demais empresas que não são cadastradas; o que leva a se indagar sobre o resultado ou a efetividade do programa. Seria mesmo o PDF-MA uma estratégia de sucesso?

A resposta é que o PDF-MA no tocante ao volume de negócios tem um alcance limitado, muito aquém do potencial visto, o que parece ser muito mais um discurso do que um resultado prático. A única ressalva que deve ser feita é que, mesmo o PDF-MA tendo uma atuação limitada, a sua participação percentual tem aumentado, o que

deixa a esperança de que, se corrigidos os rumos do programa, ele ainda pode contribuir mais do que vem contribuindo.

Seguindo o aumento do volume de negócios, raciocina-se que a geração de emprego deve ter acompanhado o mesmo movimento, só que os dados coletados nos mostram uma situação contraditória. No período analisado, a realidade das empresas maranhenses não condizia com as empresas cadastradas no PDF-MA.

O estoque de empregos no Maranhão teve oscilações, mas de maneira geral ele se apresentou de forma positiva, enquanto que o do PDF-MA teve um resultado negativo constante. Destaca-se a elevada participação de empresas declarantes da RAIS no PDF-MA e do estoque de empregos significativo perante o número de empresas pequenas do programa, se comparado com os mesmos padrões do Maranhão como um todo.

Na aplicação da metodologia de criação, destruição e resultado líquido de empregos, chega-se à conclusão de que, no estado do Maranhão, a criação de empregos aumentou de 2012 até 2014 e depois caiu em 2015, já a destruição de empregos percorre um caminho inverso, o que aponta para um decréscimo de 2012 a 2014 e uma elevação em 2015; fazendo com que o resultado líquido tivesse uma série de elevações com um ponto de inflexão e mudança de perspectiva em 2015, justo o ano de início de uma crise econômica no Brasil com rebatimentos no Maranhão.

O resultado do PDF-MA na aplicação da metodologia é pior do que o resultado maranhense; visto que a taxa de criação decresce constantemente ano a ano, contribuiu assim para um resultado negativo. A taxa de destruição, embora irregular em quase toda a série, é maior que a taxa de criação, com exceção do ano de 2012. Esses movimentos geram um resultado líquido negativo, e bem pior do que o cenário maranhense como um todo.

Dessa forma, apreende-se que não é possível compactuar com a lógica de que, se houver a elevação do volume de negócio, esse fato nos levará a um aumento de empregos. Faz-se o adendo de que não é possível fazer uma regressão e nem mesmo uma correlação devido a pouca disponibilidade de dados em séries históricas, o que futuramente em novos estudos com certeza será possível.

Mesmo assim, o resultado observado é importante sob o ponto de vista metodológico; pois esse é uma vertente muito importante para o Estado, as próprias

mantenedoras e a coordenação do programa. Segundo o formulador do PDF-MA, gerar emprego e elevar renda é o efeito final desejado pelo programa.

Pelas informações coletadas e disponíveis, não foi possível medir a elevação da renda de forma específica dos trabalhadores vinculados às empresas fornecedoras do PDF-MA; mesmo assim, elaborou-se uma ponderação sobre a evolução da renda no Brasil e no Maranhão, que chegou à seguinte conclusão. Tanto no Brasil como no Maranhão, a elevação da renda, do salário mínimo principalmente no período de implementação do PDF-MA, foi muito forte, impactando significativamente os salários de todas as cadeias. Até porque as empresas cadastradas e participantes do programa são todas empresas formais e que registram formalmente seus trabalhadores, então o salário mínimo é o piso e nesse sentido não se pode pagar menos do que ele.

Em futuros trabalhos e com a busca de acordos de cooperação com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), é viável solicitar da RAIS identificada os valores das remunerações por faixa de renda; o que permitirá uma avaliação direta dessa vertente; enquanto isso, o resultado da política de valorização do salário mínimo impactou positivamente a renda, sendo que é preciso ver se essa condição vai perdurar por um longo período.

Encerrada a parte quantitativa, passou-se para a parte qualitativa, pois os números revelavam importantes informações, que precisavam ser confrontadas com a visão dos sujeitos participantes do programa. Vale destacar que se queria capturar as três dimensões do Desenvolvimento Sustentável e não foi possível ter todas elas na pesquisa quantitativa. Na parte qualitativa deu-se ênfase à responsabilidade ambiental, que consiste na proteção do meio ambiente.

Para fins de sistematização, a pesquisa qualitativa também foi dividida em quatro partes: O contexto em que o PDF-MA se desenvolve, os verdadeiros objetivos do programa, os impactos gerados e os quesitos do desenvolvimento sustentável. Sobre esses itens, o contexto histórico, pelos diversos depoimentos colhidos de todos os sujeitos envolvidos no PDF-MA, era favorável ao desenvolvimento do programa; principalmente porque consideram positiva a política de atração de grandes investimentos. Além disso, pondera-se que a realização de investimentos pretensamente gera desenvolvimento. Diante dessas afirmações, existe uma relativa unidade em afirmar que a estratégia ou o passo que deveria ser dado para ver esses grandes empreendimentos e os investimentos gerarem benefícios para sociedade

maranhense é substituir as compras das mantenedoras de fora do estado pelas empresas fornecedoras locais.

Como objetivos do PDF-MA, identifica-se ou ratifica-se que a elevação do volume de negócios com a consequente geração de emprego e renda é a finalidade do programa. No entanto, foi válido entender que se devem levantar importantes ressalvas: primeiro porque as empresas fornecedoras não devem ter dependência das empresas mantenedoras, com um volume muito grande de venda para estas. Além disso, a capacitação deve ser aproveitada ao máximo para que ela melhore seus processos internos e com isso ganhe em produtividade; o que irá fortalecê-la. Não somente para fornecer para as empresas mantenedoras quanto para todo o mercado. O PROCEM nesse sentido seria uma ótima ferramenta, pois explora todas as dimensões do desenvolvimento sustentável.

Seguindo as partes explanadas, chega-se aos impactos do programa, e nesse momento, permite-se avaliar o resultado da tese desenvolvida. Ao contrário do que os números indicam, todos os entrevistados foram unânimes em atestar o sucesso do programa, citando para isso diversos argumentos. O mais importante é o fato de que o PDF-MA contribui para as empresas fornecedoras; além do que é previsto, pois seu principal eixo é a capacitação, o que se deve concordar que independente do resultado alcançado tem-se impactos positivos. Esse argumento foi bem exemplificado por Carlos Jorge, que citou o caso da “Marka Engenharia”.

No entanto, admite-se nas entrevistas que a mensuração dos resultados é um ponto a ser trabalhado, visto que as impressões ficam mais no campo dos depoimentos do que baseado em números; o que torna frágil a argumentação desenvolvida pelos seus defensores. Além disso, a utilização de números agregados, que não correspondem à realidade das empresas do PDF-MA, dá uma falsa aparência de sucesso, o que deve ser revisto.

Por fim, explorando o Desenvolvimento Sustentável pela visão dos sujeitos envolvidos no PDF-MA, com ênfase na responsabilidade ambiental, chega-se à maior das falácias do programa. Embora reconheçam a importância de abarcar essa dimensão, constata-se a incapacidade principalmente das micro e pequenas empresas em aplicarem esse conceito. Dessa forma, os próprios critérios tanto para o cadastro, como para efetuação das compras, ignoram essa dimensão.

O caminho para mudar essa dinâmica seria investir no PROCEM, pois este tem em um de seus módulos a dimensão da responsabilidade ambiental; o que de certa

forma leva as empresas participantes a desenvolverem ações nessa área, com a finalidade de receber ao final a certificação, que servirá de guia para as mantenedoras constatarem ações nesse sentido.

Enfim, elaborou-se uma avaliação crítica dos impactos previstos ou não. Conclui-se que, embora o PDF-MA tenha avanços e retrocessos, é impossível falar em Desenvolvimento Sustentável e também afirmar que ele apresente um sucesso absoluto.

REFERÊNCIAS

ABRAMCKZUK, André Ambrosio. **Os Relacionamentos na Cadeia de Suprimento Sob o Paradigma da Desintegração Vertical de Processos**: um estudo de caso. 2001. 91 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Engenharia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/tde.pdf. Acesso em: 02 dez., 2018.

AMATO NETO, João. Os Desafios da Produção e do Consumo sob Novos Padrões Sociais e Ambientais. In: AMATO NETO, J. Org. **Sustentabilidade e Produção**: teoria e prática para uma gestão sustentável. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. Reestruturação industrial, terceirização e redes de subcontratação: os principais fatores que têm induzido os processos de desintegração vertical e de terceirização das grandes empresas, com base no contexto de reestruturação da indústria mundial. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 33-42, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 2, nov. 1999. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=143. Acesso em: 03 out., 2017.

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra**. Uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense. São Luís: UFMA, 1987.

BANSI, Ana Claudia; DIAS, Bárbara Galleli; BORINELLI, Benilson. O mainstream do desenvolvimento sustentável: uma sistematização de suas críticas. **Faces em Revista**. Ano 4. Vol. 4, edição especial, 2012.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BEYNON, Huw. **"The Changing Practices 01 Work"**. International Centre for Labour Studies, Manchester. BIDET, Jacques e TEXIER, Jacques. **La Crise du Travail, Actuel Marx Confrontation**. Presses Universitaires de France, Paris, 1995.

BIHR, Alain. **Du "Grand Soir" a "L'Alternative"**; le Mouvement Ouvrier Européen en Crise. Les Éditions Ouvrières, Paris. (Edição brasileira: Boitempo, Coleção Mundo do Trabalho), São Paulo. 1998.

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. **Logistical management**: the integrated supply

chain process. 1 ed.: Mc Graw-Hill, 1996.

BRITO, Érico Henrique Garcia de; MENDES, Áquilas. Os impasses da política econômica brasileira nos anos 90. **Revista de Economia & Relações Internacionais**. n. 04, FAAP, jan., 2004.

CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO, ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: **Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento**, 2006, 280 p.

CAMARGO, Marcio Lima. Trabalho enquanto categoria fundante na existência humana e atual fase de reestruturação produtiva do Capital. I SEMINÁRIO DE CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA, v. 1, **Anais...**, MG, 2012.

CASTEL, Robert. "As Transformações da Questão Social". In: CASTEL, R., L. E. Wanderley; BELFIORE, Wanderley. **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo, EDUC, 1997.

CIMA. Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **O desafio do desenvolvimento sustentável**: relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília, DF, 1991.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988. Corseuil e Servo, 2006.

CORRÊA, S.C.H. **Projetos de Responsabilidade Social: A Nova Fronteira do Marketing na Construção da Imagem Institucional**. COPPEAD/ UFRJ. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação de Mestrado.

CORSEUIL, Carlos Henrique. Servo. Luciana M. S. **Criação, destruição e realocação de empregos no Brasil**. Brasília, IPEA, 2006, 104 p.

DINIZ, Clélio Campolina. **A Dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. Brasília, IPEA, 1994.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Revista Nova Economia**. UFMG, Belo Horizonte, v.6, n. 1, jul.1996.

ELKINGTON, J. **Canibais com Garfo e Faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

EPIPHÂNIO, Pedro Paulo Diniz. ARAUJO, Handrey Borges. É o desenvolvimento sustentável, sustentável? (Uma análise crítica a toda a retórica que se tem feito em Torno do tema). **Revista científica eletrônica de engenharia**. Periodicidade semestral. n. 11, fev. 2008.

ESTENDER, Antônio Carlos. PITTA, Tercia de Tasso Moreira. O conceito do desenvolvimento sustentável. **Revista Terceiro Setor**. v.2, n.1, 2008.

FAVRE, P. (1992). L'émergence des problèmes dans le champ politique. In: FAVRE, P. (org.). **Sida et politique: Les premiers affrontements, 1981-1987**, Paris, L'Harmattan, 1992.

FOLADORI, G. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

FREITAS, Durval Vieira de. **PDF – Programa de Desenvolvimento de Fornecedores: uma estratégia de sucesso**. Vitória: Editora Sebrae, 2009.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli. NÉLSIS, Camila Magalhães. NUNES, Letícia Soares. A crítica marxista ao desenvolvimento (in) sustentável. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012.

FURTADO, Celso. **Não à recessão e ao desemprego**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000 (Série Brasil cidadão).

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Divulgação do PDF-MA**. São Luís, ago. 2009. (Mimeografado).

GUIMARÃES, Roberto: A Ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (organizadores). **O desafio da sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

HADDAD, Paulo R. Para onde vão os Investimentos. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 16-18 de fev. 1996.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

_____. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

HOLANDA, Felipe Macedo de. Algumas evidências sobre a dinâmica recente da economia maranhense. In: **Cadernos Imesc** n. 4, São Luís: Imesc/Seplan, mar. 2009.

HOSSOÉ, Hayleno Santos. HOSSOÉ, Cassandra Maria Pereira. HOSSOÉ, Heric Santos. **Sistema de Proteção Social e Responsabilidade Social: da atenuação concreta à atenuação aparente da questão social**. VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. São Luís: UFMA, 2015.

IBGE. **Estatísticas**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 13 dez., 2017.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KREIN, José Dari. **As formas de contratação flexível no Brasil**. Tendências Recentes nas Relações de Emprego no Brasil. 1990-2005. Campinas. 319 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Universidade Estadual de Campinas, 2007.

KRUGMAN, P. **Geography and trade**. Cambridge: MIT Press, 1991.

LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 71, p. 1-5, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/Lógica dialética**, trad. Carlos N. Coutinho, 1979, p. 192.

LERIPIO, A. A. LERIPIO, D. P. L. Cadeias Produtivas Sustentáveis. **Mix Sustentável**, v. 1, 2015.

LIMA, G. C., O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, v. 6, n. 2, 2003.

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. Tendências da avaliação no âmbito das políticas públicas: desafios e perspectivas. I SEMINÁRIO INTERNACIONAL & III SEMINÁRIO DE MODELOS E EXPERIÊNCIAS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS, **Anais...** 2010. Disponível em: <http://arcus-ufpe.com/files/semcap10/semcap1003.pdf>. Acesso em: 20 dez., 2017.

LUCHT, H. F. **Desenvolvimento x crescimento econômico**: uma análise histórica das teorias, 2004. Disponível em: http://www.peteconomia.ufpr.br/banco_de_arquivos/00020_TRABALHaO.PDF. Acesso em 20 dez., 2017.

MACIEL, Frederico Luiz. PDF gerou R\$ 3,38 bi em negócios em 2013. **Direto da Aldeia**, São Luís, 2014. Disponível em: <http://www.aldeiaglobal.net.br/2014/04/pdf-gerou-r-338-bi-em-negocios-em-2013.html?m=0>. Acesso em: 20 dez., 2017

MARCELINO, P. R. **A logística da precarização**: terceirização e trabalho na Honda do Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARINI, R.M. **América Latina – Dependência e Integração**. 1 ed. São Paulo: Página Aberta Ltda, 1992.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri, SP: Manole, 2004.

MARX, K. **O Capital Livro I**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Global, 1988.

MELO NETO, F.P.; FROES C. **Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial: a Administração do Terceiro Setor**. 2 ed. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2002.

MÉSZÁROS, I. **O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva**. Texto lido na conferência da Cúpula dos Parlamentares Latino-Americanos. Caracas, 2001. Tradução de Paulo Maurício.

MOTA, A. E.; SILVA, M. das G. e. A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 19, p. 37-50, 2009.

MOURA, Luciano Raizer. **Gestão do Relacionamento com Fornecedores: análise da eficácia de programa para desenvolvimento e qualificação de fornecedores para grandes empresas**. Tese de Doutorado. São Paulo: EPUSP, 2009.

MUELLER, Charles C. **Os Economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente**. Brasília: Universidade de Brasília: Finatec, 2007.

NORGAARD, Richard. Valoração Ambiental na busca de um futuro sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 3.ed. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

OLIVEIRA, Edenis César de. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico: a sustentabilidade como modelo alternativo**. In: II FORUM AMBIENTAL DA ALTA PAULISTA, Tupã: ANAP; Associação Amigos da Natureza, 2006.

OLIVEIRA, Otávio José de. **Modelo de gestão para pequenas empresas de projeto de edifícios**. São Paulo: Tese, 2005.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249313650_Uma_discussao_sobre_o_conceito_de_desenvolvimento. Acesso em: 20 dez., 2017.

OMAN, C. Globalização/regionalização: o desafio para os países em desenvolvimento. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n. 39, abr./jun.1994.

PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da nação**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de; HOLANDA, Felipe Macedo de. **Padrão de Acumulação e dinâmica da economia maranhense na década dos 2000**. v. 6, Heera: UFJF. Online, 2011.

PAULANI, L. M.; BRAGA, Márcio Bobik. **A Nova Contabilidade Social**. 2. ed. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2006.

PDF-MA, 2017. Disponível em: <http://www.fornecedoresma.com.br>. Acesso em: 07 mar., 2017.

PESSOA, Eneuton Dornellas; MARTINS, Marcilene A. A dinâmica econômica e condições de vida da população maranhense no período de 1970-90. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 2, n. 2, p. 015-038, jul./dez. 1996.

POCHMANN, Márcio. **Sindeepres 15 anos – a superterceirização dos contratos de trabalho**, 2007. Disponível em: <http://www.sindeepres.org.br/v01/index/Pesquisa%20Marcio%20Pochman.pdf>. 31p. Acesso em: 29 jul. 2017.

RAMOS, M. H. R. **Desenvolvimento sustentável numa perspectiva crítica**, 2010. Disponível em: http://www.redecomunaverde.org/rede/index.php?option=com_content&view=article&id=68:dese. Acesso em: 18 set. 2017.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento sustentável**. Brasília: IBAMA, 2001.

SANCHES, Ana Tercia. A terceirização diante da noção de trabalhador coletivo em Marx. III SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA. “**Trabalhadore(a)s em movimento**: constituição de um novo proletariado?” 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/anatercia.pdf>. Acesso em 22 dez., 2017.

SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento; SOUSA, Salviana de Maria Pastor Santos. Gestão pública da questão ambiental e tessituras das cidades brasileiras: notas preliminares. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 112-121, jan./jun. 2012.

SCHARF, Regina. **Manual de Negócios Sustentáveis**. São Paulo: Amigos da Terra, 2004.

SHENG, Fulai. Valores em mudança e construção de uma sociedade sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 3.ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

SILVA, Janaína Barbosa. PASQUALETTO, Antônio. O desenvolvimento sustentável sob a ótica dos pilares: ambiental, social e econômico. **Estudos**, v. 41, especial, Goiânia, set. 2014.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria & prática**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

_____. **Pesquisa Avaliativa**: aspectos teórico-metodológicos. São Luís, MA: GAEP (Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza), 2008.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2002.

TAVARES, Maria da Conceição. O Real: uma Estória Mal Contada. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 set. 1996.

UNESCO. **Educação para um futuro sustentável**: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Brasília: IBAMA, 1999.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

APÊNDICES

ANEXOS